



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO



POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

DEMOCRACIA NA DEFESA DA PÁTRIA – <i>Maj. Brig. Luiz Carlos Aliandro</i>	15
A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DO PENSAMENTO MILITAR – <i>Maj. Int. Sergio Kencis Mold</i>	131
AS GUERRAS DA CORÉIA DO VIETNÃ E DAS MALVINAS – A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS – <i>Cel Gélio Augusto Fregapani</i>	89
ESTRATÉGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA – <i>Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	100
HONG KONG – PORTA COMERCIAL – <i>Prof. Therezinha de Castro</i>	107

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

JOGOS DE GUERRA – <i>Cap. José Guimarães Barreto Júnior</i>	69
TRAVESSIA MILITAR DE BRECHAS E CURSOS D'ÁGUA NO BRASIL – <i>Cel Claudio Moreira Bento</i>	31

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A INDÚSTRIA AEROSPACEIAL BRASILEIRA – SUA "RATIONALE" – <i>Maj. Brig. Lauro Ney Menezes</i>	5
---	---

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

LEGISLAÇÃO ELEITORAL – SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL (1824-1967) – <i>Desembargador Vicente de Faria Coelho</i>	114
ALDILIO SARMENTO XAVIER, MILITAR POR VOCAÇÃO E AMOR – <i>Cel Virgílio da Veiga</i>	153

INFORMAÇÕES	159
LIVROS	162
REGISTROS	165
SEÇÃO DO IHGMB	167

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parça Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Vila Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Ten Cel José Eugênio de Carvalho

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: 1º Ten Zilton de Oliveira Victório

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel José Fernando Maya Pedrosa

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt

Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Sady Nunes

Coordenação Editorial: José Lívio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Cláudio Moreira Bento

CMG José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Floriano Serpa

Publicidade: Raimundo dos Santos Pereira

Expedição:

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) Cr\$ 21.000,00 p/1985

Exterior: US\$ 50.

Número avulso - Cr\$ 5.000,00

As importâncias **deverão** ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

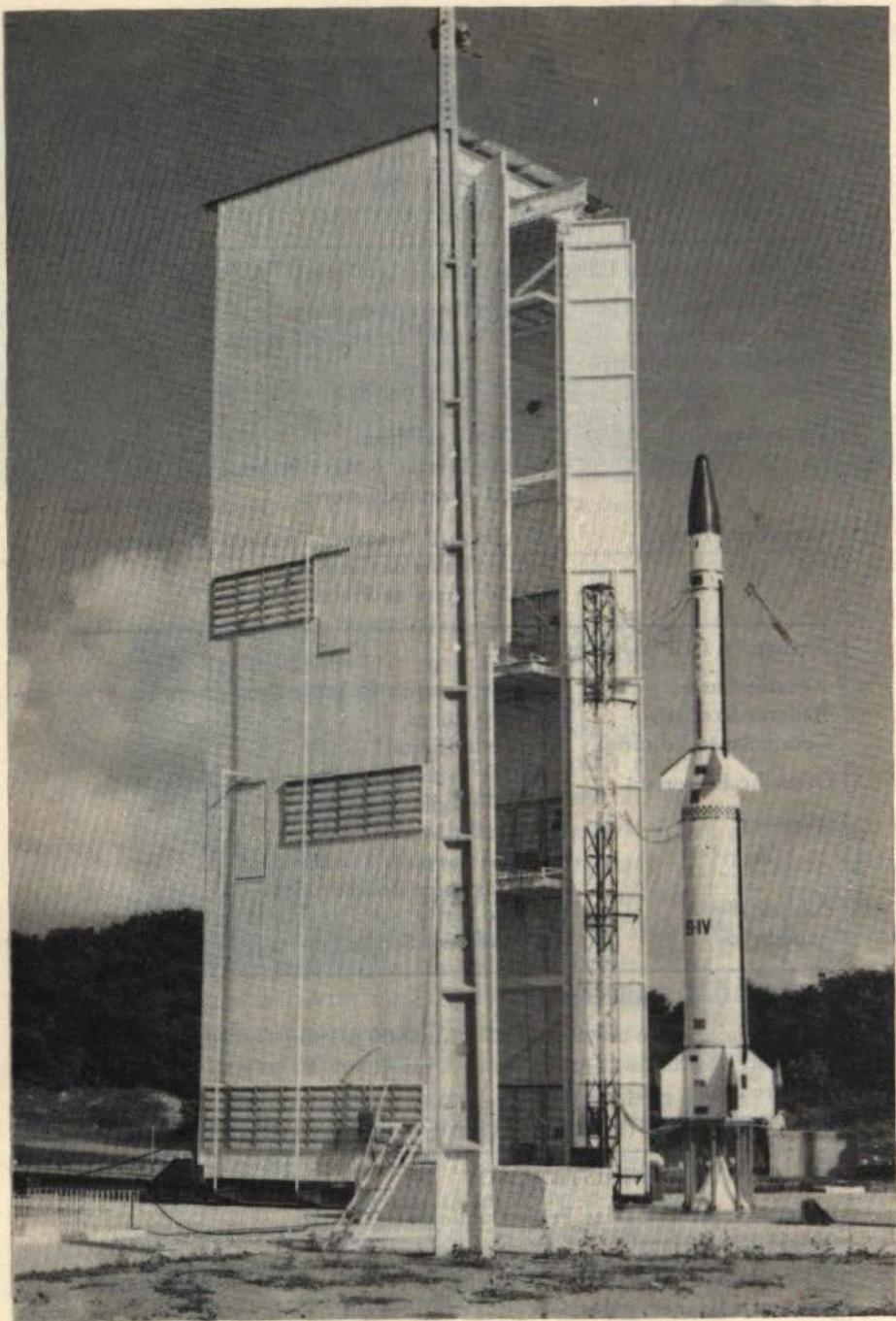
Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: 253-4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



Instalação aeroespacial da Aeronáutica em Barreira do Inferno, Natal, RN.



A INDÚSTRIA AEROESPAZIAL BRASILEIRA: SUA "RATIONALE"

Lauro Ney Menezes

Apoiado em uma postura em que a indústria aeroespacial provê tecnologia de ponta ou fronteira, o Governo norte-americano suporta, enfática e substancialmente, a pesquisa e o desenvolvimento da tecnologia nas áreas de aeronáutica e espaço. Há um consenso, na nação americana, no que tange ao reconhecimento de que a tecnologia e a pesquisas praticadas, buscando nível de *excelência* na área aeroespacial, são essenciais para suportar a atual proeminência americana no mundo moderno: proeminência essa que, na opinião do povo americano, deve ser perseverantemente preservada e perseguida.

Sob a égide dessa postura, o Governo norte-americano recentemente organizou um trabalho em seu "Escritório de Ciência e Tecnologia — Gabinete Executivo da

Presidência da República", cuja primeira pergunta era:

— As tecnologias aeronáuticas e espacial já estão suficientemente maduras e seus resultados justificam contínuos investimentos por parte do Governo Federal?

O resultado desse trabalho apresentou, como resposta, as conclusões que:

— Os USA dependem ponderavelmente da superioridade de seus produtos da indústria aeroespacial, não só no mercado externo como no interno;

— o modo dominante de deslocamento intercomunitário, nos Estados Unidos, é o avião; o que consolida uma mentalidade aeronáutica;

— grandes conquistas tecnológicas advieram da pesquisa aeronáutica, o que permitiu o salto americano para o espaço;

— a pesquisa aeroespacial, mantida de forma ininterrupta, é essencial para a Segurança Nacional e para o sucesso dos próprios produtos aeronáuticos e espaciais americanos.

Do mesmo modo, no caso da França — outra potência aeroespacial — assim se expressou o Presidente do GIFAS, Jacques Mitterrand, no último Salão de Le Bourget (1983):

“... as atividades da Indústria Aeronáutica e Espacial Francesa permitiram enriquecer o tecido industrial francês com numerosas conquistas tecnológicas, além de manter uma significativa atividade induzida.”

E, nesse contexto e sob a ação dos mesmos princípios, poderiam ser citadas as atividades aeronáuticas e espaciais da Rússia, Itália, Índia e Canadá.

Do mesmo modo, é possível citar um modelo bem sucedido (nacional e internacionalmente reconhecido), que é a experiência brasileira do Ministério da Aeronáutica no campo da P+D e da indústria aeroespacial e que se fundamenta em todos os princípios acadêmicos e práticos acima citados e que, por ajustados à realidade e atualidade mundiais e do próprio País, constitui-se, por isso, em ponto de admiração e de encômios não só de todos os brasileiros como, também, de observadores estrangeiros.

O MODELO BRASILEIRO: O PAPEL DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica do Brasil não é uma organização ex-

clusivamente voltada para compromissos militares. Razões de ordem conceptual (unidade de doutrina, economicidade e racionalização, organização e métodos) conduziram à incorporação, em uma só Secretaria de Estado, não só de uma Força Aérea mas também de todo o complexo aeroespacial: a indústria de transporte aéreo assim como a indústria, o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento aeroespaciais.

Embora esteja o Ministério da Aeronáutica classificado, no Orçamento da União, no Grupo da Defesa Nacional, cumpre observar que uma substancial parcela dos seus recursos é utilizada em atividades direta e unicamente destinadas ao atendimento dos interesses sócio-econômicos da Nação: proteção ao vôo e controle do tráfego, aviação comercial, infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, ensino superior, etc.

Para atender tais atribuições, tão diversificadas, mantendo adequada eficiência em todas suas atividades, o Ministério da Aeronáutica depende grandemente dos avanços da ciência e da tecnologia. A necessidade de uma sólida base técnica não significa apenas equipar adequadamente, em pessoal e material, as várias Organizações do Ministério mas, principalmente, poder dispor de uma indústria desenvolvida, autônoma, progressista e criativa e capaz de dar pronta resposta às exigências e requisitos do País.

Fundamentado em tais razões, o Ministério da Aeronáutica adotou, a partir de sua primeira déca-

da de vida (1940-1950), uma postura e um planejamento de longo prazo capazes de satisfazer o seu papel de incentivador, moderador e regulador das atividades industriais voltadas para a aeronáutica/espaço.

O domínio de uma sofisticada tecnologia industrial, que permitiu ao Brasil ser um dos poucos países do mundo a fabricar aviões e a projetar e/ou desenvolver seus próprios vetores, não foi obtido de forma acidental ou repentina. Na realidade, essa capacitação tecnológica foi consequência dessa postura já mencionada e de audacioso salto ocorrido há mais de 30 anos, quando o Ministério da Aeronáutica (pondo em execução os sonhos do Mal CASIMIRO MONTENEGRO FILHO) decidiu criar uma entidade de ensino superior (ITA). Voltado para a formação de engenheiros destinados a guarnecer o sonhado complexo industrial aeroespacial, essa formação visava a conquista de EXCELENCIA, que é padrão básico dos métodos, normas e produtos aeroespaciais.

Sabedores, ainda, de que o progresso industrial está intimamente ligado às conquistas obtidas através da pesquisa e desenvolvimento, fatores inseparáveis, era óbvio para os pioneiros brasileiros que não bastava que os equipamentos e produtos fossem fabricados no Brasil: era necessário que o resíduo mais nobre do processo — a capacidade de conceber e projetar — fosse, da mesma forma, totalmente nacionalizado. — Por tais razões era imperioso que fosse adotada uma nova postura capaz

de criar e ativar um "brain tank", não só para permitir que o material fosse nacional mas, também, para manter o processo decisório no interior de nossa fronteiras. Com uma indústria que dependesse de uma matriz alienígena, estariamos jungidos à implantação de soluções, métodos, processos e produtos adequados a outrem...¹⁸

Considerando todos esse aspectos, o Ministério da Aeronáutica decidiu-se — há 34 anos — criar uma Organização voltada para o ensino superior, para a pesquisa e o desenvolvimento, para o fomento e a coordenação industrial, a homologação e certificação de produtos, processos e métodos aeroespaciais: o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Do bojo dessa Instituição partiram todas as ações e iniciativas que, viessem dar à luz, entre outras, à Indústria Aeronáutica.

E foi com base nesses conceitos, nesses homens formados pelo ITA e na tecnologia acumulada nos laboratórios do ITA e do CTA, que foi possível projetar e desenvolver os produtos brasileiros de aceitação mundial como os aviões, os sistemas bélicos, os produtos da aeroeletrônica e os materiais especiais, os foguetes e vetores espaciais.

Para tanto, o Ministério da Aeronáutica assumiu os encargos de gerar projetos ajustados à demanda e à realidade brasileira, constituir e preparar um grupo de homens capazes de liderar os projetos (e viabilizá-los industrialmente) arcando com os encargos finan-

ceiros dessa opção, por mais de três dezenas de anos.

Após tudo isso, o Ministério da Aeronáutica abdicou à propriedade de todas essas conquistas e propiciou a criação de Empresas que, além dos projetos, absorveu os homens que foram preparados pela Aeronáutica e a "custo zero" para as indústrias: a fundo perdido.

E tem sido nessa tônica que vem agindo o Ministério de Aeronáutica gerando, com isso, novas possibilidades e empreendimentos, não só no domínio de aeronaves como no de sistemas bélicos, nas atividades espaciais, na área de engenharia dos materiais e da aero-eletrônica.

A POSTURA BRASILEIRA PERANTE O PROBLEMA DA SIMBIOSE E+P/D+I

... "A atividade aeroespacial (nela incluída o ensino, a P+D e a indústria aeroespacial) é altamente dependente da vontade política da Nação. É um componente que integra não só o complexo industrial de Defesa, como é um dos mais eficazes instrumentos para o avanço na capacitação tecnológica de um país. Virtualmente, todos os empreendimentos industriais do mundo, na área aeroespacial, são de alguma forma — politicamente acompanhados, suportados, controlados ou inspirados". Assim pensa e age a Nação brasileira...

Mas o Brasil não está só, pois foi sob esse mesmo tipo de estímulo que diversos países emergentes aceleraram sua corrida no sen-

tido de implantar sua própria indústria aeronáutica/espacial. Em uma rápida análise global, é possível determinar a existência de fatores constantes que determinaram a decisão de implantar a capacidade industrial aeronáutica/espacial nesses países. E aqui estão alguns preceitos dessa "rationale":

— uma indústria aeroespacial reduz os custos de mobilização industrial, para o caso de transição para uma economia de guerra;

— uma indústria aeroespacial bem sucedida exige uma presença permanente de tecnologias avançadas, o que estimula a participação de outros setores da vida nacional;

— a prosperidade da indústria aeroespacial é largamente influenciada pelas condições econômicas mundiais, pelas políticas de comércio exterior e de pesquisa e desenvolvimento estabelecidos pelos Governos.

Em função desses (e possivelmente outros) fatores, uma *atitude mental ou um consenso público* a respeito da importância de investir na implantação, consolidação e preservação do complexo industrial aeroespacial de uma Nação qualquer passa a ser *fundamental* (vide os casos americano e francês já citados. E inclua-se aqui o caso brasileiro).

Passados mais de 30 anos da tomada da heróica decisão por parte do Mal CASIMIRO MONTENEGRO FILHO, medidos os efeitos salutares desse posicionamento e eliminadas as consequências das "maladie de jeunesse" que acometeram o CTA no seu perío-

do de maturação, cabe uma análise crítica retrospectiva.

A SIMBIOSE E+P/D+I NO NOVO MILÉNIO: NOVA POSTURA MUNDIAL?

A aproximação dos anos 2000, que a todos intimida cronologicamente, imporá – inexoravelmente – o surgimento de novos critérios, profundamente marcados pela rotação de antigas amarras. Entre elas a “mutação tecnológica”, cujas premissas já vivemos nos nossos dias e que os escritórios de estudos antecipam. Dentre elas estão a “sociedade robótica e informatizada”. E é em função dessas outras constatações, que diversos organismos da análise e previsão de dados de diversos Governos e autoridades mundiais e reconhecida competência, prevêm e enfatizam – como antídoto para esse novo mal (?) – um crescente esforço na direção do “investimento intelectual”. Com tal investimento, concluem, seria possível tornar mais facilmente ajustáveis as inovações tecnológicas à sociais.

Tal tipo de “investimento” recomendado repousa na existência de sistema educativo (universitário), que assegure uma interação entre os organismos de formação universitária de recursos humanos, com os de pesquisa e com a indústria. Essas recomendações foram a base das teses propostas recentemente na França e no seio da Comunidade Européia, por autoridades da área de ensino tecnológico. Citando, nesses documentos, apenas os Estados Unidos e o Japão

como exemplos, percebe-se que – mesmo não citado – o Brasil já se adiantou largamente no processo sugerido por esses especialistas.

Se é verdade que os anos 80/90 serão caracterizados por mutações tecnológicas profundas que interferão notadamente na metodologia do sistema produtivo; se essas modificações de desempenho terão, simultaneamente, um componente de variação econômica e social e, ainda, se somente um alargamento do horizonte intelectual será capaz de detetar e antecipar e, por conseguinte, propor a adoção das medidas de acomodações e de direcionamento desse processo, fácil fica demonstrar (com maior ênfase) a inadiabilidade da interação do *ensino*, da *pesquisa* e da *indústria*. Entretanto, há que adotar *novos caminhos* e *novas formulações* para enfrentar a nova década e o novo milênio. A cada membro dessa equação deverá então, caber:

– *A Universidade*, a formação do homem com suas vistas voltadas para a informatização e produtividade que levarão cada vez mais – à automatização dos processos de concepção e fabricação. Ao mesmo tempo, os professores e pesquisadores universitários deverão ser induzidos a integrarem-se aos objetivos industriais. Os currículos universitários assegurarão, aos engenheirandos, uma base de formação econômica e aos economistas, um fundo de cultura tecnológica. Os trabalhos na área de pesquisa também deverão ser examinados e julgados sob crité-

rios de aplicação industrial (concorrência, rentabilidade, custos e comercialização) ao invés de estarem — pura e simplesmente voltados para o objetivo de produção de "papers" e trabalhos acadêmicos, de valor prático discutível.

— À indústria, um posicionamento de forma a estar em condições de acolher e gerir a pesquisa aplicada, com uma estruturação interna de meios (recursos humanos e financeiros) adequada. Ao mesmo tempo encorajará as iniciativas relacionadas com o processo de "inovações e criatividade". Deverá ainda criar um programa de familiarização da Universidade com os planos e com as estratégias das Empresas e com as demandas de mercado. No mesmo sentido, deverá participar do processo de reciclagem dos recursos humanos, sejam do seu contingente ou sejam dos programas associados Governo-indústria.

A "RATIONALE" BRASILEIRA

Como consequência, um ideário de suporte ou de sobrevivência que assegure a capacidade de durar deve ser perseguido. Esse ideário que, em termos globais já está adotado por consenso pelas elites brasileiras, pode ser agrupado em algumas recomendações:

— coordenação íntima entre Universidade — Centros de Pesquisas-Governo;

— apoio à criação de incentivos adicionais para as Universidades (e Empresas) que se engajarem na tarefa de formar recursos humanos para o complexo aeroespacial;

— fomento à integração *Universidade-Governo-Empresas* — no campo de reciclagem dos recursos humanos da área aeroespacial;

— fomento e suporte, a fundo perdido, dos programas de pós-graduação dos recursos humanos relacionados com a indústria aeroespacial;

— fomento à coordenação *Universidade-Governo-Empresa* — com o fito de: racionalizar métodos e processos, neutralizar a redundância e a duplicação de custos e esforços, impedir a competição lesiva Governo-Empresa, criar legislação de proteção ao produto-nacional;

— concessão de suporte financeiro para os projetos de fronteira tecnológica, que seja nos órgãos de P+D da Universidade, do Governo ou das Empresas;

— incentivo ao processo somatório de esforços entre *Universidade-Governo-Empresa* com o fito de superar novas fases do processo industrial (transição laboratório-produção) ou permitir a ocupação de novos patamares;

— manutenção do processo de homologação de Empresas, processos e produtos no custo mais baixo possível (ou preferencialmente, a fundo perdido) e altamente expedito;

— incentivo à criação, apoio à manutenção e à elevação de nível dos Departamentos de Projetos das Empresas;

— transferência aos Departamentos de Projetos das Empresas dos encargos de delinear e projetar, ao nível de sua competência eximindo, sempre que possível, as

entidades governamentais de tais atividades; – atribuir aos Órgãos e instituições de P+D do Governo os encargos de apenas supervisionar os projetos de seu interesse e que estejam sob a responsabilidade das Empresas, reduzindo a participação governamental na área de execução, com o objetivo de criar oportunidades e capacitação gerenciais a nível empresarial.

PENSAMENTO ORIGINAL: ELEMENTO DE SOBREVIVÊNCIA PARA O PODER AEROESPACIAL BRASILEIRO

Criado com o Ministério da Aeronáutica, o nosso primeiro Instituto de Ensino – a então "Escola de Aeronáutica" do Campo dos Afonsos – pouco mais fez do que transmutar-se de um Curso de Arma das Escolas Militar do Realengo e Naval de Villegaignon, em *Escola de Formação de Oficiais*. Mercê dessa transmutação, expondo téses ambíguas em virtude de envergar uma filosofia de ensino mista de verde-oliva e azul-marinho, tumultuada pelos compromissos da Nação Brasileira face à conflagração da II Guerra Mundial, a Escola de Aeronáutica não chegou a consolidar os ideais dos pioneiros que pregaram sua criação. A essa "melée" de idéias e pensamentos, foram adicionadas, importadas e adaptadas soluções, desfigurando ainda mais o esperado produto final, distorcendo a imaginada meta a atingir: um Instituto de elaboração de idéias.

Essa mistura gerou o sabor (até hoje ligeiramente sentido) de insatisfação e também da sensação do objetivo não-atingido, criando o desejo – presença constante no dia-a-dia da Aeronáutica de então – de uma reforma de princípios e posições. Em suma, da necessidade de obter a afirmação e confirmação de uma concepção AERONÁUTICA e BRASILEIRA para um assunto que era (e é) da Organização: a formação de uma elite intelectualizada.

Ainda envolvida com esta primeira fase (e ainda não totalmente resolvida), partiu o Ministério da Aeronáutica para enfrentar a tarefa de instalar seus outros Institutos de Estudos Intermediários e Superiores: os Cursos pós-graduação para os Oficiais a nível de Unidade Aérea e os Estado-Maior e de Administração Superior. Da mesma maneira – porém em graus e degraus diferentes – foi repetido o "approach" anterior: misturadas as soluções e encaminhamentos e, premidos pela escassez de tempo foram novamente importadas e adaptadas soluções.

E, mais à frente, ao implantar os Programas de Instrução e Padrões de Eficiência (PIPE), a Doutrina Básica, toda a sistemática de treinamento e qualificação operacional, a estrutura organizacional, etc, as soluções – como não podia deixar de ser – sofreram ponderável influência da experiência vivida nos Cursos e Estágios realizados pelos membros da família Aeronáutica no estrangeiro e, fundamentalmente, do batismo-

de-fogo recebido na 2ª Guerra Mundial.

E, de uma certa forma (para não repetir indefinadamente), essa foi a conduta adotada várias vezes durante a vida da Aeronáutica como *Força Singular Organizada*. Foi portanto a Aeronáutica Brasileira, como muitos o foram um dia, seguidora e fruto de uma corrente inicial de "elaboração intelectual-profissional" gerada (de alguma forma) extra-fronteiras. Ariscava-se, portanto, a Aeronáutica a se transformar em um grupo de grandes tradutores e adaptadores e gestora de um grande escritório de "copy desk" da cultura militar e aeronáutica alienígena e alienada da realidade brasileira.

Mas, sendo tudo isto um pouco de verdade a qual não nos contrange — já que representa um estágio válido do processo de maturação dos seres, das comunidades e organizações — cabe compreender e justificar os antepassados e fundadores: a criação e consolidação de uma Organização como a do Ministério da Aeronáutica, nascida de uma "cirurgia interna" do Exército e Marinha e ainda, fruto de uma época e momento histórico do Mundo Moderno das décadas 40/50, exigia uma manobra rápida e justificava a "queima-de-etapas" e, portanto, a importação e adaptação de soluções e fórmulas convergentes com os objetivos do momento brasileiro.

A maturidade:

Hoje, a situação já se configura diferentemente. Se, àquela época estava a Aeronáutica (e o Poder Ae-

roespacial Brasileiro) pressionada pela necessidade de existir rapidamente no cenário militar da Nação, (e para isso urgia consolidar doutrinas, idéias e posições) estava justificado o atropelo. Se não havia tempo (nem massa de efetivo disponível) para conceber, estabelecer, implementar, conduzir e arrazoar sobre os resultados de um programa interno de concepção e elaboração de idéias, estavam justificados os aviadores. Se não havia sido preparada e formada uma elite intelectual capaz de, arguta e inteligentemente, produzir idéias originais, fecundá-las fazendo-as florescer, agigantando-as até preencher os espaços, até então tomados pelas fórmulas e soluções importadas, estavam justificados nossos precursores.

Mas, a situação brasileira evoluiu rapidamente e, de uma Nação classificada no elenco mundial como pobre, emergimos para uma faixa de riqueza (em que pesem as divergências de opiniões) que já chegou a dificultar até a obtenção de recursos desonerados e subsidiados no mercado financeiro mundial: o Brasil já é potência, dizem!...

Hoje, já se exportam largamente produtos acabados e manufaturados de todas as categorias; somos a 8ª economia do Mundo Livre e o 6º país fabricante de aeronaves (no "ranking" mundial das indústrias aeronáuticas já consolidadas) e ascendemos indubitavelmente até ao palco dos "marchand des canons", por força da qualidade de nossos produtos/bélicos.

Ultrapassamos — ninguém se en-

gane — a faixa dos "adaptadores e cultores do importado" e passamos ao terreno maravilhoso, empolgante, excitante, altamente lucrativo e disputadíssimo do "marketing internacional" não é só produtos mas, principalmente, de idéias. Assim, com certeza, ao exportarmos um vetor aéreo ou um instrumento de combate, uma ferramenta de trabalho ou instrumento sofisticado, supõe certamente o nosso "cliente" que, por trás deles esteja também uma concepção, um projeto, um "design" e um pensamento original, também "made in Brazil" . . .

E é esta a posição em que a atual geração de brasileiros encontra a Aeronáutica e a Nação.

O futuro:

Vale a pena recordar que no começo do século, o geopolítico RUDOLF KJELLEM considerava como atributos principais de uma grande potência: o espaço geográfico, a liberdade de movimento e a coesão interna. Em conceito mais recente, uma potência moderna é aquela que tem capacidade de exercer um poder coordenador sobre área maior do que seu próprio território.

O Brasil preenche todas essas condições: somos detentores da quarta massa territorial contínua do globo; a liberdade de movimento do povo brasileiro vem sendo paulatina e gradativamente conquistada através da expansão geométrica dos setores de transporte, energia e telecomunicações. Com essa liberdade de movimento, o Poder Nacional Brasileiro poderá

estar presente, onde quer que haja interesse da nossa política. A coesão interna depende do fortalecimento de nossa unidade espiritual da educação, da ciência e da cultura; e para ela marchamos aceleradamente através dos programas em consolidação.

Porém para termos "capacidade de exercer o poder coordenador em um campo de ação maior do que território", há que sustentar nossas posições por meio de algo mais duradouro e menos efêmero, mais substancioso e menos vazio do que aquilo que é copiado ou adaptado. Algo que dure e perdure e que deixe nosso timbre, indelével e indiscutivelmente, marcado; algo capaz de resistir à ação deteriorante da inconsistência e das interrogações sem-resposta das gerações que se sucedem, aqui ou além-fronteiras, e que, questionando, buscam soluções novas para velhos problemas. Ou levantam problemas novos sem soluções válidas à vista... esperando que a resposta brasileira ocupe seu lugar no cenário do "brain trust" internacional.

Reduzindo o presente raciocínio a um campo de ação de menor envergadura, poderíamos dizer que o Poder Aeroespacial Brasileiro será cada vez maior quanto "maior for sua capacidade de atuar em área além daquela que naturalmente lhe cabe". . . E, para tanto, necessário se faz que essa atuação se processe, não mais pelo método simples da tradução e importação de palavras, frases, técnicas, normas ou doutrinas. Mas, sim, por um processo de substituição de idéias capazes de gerar modifica-

ção de comportamento, de conceituações capazes de sustentar novas teses ou posições ou, então, criar novas saídas mas... "made in Brazil".

Aqui nos referimos ao *pensamento* ou à *idéia original*, renovadora. Fruto ou resultado de um processo de elaboração intelectual gerado internamente e proveniente da busca, da pesquisa, da criatividade do nosso Homem de Aeronáutica e Espaço.

Estamos conscientes de estar defendendo uma tese "romântica" neste mundo de *usuários* de idéias em que — tendo sido tudo já visto e inventado em laboratório existentes alhures neste mundo mais simples, rápido e cômodo é adaptar, copiar, imitar, traduzir, do que *conceber, criar, elaborar e gerar*.

Parafraseando um autor que concluiu que a "Pátria será altaiva ou submissa, consciente ou amorfa, progressiva ou retrógrada em razão direta do que a *educação* fizer de seus cidadãos" poderíamos dizer — para concluir — que

o "Poder Aeroespacial Brasileiro" será *eficiente* ou *incapaz, indispensável* ou *substituível, respeitado* ou *ignorado, eterno* ou *efêmero* na razão direta em que as idéias e *pensamentos originais*, dentro deles gerados, assegurarem sua perene e inquestionável sobrevivência.

Que os componentes do Poder Aeroespacial estejam conscientes desses reclamos da atualidade e do futuro, e não deixem passar esta preciosa oportunidade de buscar novos conhecimentos, de reciclar e otimizar metodologia de trabalho; de exercitar constantemente a intelectualidade e de se preparar para enfrentar, com galhardia, essa nova etapa da vida nacional e mundial, para assim ombrear com aquelas sociedades que na — linha de frente do processo intelectual — garantam, a duras penas, a sustentação e a sobrevivência do seu ideário através da elaboração dos *pensamentos originais*. Em todos os campos do conhecimento humano...



O Maj Brig do Ar Lauro Ney Menezes cursou a Academia da Força Aérea (1945-47), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1950), Curso de Estado-Maior da ECEMAR (1969), Curso de Navegação Básico e Avançado na USAF (Texas, EUA, 1959-60) e Curso Superior de Comando (1971). É diplomado em "Técnica de Ensino de Instrutor Acadêmico" pelo ATC/USAF (1960), em Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1977) e é Técnico de Administração. Foi Chefe do Estado-Maior do Comando de Defesa Aérea (1974), Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira (Londres), Comandante da Academia da Força Aérea (1979-81), Diretor do Centro Técnico Aeroespacial (1981) e Diretor de Ensino da Aeronáutica (1984). É atualmente presidente da TASA — Telecomunicações Aeronáuticas S.A., Rio de Janeiro.



DEMOCRACIA NA DEFESA DA PÁTRIA

Luiz Carlos Aliandro

"Um Governo deve ser demasiado forte em prol das liberdades de seu povo, ou demasiado fraco para conservar sua própria existência?"

Abraham Lincoln

"A espada que trago na bainha é para defender a Pátria contra seus inimigos, jamais para tiranizá-la"

Gen Osório

Ainsegurança é conatural ao homem. A vida humana, sendo incerteza e risco, torna pretensão a segurança individual.

"É ao assumir o risco de viver genuinamente na insegurança dos caminhos da existência que o ser se radica na fonte de sua própria existência".
(Uma Filosofia da Esperança
— T. M. Padilha).

O homem, talvez mais dô que para si, deseja segurança para quem ele ama e para o que ele possui, uma vez que dessa segurança decorre sua própria felicidade — a sua paz. A segurança individual se insere no quadro da paz social que, por sua vez, é a soma da paz dos indivíduos que compõem a sociedade. A paz nas nações e entre as nações baseia-se nos mesmos valores e comportamentos ne-las praticados, uma vez que eles emprestam credibilidade e garan-

tia às medidas propostas ou aceitas por elas no concerto das nações.

Mas o homem é o mesmo, desde sua remota origem, na sua grandeza e na sua miséria; e somar a grandeza de cada um e conviver com a miséria humana é tarefa da sociedade democrática. Hoje, a violência é tão rude e brutal como nos tempos bíblicos: violência individual a violência social e violência entre nações.

O relacionamento entre as nações confronta-se, de um lado, com a tendência globalizante dos fenômenos econômicos e sociais, num mundo cada vez mais interdependente, e, de outro, com nacionalismos egoístas. Felizmente, o Direito e a Democracia apresentam extraordinário progresso no sentido de ser minimizada a violência em todos os níveis. O Direito, protegendo os fracos. A Democracia, protegendo as minorias.

Como existem os antidemocratas, ao nível da sociedade dos indivíduos e ao nível das nações, que preferem, pela sede de poder ou do poder, ou quando as divergências são de monta, volatizar as leis, eliminar o antagonista, a deixá-lo praticar seus ideais e adovogar seus direitos, então, a Democracia tem de ser forte para fazer frente ao arbítrio.

"Nada é mais insensato do que não pensar sobre as armas nucleares, a não ser não pensar sobre elas de modo suficiente"

Brig L-Wanderley

Nos oráculos do Senhor dirigidos a Miquéias consta que, no fim dos tempos, os povos "de suas espadas forjarão arados, e de suas lanças, foices; uma nação não levantarão mais a espada contra outra, e não se exercitará mais para a guerra. Mas cada um habitará debaixo de sua vinha e debaixo de sua figueira, sem que ninguém o moleste; porque assim o prometeu por sua boca o Senhor dos Exércitos (MÍQUEIAS 4,1-4).

Não estamos no fim dos tempos. O Papa João Paulo II, em sua "Mensagem pela 16ª Jornada Mundial da Paz", refere-se aos mais de cento e cinquenta conflitos havidos desde a II Grande Guerra até então, e ainda:

"Assim, quem ousaria, pois, continuar a fazer pouco caso dessas guerras, das quais algumas ainda perduraram, ou dos estados de guerra, ou das frustrações profundas que as mesmas guerras deixam? Quem ousaria encarar, sem tremer, guerras ainda mais

vastas e bem mais terríveis, que continuam a ameaçar? Não será necessário fazer todo o possível para evitar a guerra, mesmo a "guerra limitada", assim denominada como um eufemismo, por aqueles a quem ela não diz respeito diretamente, dado que o mal que constitui toda e qualquer guerra, o seu preço a pagar em vidas humanas, em sofrimento, em devastação daquilo que seria preciso para a vida e para o desenvolvimento dos homens sem contar já os transtornos da tranquilidade indispensável, a deteriorização do tecido social e o endurecimento na desconfiança e no ódio em relação ao próximo, que as mesmas guerras cultivam?"

O Papa Paulo VI, na sua "Mensagem para a Celebração do Dia da Paz", de 1976, afirma:

"O desarmamento ou é atuado por todos ou então é um delito, por falta de defesa: a espada no conceito da humana convivência, como está se processando histórica e concretamente, não tem por ventura sua razão de ser, para a justiça e para a Paz? (cf Rom 13, 4). Sim: isso devemos admiti-lo".

Os que vivem sob a direta ameaça nuclear alimentam a esperança de uma defesa infalível, algo praticamente impossível de ser conseguido. Nós, que estamos relativamente distantes dessa problemática, não podemos enterrar nossas cabeças, pensando assim nos isolarmos desse quadro aterrador, real e atual do mundo em que vivemos.

"Quando um homem guarda sua casa, estão em segurança os bens que possui.

Mas, se sobreviver outro mais forte do que ele e o vencer, este lhe tirará todas as armas em que confiava, e repartirá os seus despojos (Lc 11-21)".

Vale aqui citar as palavras do Embaixador C. A. de Souza e Silva, proferida na ONU (Comitê de Desarmamento):

"Não satisfeitas com a capacidade destruidora das armas instaladas em seus respectivos territórios, as potências nucleares, e particularmente as superpotências, aceleram a disseminação de suas armas nos quatro cantos da Terra. Armas nucleares estão sendo agora, cada vez mais, instaladas numa base permanente fora de suas fronteiras, seja em terra, no ar ou sob os oceanos, talvez mesmo em zonas onde elas tenham sido proibidas por acordo internacional.

Seus sistemas de orientação e navegacionais já se acham em órbita sobre nossas cabeças, e parece ser apenas uma questão de tempo para que as armas nucleares comecem a circular a Terra como asteróides da destruição final. As superpotências justificam essa persistente proliferação geográfica com a necessidade, e o direito alegado de protegerem sua própria segurança; mas o direito legítimo das nações não armadas nuclearmente à sua própria segurança em face da ameaça nuclear é sistematicamente negligenciada ou completamente omitida".

Omitir a existência da guerra é furtar-se a constatar uma real e presente doença da humanidade: — guerra global, permanente e total.

Se a guerra é global, permanente e total, o envolvimento da nação é também global, permanente e total. Se a guerra é global, permanente e total, todos devem querer saber porque estão sendo mortos. E o que é mais grave, todos devem ter consciência de que outros podem estar morrendo por sua causa, defendendo direta ou indiretamente seus interesses e próxima ou longinuamente, seus valores.

No passado, havia um escalonamento nítido no tempo, entre o preparo, a mobilização e a guerra; hoje, além da concomitância dessas fases, tornou-se mais evidente a participação da nação, como um todo, no conflito. Hoje, a guerra atinge tudo, penaliza a todos; por isso, a Paz é problema de todos e de cada um.

Não é agradável o trato do seguro de vida, por subentender a morte. É oneroso o trato da defesa, por subentender a agressão e a guerra. Por maiores que sejam as nações, isoladamente, elas não são suficientes para alcançar seus objetivos políticos, econômico-financeiros, de abastecimento, de comércio, de defesa na era nuclear e aeroespacial, e de defesa do meio ambiente.

A guerra entre os Estados armados com artefatos termonucleares é problema que os transcende, pois aí já se trata de sobrevivência da própria humanidade.

"São os realistas, não os utopistas, e os sábios, mais que os moralistas, que apresentam a questão de saber se as guerras entre os Estados armados de bombas nucleares, e, então, a soberania dos Estados, são, a partir de agora, compatíveis com a sobrevivência da humanidade". (Raymond Aron)

A cada evolução do cenário global, temos que tomar clara posição, pois só para efeito de estudos é que o quadro econômico mundial é isolado do quadro político-social e do quadro de confronto de forças. Ainda, como hoje, a guerra é considerada um crime contra a humanidade, tanto pela sua natureza como pelo inconcebível poder destrutivo das armas nucleares, qualquer recurso à neutralidade é julgado contrário à moral e ao direito.

Uma defesa de segunda categoria é um desperdício — nacional delituoso e caro porque, na disputa, não há prêmio para o segundo colocado. Enquanto o desarmamento não for prática de todos, alhear-se ou praticá-lo isoladamente é crime de lesa-pátria.

As Forças Armadas em países desenvolvidos não são mais vistas como originalmente: protetoras da nação contra agressão provinda do exterior. Mas, por muitos, como ineficazes escudos contra a ameaça de destruição avassaladora, ou, por sua vez, como forças aniquiladoras contra alvos perigosos e imprecisamente definidos e, por isso, contra a vida no planeta. E, ainda, como instrumentos para os fabulosos lucros dos fabricantes de

armamentos, via o chamado complexo industrial-militar.

Em muitos dos países em desenvolvimento as Forças Armadas tendem à cópia do modelo organizacional das grandes potências, gerando agigantados organogramas em relação aos recursos, aos efetivos e aos equipamentos disponíveis. E, à falta de inimigos definidos, voltam-se para a política interna, agindo como super-forças policiais.

As Forças Armadas devem ser uma máquina eficiente, eficaz, corretamente dimensionada, neutra e pronta, como tal, para ser aplicada, como última razão pelo "Poder Político". Não lhe cabe, por vocação, outro papel que traia sua finalidade, destinação e preparo. Se às Forças Armadas fosse permitida a escolha do momento, do modo e do ponto de sua aplicação, elas seriam o poder absoluto.

As forças devem ser armadas pelo povo desarmado, para sua defesa.

Historicamente, em alguns países, mesmo desenvolvidos, um crítico desempenho de políticos, de militares e do sistema de informações compromete o sistema nacional de defesa. Por vezes, e principalmente nos regimes fortes ou totalitários, o partido político no poder é estruturado militarmente e seus quadros apresentam uma disciplina rígida e uma submissão, mesmo em questões políticas, aos órgãos de cúpula e aos "donos da verdade". Nesses regimes, ainda, os militares não se satisfazem, na paz, com o preparo para a condução de operações militares na guerra.

ra, e, em guerra, com a própria condução dessas operações. Querem a condução da guerra, isto é, decidirem sobre os fins políticos da guerra.

Em tempo de paz, os políticos e os militares devem colaborar na determinação do nível de recursos nacionais que deverão ser alocados para a satisfação das necessidades de preparo das Forças Armadas para a guerra. Em tempo de guerra, os militares e os políticos devem colaborar no sentido de que não faltem recursos para a guerra, bem como no sentido de que as operações bélicas sejam orientadas aos fins políticos da guerra. Vale dizer que, tanto na paz como na guerra, as relações entre os políticos e os militares devem ter como norma que aos políticos cabe a condução da guerra e aos militares cabe a condução das operações bélicas.

Se assim não for, as Forças Armadas determinariam, por si, os objetivos da guerra e, uma vez capazes de tanto, porque não determinarem os objetivos da Nação, porque não vetaram decisões administrativas, decisões políticas, porque não definirem a essência do patriotismo, do nacionalismo, chegando elas a considerar traidores de sua causa sagrada os que não aceitam os objetivos e as medidas que definem? Convencidos de que são os únicos guardiões da essência da nacionalidade, seus quadros de oficiais se inflam pela missão política assumida, ficando desproporcionais ao número de soldados e ao arma-

mento disponível. Nessa altura, a liderança militar resolve impor à sociedade o modelo organizacional com que tem maior familiaridade, isto é, a forma de vida adotada na caserna. O cerne desse modelo é a rigidez burocrática. Todas as situações estão e precisam ser previstas. É impositivo ter uma resposta pronta para cada uma dasquelas circunstâncias. Não pode haver criatividade fora da cadeia de comando. A grande massa deve nortear-se por regulamentos nos quais tudo se estipula minuciosamente. E mais, procura-se aplicar ao desenvolvimento econômico, e mesmo à vida da nação, desde o tempo de paz, a disciplina, a ação, o planejamento e a terminologia semelhantes ao planejamento militar das Forças Armadas, em guerra, que visa a torná-las uma máquina eficiente e eficaz.

Mas a sociedade não pode reger-se por regulamentos impeditivos de sua criatividade, desde que esta precisa ser, diuturnamente, a nota dominante. A sociedade só pode estruturar-se de modo estável e permanente se for devidamente oxigenada pela liberdade.

A opção pela liberdade tem uma dimensão muito maior do que se imagina habitualmente. Para efetivar-se requer descentralização, lideranças colegiadas, fortalecimento das instituições e das comunidades. Só numa nação que se eduque e se prepare para passar de uma estrutura de paz para uma estrutura de guerra, quando toda a nação fica mobilizada, haverá colaboração e respeito entre políticos e militares, uma vez que os

políticos são os representantes do povo e as Forças Armadas são o povo em armas.

Em muitos países, as Forças Armadas representaram ou representam o poder neutro e forte, tão útil quando a rivalidade política gera a anarquia, o vácuo de poder, e há necessidade de manutenção de integridade do Estado até a volta à normalidade legal. Essa atuação pode ser perigosa pela ambição política de alguns chefes militares e pela tentação do poder. Como antídoto, as Forças Armadas devem ser suprapartidárias e recrutadas em todos os níveis sociais, para que sejam identificadas com a nação, para que representem o espírito nacional, tanto dos conservadores como dos reformistas, de modo a se estabelecer nelas um equilíbrio interno que evite a permanência no poder e seja evitado que elas se tornem progressivamente politizadas e divididas pelo exercício do poder, quando então a anarquia e os confrontos seriam muito mais graves.

“O Estado detém o monopólio da violência legítima, mas os exércitos estão a serviço dos Estados para combater o inimigo exterior, não para impor sua própria vontade à nação”.

(Raymond Aron)

“Entre as Instituições Militares e o militarismo vai, em substância, o abismo de uma contradição radical. O militarismo, governo da nação pela espada, arruina as Institui-

ções Militares e a subalternidade legal da espada à nação”.
(Rui Barbosa)

Quanto aos sistemas de informações, tanto em alguns regimes democráticos como em alguns regimes totalitários, os órgãos de informações se hipertrofiam e se equivalem no que diz respeito a se transformarem também em órgãos de fiscalização do comportamento político dos nacionais, espécie de polícia-política, partindo para a realização de “operações”, tanto para a “busca de informações” como para a “ação física” ou “ação psicológica” contra os adversários dos que estão no poder. Vale dizer, tanto em alguns regimes democráticos como em alguns regimes totalitários, comunistas ou não, criam-se “Comitês Centrais”, “Bureaux Políticos”, “Polícias-Políticas”, “Centrais de Informações”, objetivando menos servir às nações que se outorgarem como intérpretes da vontade nacional, propugnando pela sua continuidade nos sistemas de poder, bem como desses sistemas no poder.

“As Forças Armadas devem voltar-se, exclusivamente, para sua destinação constitucional, encontrando no dever militar a base de inspiração e conduta. Assim, o Sistema Militar estrutura-se segundo Instituições Militares assim caracterizadas:

- Instituições nacionais, regulares e permanentes;
- sem propósitos políticos, não funcionando como poder controlador ou corregedor;
- garantidoras do estado de di-

reito e dos direitos fundamentais da pessoa humana, bem como o funcionamento integral dos poderes constitucionais e a aplicação das leis, nos limites de sua destinação constitucional;

— contribuintes fundamentais para a manutenção da Unidade Nacional;

— devotadas ao preparo e ao aprestamento, em atendimento às Hipóteses de Guerra e, assim, mantendo-se aptas a cumprirem suas finalidades operacionais;

— em sintonia com os interesses e aspirações vitais da comunidade nacional, consubstanciados nos Objetivos Nacionais Permanentes;

— alicerçadas nos princípios de hierarquia e de disciplina;

— com subordinação funcional e não pessoal ao Chefe de Estado;

— avessas a qualquer tipo de privilégios em relação ao demais cidadãos;

— coesas e unidas em torno dos mesmos princípios e valores da cultura nacional.”

“Nos regimes democráticos as Instituições Militares:

— são a um tempo subordinadas e garantidoras das Instituições Políticas;

— estão em sintonia com as aspirações nacionais;

— defendem, em decorrência de sólida formação, os ideais de liberdade e de respeito à dignidade da pessoa humana;

— têm como princípios básicos a hierarquia e a disciplina, alicerçadas no exercício de uma liderança democrática e no cultivo do respeito, da confiança e da

lealdade recíprocas entre chefes e subordinados; e

— estão voltadas para o cumprimento de sua destinação constitucional, para a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes e para o atingimento do Bem Comum, fim essencial do Estado.”

(ESG: “Fundamentos Teóricos” — 1983

A Paz queremos com fervor;
A guerra só nos causa dor.
Porém, se a Pátria amada
For um dia ultrajada,
Lutaremos sem temor.

(Canção do Exército)

Se os interesses nacionais, num mundo cada vez mais interdependente, não forem definidos levando em conta os interesses de outras nações, serão fonte de agravamento de conflitos. A própria estruturação de um sistema defensivo pressupõe a consideração de que há vizinhos hostis, o que já é uma provocação.

Mesmo quando acertados os limites das ações defensivas entre vizinhos, haverá o uso da inteligência no sentido de serem otimizadas as ações defensivas possíveis. Cabe à ação diplomática, mediante contínuo diálogo, mediante a busca criativa de possibilidades de conciliação, manter vivo o entendimento entre as nações. A força não pode valer por si mesma, mas como instrumento válido da diplomacia. Pode ser um meio crucial de criar incentivos às negociações. Pode até levar à capitulação. Mas, para que seus efeitos sejam

duradouros, ela deve ser atrelada à diplomacia.

Hoje, mesmo as nações militarmente fortes não o são a ponto de imporem permanentemente suas vontades, uma vez que as onerosas despesas de operações bélicas levam ao estudo do benefício de serem efetuadas concessões aceitáveis. Mas só um governo legítimo e corajoso pode levar uma nação a aceitar a definição dessas concessões, em nome da Paz. Hoje, os que se dedicam à segurança de sua nação, devem fazê-lo como quem se preocupa, fundamentalmente, com a segurança da humanidade, como garantia de que se alcance a Paz entre as nações.

A visão mundial da violência mostra a existência do conflito Leste-Oeste, acumulando-se sobre ele e agravando-o, o conflito Norte-Sul. Mostra, ainda, violência sob diversas formas, tais como: violação dos direitos humanos, discriminação de raça, de cor, de sexo e de religião.

Outrossim, além da violência entre grupos e indivíduos, verifica-se uma não menos importante agressão, qual seja a do homem contra a natureza. Constatase, ainda, a idolatria do Estado, que origina Estados divinizados que assumem exuberante postura de força.

Não podemos nos permitir uma ilusão de estarmos seguros quando o relacionamento entre os países confronta-se, de um lado, com a tendência globalizante dos fenômenos econômicos e sociais num mundo cada vez mais interdependente e, de outro, com naciona-

lismos egoístas; quando a interdependência entre os países torna-se fator de antagonismos e não de cooperação e aglutinação.

Da interação entre os países depende seus níveis de desenvolvimento e suas políticas internas. O desenvolvimento da economia internacional torna-se fator crítico para eles, uma vez que, para cada um, crescimento econômico, empregos, estabilização de preços e outros, substancialmente, são funções de ocorrências externas. No entanto, internamente, em cada país, cresce a oposição à entrada de bens alienígenos nas suas economias, criando-se resistência às medidas liberalistas no campo das tropas internacionais. Em suma, há sempre novas e importantes pressões do comércio internacional sobre a economia dos países e, igualmente, novas restrições domésticas nos países às políticas econômicas externas por eles praticadas. Como se o comércio internacional fosse uma guerra, onde os exércitos são compostos pelas empresas cujas armas são a tecnologia e a capacidade gerencial.

O desenvolvimento científico-tecnológico aponta para um novo tipo de relacionamento econômico-financeiro internacional, bem como um novo pacto entre o capital e o trabalho, qual seja o da descentralização da produção, de um lado, e o da concentração das informações e das decisões, de outro. Os mais capazes ficarão com a inteligência dos processos, com o gerenciamento, com a cria-

tividade. Os outros ficarão com os trabalhos braçais, repetitivos, de baixa qualificação, poluentes, de baixa remuneração. Deve vigor uma interdependência horizontal entre países que procuram harmonia nos seus interesses, e não uma interdependência vertical, quando há predomínio de uns sobre os outros.

Os ônus da interdependência, definidos de maneira ampla, relacionam-se com as limitações que ela impõe à liberdade de ação isolada e com a concomitante e crescente necessidade da coordenação internacional das políticas econômicas individuais. Se se busca a Paz, a interdependência, que traz intrínseca a conotação de dependência, deveria ser substituída pela complementariedade, que traz intrínseco o apelo à cooperação.

Por oportuno, não menos importante é a busca do desejável equilíbrio entre as razões econômicas e as razões de segurança, assim como um desejável equilíbrio entre as razões de produção econômica e as razões de proteção ambiental.

DEMOCRACIA ECONÔMICA E DEMOCRACIA POLÍTICA

O desenvolvimento, que é declarado ostensivamente como voltado para o Homem é, no entanto, basicamente julgado em termos de sua contribuição ao poder, à segurança e ao prestígio nacionais. A supremacia completa da segurança e de objetivos políticos de poder têm-se constituído na base de propostas e ações que ignoram

quase totalmente a sociedade dos homens.

Como afirma João Paulo II, na "Mensagem para a 16ª Jornada Mundial da Paz".

"Em vez de estar a serviço dos homens, a economia militariza-se. O desenvolvimento e o bem-estar ficam subordinados à segurança. A ciência e a tecnologia degradam-se ao nível de auxiliares da guerra".

Outro fato que afeta todos os países é o aparecimento de importantes agentes não nacionais no panorama econômico internacional. As entidades privadas transnacionais que operam, com frequência, fora do controle direto de qualquer governo, reduzem o poder soberano dos países, em geral.

Não existe Democracia econômica de um lado e Democracia política de outro — ela é um fenômeno indivisível. A relação entre o desenvolvimento econômico e a Democracia é das mais instáveis e difíceis, uma vez que a ordem econômica deve respeitar a modelagem determinada pela ordem jurídica, pela ordem política e pela ordem social. Sem a liberdade na economia, a liberdade política é fictícia.

Se é possível a simples divisão da economia entre a de comando e a de mercado, cabe à primeira uma ilusória eficiência e ordem resultantes de objetivos e soluções dogmáticas, preparados por "esclarecidos" e impostos coercitivamente à sociedade pela pesada burocracia que gera; enquanto que, à segun-

da, inexistindo dogmas, é possível, devido à flutuação da oferta e da procura, ao jogo político e à eliminação do Estado comandante, encontrar o caminho do melhor desempenho econômico, com justa competição, com eqüidade, com participação e consequente satisfação social.

"O mercado é uma permanente eleição, onde o voto é o preço. Já o Estado-comandante substitui a democracia do preço pela autocracia do regulamento"

(Sen R. Campos)

Só uma relação econômica de equilíbrio entre os nacionais permite que haja uma boa relação política. Trata-se da extensão do regime democrático, da ordem política, à ordem econômica e social. Ou a sociedade democrática resolve o problema econômico por meio democrático ou deixa de ser sociedade democrática. Contudo, a Democracia dispõe, e só ela, de uma dinâmica interna capaz de fazê-la evoluir de uma democracia política a uma democracia também social e econômica.

A economia brasileira já está entre as dez primeiras do mundo. Como corolário, tem-se a dimensão global dos interesses nacionais, tanto pela variedade dos itens a serem exportados ou importados, como pela conveniência da diversificação de mercados compradores e fornecedores, com o objetivo de se garantir certa regularidade no nível de negócios.

E essa diversidade da presença leva, pois, a uma política externa

cada vez mais mundial e torna o Brasil, pelo intercâmbio em todos os campos e áreas, cada vez mais sensível à soma e ao ajustamento de seus interesses aos interesses de seus inúmeros vizinhos; mais sensível aos eventos que têm lugar no alargamento das duzentas milhas, mar a dentro; mais sensível ao intercâmbio comercial, a nível global; mais sensível ao jogo de todas as Bolsas do mundo; mais sensível ao livre trânsito de seus navios por todos os mares; mais sensível aos fenômenos que ocorrem nas supergeladas terras ao sul do planeta; mais sensível às ocorrências nos longínquos e milenares desertos da terra; mais sensível aos constantes conflitos políticos, econômicos, militares, religiosos, ideológicos, que se sucedem entre nações; mais sensível às atividades no ar e no espaço; mais sensível à comunicação e à informação globais; mais sensível aos corações e mentes da humanidade e, necessariamente, mais solidário aos povos que têm valores idênticos a preservar interesses comuns ou prontos a se ajustarem.

Outrossim, nenhum dos países das Américas têm, como o Brasil, fronteira com dez outros. À medida que nos aproximamos significativamente de nossas fronteiras, pela rápida e crescente interiorização, são gerados inusitados problemas de convívio limítrofe.

MEDIDAS DE DEFESA

Por tudo isso, avulta que deve ser generalizado o estudo das me-

didas de defesa da Pátria, vale dizer, defesa do patrimônio cultural, defesa do patrimônio moral e ético, defesa do patrimônio territorial e ecológico, defesa das instituições e da soberania. Donde a imperiosa necessidade de definição dos antagonismos, das presões, dos inimigos existentes ou potenciais, das hipóteses plausíveis de conflitos, com o fim de dimensionar, adquada e corretamente, as onerosas medidas de defesa.

Nesse quadro, se os alinhamentos automáticos são subalternos, os desalinhamentos gratuitos são igualmente perniciosos, pela falta de isenção no julgamento de países que têm aspirações idênticas e interesses conciliáveis. Daí, a necessidade da definição das Hipóteses de Guerra, definição esta da mais alta responsabilidade.

Em decorrência das Hipóteses de Guerra, determinam-se necessidades, confrontam-se possibilidades e são previstos os recursos e as medidas a serem ativados em caso de concretização de uma ou mais delas, mesmo que esta destinação represente uma postergação no atendimento de reclamos da Nação, de outras origens.

É grande a tentação de cuidar diretamente dos problemas políticos, econômicos, psicosociais, porque eles influem nas medidas de defesa da Pátria, e tratar indiretamente dessa defesa, é corajosa a decisão de cuidar diretamente do trabalho anônimo, não excitante, rotineiro e profissional do difícil levantamento das Hipóteses de Guerra, que vão justificar todos os

planejamentos e medidas na área de defesa nacional, focalizando, sob a ótica dessa defesa, indiretamente pois, aqueles problemas da vida da Nação.

Aqui reside o perigo marginal de se pretender agir em função de objetivos militarizados, aplicando ao desenvolvimento econômico e à construção política o vocabulário operacional castrense; e de levar a que todos os esforços nacionais sejam de tal modo a eles vinculados que gerem centralização excessiva, falta de liberdade e tendência a regime totalitário.

A explicitação correta das Hipóteses de Guerra permite o exato dimensionamento do sacrifício nacional em homens e meios, evitando-se o erro, seja por falta, que seria o desastre nacional, seja por excesso, que poderia reduzir o ritmo de prosperidade do País.

Uma vez definidos os inimigos existentes ou potenciais claream-se as áreas onde há valores comuns e interesses conciliáveis, quando vão-se formar as alianças, estabelecer os tratados, a cooperação e participação conjunta, para a paz e para a guerra.

É da maior dificuldade e complexidade o estabelecimento do ponto em que uma nação pacífica está adequadamente armada. O Conceito Estratégico Nacional, onde se definem as Hipóteses de Guerra, é um documento político, cabendo ao Poder Político participar de sua formulação e aprovação, pois que abrange um período do próprio destino da Nação, nos planos nacional e inter-

nacional. Sua feitura terá que passar pelo crivo da Nação para que o governo seja reduzido às devidas proporções de executor e não de agente.

Ocorre, então, a necessidade de ser atribuída a uma instituição especialmente vocacionada o estudo dos fundamentos teóricos da segurança e o equacionamento descompromissado de respostas às questões a ela correlatas. Essa instituição é a Escola Superior de Guerra. Ela subsidia tanto estudando o método e a técnica para essa formulação como apresentando uma proposta. Essa destinação da ESG é clara, haja vista ser uma organização subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas e não à área civil, e ter um comandante militar.

É de grande oportunidade o seguinte trecho da Ordem do Dia referente ao XXXVI aniversário do EMFA, em 1982.

"Aqui e nos órgãos subordinados, em especial na Escola Superior de Guerra, juntos trabalhamos, marinheiros, soldados, aviadores e civis com o firme propósito de coordenar o esforço comum do braço armado da Nação no sentido que se realizem as aspirações e os interesses maiores de nossa gente, visando à paz e à tranquilidade, mas pensando na guerra".

Como as agressões ao Estado- Nação são múltiplas, atingindo-o por todos os seus lados e áreas de interesse, as medidas de "asseguramento" deve ser estudadas, equacionadas e executadas pelos seto-

res específicos atingidos. São centros de irradiação de idéias sobre Segurança e Desenvolvimento, com enfoques distintos:

— A Escola Superior de Guerra; — e os Institutos de Ciência Política, Econômica e Social, as Universidades e os Centros de Estudos de Política Internacional e de Estratégica.

Todos, cada um em sua área, se exaurem no estudo e no preparo dos fundamentos políticos, econômicos e psicossociais que vão informar, subsidiar e forjar o destino da nação brasileira. Somente a Escola Superior de Guerra se preocupa com o estudo e com o preparo dos fundamentos para a elaboração das Hipóteses de Guerra. Com vocação nata para o trato da problemática da Segurança, ela focaliza o Desenvolvimento sob a ótica do seu "asseguramento".

E vale aqui lembrar que a Escola Superior de Guerra foi e é estruturada sobre quatro pilares, representados pelos quatro Assistentes do Comando: um da Marinha, um do Exército, um da Aeronáutica e, significativamente, um do Ministério das Relações Exteriores. É a visão de que a solução pacífica das controvérsias deve reger as relações internacionais, e que a guerra, tão terrível, principalmente para os profissionais que a estudam, é realmente a última razão, na certeza de que só se torna estéreis os males que a paz anula. É, ainda, a materialização do desejo de tomar a Paz como meio e não apenas como fim, buscando a "Paz Justa" ao invés da "Guerra Justa".

A Escola Superior de Guerra é, pois, um centro de estudos sobre os instrumentos de ação na guerra, e de pesquisa de novos caminhos para a paz. Os estudos nela realizados são, por sua destinação original, subsídios ímpares para os elaboradores do Conceito Estratégico Nacional.

As experiências até ontem acumuladas pela sociedade tornam-se obsoletas pela rápida evolução nos processos sociais, agora acelerados na sociedade informatizada. Nesse quadro de rápidas mudanças, talvez a única herança do passado válida para o futuro seja o elenco de valores. A sociedade que perde a consciência dos valores fundamentais não tem condições de vencer crises sem que antes haja a recuperação e o respeito de si mesma, pois os princípios morais conferem credibilidade às medidas saneadoras na ordem política, na ordem social e na ordem econômica.

À medida em que que for generalizada a crença nos valores morais e espirituais, com a consequente vivência por todos, a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos virá por acréscimo.

Por oportuno, ouçamos o Mestre Alceu Amoroso Lima:

"Dir-se-á que tudo é do domínio da idealidade e não da realidade. Do plano utópico e não do plano tópico. Não é certo. Tanto os fatos como os princípios, em sua complementariedade, ontológica e histórica, nos levam à conclusão que aquela adequação

dos fatos aos princípios e destes àqueles, constituem um dos dados fundamentais para o convívio humano na base da concórdia e não da discórdia, como acontece em nossos tempos. Não temos o direito de viver apenas no plano dos princípios nem apenas no plano dos fatos. O isolamento de uns em face de outros é que nos levam à peste do fanatismo pela deturpação da fé; ao indiferentismo dos mornos em face do amor, e ao fantasma da guerra fria que é a negação da Paz. O pecado maior dos nossos tempos não será, justamente, essa criminosa primazia dos fatos sobre a intrínseca primazia dos Princípios?".

As energias da sociedade democrática só são totalmente mobilizadas quando, na disputa do voto, há a defesa de propostas, a um tempo políticas, sociais e econômicas, e vence uma delas — aí estarão totalmente acionadas as energias de homens livres. Sem tais propostas não há solidariedade nacional. E essa solidariedade é fundamental para que a sociedade posse se opor a influências, disputas e ações desagregadoras.

Essas propostas não devem ser um poço de certezas, mas um roteiro possível e passível de constantes reavaliações e atualizações. Propostas não fantasiosas, não ostentatórias, paradisíacas e demagógicas, mas com índice viável de exequibilidade e governabilidade.

Propostas da sociedade e para a sociedade.

"O delírio pragmático instaura o regime do programa pelo programa, sem que leve em conta a sua viabilidade e sobretudo o vigor ético que o sustenta. Mas já é hora de adiantar que a recusa do programa onisciente, e logo onipotente, não nos autoriza a festejar o empirismo vulgar, o personalismo tosco, muito menos a fazer o jogo da espontaneidade oca. Seria cair no extremo de recomendar para a falsa eficácia da tecnocracia o antídoto da verdadeira ineficácia da política"

(Eduardo Portella)

Reciprocamente, essas propostas devem repousar sobre uma sociedade de vivência ricamente democrática:

— pela sua cultura, sensível ao estilo democrático de vida;
— pela sua articulação crescente, quando a sociedade não se preocupa com o governo e não preocupa o governo; quando o governo não preocupa a sociedade e não se preocupa com a sociedade;

— pela valorização do conflito;
— pela institucionalização das atividades;

— e pela valorização das instituições, alcançada através do cumprimento do dever, do sentimento de honra e do amor à verdade, quando o cidadão aprende a estimar as instituições e a lutar por elas como pela sua própria libe-

dade e como pela sua própria família.

Daí porque a tarefa prioritária da sociedade democrática não ser a de formar profissionais qualificados, mas, sim, a de formar homens de bem, que dêem um sentido humano às instituições e às estruturas sociais.

A democracia exige, como condição vital, que o processo político seja conduzido por lideranças legitimadas pelo voto. É frequente a incoerência de se desejar o regime democrático e de não se valorizar, ao mesmo tempo, a política e os políticos. Numa Democracia representativa, pelo voto os poderes políticos individuais são transferidos aos seus delegados, dando orgiem a um dos maiores poderes humanos que é o poder político.

A utilização do vocabulário "poder" no sentido de poderio, de recursos de determinada ordem, gera um entendimento de que, numa Democracia, haja "poderes" diferentes do poder que emana do povo. Se, para efeito de estudos, há diversos "poderes", todos eles se submetem ao que emana do povo. (O "Poder Político" representa este poder e as Forças Armadas são o seu braço armado. Os meios e instituições de toda ordem servem tanto à política como à economia.)

Semântica e didaticamente criam-se "poderes", mas o que existe são instrumentos e instituições voltadas para o atingimento de objetivos políticos, sociais e econômicos da Nação. A atividade política é a seiva alimentadora do

regime democrático, que é o regime do diálogo e da negociação.

Se as elites dirigentes se distanciam da atividade política, também todas as medidas por elas implementadas fogem da realidade social e econômica e não são fiéis às aspirações do corpo social. O turbilhonamento, político, largo ou estreito, alto ou baixo, precisa ser aceito como parte essencial da vida democrática de uma sociedade que faz mais do que pedir providências ao Governo.

No regime democrático, nunca reina a calmaria ordeira e a falsa eficiência dos regimes de força..

"A ilusória tranqüilidade e a paz superficial que se obtém pelo banimento das atividades cívicas podem parecer propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e à própria prosperidade, mas nunca benéfica ao revigoramento e à dignidade dos povos". (Manifesto aos Mineiros, 24OUT 43).

O comportamento político não pode ser aperfeiçoado à força. Uma falsa alternativa são as medidas violentas, revolucionárias, que vão introduzir ordenamentos ainda mais imperfeitos, revestidos de dogmatismo triunfante, vale dizer, uma ordem aparente e imposta com uma eficácia ilusória e uma corrupção alarmante.

A alma de um povo democrático, por isso de vocação irredentista, não se sacia com Renda "Per Capita", com Produto Interno Bruto, com Milagre Econômico, com Balança de Pagamentos, e

outros que tais; mas, sim, com liberdade, com ordem, com justiça, com participação, com igualdade de oportunidades, vale dizer — com plena vivência democrática.

"Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito do voto e de "habeas-corpus". Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais que se traduzem em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o Território Nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir, no contínuo concurso das atividades políticas, os fadados a governá-la e a enaltecer-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político. (Manifesto aos Mineiros, 24OUT43)

Se ao homem tudo deve ser dirigido, é no próprio homem, no seu coração, que se inicia toda essa escalada de divisões, fraturas, violências, agressões, pelo seu egoísmo, ganância, prepotência, incoerência, hipocrisia, liberdade desenfreada, sensualismo, idolatria do ter, do poder ou do prazer.

Dividido em si mesmo, rasgado violentamente, rompe com o seu semelhante, com a sociedade e com a natureza.

Toda ação em busca da Paz tem que começar atingindo o âmago do homem. Se tanto, ter-se-á não a Paz baseada no medo, mas a única Paz que vale a pena, a que nasce da justiça e eqüidade, do respeito aos direitos do Homem e à sua

dignidade, da solidariedade e fraternidade entre os Homens.

Iniciar-se-ia, então, um novo tipo de "guerra": contra fome e a doença. Enfim, a paz estará próxima quando as Nações construirão preceitos morais que transcederão todo sistema e toda convicção. Atingir-se-á não a sociedade de homens, mas a sociedade humana, humanizada.



O Major Brigadeiro (RR) Luiz Carlos Aliandro é da turma de Aspirantes a Oficial Aviador de 12 de agosto de 1944. Entre as diversas e importantes missões militares desempenhadas ao longo de sua carreira, foi o primeiro Comandante do Núcleo de Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, Diretor do Curso Superior de Guerra e Chefe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. É atualmente Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), Brasília, DF.



TRAVESSIA MILITAR DE BRECHAS E CURSOS D'ÁGUA NO BRASIL

Claudio Moreira Bento

Graças ao Coronel Cláudio Moreira Bento, infatigável pesquisador da nossa História Militar, o Exército passa a completar, em aspectos ainda não focalizados, o processo da evolução histórica da sua Arma de Engenharia, com o precioso estudo que ele realizou sobre a evolução da técnica de Travessia Militar de Brechas e Cursos d'Água, vista desde os tempos coloniais, nas Guerras Holandesas, através de casos concretos que exaltam o engenho criador com que os nossos combatentes encontraram soluções de emergência para vencer, em situações difíceis, grandes obstáculos do terreno, detendo, ao mesmo tempo, o movimento do inimigo.

Ele tomou como ponto de partida as lutas contra o invasor holandês, precisamente o período que marca o nascimento do espírito do nosso Exército, para estudar a evolução dos processos e do material de passagem de rios e de brechas até a última Grande Guerra, o que representa um capítulo essencial da História da nossa Engenharia, muito anterior à sua organização como Arma, já no início do presente século.

Daí o grande valor do trabalho elaborado pelo Coronel Cláudio Moreira Bento a quem fica devendo o Exército um estudo meticoloso do mais alto interesse, principalmente para os que se dispuserem a estudar o papel desempenhado pela inventividade e o poder de adaptação do homem brasileiro, nas vicissitudes em que tem vivido como soldado, em todos os tempos, climas e situações.

É o que me leva a apresentar ao ilustre autor deste trabalho as minhas felicitações.

Gen Ex Aurélio Lyra Tavares

(Da Academia Brasileira de Letras, e dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil)

INTRODUÇÃO

Estudiosos do processo histórico brasileiro localizam na Insurreição Pernambucana (1645-1654), no contexto das Guerras Holandesas, o despertar da Nacionalidade e com ela o espírito de Exército Brasileiro. Naquela insurreição vamos, segundo interpreto, encontrar o despertar glorioso e providencial do espírito da Arma de Engenharia de Combate de nosso Exército, na sua missão mais característica de apoiar o Movimento na transposição de brechas e cursos d'água. E isto através da construção de uma portada de circunstância (balsa) que atravessou todo o Exército Patriota da margem direita para o outro lado do rio Tapacurá, em cheia, durante todo o dia 9 de julho de 1645. Com isto colocou-o a salvo do Exército Holandês que foi detido pela cheia do histórico rio. Esta memorável e oportuna travessia militar salvou a causa da Insurreição. Pois ganhou tempo para uma melhor concentração do Exército Patriota que venceu, logo a seguir, os holandeses em Monte das Tabocas e Casa Forte e abriu caminho para as batalhas dos Guararapes com todo o seu glorioso cortejo de projeções para a formação da Nacionalidade e preservação da Unidade e Integridade do Brasil.

Desde então, nas diversas campanhas internas e externas que nosso Exército tem atuado, fo-

ram usados meios contínuos e descontínuos de transposição de cursos d'água, em missões hoje tipicamente reservadas à Arma de Engenharia, criada em 1908.

Abordar casos históricos de transposição militar de brechas e cursos d'água pelo Exército do Brasil, em operações militares, (1645-1945) e, a atualidade e o futuro próximo do equipamento específico da Arma de Engenharia é o objetivo deste ensaio.

CASOS HISTÓRICOS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS E CURSOS D'ÁGUA

Guerras Holandesas e Bandeiras

No ano de 1645, 21º da invasão holandesa da Bahia e 15º da invasão de Pernambuco, os patriotas de Pernambuco se insurgiram contra o domínio holandês. Teve lugar a Insurreição Pernambucana, cujo epílogo foi a rendição de todas as forças holandesas no Brasil, em 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, atrás do atual forte Cinco Pontas, no Recife. (1)

Ao estourar a Insurreição, o Exército Patriota em formação ganhou o interior de Pernambuco à procura de reforços e condições de oferecer batalha.

Pressionado pelo Exército Holandês, o Exército Patriota forte de 1.000 homens atravessou em 5 de julho de 1645, a nado, e com o

RECONQUISTA DA VILA DE RIO GRANDE (2ª Fase)

- 1º ABR 1776 -

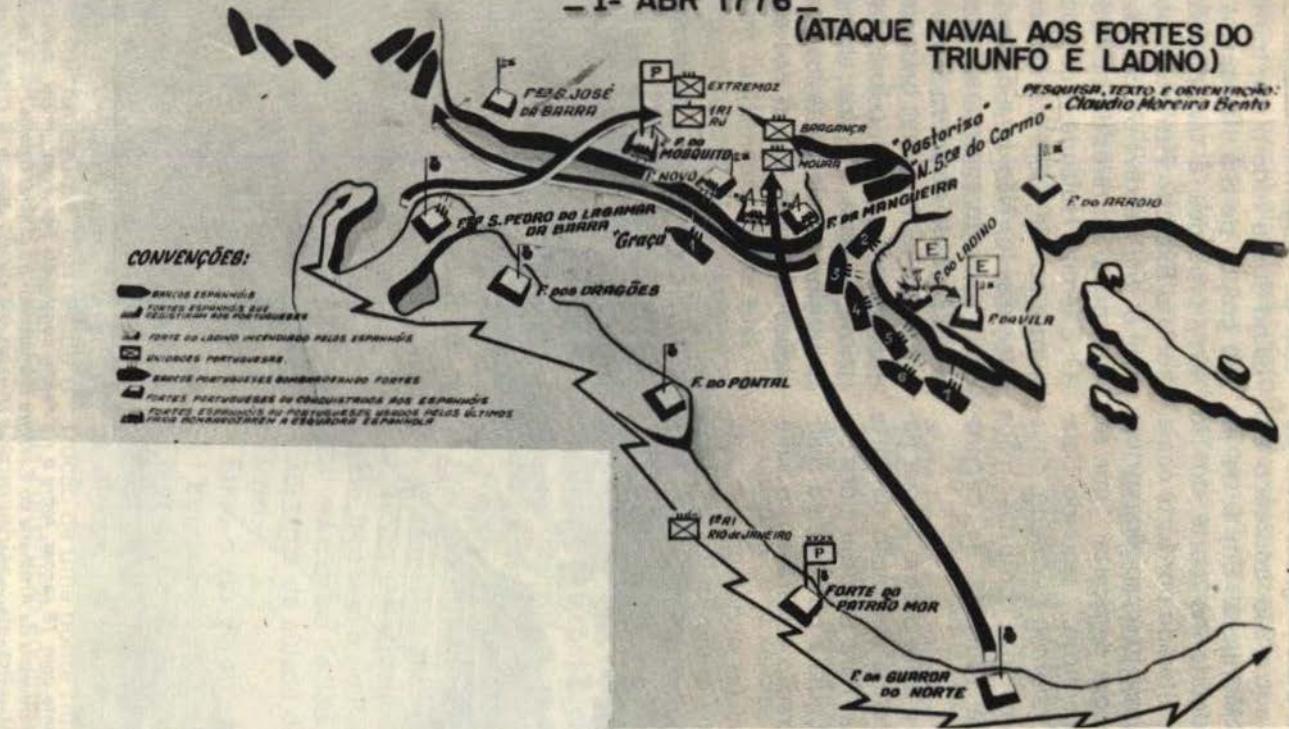
(ATAQUE NAVAL AOS FORTES DO TRIUNFO E LADINO)

Braga

PESQUISA, TEXTO E ORIENTAÇÃO:
Claudio Moreira Bento

CONVENÇÕES:

- BLOCOS ESPANHÓIS
FORTES ESPANHÓIS QUE DESLOCARAM OS FORTES PORTUGUESES
- FORTES DO LADINO INCENDIADOS PELOS ESPANHÓIS
- UNIDADES PORTUGUESES
- BLOCOS PORTUGUESES BOMBARDEANDO FORTES
- FORTES PORTUGUESES QUICHISSIMOS PELOS ESPANHÓIS
- FORTES ESPANHÓIS QUICHISSIMOS USADOS PELOS ÚLTIMOS FORTES BOMBARDEADOS A ESQUERDA ESPANHOLA

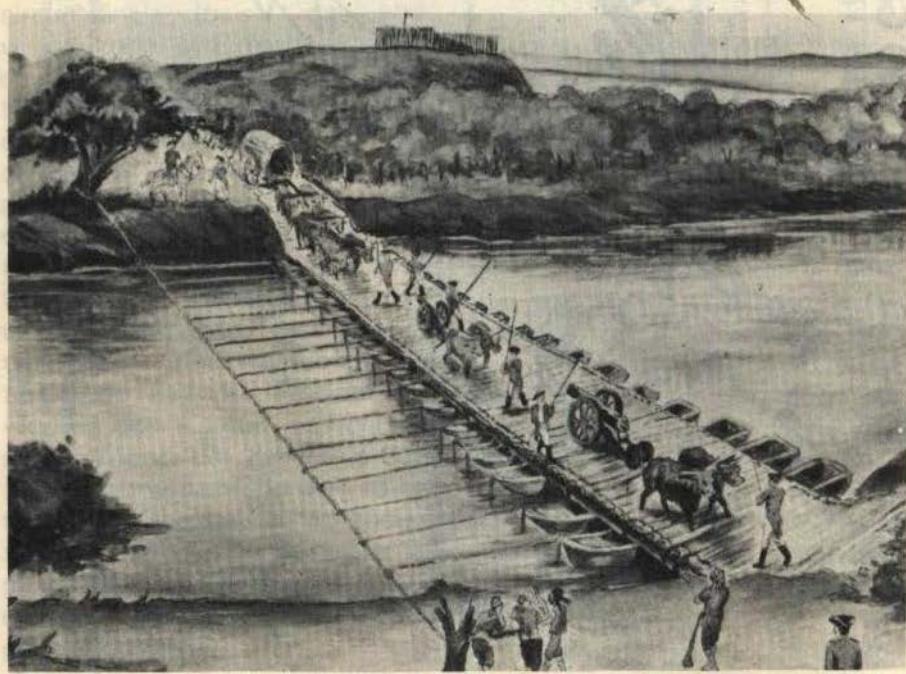


No assalto à Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776, 13 jangadas construídas por pernambucanos, com madeira mandada vir de Pernambuco tiveram papel decisivo na travessia do Sangradouro da Lagoa dos Patos. Elas, junto com escaleres da Esquadriilha Naval, transportaram dois destacamentos de granadeiros que conquistaram duas cabeças-de-praia na margem Sul. As setas atravessando o canal balizam o percurso das jangadas. (Arquivo do Centro de Documentação do Exército).

auxílio de duas jangadas o rio Capibaribe, entre São Lourenço e o Engenho Muribeca. Em 9 de julho foi detido no corte do rio Tapacurá, alterado por forte cheia. Para atravessá-lo o capitão patriota João Barbosa de Souza, "por ser muito engenhoso", segundo Calado em o *Valoroso Lucideno*, construiu com suas próprias mãos uma balsa (portada de circunstância). (2)

Pronta a balsa passou a fazer navegação retida em razão da forte correnteza. Para tal usou cipós como cabos guia e outros para realizar, por tração e retração, o vai-e-

vem de margem a margem. O trabalho durou todo o dia, transportando grupos de 8 a 10 homens. Assim, procedeu a transposição de todo o Exército Patriota e, ao final do dia, deixava o rio Tapacurá interposto entre os dois Exércitos. O Exército Holandês ficou detido junto ao rio, sem condições de atravessá-lo. Não fora o providencial "e muito engenhoso" capitão João Barbosa de Souza — o primeiro ponteiro militar brasileiro de que se tem notícia, o Exército Patriota poderia ter sido alcançado e batido naquele ponto, colocando águas abaixo o sonho dos patri-



Ponte flutuante com 18 canoas, sobre o rio Pardo, construída por aventureiros paulistas, em 1754, para a travessia da Artilharia do Exército Demarcador do general Gomes Freire de Andrade, rumo ao passo São Lourenço, no rio Jacuí (Pesquisa do autor e alegoria de Cílka Silva).

tas, concretizado mais tarde com a expulsão dos holandeses, fato que se projeta hoje, como o despertar do espírito de Nacionalidade e de Exército Brasileiro e o dever preservando a Unidade e a Integridade do Brasil.

Bandeiras

Os bandeirantes na sua épica missão de expansão do Brasil além das Tordesilhas, em função da União das Coroas Ibéricas 1580-1640, desenvolveram notáveis técnicas de travessia e navegação dos rios brasileiros, particularmente na Bacias do Paraná, rios que constituíram fundamentalmente suas estradas. Estas técnicas seriam de grande utilidade no Sul. (3) Técnicas seguramente absorvidas com os índios do Brasil nas bacias do Paraná e Amazonas.

Fundação do Rio Grande do Sul

Após fundar o Rio Grande do Sul atual, em 19 de fevereiro de 1737, o brigadeiro José da Silva Pais, ao desembarcar no local da cidade de Rio Grande atual, teve de proteger, à distância, a base militar então fundada sob o nome de Jesus-Maria-José, sua devoção. Mandou construir uma falua. Esta embarcação transportando um pelotão de Infantaria com petrechos, navegou todo o canal São Gonçalo e toda a Lagoa Mirim. No fundo desta foi fundado e guarnecido o forte, desde então São Miguel. Foi uma viagem épica e cheia de peri-

pécias, na qual o barco, depois de virar duas vezes, chegou ao destino e cumpriu histórica missão, (4) de grande repercussão geopolítica.

GUERRA GUARANÍTICA 1752/1756

Celebrado o Tratado de Madrid de 1750, portugueses e espanhóis trataram de demarcar suas línidas.

No Rio Grande, os índios dos Sete Povos das Missões reagiram à ordem de evacuá-los. Então, os exércitos demarcadores da Espanha e Portugal investiram pelas armas.

Quando o Exército Demarcador, ao comando do general Gomes Freire, dirigiu-se aos Sete Povos, através do rio Jacuí, foi apoiado por duas Companhias de Aventureiros Paulistas, descendentes de bandeirantes e com larga experiência na travessia e navegação em rios com canoas, que eram peritos em construir.

Eles construíram em Porto Alegre as canoas necessárias a apoiar o Exército Demarcador na subida do rio Jacuí até o rio Pardo. E, depois, até o passo de São Lourenço, a montante da cidade de Cachoeira atual.

Entre o rio Pardo e o Passo de São Lourenço, o rio Pardo desafava a travessia da Artilharia ao comando do coronel Fernandes Pinho Alpoym. A solução foi a construção de uma ponte flutuante. De sua construção encarregaram-se as Companhias de Paulistas. Foi

Para o êxito do assalto de surpresa à Vila do Rio Grande, à noite, através do largo canal, tiveram papel relevante 13 jangadas a vela mandadas construir pelo general Bohn, com madeira especial vinda de Pernambuco e por soldados pernambucanos que trouxe a São José do Norte e que estavam servindo na Ilha de Santa Catarina. Estas jangadas complementadas por escaleres de Esquadrilha Naval, baseada em São José do Norte, ao comando do Capitão-de-Mar e Guerra Hard-Castle tornaram possível o transporte de dois destacamentos de 200 homens cada, integrados pelas companhias de granadeiros do Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro, de Moura, Estremoz e Bragança.

O experimentado cabo de guerra europeu foi muito criativo, mas ficou admirado com as técnicas de trasposição de cursos d'água usadas pelos rio-grandenses, conforme relatou em suas *Memórias* sobre esta campanha.

UM ACIDENTE TRÁGICO NO RIO ARARANGUÁ

O exército do Sul atravessou o rio Araranguá usando uma ponte flutuante, construída pelo major de Engenheiros Francisco João Rósio, mais tarde autor da valiosa fonte *Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro*, além-fundador de Santa Maria, governador do Rio Grande de 1801-1803,⁷ e autor de Plano De-

fesa Circular do Rio, em 1769 (Sist. Vauban).

Ao ser atravessado em 28 de dezembro de 1774 pelas companhias de granadeiros e a do coronel do Regimento de Moura, teve lugar um acidente fatal, provocado pela imprudência do major do citado Regimento. Em consequência ele pareceu afogado, com mais 6 sargentos, 39 soldados e 1 tamboleiro, num total de 47 homens, uma verdadeira tragédia, com negativos reflexos no moral do Exército.

O citado major, sob protesto dos pontoneiros que operavam a ponte, com vistas a acelerar a transposição, colocou duas companhias sobre a ponte. Ele foi o cerra fila. Neste momento os primeiros suportes calaram fundo sob o peso excessivo. A seguir foram invadidos pela água. Formou-se uma rampa na qual muitos soldados não puderam se manter em pé. Então eles se amontoaram e terminaram por cair n'água e se afogaram. Os que estavam na segunda metade e conservando o espaço recomendado se salvaram.⁸

BÖHN SURPREENDE-SE COM A TÉCNICA GAÚCHA DE TRANSPOR RIOS

O experimentado general europeu Bohn teria a primeira surpresa com a técnica dos rio-grandenses em atravessar um rio. E é isto que ele registra em suas *Memórias* citadas sobre a travessia do rio Mampituba.

Travessia Militar de Brechas e Cursos D'água no Brasil

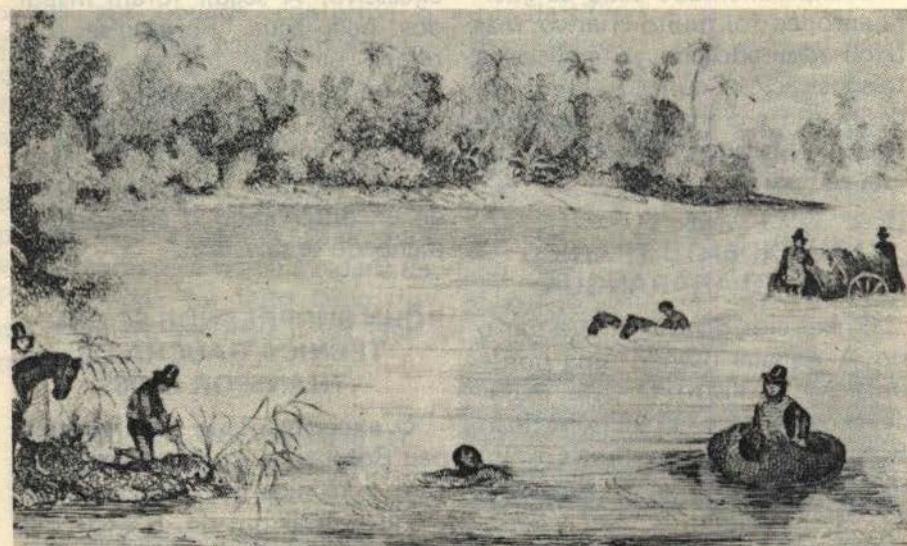
"Eu cheguei às margens do Rio Mampituba. Ali vi apenas dois barcos. Perguntei onde estavam os demais barcos? Observei como respondeu — Eram os únicos e suficientes!"

Confesso aqui que não compreendi, na hora, como seria possível passar ao outro lado daquele rio mais largo do que o Reno, tantos homens, tantas bagagens, carros e carroças. Nós europeus temos sempre a mão pontes fixas ou balsas, ou mesmo pontes flutuantes ou barcos grandes. Por esta razão não percebi logo um meio que não nos tirasse daquele embaraço. Este povo, ao qual faltam todos os meios que um país povoado e policiado apresenta, esta afeito às dificuldades e tem o espírito fecundo em recursos (criatividade).

Quanto aos cavalos e muares, todos nadam! Tiram-se-lhes as selas. Um homem a cavalo vai à frente entrando n'água. Outro impõe os outros cavalos que entram n'água o que fazem por si próprios. E seguem o primeiro cavaleiro que conduz a tropa ao lugar que quiser. Sozinhos atravessam mais de 100 desses animais. Se a corrente estiver um pouco rápida se afogam os animais porventura cansados.

As carretas são descarregadas. As bagagens passam em primeiro lugar nos dois barcos transformados em balsa (portada), sobre os quais atravessam inclusive uma carreta. E, tudo isso, executam com uma rapidez admirável!

E vi mais! Passaram uma carreta



Uso de pelotas de couro para a travessia de cursos d'água no Rio Grande do Sul, na forma assinalada pelo general Böhn, em 1775, ao assistir demonstração de Rafael Pinto Bandeira, na travessia do Rio Pardo. (Fonte Avé-Lallemant — Viagem ao Sul... — 1859)

pesada a nado, puxada por seus próprios bois.

A única diferença é que os bois foram desatrelados. A seguir foram usadas cordas bastante longas que eu levava comigo e do seguinte modo: Os bois tendo-as amarradas aos chifres e às outras pontas respectivas na carreta, foram colocadas n'água. E nadando, guiados pelas cordas, tracionaram a carreta. Foi um espetáculo completamente novo para mim, ver nadar aquela procissão de bois, dos quais se viam apenas os chifres e um pouco da cabeça de fora, seguidos pela carreta.

Minha cadeira e meus carros de bagagem lhes deram muito pouca dificuldade. Enfim toda a minha pequena comitiva passou em menos de duas horas e meia.”⁹

Estas técnicas tiveram largo uso nas guerras do Sul. Registra-as com detalhes em suas pinturas, algumas aqui reproduzidas, o pintor e tenente argentino Cândido Lopes, testemunha ocular do avanço aliado desde Corrientes até a batalha de Curupaiti, durante a guerra do Paraguai na obra: LOPES, Cândido, ten. *A Campanha do Paraguai de Corrientes a Corupaiti*. Record, 1973 (61 gravuras com texto).

mandante de um Corpo de Auxiliares, em realidade de guerrilhas, deu uma demonstração de como suas tropas atravessam um rio. E sobre isto descreveu o general Böhn em suas *Memórias* citadas.

“O major Rafael Pinto Bandeira deu-me, a tarde de 21 de julho de 1775, um espetáculo bastante bonito. Ou seja, o de uma tropa que chegando às margens de um rio profundo, sem nele encontrar pontes ou balsas, nem meios de as fazer, o atravessar do seguinte modo:

A tropa matou imediatamente alguns bois. Tirou a seguir seus couros. Destes couros frescos fizeram uma pequenas balsas redondas (pelotas) dentro das quais colocaram suas bagagens e as amarraram na parte de cima. Em seguida colocaram as referidas pelotas a flutuar. Cada pelota foi presa por uma correia (tira de couro). Sobre cada pelota tomou assento um soldado. Enquanto isso, para cada pelota um homem, após tirar suas roupas, se meteu n'água e nadou para a outra margem rebocando a pelota com a correia presa aos dentes. Eles fazem também pelotas maiores quadradas, abertas em cima, mas menos seguras que as redondas.

O que mais me admirou foi a velocidade com que aqueles soldados fizeram as operações. E mais do que isto, a presteza com que aquela gente se lançou n'água. Todos eram a um tempo só, bons

TRAVESSIA MILITAR DE UM RIO COM PELOTAS DE COURO

Quando o general Böhn inspecionou a fronteira do rio Pardo, o major Rafael Pinto Bandeira, co-

campeiros e bons nadadores. Este modo de atravessar um rio que não tem largura extraordinária, nem corre com demasiada violência, é bastante seguro. Os animais passam a nado. O emprego do transporte em carretas por aquelas tropas não é realizado. Eles usam cavaleiros e muares carqueiros.

Xenofonte, na História da Retirada dos 10.000 gregos, contou que certo dia os bárbaros descerdo um rio, trouxeram ao seu acampamento, víveres carregados sobre peles.

Mas esta gente daqui certamente não o leu, nem certamente tirou de Xenofonte a idéia das pelotas."¹¹

As técnicas testemunhadas por Böhn nos rios Mampituba e Pardo seriam combinadas e aperfeiçoadas ao longo dos anos.

Foram desenvolvidas técnicas de construção de pelotas para atravessar inclusive carretas, conforme testemunha Debret, em pintura focalizando o passo dos Negros no canal São Gonçalo, em Pelotas, em 1822, bem como pelotas para um passageiro puxada por um escravo nadando.

Por ocasião da conquista de Santa Tecla, os Dragões do Rio Pardo atravessaram o rio Camaguã, ocasião em que perderam um pequeno canhão (pedreiro), com reparo, que estava sendo atravessado numa pelota que virou.



Bugres transpondo um rio em uma pelota



Equipagem Birago — prussiana do tipo que o Brasil adquiriu duas em 1851, para a guerra 1851-52 e que se constituiu na primeira ponte de equipagem que o Exército possuiu. (Foto arquivo do autor).

GUERRA CISPLATINA 1825/1828

Durante esta guerra, coroando o brilhante feito estratégico do Marquês de Barbacena, ao operar junção, em 5 de fevereiro de 1827, no arroio Lexiguana, de forças ao seu comando provenientes de Santana e, as do general Bröwn, vindas de Pelotas, teve lugar de 29 e 31 de janeiro de 1827, a travessia, por Barbacena, do Camaquã-Chico cheio e torrentoso e sob pressão inimiga.

Esta travessia colocou o Exército de Barbacena a salvo, em região acidentada, compatível com seu forte — a Arma de Infantaria e, interposto entre o Exército de Alvear e as principais cidades gaúchas Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.

A eficiência da marcha de Barbacena sob fortes chuvas e a rápida travessia do Camaquã-Chico, evitaram que fosse isolado de outra fração de Bröwn e batido por partes. Foi um grande feito militar

que estudamos em detalhes em 1976.^{1,2}

A travessia foi feita sob a cobertura da Cavalaria de Bento Gonçalves retardando a testa do Exército de Alvear, que fora paralizado, em Bagé, por um temporal.

A Cavalaria transpôs a nado. Os soldados de Infantaria, com laços unidos à guisa de cabos guias, transpuseram o rio nus e em duplas, levando as roupas e equipamentos sobre as cabeças, em macas improvisadas.

Foi feito largo uso de pelotas de couro para travessia de doentes,

equipamentos em geral, como era costume consagrado na região.

Assim, em 36 horas, foram transpostos 4.296 homens e 12 peças de artilharia. De cavalaria 1.362 eram milicianos e o restante Cavalaria do Rio, da Bahia e São Paulo, sem prática naquele tipo de operação.

O Alferes Manoel Luiz Osório nesta ocasião salvou dois soldados de Cavalaria que cairam em águas fundas e se afogavam.

Nadou heroicamente até eles. Agarrou um pelos cabelos que trouxe de arrasto o outro, segundo se conclui da obra *A Vida do Ge-*



Ponte, tipo Divisão de Cavalaria em São Gabriel, com tração bovina a mais indicada para as realidades operacionais da época. Do atual quartel do 6º BEComb saiu com suas peças, tracionadas por bois, para a Campanha Contra Oribe e Rosas 1851-52, o Regimento Mallet, desde então apelidado. "Boi de Botas" (Foto arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).

neral Osório, escrita por seu filho.

Durante as guerras do Sul os passos nos rios e arroios condicionaram as operações militares. Isto em razão de não oferecerem as condições ideais à travessia e vau (pouca profundidade), leito firme, margens espaiadas. Ficaram célebres na história militar do Rio Grande entre outros, o passo do Rosário, o passo dos Negros, em Pelotas, o passo Nossa Senhora da Conceição do Jaguarão (Centurion), o Camaquã de Baixo (atual Vau dos Prestes) e logo a jusante o passo da Real Armada, que recebeu este nome por ali ter cruzado em 1774, o Exército (ou Real Armada) ao comando do general Vertiz y Salcedo mexicano, governador de Buenos Aires, após batido em Santa Bárbara e Tabatinga, em janeiro de 1774. Travessia durante seu trajeto, atualmente batizado por RIO PARDO, ENCRUZILHADA DO SUL, CANGUÇU, PEDRO OSÓRIO, Povo NOVO e RIO GRANDE. Passo que por corruptela é conhecido como passo Real da Armada ou de Armada e conhecido de Andrade Neves em 1840-1844. Entre 1800-1812 eram usados cerca de 70 passos de cursos d'água no Rio Grande do Sul.

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS 1851/1852

Para esta guerra o Brasil contrataou na Alemanha, entre outras tropas mercenárias, duas companhias de pontoneiros (uma de pontoneiros e outra de trens) equipadas com duas equipagens BIRAGO, de

60 braças cada e de uso no Exército da Prússia. Acompanhavam as equipagens 36 carroças austríacas de 4 rodas cada, para serem puxadas por 4 cavalos cada e em estradas. Compunham-se de 5 oficiais e 262 praças. Era o que havia de mais moderno na Europa.¹³

O material foi direto para Montevidéu bem como o pessoal. Ambos lá chegaram com aquela praça sob cerco de Manoel Oribe. Tão logo Caxias tomou conhecimento da chegada desse reforço, determinou que as duas companhias cerrassem sobre Colônia do Sacramento. O deslocamento não se realizou pelas seguintes razões: Os pontoneiros haviam recebido cavalos chucros cujo amansamento levaria tempo; não tinham experiência em montar e domar cavalos chucros, coisa rotineira e normal na doutrina militar da Bacia do Prata; duvida-se que mesmo dispondo de cavalos mansos a equipagem pudesse deslocar-se através do campo pelas campanhas uruguaias, onde a tração bovina era historicamente a indicada. Realidade demonstrada por Mallet, ao internar-se nesta campanha pelo Uruguai, com seu Regimento tracionado a bois, ocasião em que esta histórica unidade passou a ser conhecida como "Boi de Botas".¹⁴

Foi determinado que a equipagem BIRAGO fosse depositada em Montevidéu e seu pessoal dividido em grupos de 30 homens e incorporado em 6 unidades de Infantaria que combateram em Monte Caseros.

O material BIRAGO, ao final da guerra, foi levado para o Rio Par-

do. Lá foi reorganizada a companhia de Pontoneiros, ao comando do capitão Friedrich Pickart, 1º Ten Maximiliano Emmerich, 1º Ten Ugo Uchermann e 2º Ten Barão Carlos Von Kahlden e mais 25 pontoneiros alemães. Todos estes remanescentes dos Pontoneiros contratados para a guerra 1851-1852.

A eles, para transferência de "know-how", foram agregados os brasileiros, 2º Ten de Engenharia Antonio Dias Carneiro e 40 soldados.

Esta companhia praticou pontagem em Rio Pardo até o final de 1854. Foi extinta com o término de contrato dos mercenários alemães (brummers). Deles, o mais entendido em pontagem era Maximiliano Emmerich que mais tarde, na Guerra do Paraguai, foi o organizador, instrutor e primeiro coman-

dante do Batalhão do Pontoneiros, criado em 7 de outubro de 1865, em Uruguaiana, para apoiar o 2º Corpo do Exército, ao comando do Conde de Porto Alegre.

Emmerich desde 19 de dezembro de 1860 fora instrutor na Escola Militar da Praia Vermelha, de Topografia, Obras e Fortificações em Campanha e Serviço de Pontes e de Sapa.¹⁵

Emmerich foi exonerado do comando do Batalhão de Pontoneiros em 6 de abril de 1866, mas continuou instrutor do mesmo, cumulativamente como membro da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo do Exército, pelo qual foi citado, por bravura, em Curuzú e Curupaiti.

Este pioneirismo terá reflexos na Guerra do Paraguai, na transposição do Chaco.



Major Dr. José Carlos de Carvalho, chefe da comissão de engenheiros do Exército, com o curso de embarcações de nossa Marinha de Guerra, dirigindo em 14 de julho de 1865 a construção de ponte flutuante sobre o rio Uruguai, para transportar o Exército Uruguai e Brigada Brasileira Kelly, para operações contra o inimigo na margem direita do Uruguai. (Foto C. Doc. Ex).



Pontões de goma elástica do tipo usado pelo Corpo de Engenheiros na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Aparecem carregados em carroças (Ver História dos Exércitos e Tavares, A História da Arma de Engenharia).

Mas, durante a Guerra (1851-1852) teve lugar uma das mais impressionantes travessias militares de um rio da Bacia do Prata.

TRAVESSIA DO RIO PARANÁ EM DIAMANTE – 1851

Trata-se da travessia do Rio Paraná, em Diamante, da margem esquerda, para outra, do "Exército Grande da América do Sul", ao comando do general Urquiza, forte de 25.000 homens, dos quais 3.889 brasileiros e os demais correntinos, santafecianos, uruguaios e buenarinos. Travessia memorável de um rio de grande vulto, com 1.200 metros, recorrendo-se a todos os recursos, inclusive o apoio dos vapores da Esquadra Brasileira "Afonso", "D. Pedro", "Recife", "D. Pedro II", "Imperador", "Praense" e "Uruguai" e mais quatro corvetas rebocadas. Navios que transportam a tropa para o outro lado, rebocando os mais variados tipos de embarcações reunidas

em Diamante, incluindo 3 balsas currais, com capacidade cada, de transportar 100 cavalos por vez.

Essa operação durou de 23 a 25 de dezembro de 1851, na qual muitos cavalos atravessaram a nado, guiados por soldados, em pelotas ou barcos.

A travessia registrou o feito épico de duas divisões de Cavalaria, uma de Correntes e outra de Santa Fé, terem vencido a Distância de 1.200 metros a nado, recorrendo a pelotas, operação com poucos afogados e cerca de 600 extraviados, mas socorridos em tempo, fato único na História, segundo Genserico Vasconcelos.¹⁶

Foi um extraordinário feito militar para a qual nossa Marinha emprestou apoio decisivo como transporte e reboque.

GERRA DO PARAGUAI

Esta guerra, travada na bastante irrigada Bacia do Prata que abriga o Chaco, daria lugar a memorá-

veis transposições de brechas e de cursos d'água e de regiões pantanossas, dignas de figurarem na História Militar Mundial.

A primeira foi a transposição da margem esquerda para a direita, do rio Uruguai, em 15 de julho de 1825, da Brigada Kelly do Exército Brasileiro, junto com o Exército do Uruguai, usando ponte flutuante de inspiração do Marquês de Tamandaré, construída sob a direção do Ten Cel Engenheiro José Carlos Carvalho, em 24 horas, com o concurso do Corpo de Engenheiros e sobre 7 barcos de nossa Marinha. Missão da força: atuar contra coluna paraguaia.

O Exército Imperial do Brasil na sua marcha para concentração junto ao Passo da Pátria teve de transpor dois cursos d'água signifi-

cativos. Primeiro o Mandisovi e a seguir o Mocoretá. O Exército Imperial, com o concurso do Batalhão de Engenheiros, transpôs o Mocoretá de 26 a 30 de outubro de 1865, nos passos, (da foz para montante), do Bica da Cavalhada e da Diligência. Pelo último transpôs a brigada do brigadeiro Antônio Netto com o concurso de uma balsa e uma barca de transporte fluvial. O grosso do Exército, numerando cerca de 14.000 homens, 9 baterias de Artilharia e 200 viaturas transpôs os dois primeiros passos com o concurso de 4 chalanas, 2 canoas e 3 pontões de goma elástica. Foi um feito memorável da Engenharia vencer, então, com estes reduzidos meios, um curso d'água de 100 metros de largo, por 4 de profundidade.¹⁸



Travessia do primeiro Corpo de Exército Argentino, em 5 de novembro de 1865, do rio Corrientes, na Guerra do Paraguai, segundo o tenente Cândido Lopes. Ela focaliza três portadas, com navegação retida, de margem a margem, processo bastante usado, à época, na Bacia do Prata.



Aspecto da transposição do rio Santa Lúcia, em 21 de novembro de 1865, pelo Exército Argentino, durante a Guerra do Paraguai, segundo fixou em pintura o ten Argentino Cândido Lopes. Ela focaliza uma ponte, uma portada e o sistema usado de transposição de cavalhadas.

Este desenho mostra a transposição do Rio Santa Lúcia, realizada em 21 de novembro de 1865, durante a Guerra do Paraguai. A pintura, de autoria do tenente argentino Cândido Lopes, retrata a passagem de uma tropa argentina de cavalhadas pelo rio. No topo da imagem, uma ponte é construída sobre o rio, com soldados e cavalos cruzando. Na base da ponte, uma portada (uma estrutura que protege a passagem) é vista. À direita, uma carreta é puxada por cavalos. A paisagem ao fundo mostra uma planície com algumas árvores e uma estrada ou caminho que desemboca no rio. O desenho é detalhado, mostrando a movimentação da tropa e o ambiente rural da região.



Transposição do rio Riachuelo, por tropa argentina, em 23 de dezembro de 1865, segundo o tenente Cândido Lopes. Em primeiro plano a travessia da cavalhada guiada por soldados nus. Em segundo plano, uma portada atravessando uma carreta. No fundo, uma ponte flutuante para a travessia da tropa a pé.



Rio Paraná próximo à confluência com o rio Paraguai, visto do forte Itapiru, primeiro objetivo conquistado no Paraguai depois da invasão aliada em Passo da Pátria. A frente da ilha Porutuê ou da Redenção, nela o ten cel Vilagran Cabrita morreu, em 10 de abril de 1866, atingido por um obus disparado deste forte. A fundo, território argentino, base de partida do Exército Aliado para a transposição, de vulto, do Paraná, em 16 de abril de 1866. (Pintura do ten argentino Cândido Lopes — testemunho ocular)

Os argentinos, segundo se conclui do ten Cândido Lopes em suas pinturas, usaram em seu setor pontes flutuantes.¹⁹

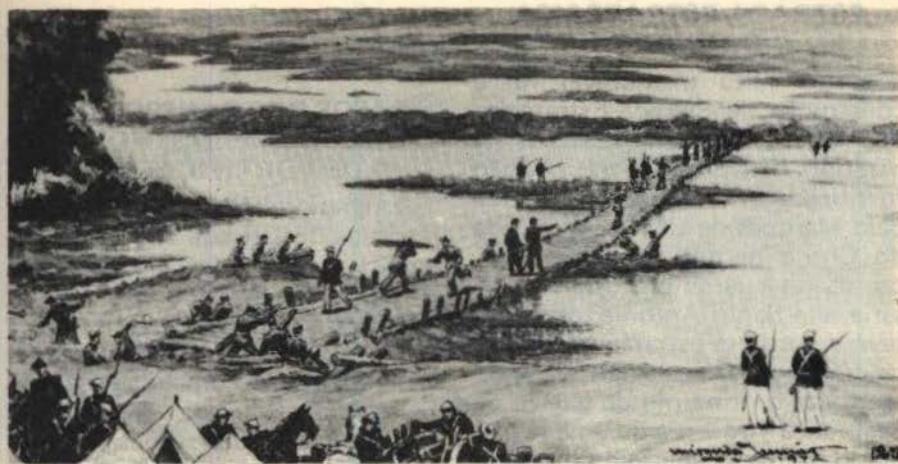
TRANSPOSIÇÃO DO PASSO DA PÁTRIA

O grande desafio a vencer seria a travessia do rio Paraná obstáculo de vulto de cerca de 2.400 metros, no cômputo dos meios à disposição do Exército para a gigantesca operação, à Comissão de Engenheiros chegou a conclusão de poder reunir no âmbito do Exército: 53 canoas para 2.325 homens; 9 pontões de goma elástica para 225 homens; 4 batelões para 240 homens; um vapor para 400 homens e 6 balsas para a Artilharia e Cavalaria. Tudo a ser rebocado por

três vapores a serviço do Exército (por frete). Meios capazes de numa vaga colocarem cerca de 3.000 homens na margem paraguaia. A Marinha prometeu reforçar o Exército com 4 vapores e 3 ou 4 chatas.

A histórica operação de travessia do Passo da Pátria teve início às 5 horas do dia 16 de abril de 1866.²⁰

O primeiro escalão foi constituído por três frotinhas integradas por 11 vapores, rebocando 3 chatas e 2 pontões e transportando cerca de 11.000 homens, 10 peças de Artilharia e cerca de 100 cavalos nos barcos a reboque. Cada frotinha foi assistida por oficiais do Corpo de Engenheiros e cerca de 50 praças do Batalhão de Enge-



Aspecto de uma das pontes construídas pelo Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército, do Conde de Porto Alegre, sobre a Estrada Estratégica do Chaco. Ela permitiu a manobra envolvente da posição de Piquiciri, na qual Caxias aceitou o risco calculado ou seja, arriscar o princípio de guerra de Segurança, em benefício do da Surpresa. Esta conseguida na forma rara – a estratégica. (Gravura de Miranda Junior).

nheiros. Estes realizaram o apoio técnico no embarque e desembarque consistente, principalmente, na operação das pranchas especiais de embarque e desembarque, colocadas entre os vapores e chatas e a terra firme. Ou seja, meios que exigiam uma certa técnica de operação, principalmente no desembarque de cavalos, muares e peças de Artilharia.

A operação foi coroada de êxito, em que pese a reação adversária oposta ao desembarque.

Ao anoitecer, a cabeça-de-ponte estava consolidada no território adversário e em condições de apoiar o avanço aliado, cujo primeiro lance foi a conquista do forte Itapirú que disparara, 6 dias antes, o fatal obus que vitimou o Ten Cel João Carlos Vilagran Cabrita – atual patrono da Arma de Engenharia do Exército.



Major Umbelino Alberto do Campo Limpio, bravo comandante do Corpo de Pontoneiros, nos difíceis e cruentes ataques as posições fortificadas de Curuzu e Curupaiti, onde esta tropa cumpriu difícil e relevante papel no apoio ao movimento do 2º Corpo de Exército Brasileiro. (Fonte – Semana Ilustrada – Rio de Janeiro, 1868-69)

ESTRADA ESTRATÉGICA DO CHACO

Outro feito memorável foi a construção de Estrada Estratégica do Chaco tornou possível a manobra envolvente da posição fortificada do Piquiciri, conduzida pelo Marquês de Caxias. A estrada do Chaco permitiu-lhe desembarcar na retaguarda profunda adversária, em Santo Antonio, onde obteve a surpresa estratégica, depois de correr o risco calculado. Isto ao sacrificar o princípio de guerra da Segurança (travessia de uma região inundável) em benefício do princípio de guerra da Surpresa.²¹

A estrada foi construída em 23 dias, entre os meses de outubro/novembro de 1868, consumindo 30.000 troncos de palmeiras como estiva e, incluindo, a construção de 8 pontes de circunstâncias, em profundidades superiores a 5 metros.

Foi construída ao longo uma linha telegráfica.

Foi um trabalho épico executado pelos Corpos de Engenheiros do 1º Corpo do Exército e pelo Corpo de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército. A esta Unidade coube a construção das 8 pontes ao longo da Estrada Estratégica citada.²² É, até agora o maior feito de nossa Engenharia Militar de Combate, pela Repercussão estratégica que propiciou, ao suportar uma manobra de envolvimento, modelo na História Militar Mundial.

Outra tarefa comum foi a de apoiar a transposição, com pranchas, de pequenas brechas, con-

sistentes nos fossos das fortificações adversárias.

CASOS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS DOS FOSOS DE FORTIFICAÇÕES

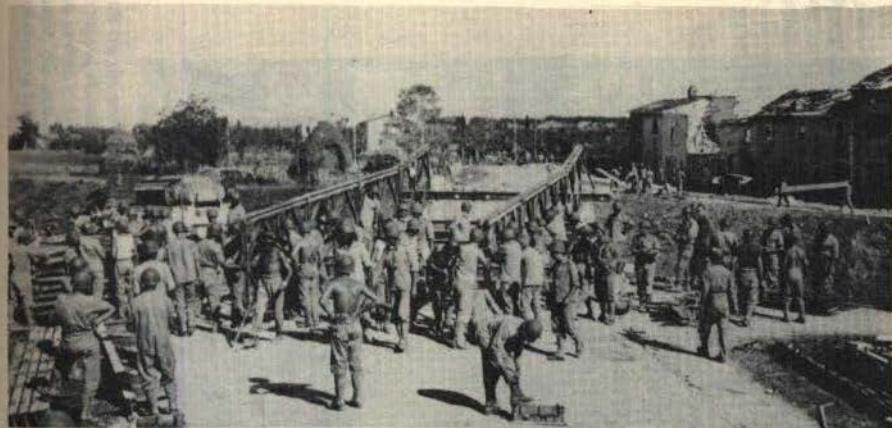
Exemplo disso foi o ataque à posição fortificada de Piquiciri em 21 de dezembro de 1868, no contexto da Dezembrada. Nele o Corpo de Pontoneiros desempenhou importante papel, assim descrito por seu comandante-major Felício Pais Ribeiro:

“Organizei duas seções para trabalharem com as equipagens de assalto às trincheiras.

Elas colocaram pranchas e escadas em dois locais e depois uniram-se e começaram a entulhar o fosso. Estas seções de Pontoneiros cumpriram tão bem e tão rápido a ordem que em menos de um quarto de hora, havia duas brechas para a Infantaria penetrar no recinto inimigo. Foi graças a ela que as trincheiras de Piquiciri foram franqueadas ao nosso Exército.”

Este apoio custou a vida de 82% dos integrantes das duas seções de Pontoneiros, tombados em missão. Muitos no interior dos fossos, sob a metralha inimiga, na tarefa gloriosa de apoiar o movimento do Exército.²³

Antes, em Lomas Valentinas, uma Companhia de Pontoneiros ao Comando do Cap Martins, depois de colocar pranchas e escadas para o assalto à posição, segundo Emílio Jourdan, “ajudaram com os corpos de seus bravos Pontoneiros a atulharem o fosso, pelo local por onde a Infantaria e a Ca-



Uma das 12 pontes Bayley construídas pela Engenharia da FEB, na campanha da Itália. Aparece na foto construída em setembro de 1944, a E de Pisa com 45 metros. (Arquivo do autor).

valaria brasileira entraram no reduto e o conquistaram".²⁴

No ataque a Peribebui, segundo o Visconde de Taunay, foi o próprio general Osório que marchou na frente para o assalto e após abater a tiro um adversário que o ameaçava, desmontou e auxiliou pessoalmente na colocação da prancha sobre o fosso, local por onde se precipitou eletrizada, pelo exemplo do chefe, toda a tropa a seu comando.²⁵

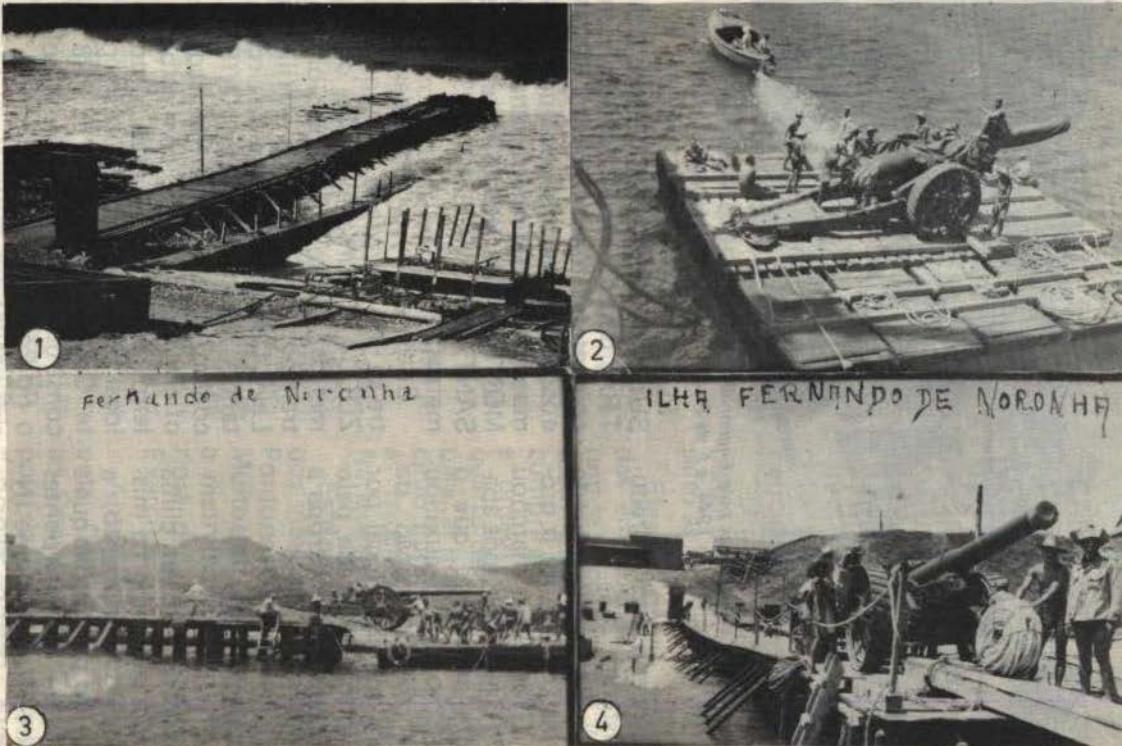
2ª GUERRA MUNDIAL

A Engenharia da FEB em clima de guerra teve a seu cargo na missão de apoiar o movimento, a construção de 18 pontes das quais 12 do tipo Bayley. Entre as pontes Bayley registre-se as de nome INDEPENDÊNCIA, TRÊS TIROS, LAGES (13 metros), LAGOA VERMELHA (20 metros), ITAJUBÁ (17 metros), AGUIDAUANA (30 metros), CACHOEIRA DO

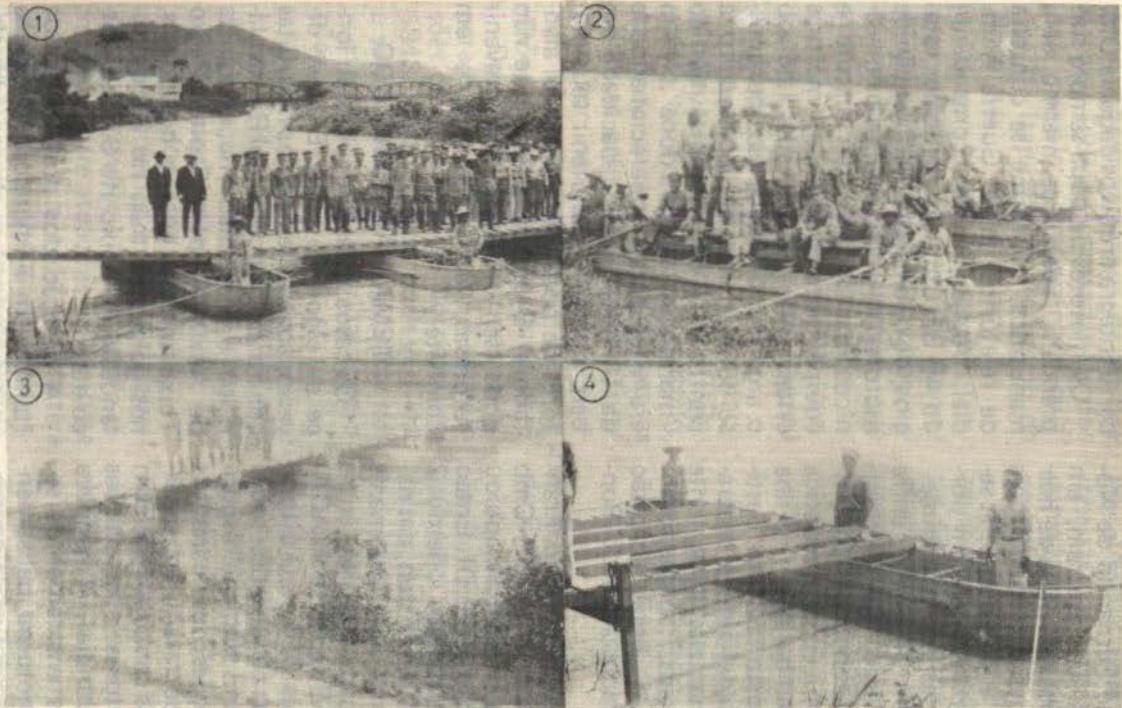
SUL (40 metros), GENERAL DUTRA, duas construídas depois do combate ao Monte Castelo, em 21 e 22 de fevereiro, sendo que a última sob fogo inimigo e, mais a de MONTECALVONI (62 metros) e SANTA MARIA EM MONTE (46 metros).

Entre as Bayley reparadas registre-se, na estrada 6.423 ao N de ZOCCA e numa extensão de 20 metros, ponte que possibilitou transpor o Grupo de Artilharia Levy. Dentre as 6 pontes de circunstância registre-se a Ten KNIBBS, construída em homenagem aquele oficial inglês, ligação com os brasileiros e morto em ação junto ao local onde seria construída a ponte. Coube à Engenharia da FEB reconstruir a primeira ponte sobre o rio Pó, em Valença, ligando Turim a Milão.

Outro feito significativo para a Arma de Engenharia no contexto da 2ª Guerra Mundial ficou por conta de 182 pontoneiros do atual



4º B E Cmb – 1942-45. Ilha de Fernando de Noronha. Durante a 2ª Guerra Mundial, três contingentes, numerando 182 pontoneiros do Batalhão que integraram a denominada “Guarnição Sacrifício” de Fernando de Noronha, construíram e operaram, em condições adversas de praias de mar alto, com recursos locais e soluções originais, trapiches, balsas e ancoradouro, destinados ao desembarque de materiais essenciais à defesa daquela importante posição estratégica brasileira, além de assegurarem a defesa do porto e de suas instalações. (1) trapiches com maré alta. (2) Navegação da portada com canhões 152mm, entre o navio e o trapiche. (3) Momento em que o canhão passou da portada para o trapiche. (4) O canhão já em cima do trapiche.



Primeira ponte de equipagem construída no Brasil em 1918-19, sob o estímulo dos Ministros da Guerra General Cardoso de Aguiar e Pandiá Calógeras. Foi construída pelo Arsenal do Rio, segundo projeto do Ten Renato B. Nunes, com o apoio em regulamento de engenharia inglês. As viaturas foram projetadas pelo Cap Luiz Gonzaga Borges Fortes. Com a chegada, no início dos anos 20, da equipagem francesa 1901, distribuída aos 1º BE Rio e 4º BE - Itajubá, esta equipagem foi enviada para o 5º BE, no Paraná e a equipagem americana de madeira e lona, ao 3º BE em São Gabriel. Aspecto da experiência da equipagem em dezembro de 1918, em Barra do Piraí - Rio - levada a efeito pelo 1º BE. Fotos: 1 - ponte normal; 2 - portada; 3 - passadeira e 4 - Detalhe encontro. Cada pontão era formado por dois meios pontões - Foto 2. (Fotos: Arquivo 4º BE Cmb. Pesquisa e legenda Coronel Claudio Moreira Bento - Itajubá - 1982).

4º BE Cmb de Itajubá. Eles tiveram a missão de construir, operar e defender o porto de Santo Antônio na ilha de Fernando de Noronha. Para tal construíram, em condições adversas de praia de mar alto e com soluções originais, dois trapiches e um ancoradouro. A seguir construíram e operaram portadas construídas com os primeiros pontões tipo B4 – A1, entre os navios ao largo, até os trapiches. Com elas, rebocadas por lanchas, realizaram a épica e histórica façanha de desembarcarem na ilha 2 canhões de Costa 152 mm, destinados à época a defender a soberania brasileira naquela importante posição estratégica,²⁶ e que foram apontados pelo então capitão Francisco de Paula Azevedo Ponde.

Em 1952, no Largo São Francisco, em Santos, o 2º BE Cmb num quadro de construção apoiou histórica manobra da 2ª DI. Então entre outros trabalhos operou 2 portadas B4-A1 de 25 ton, em navegação marítima, sujeita a marés e, mesmo durante a noite, entre os portos de VICKRY e PIACABUÇU, distantes 12 km. O último foi construído camuflado sobre mangues, com um trapiche respondendo às variações dos mares. As portadas transportaram, em sucessivas viagens, os canhões 155, com respectivos tratores e guarnições do 60-155 de Jundiaí. A manobra trouxe valiosos ensinamentos sobre navegação noturna, balizamento e sondagem com fins de navegação, transposição sob vâo estreito de uma ponte e como usar com eficiência motores de popa para

água doce, em água salgada. Ensinamentos traduzidos em relatório em poder do depoente²⁷ que por certo integra arquivos daquela OM.

Os motores de popa sempre surpreendem, apesar de mesmo bem manutidos, conforme se constata de relatórios da 2ª Guerra Mundial. Assim quando comandante do 4º BE Cmb programamos estágios, de operação e manutenção de motores de popa, a todos os mecânicos da Unidade (de viatura e equipamento mecânico, motores estacionários, serras, etc). Isto sob o argumento de que o compromisso fundamental do pontoneiro é dentro do rio, como autêntico "marinheiro de água doce". Assim era vital para a operacionalidade da Unidade a sua capacidade em bem operar e manter seus motores de popa. A resposta foi alentadora. É uma realidade que não pode ser esquecida para prevenir surpresas, em exercícios e em combate.

TEMA NÃO ESGOTADO

Os casos apresentados estão longe de esgotar o tema. Existem diversos outros exemplos nas lutas contra os franceses no Rio de Janeiro e Maranhão, na conquista da Amazônia pelo Capitão Pedro Teixeira e nas guerras holandesas, nos golpes de mão no Recife holandês e no baixo rio São Francisco etc.

A atuação dos pontoneiros de Itajubá, em Fernando de Noronha vem sendo objeto de acurado relatório histórico produzido por veteranos daquela histórica operação, os atuais Cel Asdrubal Este-

ves, Major Romeu Santana e Capitães José Sâmia e Agostinho Antonio da Silva, os dois primeiros também veteranos da FEB e os dois últimos comandantes dos dois primeiros contingentes enviados de Itajubá para Fernando de Noronha.

Cumpre destacar conforme observou-nos o Exmo Sr General Rubens Mario Brum Negreiros, veterano da FEB, ao apreciar este ensaio, o seguinte que deve ser levado em conta pelo leitor, conforme carta com que nos honrou em 15 de janeiro 1985:

"Na minha carreira, por coincidência, servi em Itajubá, no 1º Batalhão de Pontoneiros, em 1943, de onde saíram os contingentes militares para Fernando de Noronha; por isso conhecia as peripécias dos desembarques dos canhões e outras cargas naquela ilha.

Do 1º Btl de Pontoneiros fui para o Destacamento de Transmissões de Fernando de Noronha, em 1943/1944, quando pude verificar e sentir "in loco" a veracidade dos comentários das referidas operações.

Do Dst Trans. de Fernando de Noronha fui para o 9º BE Cmb/FEB e segui para a Itália com o 2º escalão, onde novamente fui testemunha dos fatos relatados.

Essas minhas andanças permitiram-me avaliar e sentir bem a diferença entre atuações de combate real, na Itália, e a de expectativa distante do combate, em Fernando de Noronha, e combate simulado em manobras, em Santos.

Os trabalhos na frente de combate na FEB foram árduos, sem-

pre perigosos, com um inimigo tenaz que quando recuava deixava para trás toda sorte de armadilhas e minas, para dificultar e ate-morizar o adversário. Só estas circunstâncias pedem um destaque em separado.

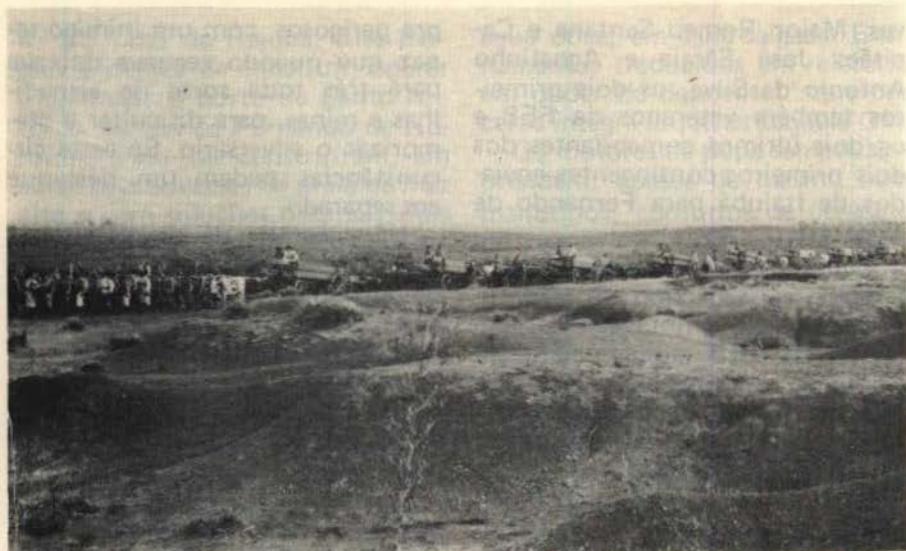
Não gostaria de desmerecer as agruras do período de Fernando de Noronha, que também participei, mas de fazer justiça àqueles que em terras estranhas tão bem se houverem; muitos oriundos de Itajubá".

EVOLUÇÃO NO EXÉRCITO DAS EQUIPAGENS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS E CURSOS D'ÁGUA 1851/2000

A Primeira Ponte de Equipagem do Exército

A primeira ponte de equipagem utilizada pelo Exército foi a BIRAGO, adquirida para a guerra contra Oribe e Rosas, mas não usada na ocasião.²⁸

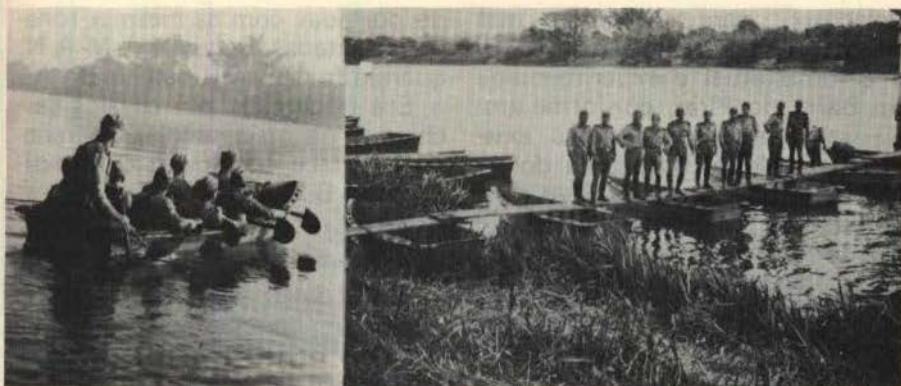
A segunda de que se tem notícia e a primeira da Engenharia, foi a Equipagem Sistema Cristensen, encomendada à Dinamarca e destinada a 1ª Brigada Estratégica, no Rio de Janeiro. Ela chegou ao Brasil logo depois da criação da Arma de Engenharia, em 1908. Foi experimentada de novembro e da Quinta da Boa Vista e depois nos rios Pirai e Paraíba, em Barrinha do Pirai. Dirigiu as experiências o então 2º Tenente de Infantaria Pedro Coradolino de Azevedo, mais tarde professor de História Militar do Realengo e em Resende por 26



Aspecto em São Gabriel – RS do deslocamento da equipagem americana, tipo DC, com botes de lona, do atual 3º BEComb, quando em São Gabriel, em 1922. (Foto do arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).



Ponte americana, tipo DC em 1922, lançada pelo 3º BEComb, então em São Gabriel. Os botes constituiam-se de uma armação envolto em lona. (Foto do arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).



Uso da passadeira M-1, pelo Curso de Engenharia da Escola do Realengo nas Manobras em Resende – agosto 1943. A esquerda, uso do suporte como bote de assalto. A direita uso como passadeira, apoiada num suporte da velha ponte de Resende. (Foto cedida pelo Gen Div Athos C.B. Teixeira de seu arquivo).



Atividade de pontagem do Curso de Engenharia da Escola Militar de Realengo, em setembro de 1942 com a ponte B-2. (Foto do arquivo do então cadete de Eng Athos Cesar Baptista Teixeira).

anos. Suas experiências e sugestões consequentes as difundiu no *Boletim do Estado-Maior*, em 1912, com ampla cobertura fotográfica da equipagem.²⁹

Depois desta surgiu a primeira equipagem de pontes construída no Brasil que deu origem a série B-1, B-2, B-3, B-4 e B-4-AL.³⁰

B-1 – Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro – 1918

Foi a primeira projetada e construída no Brasil e no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Foi projetada pelos tenentes Renato Batista Nunes e Luiz Gonzaga Borges Fortes. Este projetou as viaturas. Assemelhava-se à francesa

Delacroix, para Cavalaria, mas reforçada. Foi destinada ao 1º B E Cmb atual e experimentada em Barra do Piraí, conforme ampla reportagem fotográfica existente em álbum no Museu do 4º B E Cmb, em Itajubá. Suas possibilidades eram pontes de até 2,5 ton., passadeira até 1,5 ton e portadas de 3 ton e 5 ton. Foi destinada ao 5º B E Cmb, em Curitiba, em 1924. Foi anunciada em dezembro de 1913, no *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*.

B-2 – Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro (1930/1931)

Foi cópia da francesa de 1901, com pontões de cedro, ao invés de aço e tabuleiro de peroba, ao invés de "faye" francesa. Os pontões foram construídos nas oficinas de Henrique Lage — "o cadete nº 1 da AMAN", na ilha de Viana em 1930-1931, no comando do Cel José Pessoa na Escola do Realejo, para qual foi destinada. As viaturas hipomóveis foram construídas no Arsenal de Guerra. Eram muito pesadas.

B-3 – Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro – 1936

Resultou de estudos da Comissão de Oficiais nomeada pela Diretoria de Engenharia. Era construída de meios-pontões de duralumínio feitos na Alemanha. Cada pontão a dois meios pontões suportava 4,7 ton. O tabuleiro era de madeira e as ligações feitas com cordas e possibilitava pontes de 1,8 ton, 3,5, ton e 8,6 ton, além

de portadas com as mesmas tone-lagens citadas. Serviu à A M A N, quando foi substituída pela B4-Al.

Era tracionada por cavalos Percheron, na gíria escolar "percheras". Parece costumam confundi-la com a B-2.

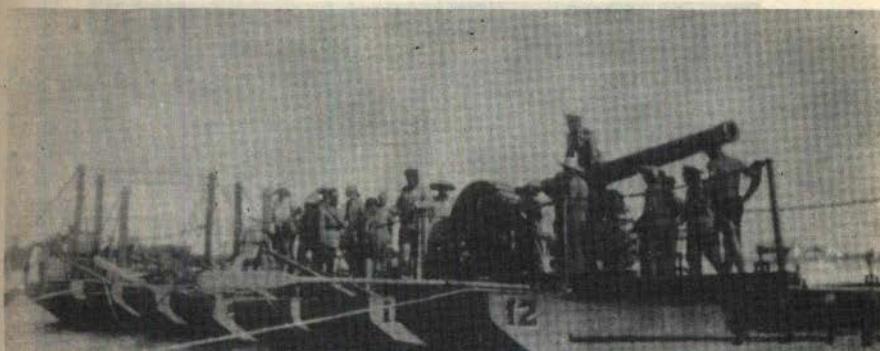
Equipagem B-4 e B4-Al

Foi começada a estudar em 1941, com base na equipagem Alemanha, tipo B-1. Cópia desta foi feita na Fábrica de Viaturas de Curitiba. O primeiro serviço de guerra prestado por seus pontões foi em Fernando de Noronha. Lá foram operados por pontoneiros do atual 4º BE Cmb que realizaram o feito épico de desembarque de 99 canhões 152 mm naquela ilha, local onde eles encontram até hoje em posição.

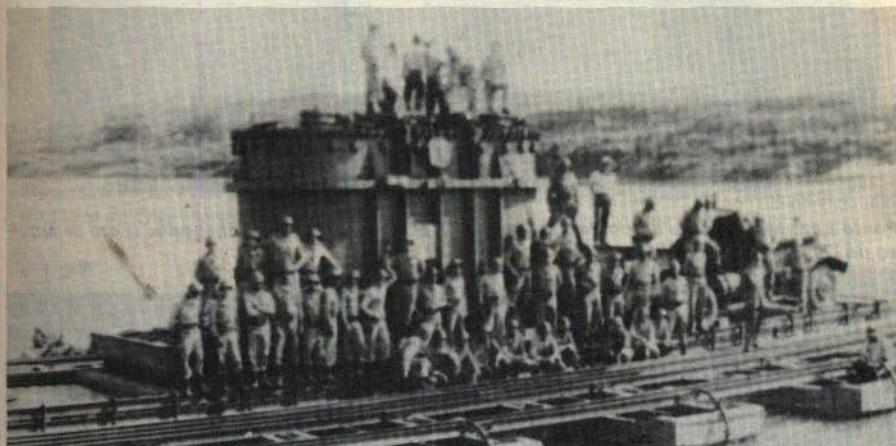
A equipagem B-4 era composta de 32 meios-pontões e a B-4-Al de 64 meios-pontões e 32 corpos de pontões. O transporte inicial foi com viaturas 5 ton — Dodge, com carroceria adaptada em Curitiba.

Foram construídas em Curitiba 9 equipagens B-4-Al e distribuídas pelas Unidades de Engenharia de Combate e AMAN.

A prova de carga da B-4-Al foi feita pelo 4º B E Cmb, em Resende, em dezembro de 1948,³¹ para pontes flutuantes de 10, 25, 31 e 38 ton e, em 1949, no rio Guanduí, pelo 1º B E Cmb, para pontes de 35 e 56 ton. A aplicação do material foi regulado no Manual Técnico T5-270 de 1950. Estas equipagens em consequência de emprego para o restabelecimento do tráfego rodoviário nos rios Piratini (1955), da Prata (1962-Minas



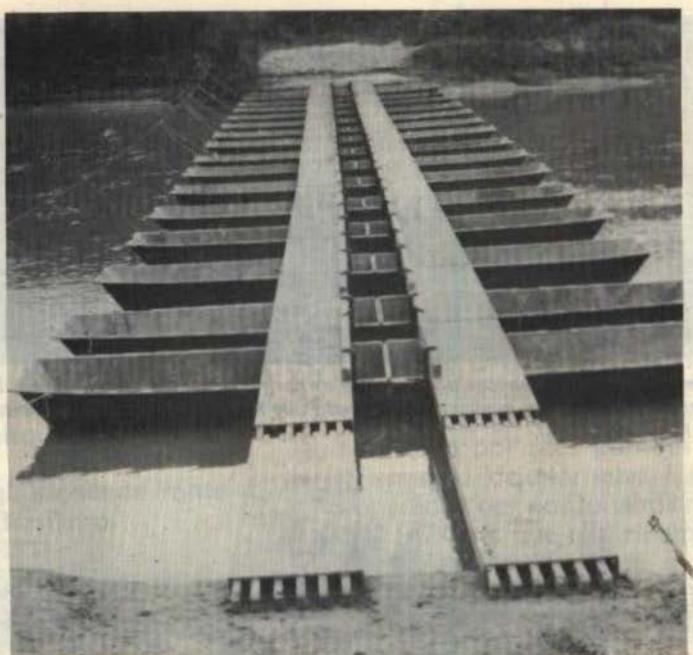
Estes foram os primeiros serviços prestados pelos pontões, do que seria a B4-A1. Eles na parte superior eram vedados com madeira para impedir que fossem tomados pela água do mar. (Foto Mal. José Machado Lopes).



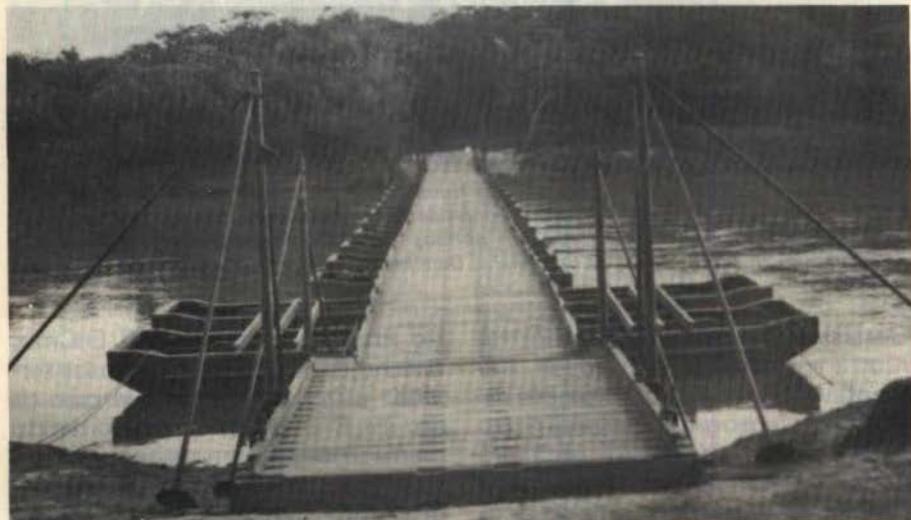
4º BECmb - 1959-60. Aspecto da Operação Itumbiara. Transposição pelo Batalhão em Itumbiara, no Rio Paranaíba, de dois transformadores de 77 toneladas cada, destinados a iluminação de Brasília a inaugurar. Foi utilizada uma portada (balsa) B4-A1 projetada pelo Batalhão e aprovada pelo Instituto Militar de Engenharia. Detalhes ver Livro Histórico nº 2 do 4º BECmb - (1981).

Gerais) e Pelotas (1965) mostraram a sua eficácia e utilidade. Lamentavelmente estas aplicações resultaram em grandes prejuízos, com perdas sentidas até hoje, em material não reposto. Somente o Rio Pelotas consumiu cerca de duas equipagens e do Piratini pouco sobrou. A menos prejudicial foi a do

Rio Prata a cargo do 4º B E Cmb. Até hoje elas prestam valiosos serviços à instrução, como o caso da do 4º B E Cmb, que vem sendo mantida regularmente, com o notável parque de máquinas, da Fábrica de Itajubá, particularmente na administração do Coronel Henrique Stefani e Silva.



Ponte Leve M/2 lançada no rio Paraíba pelo 2º BEComb em Pindamonhangaba. (Foto de arquivo do Gen Ivens Marcondes).



Ponte B4-A1 lançada no rio Paraíba, em Pindamonhangaba, pelo 2º BEComb. (Foto do arquivo do Gen Ivens Marcondes).



Passadeira 1938. Foot Bridge sendo lançada no rio Paraíba, em Rezende em 1954, pelo 2º Ano do Curso de Engenharia da AMAN. (Foto do autor assinalado por uma seta).



Depósito da equipagem francesa 1901, do 4º BEComb, cerca de 1935. Detalhes de como era tracionada a equipagem. (Foto de João Aldano da Silva).



Equipagem francesa 1901 do 4º BEComb, 1939, disposta no atual estádio da Unidade. Ve-se, em primeiro plano, o Ten Cel Valdetaro do Amorim, então Comandante da Unidade. Ao fundo, a esquerda, as instalações da cavalhada que tracionou a equipagem.



Outro aspecto da equipagem francesa 1901, em 1939, no atual Estádio do 4º BEComb, cujo pavilhão de Comando aparece ao fundo.

Ponte de Equipagem Francesa — 1901

Com a contratação Missão Militar Francesa (MMF) em 1920 o Exército comprou duas equipagens de pontes francesas de 1901. Destinou uma ao 1º B E Cmb e outra ao 4º B E Cmb, em Itajubá.

Estas duas equipagens prestaram serviços por cerca de 20 anos, até o advento das B4-Al, por volta de 1946.

O 4º B E Cmb, então Batalhão de Pontoneiros, recebeu os pontões números 9, 13, 14, 15, 18, 21, 70 e 94 com os respectivos

carros trasnportes de mesmo número, para reboque a cavalo e mais 9 carros para trasnporte de outros materiais da ponte. Todo este conjunto exigia para movimentá-lo cerca de 110 cavalos.³²

A equipagem do 4º B E Cmb foi terminar em Curitiba.

O primeiro lançamento da ponte 1901, teve lugar no rio Sapucaí em Itajubá, em outubro de 1924, sob a assistência do Major Jean Guerriot da MMF e próximo ao 2º quartel do 4º B E Cmb, no antigo Asilo Santa Lúcia.³³

Na guarda, conservação e operação desta ponte, distinguiu-se o Sargento Alberto André Dias, figura destacada nas tradições dos pontoneiros dos 1º e 4º B E Cmb.³⁴

Equipagem Americana de Madeira e Lona (Botes de Lona)

Chegada antes de 1920, no 1º B E Cmb atual. Com a vinda da equipagem francesa ela foi destinada ao atual 3º B E Cmb, então em São Gabriel e depois transferido para Cachoeira. Esta equipagem teve usado para rebocá-la inicialmente, tração bovina, conforme mostra foto da coleção do Maj Paulo Bolívar Teixeira destacado e entusiasmado pontoneiro dessa época.³⁵ Era leve do tipo DC — Divisão de Cavalaria.

A Escola de Pontagem de Itajubá

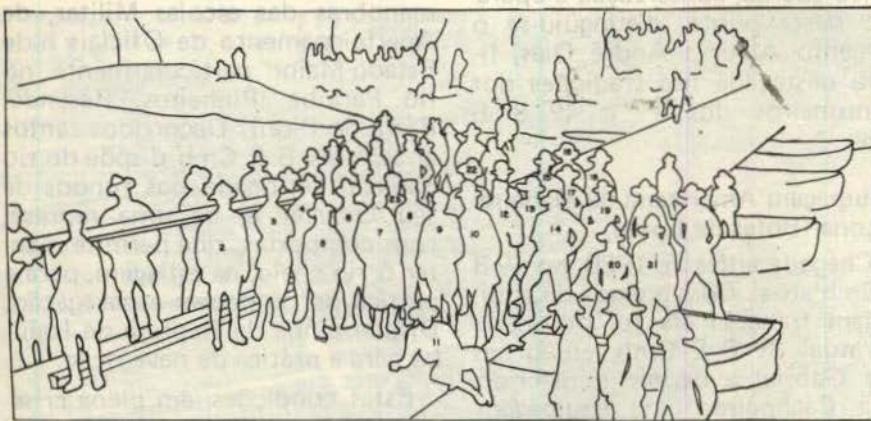
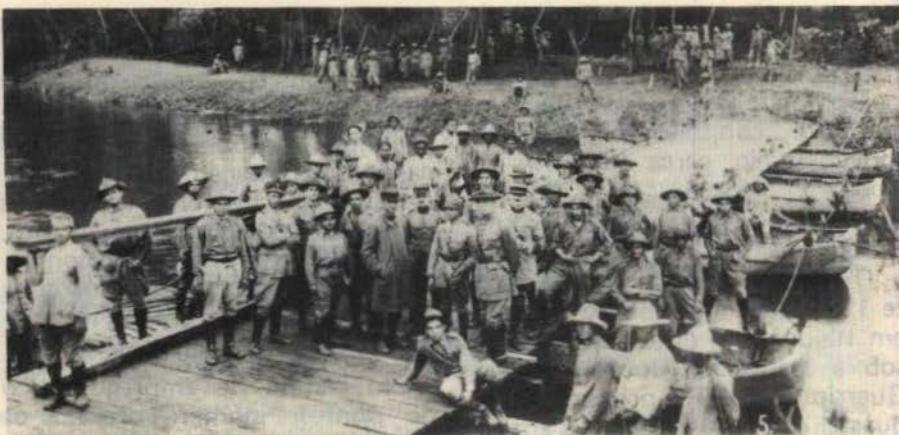
Segundo depoimento do general Aurélio Lyra Tavares, historiador da Arma de Engenharia, em Itajubá teve lugar, com a MMF, uma re-

volução no Exército, nas técnicas de construção e emprego de pontes. Revolução através do Major Jean Guerriot, da MMF.

Itajubá tornou-se escola de aplicação de pontagem, onde a MMF transferiu ao Exército, as técnicas de construção de pontes de equipagens e de circunstâncias, conforme ampla reportagem fotográfica da época, realizada pelo fotógrafo VIALLET, de Itajubá.

No campo do emprego tático de pontes, inúmeros foram os exercícios que os pontoneiros de Itajubá realizaram em apoio as manobras das escolas Militar, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior particularmente no rio Paraíba (Pinheiros, Resende, Barra do Piraí). Decorridos tantos anos, o 4º B E Cmb dispõe do rio Sapucaí retificado nos fundos de seu Quartel e, de uma represa, com comportas, que permite manter o rio cheio, na estiagem, para a prática de pontagem e navegação. Dispõe ainda da Represa de Itajubá para a prática de navegação.

Estas condições, em plena crise do petróleo, acrecidas dos depósitos de pontes do quartel, junto ao longo do rio, e mais a proximidade relativa de Itajubá, do Rio de Janeiro, de Resende, de Três Corações e Pindamonhangaba, devolvem aquelas condições para o 4º B E Cmb de Itajubá tornar-se novamente uma escola de Aplicação de Pontagem. E talvez, de local de experimentação de projetos em curso em São Paulo. Seria a concretização de parte do sonho do historiador da Arma de Enge-



ESCOLA DE ITAJUBÁ
HISTÓRIA DA ARMA DE ENGENHARIA
ESCOLA DE PONTAGEM DE ITAJUBÁ – 1925

Exercício na "Escola de Pontagem de Itajubá", pelo 1º BE e 3º ano de Engenharia da Escola Militar de Realengo, outubro de 1925, sob orientação da Missão Militar Francesa (MMF). Local – rio Sapucaí junto ao quarte do 4º BE Cmb. Identificações: 1. Al. JARBAS ARAGÃO; 2. Al. HOMERO DÉ ABREU; 3. Ten. A. B. PERESTRELO; 4. Cap. PAULO BOLÍVAR TEIXEIRA – Cmt Cia Trans. 1º BE, autor Manual de Transmissões e pai do Gen ATHOS C. TEIXEIRA; 5. Cap. ADALBERTO R. ALBUQUERQUE – Cmt Cia Pontoneiros 1º BE; 6. Cap. GOIANO PRIMO – 1º BE; 7. Maj. JEAN GUERIOT – Instrutor de Eng da MMF na Escola Militar; 8. Cel. BEZIERS DA FOSSE, da MMF, na Escola Militar; 9. Cel GONDIM – Cmt da EAO; 10. Cel JOSÉ ARMANDO R. PAULO – Cmt 1º BE; 11. Al. AURÉLIO LYRA TAVARES, ex-ministro do Exército e Embaixador na França; 12. Gen COFFEC – Chefe da MMF; 13. Al. LUIZ F. LOBO; 14. Al. ANTONIO BASTOS; 15. Al. HISPE ISPIRUI; 16. Al. JOSÉ

nharia Gen Lyra Tavares, quando Ministro do Exército, interrompido com sua saída daquela pasta em 1968.

Atualidade

Desde o término da II Guerra Mundial, além da B4-A1, a Engenharia foi equipada com a versátil ponte americana M2 (Manual T.5-271) que ora fornece botes para assalto da cabeça-de-ponte, ora portadas de apoio a Infantaria, passadeira e ponte leve. Material que no Brasil tem sido fabricado com fibra de vidro no tocante aos pontões. Para transportar brechas o Exército foi equipado com a ponte inglesa Bayley (Manual T.5-277) depois fabricada no Brasil na Companhia Siderúrgica Nacional. A passadeira usada foi a Foot Bridge 1938 (Manual T.5-271). Ela substituiu a M-1 como passadeira. Como novidade recente surgiu a M4-T6 — americana e a passadeira leve de alumínio.

Este material todo foi complementado por botes pneumáticos de Assalto e Reconhecimento, sucessores dos primitivos 9 pontões de goma elástica da Guerra do Paraguai, do Corpo de Engenheiros, atual 1º B E Cmb.

Pespectivas

O futuro próximo do material de pontes do Exército é regulado pela Diretriz para Material de Transposição de Brechas e Cursos d'água, aprovada pela Portaria 141-EME — Reservada, de 12 de novembro de 1982.³⁶ Ela preve a substituição gradativa do material existente, continuação do emprego de Bayley sobre suportes fixos e flutuantes (Uniflot) e Ponte Fita para a retaguarda. E além, um carro blindado lançador de pontes para brechas superiores a 10 metros.

A vedete do futuro próximo, espera-se seja a Ponte Fita P40, lançamento 2 m/minuto, fluxo de 400 veículos/hora e capacidade até 40 ton.

Ela será similar a RIBBON BRIDGE, em uso nos EUA, e substituirá as equipagens táticas B4-A-1 e B4-A-2 e, finalmente as M4-T-6.

O material do futuro será de fabricação nacional, em princípio, e desenvolvido em acordo com o Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército, que já possui projetos específicos, em curso, relativos a, particularmente, emprego tático. Todo este esforço de fabricar o material de transposição no Brasil,

OSÓRIO; 17. Al. BETÂNIO B. GUIMARÃES; 18. Al. n/ldt.; 19. Al. n/ldt.; 20. Al. ORLANDO M. TORRES; 21. Al. SAY M. VIANI; 22. Cap. PROCÓPIO DE SOUZA PINTO, instrutor Chefe Eng Escola Militar e 23. Ten JOSÉ LIMA FIGUEIREDO — mais tarde historiador. Na “Escola de Itajubá” no Sapucaí, a MMF transferiu o know-how ao Exército, na construção de pontes de equipagem e circunstância, segundo o Gen LYRA TAVARES. (Fonte: BENTO, Cláudio Moreira — Cel. “Casos históricos do Brasil de transposição militar de brechas e cursos d'água (1645-1945)”, REVISTA DO EXÉRCITO, 1985). A equipagem lançada e à Francesa 1901. A foto é do fotógrafo Viallet de Itajubá e a composição em poster do fotógrafo Fadul — Rio de Janeiro. A troá é do atual 1º B E Cmb.

seria a concretização do sonho sonhado e tentado em 1918 pelo tenentes Renato Batista Nunes e Luiz Gonzaga Borges Fortes, ao construiram a B-1.

NOTAS AO TEXTO

1. V. do autor. *FORTE CINCO PONTAS*, in: *História do Brasil através dos Fortes*. Porto Alegre, GBOEx, 1982.
2. CALLADO, Manuel, frei. *O VALORO-SO LUCIDENO*. São Paulo, Ed. Cultura, 1943, v. 1.
3. V. do autor "Síntese Histórica da FT na área da 3^a RM", *REVISTA MILITAR BRASILEIRA*, Jul/Dez 1973 (Bandeirantes no Sul)
4. Idem nota anterior — Fundação São Miguel — (com gravuras).
5. Idem nota 3 — Travessia do rio Pardo e acampamento Passo São Lourenço (com gravuras).
6. Do autor A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, in: *ANAIAS DO SIMPÓSIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL*, IHGB — IGHMB, 1979, pp. 537-541.
7. Do autor *ESTRANGEIROS E DESCENDENTES NA HISTÓRIA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL*. Porto Alegre, IEL, 1975.
8. Do autor, EM TORNO DA MEMÓRIA DO TEN GEN HENRIQUE BÖHN SOBRE A RECONQUISTA DO RIO GRANDE EM 1774-1775. Em elaboração para publicação.
9. Idem nota anterior (texto original é em francês).
10. Idem nota (papel das guerrilhas portuguesas de Rafael Pinto Bandeira).
11. Idem nota 8 (Debret em *VIAGEM HISTÓRICA E PITORESQUE* aborda o uso de Pelotas.
12. Do autor "Marchas estratégicas dos Exércitos para a batalha do Passo do Rosário (20 Fev. 1824). "A DEFESA NAVINAL", Nov/Dez 1978, p. 78.
13. Do autor "Os Brummer" — os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro" in: *ANAIAS DO 1º SIMPÓSIO DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O RIO GRANDE DO SUL*, São Leopoldo, Ed. Rotermund, 1974.
14. idem nota 7 (Síntese biográfica do Mal. Emílio Mallet).
15. Idem nota anterior (Síntese biográfica Emiliano Emmerich) e nota 13.
16. Ver de Genserico Vasconcelos — *HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL*. Rio, Biblex, 1941, v.1 (Travessia do Paraná).
17. TAVARES, Aurélio Lyra, Gen. *VILA-GRAN CABRITA*. Rio, Biblex, 1981.
18. TAVARES, Aurélio Lyra, Maj. *HISTÓRIA DA ARMA DE ENGENHARIA*. Rio, Biblex, 1941.
19. LOPES, Cândido. A Campanha do Paraguai. Rio, Record, 1973.
20. Idem notas 17 e 18 (Detalhes sobre a travessia).
21. Do autor "Guerra do Paraguai um Laboratório de Doutrina Militar Pouco Explorado" *RIHGB* — Abr/Jun. p. 128.
22. Ver notas 13, 17 e 18, focalizando da estrada do Chaco.
23. Idem nota 13.
24. Idem nota anterior.
25. TAUNAY. *MEMÓRIAS*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1946.
26. Conclusão sobre a Engenharia na FEB com o apoio em TAVARES, Aurélio de Lyra, Gen. *HISTÓRIA DA ARMA DE ENGENHARIA*, João Pessoa, MFP, 1966 e LOPES, José, mal. *A ENGENHARIA NA FEB*. Rio, DGE, 1959 e sobre a Engenharia em Fernando Noronha, do autor, Síntese Histórica do 4º B E Cmb. *REVISTA DO EXÉRCITO*, nº 4, Out./Dez, 1982 e publicação do 4º B E Cmb, sob o mesmo título e LIMA, Raul Cruz, *O Quebra Canela*. Rio, Biblex, 1981.
27. Depoimento do General YVENS, (Ely Marcondes), que dirigiu a navegação das portadas B4 — A1, na manobra citada, cujo relatório se encontra arquivado no 2º B E Cmb.
28. V. do AUTOR. *Engenheiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IEL, 1975 e "Os Brummer — os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro "in" *Anais do 1º Simpósio da História da Imigração Alemã para o RGS*. São Leopoldo, Ed. Rotermund, 1974.
29. AZEVEDO, Pedro Cordolino, 2º ten. Pontes de Campanha Sistema Cristensen:

- in: *Boletim Mensal do EME*. Ago, Set, Dez 1912 (pp.453/563; 662/612 e 285/296).
30. BERNARDES, Edgar Barreto, Ten Cel Cmt B Es E. Nota Especial nº 1 de 2 de fevereiro de 1966 e anexos A-G (Focaliza histórias pontes B1 até B4-Al).
31. V. do autor. Síntese Histórica do 4º B E Cmb *Revista do Exército* Dez/1982 e plaqueta editada pelo 4º B E Cmb, em 1982.
32. Livro Carga Geral do 4º B E Cmb iniciado em 1918.
33. Fotos de Viallet, no Museu do 4º B E Cmb.
34. Livro Histórico nº 1, do 4º B E Cmb – ano 1945 (elogio).
35. Coleção pertencente a seu filho Gen Div Athos Cezar Baptista Teixeira e cedida ao autor.
36. Boletim Reservado do Exército nº 11, de 30 de novembro de 1982 (Diretriz para material de transposição de brechas e cursos d'água).



O Cel. Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá – MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo, e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Irmandade, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho – A História do Brasil através de seus Fortes – foi distribuído como brinde pela GBOEx.

**LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"**

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS – *Cel Tiago Castro de Castro*

Sistemáticas de Estudo Cr\$ 25.000

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL – *Therezinha de Castro*

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra Cr\$ 10.000

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO – *Eurípedes Cardoso de Menezes*

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimentos. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém" Cr\$ 10.000

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA – *João B. Peixoto*

Um panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança da energia nuclear, a contribuição do carvão e a importância da energia hidrelétrica. Uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil Cr\$ 10.000

Pedidos à

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias, Térreo, Fone 253-4628
Praça Duque de Caxias, 25
20455 Rio de Janeiro, RJ



JOGOS - DE - GUERRA

José Guimarães Barreto Junior



INTRODUÇÃO

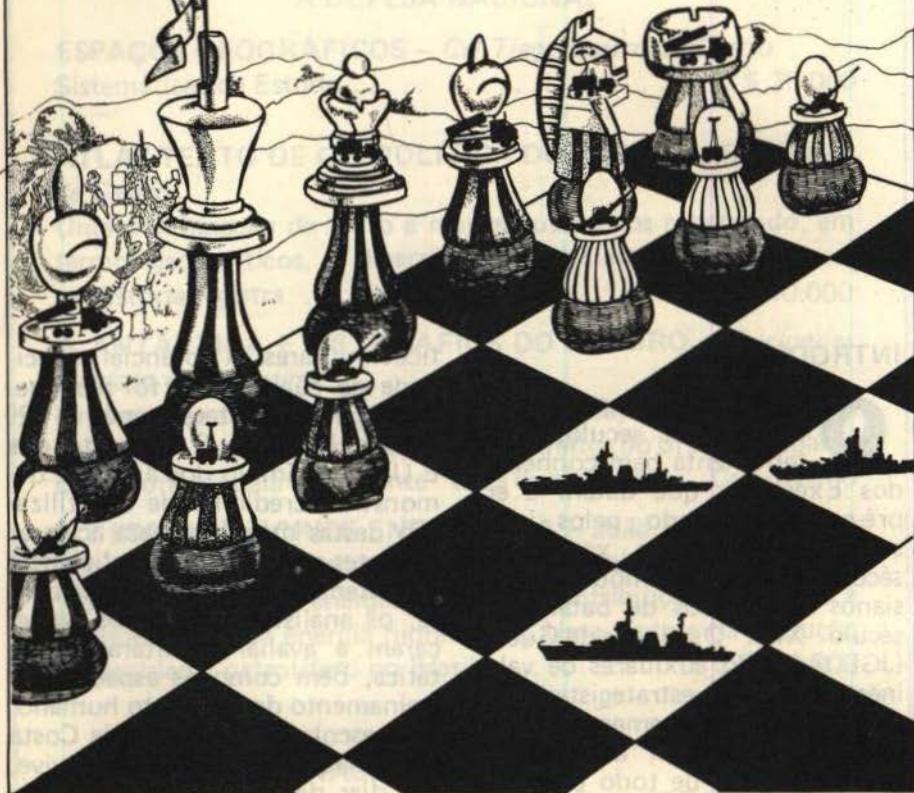
Os Jogos-de-Guerra constituem, há séculos, uma ferramenta bem conhecida dos Exércitos, que datam à era pré-cristã, passando pelos jogos semelhantes aos de xadrez do século XVI e pelos modelos prussianos de campos de batalha do século XIX. Os Jogos-de-Guerra (JG) têm sido auxiliares de valor inestimável dos estrategistas e táticos. Mais recentemente, os israelenses utilizaram um modelo dos edifícios e de todo o campo de batalha, que viria a contribuir para o bem sucedido e espetacular ataque a ENTEBE.

Os modelos ou simulações computadorizados e os "JG" com utilização de computadores são, porém, um acréscimo relativamente novo para os estrategistas ou tá-

ticos militares. A potencial capacidade do computador foi reconhecida pelos militares após a 2ª Guerra Mundial. O Exército dos E.U.A., no início dos anos 60, demonstrou credibilidade na utilização destas máquinas para acelerar os testes e a avaliação da eficiência de sistemas de armas. Ultimamente, os analistas americanos começaram a avaliar as alterações na tática, bem como os aspectos do treinamento do elemento humano.

A escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) vive, nos dias de hoje, a expectativa da implantação de uma sala de jogos-de-guerra com o objetivo de aprimorar o ensino do emprego tático de Artilharia de Costa e Antiaérea para os oficiais alunos, dando-lhes assim, uma melhor compreensão da técnica, da tática, e da capacidade de julgamentos qualitativos

100 ANOS DA MASTIGA MAIS FÉDE DA REVISTA



DR. WILSON — M.E.

dos combates propriamente ditos, como também possibilitando-lhes comparações quantitativas do poder de combate.

No presente artigo nos detemos apenas no "JG" para a Artilharia de Costa (ACos), que em decorrência das vantagens apresentadas, provavelmente venha a ser implantado ainda em 1985.

A ORIGEM DA NECESSIDADE

Com a possibilidade a curto ou médio prazo da ACos ser reestruturada com mísseis fabricados no País, complementados por material tubo, tem a EsACosAAe muito pesquisado para estar em condições de assimilar e desenvolver novas técnicas e táticas aplicadas à defesa costeira. Com este propósito foi que a ECEME, em final de 1982, concluiu o novo C4-1, Emprego Tático de Artilharia de Costa, criando naquela oportunidade uma "manobra de expectativa", dando, indubitavelmente, ao nosso futuro dispositivo de defesa, a flexibilidade necessária e, ao mesmo tempo, revelando a importância do emprego de táticas onde a capacidade de manobra, espírito ofensivo e poder de dissuassão formam o conjunto de ações e medidas necessárias à missão de defender o litoral brasileiro. Entretanto, apesar do desenvolvimento da tática precedendo a técnica do material, ser inteiramente desejável e até necessário, a carência temporária de verbas, a curto prazo, para a aquisição de modernos meios para a ACos, criou um hiato

entre a técnica do material existente e o emprego tático preconizado pelo novo C4-1. Na verdade possuímos, nos dias atuais, meios de ACos que não satisfazem às condições exigidas pelo novo manual. Tornou-se imperativo para a EsACosAAe harmonizar o ensino do emprego tático proposto pela ECEME, com a técnica de tiro do material existente, bem como, testar os novos conceitos e submeter a julgamento os padrões operacionais dos novos sistemas de armas a serem utilizados na ACos. O que a princípio pareceu-nos uma tarefa impraticável, um verdadeiro desafio, hoje apresenta-se como algo extremamente viável, desde que possamos contar com uma sala de Jogos-de-Guerra.

OS OBJETIVOS A SEREM ATINGIDOS PELO JOGO-DE-GUERRA

O ensino da tática e da técnica da defesa costeira exige, para a sua apreensão perfeita, a realização de numerosos exercícios organizados de forma a impôr o emprego dos variados meios de ataque e defesa.

É evidente a dificuldade material de se dispôr de todos os recursos capazes de satisfazer a essa finalidade e de acioná-los com freqüência, de modo a formar, nos chefes dos diversos escalões, os reflexos indispensáveis ao exercício dos comandos correspondentes. As sessões de "JG" devem vir ao encontro da necessidade enunciada, com recursos reduzidos, possibilitando a multiplicida-

de de exercícios, nos quais as situações reais deverão ser apresentadas com as variadas nuances. As crescentes possibilidades dos programas de computador os aproximam, cada vez mais, da realidade do combate.

A DIDÁTICA DO ENSINO

É evidente que nas sessões de "JG" pode-se estudar melhor a ação da defesa que a do ataque, pois esta é a sua finalidade. Mas, embora não seja possível realizar-se no tabuleiro, ou mesmo imaginar-se com exatidão e detalhes de execução as operações de ataque, a que está sujeito uma determinada área costeira, deve se estudar a fundo suas formas típicas.

A consideração e estudo de cada uma das formas de ataque. permitirão o estudo das operações de defesa correspondentes, em todas as suas modalidades, com todos os pormenores e com o acionamento de todos os seus órgãos. Estamos convencidos que isto só será possível de se realizar, no tabuleiro do "JG", pois não dispomos de oportunidades para a realização de exercícios combinados e repetidos da Marinha com a Artilharia de Costa.

DESCRÍÇÃO DA APARELHAGEM

Tabuleiro — O tabuleiro do JG consta de um plano relevo, de determinado trecho do litoral brasileiro, montado sobre um estrado de madeira. A escala horizontal escolhida foi de 1/25000 para

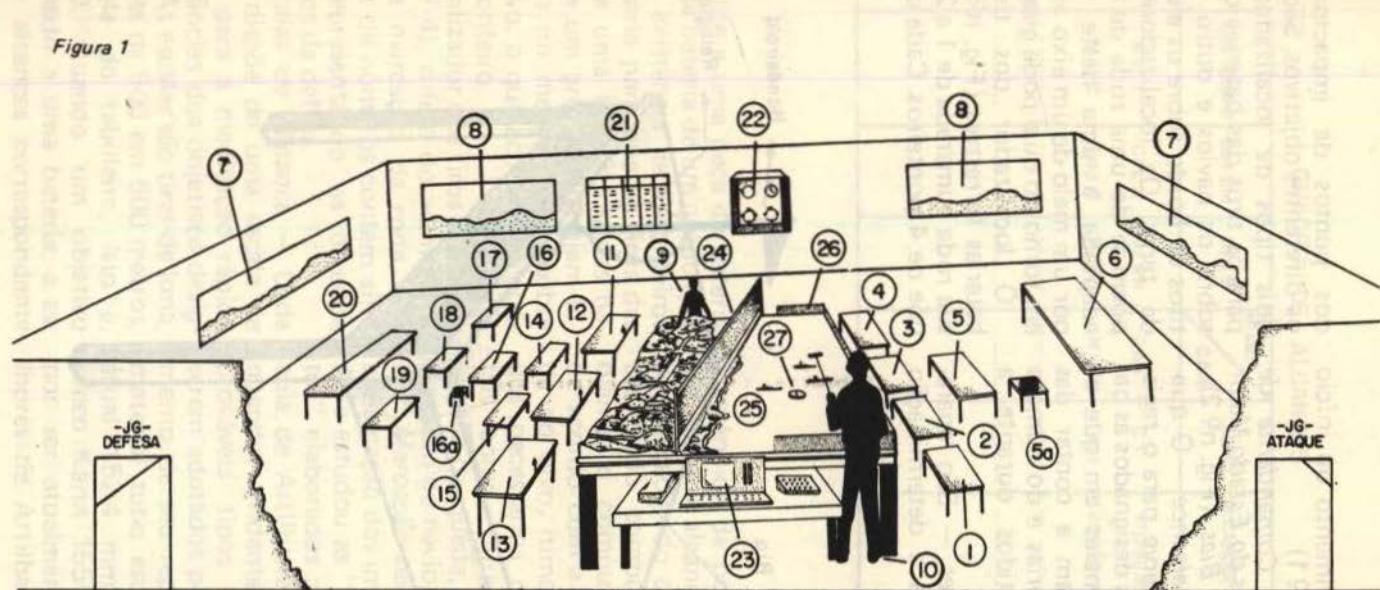
conter 150 km de litoral, tendo em vista o emprego de mísseis SM (superfície-mar). A escala vertical, bem menor, 1/1000 foi escolhida para dar melhor impressão do relevo. A parte marítima da aludida área é pintada em azul claro, quadriculada de 500 em 500 metros e nela devem figurar todos os faróis, bóias, balizas, ilhas e navios faróis, representados por pequenos modelos; os cabos submarinos podem ser representados por pequenos modelos; os cabos submarinos podem ser representados por cabos telefônicos de cobre; os arrecifes, bancos de areia e a pouca profundidade das águas, devem ser assinalados com exatidão. (fig. nº 1)

Anteparo — Para melhor impressão de realidade coloca-se no lado oposto à linha da costa um painel, pintado na cor do céu, com imitação de nuvens. Sobre esse painel devem projetar-se os objetivos navais. (fig. nº 1)

Bússola — Uma bússola cega (indicador de direção), deverá ser montada em posição conveniente, para ser utilizada como indicador de direção. (fig. nº 1)

Sala do Jogo-de-Guerra — A sala de "JG" deve ser ampla e bem iluminada, dividida em dois ambientes de modo a separar, de um lado o pessoal encarregado da defesa e de outro, os atacantes. Esta separação impede que o tabuleiro seja visto simultaneamente pelas equipes durante a mudança de posição dos navios e baterias costeiras, bem como, determina com seu fechamento e sua abertura, o

Figura 1



1 – Mesa do Cmt da Força de Cruzadores; 2 – Mesa do Cmt da Força de Contratorpedeiros; 3 – Mesa do Cmt da Força de Fragatas; 4 – Mesa do Cmt da Força de Corvetas; 5 – Mesa do Cmt da Força Naval; 5A – Mesa do Terminal do Computador para Ataque; 6 – Mesa para Estudo de Situação (ataque); 7 – Carta Militar da Região; 8 – Carta Náutica da Região; 9 – Operadores do Tabuleiro – para a defesa; 10 – Operadores do Tabuleiro – para o ataque; 11 – Mesa do Cmt Bia Can; 12 – Mesa do Cmt Bia Can; 13 – Mesa do Cmt Bia Mis; 14 – Mesa do Cmt Bia Cmd; 15 – Mesa do Cmt Bia Sy; 16 – Mesa do Cmt Gp; 16A – Mesa do Terminal do Computador; 17 – Mesa do S2; 18 – Mesa do S3; 19 – Mesa do S4; 20 – Mesa para Estudo de Situação (defesa); 21 – Quadros de Alcances; 22 – Quadro dos Relógios e Localizadores; 23 – Conjunto de mesas p/Arbitragem c/computador, impressora e Plotter; 24 – Biombo; 25 – Tabuleiro; – 26 – Anteparo do Tabuleiro; 27 – Indicador de Direção.

fim de um movimento ou início de outro. (Fig. nº 1)

Mesas para Comandante de Grupo, elementos do Estado Maior do Grupo e Cmt. Bias. (Fig. nº 2)

Quadro de alcance — O quadro de alcance serve para o registro dos objetivos designados às baterias, das distâncias em que os mesmos se acham a contar das posições de baterias e do número de acertos obtidos durante a ação. (Fig. nº 3)

Localizadores — São aparelhos usados para a determinação

dos pontos de impactos sobre os diferentes objetivos. São usados dois tipos de localizadores: um para os tiros das baterias costeiras sobre os navios e outro para os tiros de bordo sobre os elementos de terra. Os localizadores compõem-se de uma roda de madeira adaptada a uma haste vertical, por um meio de um eixo em torno em torno do qual pode girar.

O localizador dos tiros das baterias terrestres (Fig. nº 4) tem sua roda numerada de 1 a 20 e dispõe de 4 ponteiros. Cada ponteiro

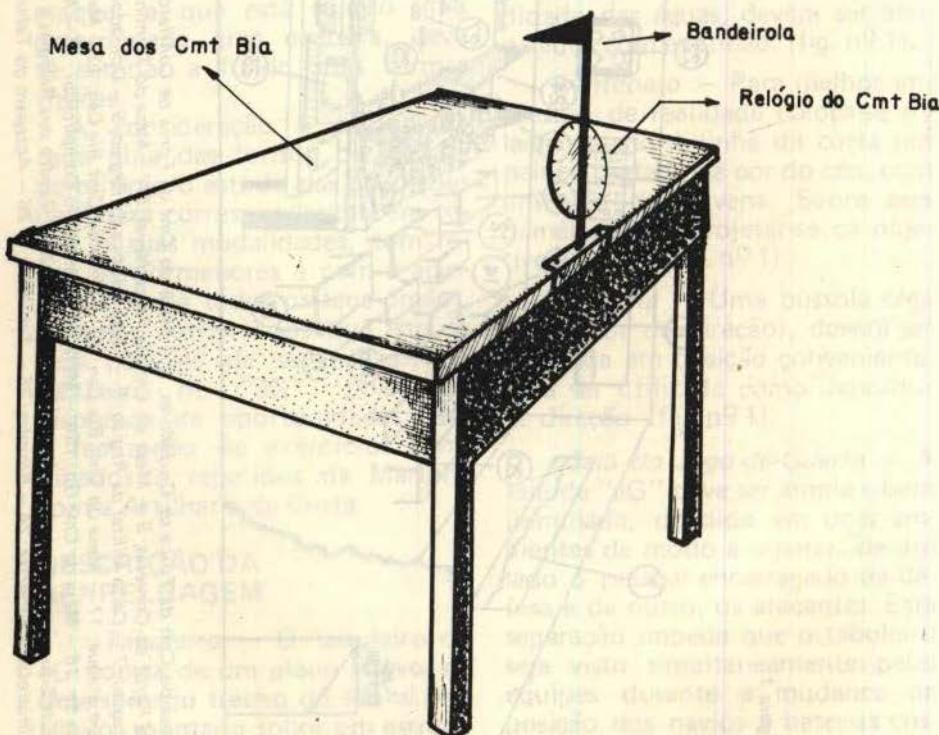


Figura 2

QUADRO DE ALCANCES

Cmt Grp TO	Cmt GRUPO	Cmt Bia	BIAS	Mísseis CAN	ALVO	ALCANCES	ACERTOS
Cel Y	Maj Y	Cap A	VERM	CAN	CT	17000 m	00100110
	Maj Z	Cap B	AZUL	Mis	Frgt	28000 m	01

é atribuído a uma peça da bateria ou a uma bateria de um grupo que atira. A existência de 4 ponteiros é necessária para que os tiros das peças de uma bateria ou das baterias de um grupo não sejam localizados no mesmo ponto sobre o objetivo, o que aconteceria com um só ponteiro.

O localizador dos tiros de bordo (Fig. nº 4), difere do acima descrito na marcação da roda, que ao invés de números contém símbolos representando os diversos elementos da defesa.

Escalas de Alcance — Cada bateria dispõe de uma escala de alcance para a medicação rápida das distâncias dos objetivos designados. As escalas são tiras de lona, graduadas de 500 em 500 metros, na escala do tabuleiro, isto é, 1/25000. Quando um objetivo é designado a uma bateria, a escala de alcances correspondente

é estendida da posição da bateria até ele e o alcance é transmitido ao operador do quadro de alcances e do computador. Daí por diante, o computador fornecerá, de acordo com a rota, a velocidade do alvo, rumo e todos os dados necessários para as baterias, tais como, duração de trajeto, ângulo de queda, ângulo de apresentação do navio, etc.

Marcação de Acertos — Para a marcação dos impactos a EsACos AAe estudou as "Tabelas de Acertos" elaborados pela extinta "Escola de Artilharia de Costa". adequadamente, evidentemente, para os prováveis tipos de materiais a serem adotados pela ACos no momento de seu repartilhamento. O material tubo escolhido além do atual 152.4 mm, foi o canhão sueco Karin 155 mm da Bofors, por ser atualmente um dos melhores de Artilharia de Costa do

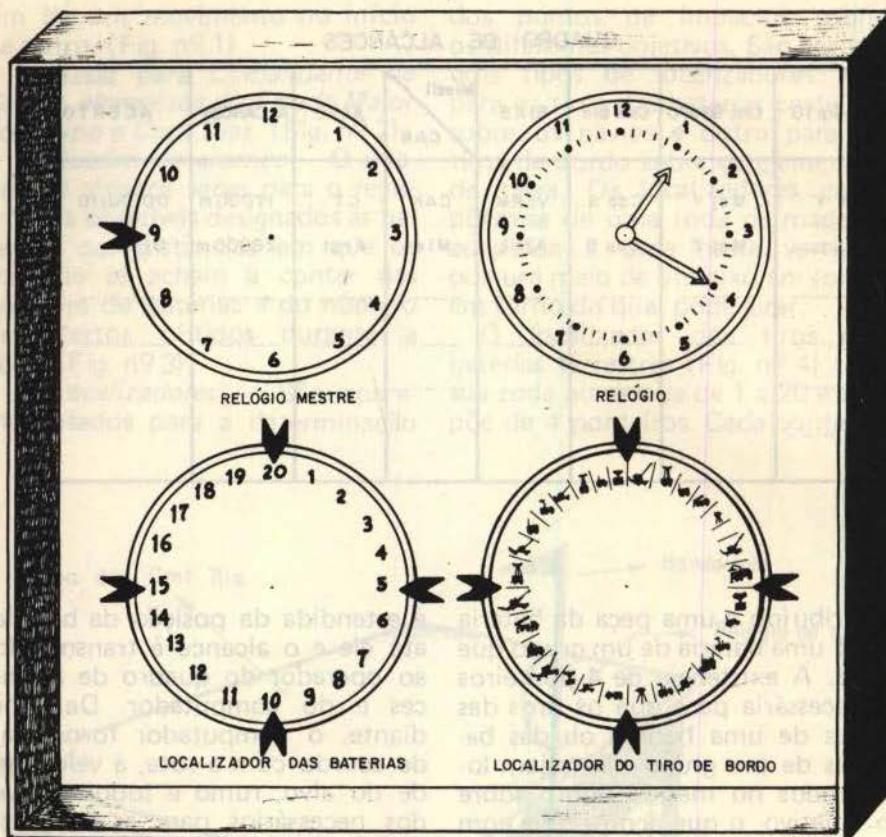


Figura 4

mundo livre e atender completamente os requisitos de ordem técnica e tática do novo C4-1. Para o estudo dos mísseis SM foram solicitados a "Avibrás Indústria Aeroespacial" os dados do sistema ora em desenvolvimento por aquela indústria, o Sistema Antinavio SM 70 Barracuda.

Todos os dados foram inicialmente convertidos em tabelas para então serem transformados em "software", permitindo que no jogo-de-guerra, tanto os ins-

trutores como os alunos pudessem, rapidamente, avaliar a eficácia de uma rajada de seção ou bateria, no caso de material tubo ou disparo simples ou simultâneo de dois mísseis sobre um determinado alvo.

A percentagem de acertos indicada para os diversos alcances, foi estabelecida após inúmeras experiências de tiro real sobre alvos móveis (utilizando-se as tabelas do Can 152.4 mm, oriunda da EAC e do Can 155 mm Karin, fornecida pela Bofors AB.

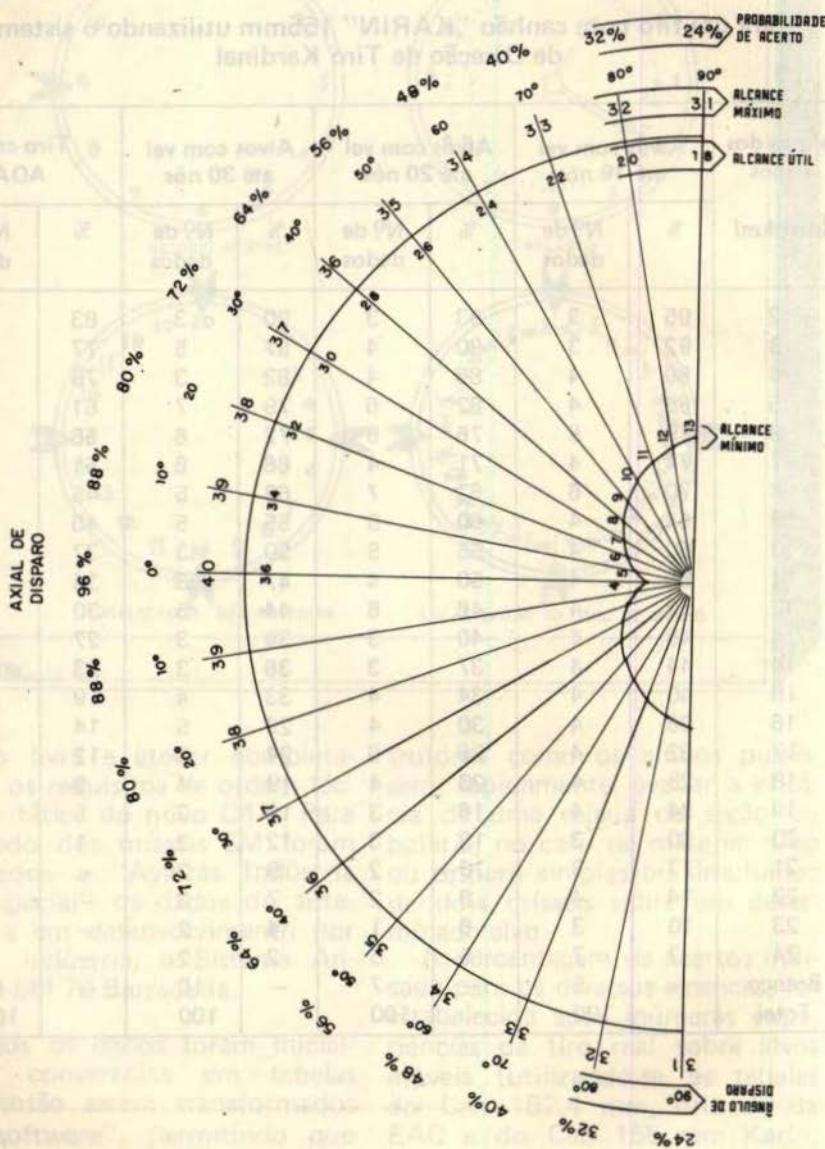
TABELA Nº 1

Para um tiro com canhão "KARIN" 155mm utilizando o sistema de Direção de Tiro Kardinal

Marca dos dados (dist km)	Alvos com vel até 10 nós		Alvos com vel até 20 nós		Alvos com vel até 30 nós		Tiro com AOA	
	%	Nº de dados	%	Nº de dados	%	Nº de dados	%	Nº de dados
2	95	3	93	3	90	3	83	6
3	92	3	90	4	87	5	77	7
4	89	4	86	4	82	3	70	9
5	85	4	82	6	79	7	61	5
6	79	5	76	5	72	6	56	5
7	74	4	71	4	66	6	51	6
8	70	6	67	7	60	5	45	5
9	64	4	60	5	55	5	40	3
10	60	4	55	5	50	3	37	3
11	56	4	50	4	47	3	34	4
12	52	4	46	6	44	5	30	3
13	48	4	40	3	39	3	27	4
14	44	4	37	3	36	3	23	4
15	40	4	34	4	33	4	19	5
16	36	4	30	4	29	5	14	2
17	32	4	26	6	24	5	12	3
18	28	4	20	4	19	4	9	4
19	24	4	16	3	15	3	5	4
20	20	3	13	3	12	3	1	1
21	17	3	10	2	9	2	—	—
22	14	4	8	2	7	3	—	—
23	10	3	6	1	4	2	—	—
24	7	7	5	5	2	2	—	—
Branco	—	5	—	7	—	10	—	17
Total		100		100		100		100

A probabilidade de determinação de erros de cálculos e da falta de precisão nos tiros devido ao efeito moral do combate foram

consideradas, assim como, de estudos teóricos dos vários tipos de mísseis SM (Exocet, Gabriel, Otomat, etc).



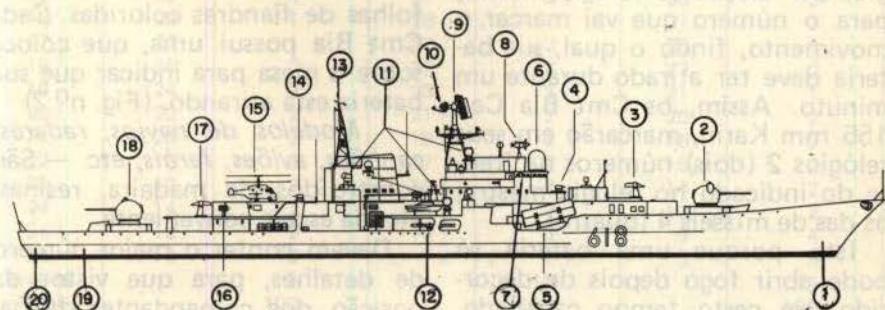
ENVELOPE DE TIRO DO MSM 4.1

Cartões para a determinação de efeitos de tiro — São retângulos de papelão, contendo o desenho de um navio e indicações de até 20 pontos sobre o desenho, cor-

respondentes aos pontos de impactos indicados no localizador. Para cada tipo de navio deve haver um cartão.

TABELA N°2

CRUZADOR		
Nº do Impacto	Acertos	Penalidades
1	Um acerto no sonar de profundidade	Incapacidade de detetar campo minado
2	Um acerto no canhão de proa	Redução na precisão e na cadência do tiro em 25%
3	Um acerto no lançador de mísseis AAe de proa	Redução na velocidade em 10%
4	Um acerto nos canhões AAe de proa	Redução na velocidade em 15%
5	Um acerto no lançador de mísseis SS	Redução na velocidade em 20%
6	Um acerto no radar de direção de tiro	Redução na precisão dos tiros em 25%
7	Um acerto na torre de comando	Incapacidade de engajar mais de um alvo simultaneamente
8	Um acerto no radar de vigilância da superfície	Redução na velocidade em 20%
9	Um acerto no radar de navegação	Redução na velocidade em 25%
10	Um acerto no radar de vigilância	Redução na velocidade em 15%
11	Um acerto no sistema link de dados do tiro	Incapacidade de engajar mais de um alvo simultaneamente (cad-50%)
12	Um acerto na casa das máquinas	Redução na velocidade em 50%
13	Um acerto no sistema de comunicação	Redução na velocidade em 15%
14	Um acerto nos canhões AAe de popa	Redução na capacidade de manobra — curvas à Dr até 45°
15	Um acerto no convés de popa	Redução na capacidade de manobra — curvas à Es até 45°
16	Um acerto no pátio de popa	Navio à matroca
17	Um acerto no lançador de mísseis AAe	Redução na velocidade em 15%
18	Um acerto no canhão de popa	Redução na precisão e na cadência do tiro em 25%
19	Um acerto no sistema elétrico-hidráulico das turbinas a gás	Redução na capacidade de manobra — curvas à Dr até 30° — Red Vel em 50%
20	Um acerto no sistema de comando dos lemes	Navio à matroca



Relógios — São utilizados três tipos de relógios no jogo-de-guerra. O primeiro do tipo comercial. O segundo tipo, constitui em um disco de madeira graduado de 1 a 12 e adaptado por meio de eixos a um suporte vertical onde é colocado o ponteiro do mostrador, pode assim, girar livremente em torno dos aludidos eixos. Cada Cmt Bia dispõe de um relógio, colocado em sua frente, preso à respectiva mesa. O terceiro tipo é o relógio mestre, semelhante aos dos Cmt Bia, com um diâmetro maior, usado pela direção do exercício para indicar os lances sucessivos do jogo e servir de guia aos Cmt Bia. Os relógios se destinam a regular os movimentos dos navios e a cadência de tiro de cada bateria. (Fig. nº 2) (Fig. nº 4).

Antes do início do primeiro movimento, todos os relógios devem estar marcando 12. Iniciado o 1º movimento, o relógio mestre marcará 1. Para cada movimento subsequente esse relógio avançará um número.

Quando for designado um objetivo a uma bateria, o respectivo comandante fará avançar seu relógio, em relação ao relógio mestre, para o número que vai marcar o movimento, findo o qual, sua bateria deve ter atirado durante um minuto. Assim, os Cmt Bia Can 155 mm Karin, marcarão em seus relógios 2 (dois) números na frente do indicado no relógio mestre; os das de mísseis 4 (quatro).

Isto porque uma bateria só pode abrir fogo depois de decorrido um certo tempo calculado,

levando-se em conta o que se perde na designação e apreensão do objetivo e no acionamento dos diferentes órgãos do sistema de direção de tiro.

Assim, considera-se que:

— Os canhões 155 mm Karin poderão iniciar o tiro com a cadência normal no segundo movimento e com a máxima do terceiro movimento em diante.

Os mísseis só poderão abrir fogo, no 4º movimento depois de designado o alvo.

Exemplo: — Assim, se no decorrer do 2º movimento (2 no relógio mestre), for indicado um objetivo a uma bateria de mísseis, seu relógio deverá ser avançado para o nº 6, isto é, 4 movimentos na frente do relógio mestre, significando, portanto, que somente quando o relógio mestre marcar seis é que se poderá calcular o efeito do tiro dessa bateria sobre o objetivo que lhe foi indicado no 2º movimento. Nesse momento, o comandante da bateria solicita ao operador do computador que realize o sorteio e com o auxílio do localizador e do cartão de efeitos, registrará o resultado do tiro.

Bandeirolas — São feitas em folhas de flandres coloridas. Cada Cmt Bia possui uma, que coloca sobre a mesa para indicar que sua bateria está atirando. (Fig. nº 2)

Modelos de navios, radares, canhões, aviões, faróis, etc. — São construídos de madeira, resinas, etc, na escala conveniente.

Devem conter o maior número de detalhes, para que vistos da posição dos comandantes de ba-

terias ou de navios, suas silhuetas possam ser perfeitamente identificadas com o auxílio de um binóculo.

Marcação do efeito dos tiros de bordo — Como as baterias, cada tipo de navio possui sua tabela para marcação do efeito do fogo. Foram devidamente transformadas e passadas para a linguagem Basic.

Indicação das rotas — É necessário representar com exatidão as manobras dos navios ou das formaturas navais. Para tal, substitui-se o "indicador de rotas" usado na extinta EAC por um "Programa de computador" onde foi desenvolvido um "soft Ware" com dados da capacidade de manobra dos principais tipos de navios de guerra.

TABELA Nº 3

Tipo de navio — CRUZADOR

Distâncias em km	Deslocando-se com vel até 10 nós		Deslocando-se com vel até 20 nós		Deslocando-se com vel até 30 nós	
	%	Nº de dados	%	Nº de dados	%	Nº de dados
2	95	4	90	5	85	4
3	91	8	85	5	81	4
4	83	4	80	5	77	8
5	79	7	75	5	69	4
6	72	6	70	6	65	3
7	66	5	64	4	62	3
8	61	2	60	2	59	5
9	59	4	58	4	54	5
10	55	5	54	6	49	4
11	50	6	48	5	45	5
12	44	3	43	4	40	3
13	41	5	39	4	37	3
14	37	5	35	4	34	4
15	32	4	31	3	30	3
16	28	1	28	1	27	1
17	27	1	27	2	26	3
18	26	2	25	2	23	2
19	24	2	23	2	21	1
20	22	2	21	2	20	2
21	20	2	19	2	18	2
22	18	2	17	2	16	2
23	16	2	15	2	14	2
24	14	2	13	3	12	3
25	12	2	10	3	9	4
26	10	10	7	7	5	5
Branco	—	5		10		15
Total		100		100		100

EFEITO DO TIRO DE BORDO E CONTROLE DE DANOS

UNID.	SU	MATERIAL	NUMERO P/ LOCALIZADOR	ÁREA QUE OCUPOU POS.	ALVOS ATINGIDOS	OBSERVAÇÕES		
1º GRUPO DE ARTILHARIA DE COSTA MISTO	1º BIA - ()	01						
		02						
		03						
		04						
		AOA						Assim, se no momento do movimento de batalha for indicado um
		Rdr						movimento de batalha
		Vtr. R						Assim, se no momento do movimento de batalha for indicado um
		CDT						movimento de batalha
		01						Assim, se no momento do movimento de batalha for indicado um
		02						movimento de batalha
2º BIA - ()	2º BIA - ()	03						
		04						
		AOA						
		Rdr						
		Vtr. R						
		CDT						
		01						Assim, se no momento do movimento de batalha for indicado um
		02						movimento de batalha
		03						Assim, se no momento do movimento de batalha for indicado um
		Vtr. Rem						movimento de batalha
BC - ()	3º BIA - ()	Rdr						
		Vtr. Cmdo						
		Rdr Vig Gp						
		COACos						

Foram introduzidos dados, tais como: curvas à direita ou esquerda de 15°/30°/45°/60°.....até 180°, opções de velocidade até 30 nós, giro de raio mínimo permitido para cada tipo de navio, etc de forma a fornecer ao 'JG' a rota do navio durante um tempo compreendido de um a cinco minutos. de deslocamento.

Computador — O uso de um computador com periféricos veio possibilitar a introdução de diversos parâmetros que o jogo-de-guerra adotado pela EAC não permitia, visto que, desenvolvido na década de 40, baseava-se fundamentalmente na ACos fixa, sem o emprego de mísseis, radares, unidades móveis, etc. Assim sendo, hoje constatamos a possibilidade de em poucos segundos fornecer, tanto aos elementos do ataque, bem como aos da defesa, respostas da viabilidade ou não de uma decisão; tempo necessário para uma mudança de posição ou manobra de um navio; abertura de fogo, deslocamento de um ou mais navios de uma posição para outra, possibilidades de acertos, determinação de alças mínimas, zonas mortas, possibilidades de tiro ou de vistas, cálculo da distância de detecção radar, controle automático das penalidades, etc, sem a morosidade de exaustivas consultas nas tabelas existentes.

Por um outro aspecto a introdução de computadores nos jogos-de-guerra permitiu o aproveitamento racional do tempo disponível para os alunos, pois,

diferentemente dos JG da extinta Escola de Artilharia de Costa (EAC), não há substancial perda de tempo nos cálculos necessários à determinação dos fatores técnicos condicionantes acima mencionados, tão importantes que são na escolha de uma determinada posição de riro, de troca, etc.

Aprofundando mais ainda nosso raciocínio, veremos que o manuseio de tal equipamento permitirá à EsACosAAe, a médio e longo prazos, a elaboração de sofisticados programas que possibilitarão o estabelecimento de "padrões operacionais desejáveis" para os futuros meios de ACos e Artilharia Antiaérea (AAAe) a serem adquiridos, testados ou desenvolvidos. Por outro lado, será também um passo na tentativa de um assessoramento, à níveis operacionais, mais eficiente da EsACosAAe aos órgãos competentes.

CONDUÇÃO DO JOGO-DE-GUERRA

É de grande importância que todos os oficiais compreendam perfeitamente bem o fim a que se destina o Jogo-de-Guerra da Artilharia de Costa, seu mecanismo e, particularmente, que se conformem com os resultados indicados. Somente assim essa instrução será útil e se poderá chegar a resultados muito aproximados da realidade, nos combates entre navios de guerra e baterias móveis de ACos.

Os processos de representação do efeito do fogo de Arti-

lharia das baterias, bem como do fogo de bordo, dão às ações um aspecto mais real, permitindo apreciar o valor relativo do ataque e da defesa, bem como tornando o jogo mais interessante.

Os problemas devem enquadrar lições dadas ou princípios que se tenha em vista definir. A arbitragem poderá tomar qualquer decisão, entretanto, deverá ser lógica e tomada prontamente, para que o jogo não perca o caráter de verossemelhança e se desenrole sem retardos.

As regras do "JG" foram estabelecidas, tendo-se em vista evitar, tanto quanto possível, rigidez e complicações que pudessem dificultar o emprego desse interessante processo de instrução ou criar situações insanáveis no decorrer de uma sessão.

Arrumação da Sala — A arrumação da sala deve ser feita como o indicado. (Fig. nº 1)

Arbitragem — A arbitragem é quem conduz e tem a responsabilidade da boa execução do jogo. Ela resolve em definitivo todas as questões que surjam e decide sobre o efeito do fogo da artilharia de bordo e de terra, manobras, ocupação de posição, etc. Deve ser composta por oficiais e auxiliares.

Movimentos — Cada movimento representa um minuto de ação, tanto para as forças da defesa (quando já em posição de tiro) como para as do ataque. Os movimentos são representados pelo deslocamento dos navios sobre as rotas e das baterias costeiras para os pontos em que se devam

encontrar, depois de determinado tempo de deslocamento, (quando em marcha motorizada).

Ordens — Antes do início do exercício, a arbitragem deve distribuir o tema que será desenvolvido. Os oficiais encarregados do ataque preparam, antes do primeiro movimento, seus planos de ataque, que deverão ser acompanhados por um calco, assinalando os movimentos do navio ou dos grupos de navios. A equipe do ataque deve redigir à priori as ordens para toda a fase a ser desenvolvida. As ordens devem conter, claramente determinada, a missão da força atacante.

Cabe a arbitragem o anúncio das condições do tempo, visibilidade, vento, maré e, quando for o caso, o alcance radar das baterias costeiras.

Colocação dos modelos no tabuleiro — Os modelos de navios devem ser colocados no tabuleiro da formação designada, no limite do alcance radar (deteção) das baterias costeiras. Isso é fundamental, pois como sabemos o alcance radar

$$A = 4,12 \sqrt{X \sqrt{h_1^2 + h_2^2}}$$
 onde,
A= Alcance radar
h1= Altura do refletor do radar
h2= Altura do navio

determinará, em última análise, o tempo disponível para as baterias manobrarem e ocuparem suas posições de tiro, permitindo, desta forma realizar "em tempo real" a análise das posições escolhidas para as baterias de tiro, postos

de tiro (mísseis), posições de radares de vigilância costeira, bem como de todos os órgãos necessários à abertura do fogo.

Início do Jogo — O exercício é iniciado pela arbitragem, chamando a atenção dos jogadores, em seguida é feita uma pequena recordação da situação geral, expõe a situação particular criada, dando ao comandante da defesa as informações que sobre o inimigo poderiam ser obtidas com recursos atribuídos pelo tema à área costeira cuja defesa vai ser estudada.

Isso feito, o diretor do exercício determina que seja aberta a cortina (biombo, anteparo), quando então a "defesa" estudará cuidadosamente a situação, tomará suas decisões e dará as ordens consequentes.

Cerrada a cortina, os oficiais encarregados dos diferentes grupos de navios e baterias, movimentam os respectivos modelos empregando o computador para a determinação dos pontos em que devem estar ao fim de um determinado tempo.

Efeito do Jogo de Artilharia — Os acertos de tiros nos objetivos serão indicados pelo "sorteio" realizado pelo computador. Cada sorteio marcará o efeito do tiro de cada peça, durante um movimento, portanto, far-se-ão tantos sorteios quantos forem os tiros realizados pela bateria, seção ou peça. O número de sorteios em cada movimento varia com a cadência de tiro que o material pode realizar. O número sorteado pelo computador representa quilôme-

etros de alcance. Só é computado acerto quando o número apresentado é igual ou superior a distância do objetivo indicada no quadro do alcance. Para o registro de efeitos, procede-se do seguinte modo: exemplo: Seção 155 mm — cadência máxima 8 TPM

Objetivo — Fragata

Distância — 17 quilômetros

Mecanismo de tiro — 1 rajada

O comandante da bateria no momento apropriado solicita o "sorteio" ao operador do computador. Serão apresentados então os 16 números (2x8). Todos que indicarem valores iguais ou superiores a 17 representarão impactos no alvo, após isto, o Cmt Bia fará uso das indicações do localizador atribuídas a seus canhões (exemplo: 5 e 12):

nº 5 — Base da torre de Vante
nº 12 — Antena do radar de vigilância.

Havendo impactos, a arbitragem deverá fazer sentir o efeito correspondente, impondo-lhe penalidades conforme as tabelas do Anexo 2. Os demais serão considerados perdidos.

Efeito do Fogo de Bordo — O terreno, visto do mar, para fim de indicação de objetivos, será dividido em áreas com mil (1000) metros de extensão bem definidas e facilmente reconhecíveis de bordo dos navios. Na demarcação dessas áreas deve-se ter em vista que, ordinariamente, a zona batida pelo fogo de um navio, tem uma frente relativamente estreita em relação a profundidade geralmente grande.

Considerando-se o tempo necessário às transmissões de ordens, à identificação dos objetivos, ao ajustamento do tiro, etc, os navios só podem abrir fogo 1 minuto depois de lhes serem indicados os objetivos. O oficial encarregado da força atacante ou de cada uma de suas subdivisões, anuncia à arbitragem qual a área da costa escolhida como objetivo. Em cada movimento, realizam-se a exemplo das baterias costeiras os sorteios para cada boca de fogo de cada navio que atira. Quando acertos são obtidos, o(s) ponteiro(s) do(s) localizador(es) do tiro de bordo, atribuído(s) à esses(s) indicará(ão) o elemento da área atacada que foi atingido. Se na área atacada existirem vários elementos do tipo indicado pelo localizador, caberá ao árbitro decidir qual deles foi atingido.

Não existindo na área nenhum elemento do tipo do indicado, o tiro ou os tiros são considerados perdidos.

Campo de Minas — O responsável pela "defesa com minas" apresenta à arbitragem, seu planejamento, isto é, um calco com a localização exata dos campos, dos cabos de minas, das caixas de distribuição e das minas respectivas.

Se durante uma fase qualquer da ação parecer que um navio se aproxima ou está na área minada, o árbitro confrontando o plano com a rota do navio, traçada no tabuleiro, verificará se o mesmo chocou-se com uma mina ou se deve considerar como inevitável o choque.

Se um navio bate em uma mina

de contato, deve, geralmente, ser considerado perdido ou no mínimo, sua velocidade, potência e precisão do tiro, reduzidas de 50%. O efeito de minas controladas será o mesmo, se a ordem de fogo tiver sido dada pelo responsável, no momento oportuno.

O DESENVOLVIMENTO NECESSÁRIO DO ESPÍRITO OFENSIVO

A busca da vitória, quando se está inferiorizado, impõe que os soldados, individual e coletivamente, estejam imbuídos do espírito ofensivo e da vontade de vencer. O espírito ofensivo não é fácil de se definir. Ele compreende as atitudes e ações que capacitam uma força militar tomar a iniciativa e atacar em todas as oportunidades. É o somatório da habilidade tática do comandante e da capacidade de combater de seus soldados. O espírito ofensivo é um elemento essencial para a vitória, devendo ser continuadamente alimentado, não se permitindo que ele se arrefeça.

Destaque-se que ele é tão importante na defesa como no ataque; de fato, as operações de defesa da costa devem ser entendidas como ações temporárias adotadas, e serem elas, por seu "espírito altamente ofensivo", atacando os agressores e destruindo seus navios, a "reversão de expectativa necessária".

Uma das ferramentas analíticas mais importantes e atualmente disponível nos exércitos para o desenvolvimento do espírito ofensivo é o Jogo-de-Guerra

Simular uma batalha antes que ela realmente ocorra é uma técnica que tem sido usada, com eficiência, através dos séculos, no desenvolvimento de doutrinas e na apreciação das estruturas da força terrestre.

A adoção do Jogo-de-Guerra na ACos dará a nossa doutrina implicações de longo alcance e permitirá o aperfeiçoamento do que chamaremos de "defesa ativa", onde o espírito ofensivo e o uso do terreno como fator multiplicador de combate serão as molas mestras.

CONCLUSÃO

As guerras são ganhas pela coragem dos soldados, pela qualidade de seus chefes e pelo alto nível do material e treinamento. Não há dúvida quanto à coragem do soldado. Os outros fatores estão relacionados entre si e exigem uma certa análise. Quando se considera uma guerra, é óbvio que se deve pensar para poder vencer, mas pensar exige tempo e ele não existe numa batalha. Devemos, portanto, treinar os nossos homens e, principalmente, nossos comandantes, em qualquer nível, a pensar com antecedência e rapidez. Somente com essa preparação mental e psicológica antecipada, poderemos lograr êxito, pois as pressões do combate não dão margem a erros.

Numa hipótese de guerra todos possuirão armas semelhantes, combaterão sob as mesmas condições e acreditamos que será na habilidade dos chefes que existirão as diferenças. Por isso, devemos treiná-los

desde já, a pensar logicamente sobre problemas difíceis e fazê-lo com rapidez e sob determinado tipo de pressão, para que as decisões sejam corretas, a tempo e na primeira vez.

Os Comandantes são os que mais devem saber o que fazer em situações complexas. O problema é que numa batalha, eles não podem estar em toda parte e surgem situações em áreas e em momentos que eles não podem estar presentes ou para onde não podem se deslocar, exigindo assim, que seus substitutos (oficiais) sejam treinados a enfrentar tais situações e decidir corretamente. Os Jogos-de-Guerra são um excelente meio para a aquisição dos reflexos indispensáveis ao exercício do comando.

Para se formar um comandante competente, são necessários conhecimentos, reflexão e experiência. Isso significa aprender os princípios fundamentais, refletir acerca do passado, prever o futuro e adquirir experiência. O estudo da tática é uma arte. São necessários anos de estudo e esforço concentrado, além de muita dedicação pessoal. Os Jogos-de-Guerra estimulam, sobremaneira, o despertar dessa consciência. Eles contêm, no mínimo, lições que nos impedirão de cometer erros pela segunda vez e servem também na formação da base do "raciocínio lógico" que no futuro permitirá a tomada de decisões, tirando o melhor partido das oportunidades de sucesso no campo de batalha!

A luta pelo aperfeiçoamento da técnica e da tática deve ser uma

preocupação constante de todo militar!

A escassez de recursos temporária exige que nos mobilizemos para que, com criatividade e determinação nos utilizemos de novos métodos e meios auxiliares de instrução, para atingirmos com recursos reduzidos nossos objetivos permanentes.

A introdução dos Jógos-de-Guerra dará a vários segmentos da Força Terrestre (FT) uma nova dimensão na capacidade de compreender a essência do julgamento tático, bem como suas aplicações redundarão em melhores exercícios com maiores possibilidades de

sucesso na difícil formação ou especialização de oficiais do Exército Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

1. "A Formação de um Tático" – Coronel CLYDE J. TATE, Exército dos EUA.
2. "Espírito Ofensivo: Aspecto de vital importância", TCel IGOR D. GERHART, Exército dos EUA.
3. "FM 100-5 – Uma Evolução Tática", Gen Ex DONN A. STARRY, Exército dos EUA.
4. "Modelos de Computação e Jogos de Guerra no TRADOC WILLIAM OLIVER HEDGEPETH.
5. "Coast Artillery War Game – Tradução/Adaptação, E A C, 1945.



O Cap Art José Guimarães Barreto Junior, da Turma de dezembro de 1975 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), é atualmente instrutor de Artilharia de Costa da Escola de Artilharia de Costa Antiaérea (EsACosAAe), Rio de Janeiro.



AS GUERRAS DA CORÉIA, DO VIETNÃ E DAS MALVINAS E A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Gélio Augusto Barbosa Fregapani

As Duas Guerras Mundiais foram para o nosso século XX agentes essenciais de transformação por terem revolucionado profundamente as relações de forças entre os Estados, desando níveis de poder e concorrendo para que se reestruturasse toda uma hierarquia. A Primeira Guerra Mundial, ao lado do movimento das minorias étnicas, marcou todo um contexto de crescimento do nacionalismo. Criou também espaço para uma ideologia contrária ao nacionalismo, que pretendia dar predominância às massas proletárias. Estes dois sentimentos foram fonte de novas perturbações.

A ameaça ultra-nacionalista da Alemanha fez com que se unissem o Leste e o Oeste para a destruição do Nazi-fascismo. No seu conjunto, a II Guerra provocou a inde-

pendência das colônias, e, no final manteria apenas duas grandes potências – Estados Unidos e Rússia, que logo se antagonizaram.

Confronto Leste-Oeste

Se a Rússia saísse como vencedora perante a ideologia de direita de Hitler, teria que se confrontar com seu aliado na Segunda Grande Guerra, e agora rival; o líder do chamado mundo capitalista, os Estados Unidos. Formar-se-ia, enfão, na geopolítica do confronto, um eixo leste-oeste.

Os países dominados pela União Soviética formaram um bloco monolítico. Ao mundo livre só restou cerrar fileiras sob a liderança norte-americana, ou melhor, sob a proteção do guarda-chuva nuclear americano, que lhes assegurava a defesa do despótico rei-

me que a União Soviética tentava impor, mais pela força do que pela astúcia. O mundo dividiu-se em dois grandes blocos, cada superpotência com sua esfera de influência.

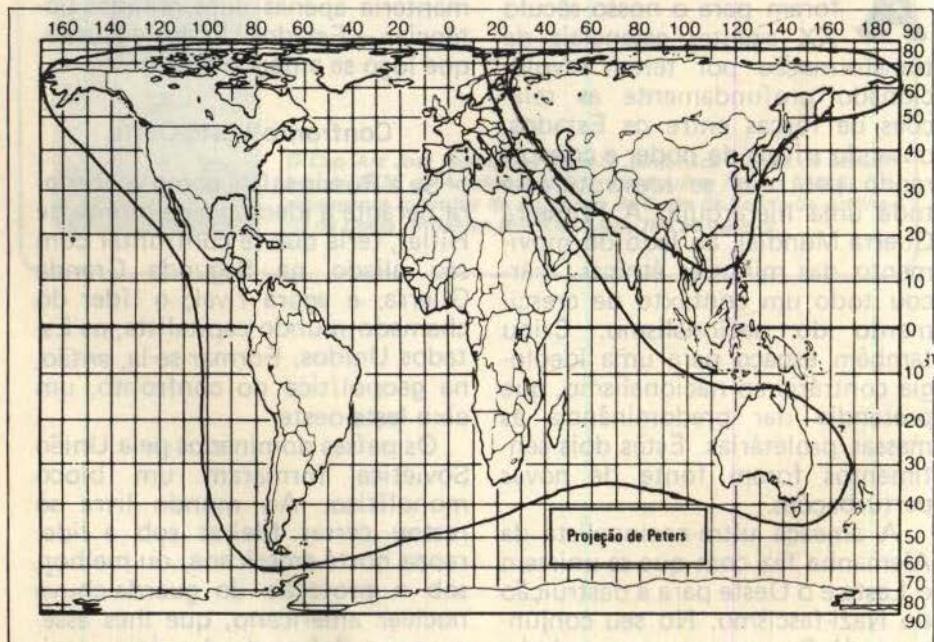
A superioridade nuclear inicial dos ocidentais esvaiu-se ante à persistência russa. Em face da perspectiva de confrontação, armazenaram esses países imensos arsenais nucleares, o suficiente para a destruição mútua, com consequências inprevisíveis para o resto do mundo, na antevista de um verdadeiro holocausto nuclear.

Configurou-se, assim, uma situação de impasse, a que os estrategistas, de um modo geral, cognomiram de "equilíbrio de poder", delineando um quadro em que nenhuma das superpotências se sente interessada no confronto militar

direto com a outra. A capacidade nuclear passou a ser mais uma garantia que o inimigo não utilizaria contra quem pudesse revidar — a teoria da Dissuasão.

Aos poucos apareceram as primeiras dissidências. No Bloco Socialista elas foram contidas com mão de ferro. As rebeliões de Berlim, da Polônia e da Tcheco-Eslováquia foram esmagadas pela força, quando necessário. Os norte-americanos também pressionam seus parceiros, mas com muito mais suavidade.

Neste quadro, ambos os contendores tentam aumentar a respectiva esfera de influência. A URSS o fará também pela força, e percebe que, os Estados Unidos não tendo mais o monopólio nuclear, pensariam muitas vezes antes de revidar com armas atômicas



Mundo Bi-polarizado 1947

às pequenas agressões, e que só o fariam quando seus interesses vitais estivessem ameaçados. Então, inicia uma série de guerras localizadas, através de seus satélites e de outros estados que consegue influenciar.

Assim, espoucam diversas revoluções e mesmo agressões mais claras, como na Coréia. Estas nunca foram aventuras, mas sim uma série de golpes preparados e que não poderiam, segundo o cálculo dos dirigentes soviéticos, colocar em perigo a paz mundial nem as suas relações fundamentais com os Estados Unidos. A descolonização é incentivada. Paradoxalmente os internacionalistas soviéticos se utilizam do nacionalismo como fonte de revolta.

Os norte-americanos reagem criando a "Resposta flexível", mas fracassam agora em todas as frentes. O motivo é simples: Queriam agir somente com respostas militares quando o problema é social. Quando enfrentaram o comunismo em expansão na Europa com um plano de auxílio (Marshall), foram bem sucedidos mas no mundo subdesenvolvido havia outros condicionantes.

Historicamente, os EUA sempre haviam marcado sua política externa por interesse econômico. Desde a segunda metade do século passado, seus movimentos haviam sido de caráter nitidamente imperialista no Pacífico e no Caribe. Em princípio não haviam entrado em guerra por outras razões que não as de seus interesses puramente comerciais. Quando decididos a barrar o comunismo, faltava-lhes

no 3º Mundo, a autoridade moral que tinham na Europa.

A estratégia soviética deu resultado, mas surgiu no terceiro mundo um fator que ela mesma não tinha avaliado corretamente, e que se revelaria importante para o futuro: o crescimento militar, e em consequência da autonomia das pequenas potências, até então satelitizadas.

Se o impasse nuclear tem se mostrado favorável à expansão da influência da URSS, presta-se também à emergência de potências médias regionais, que, embora de importância limitada, ainda, vêm se constituindo progressivamente em peças indispensáveis no xadrez da política mundial.

Na Guerra da Coréia, os comunistas agiram através da China. As diversas circunstâncias como localização e necessidade de manter reservas para fazer face a uma ameaça mais importante fizeram com que, pela primeira vez, os norte-americanos assinassem a paz sem conseguir tudo o que se propuseram, mas haviam pelo menos detido os comunistas em suas fronteiras. Fora certamente um empate.

O crescimento militar da China e seu consequente novo orgulho foram-na afastado paulatinamente da Rússia. Razões históricas e geográficas cooperavam para isto, e certamente se os russos houvessem vislumbrado este resultado, jamais teriam incentivado à guerra da Coréia.

Prosseguindo dentro da linha política de expandir o comunismo através de seus aliados, nas periferias, onde fosse ilógico uma reação

nuclear e improvável uma escalada da guerra, iniciou-se a invasão do Vietnã do Sul pelo seu vizinho do Norte, nos mesmos moldes da invasão que houvera na Coréia.

Reforçaram-se os laços do mundo comunista face à nova aventura, mas medidas diplomáticas e cuidados de evitar ameaças diretas à China, fizeram que o Vietnã do Norte tivesse que lutar sozinho, apesar de apoiado. Seria fácil contê-los; era o que parecia.

O desastroso desfecho desta guerra, cujas origens podem ser atribuídas à débil vontade nacional estadunidense de se envolver em uma guerra que não era deles, trouxe consigo consequências importantes.

Consequências militares: pela primeira vez, uma superpotência é militarmente derrotada por um valor militar inexpressivo, embora diretamente assistido por outras. Isto mostrou às pequenas nações que era possível resistir militarmente às pressões das potências de primeira grandeza, pelo menos no quadro atual da hostilidade bi-polar.

Consequências políticas: — Tendência à diminuição da interferência norte-americana, "Não mais Vietnã", era a palavra de ordem. O assalto à minúscula Ilha de Grana-
da contraria a tendência, mas ela persiste.

— Esfacelamento da solidariedade do bloco comunista nos países pobres. A China acelerou seu afastamento e passou até ao antagonismo com a URSS. O Vietnã afastou-se da China, do mesmo modo que a China da Rússia.

— Aumenta o número de países neutros.

O Egito rompeu os laços que mantinha com os comunistas, e a maioria dos países da África Negra, ensaiou a seguir seu próprio caminho. Não se deve confundir esta tendência com a organização dos não "alinhados", de tendência pró-soviética.

A possibilidade de uma guerra nuclear é real. Entretanto, os arsenais nucleares soviéticos e estadunidenses são altamente questionáveis. O holocausto nuclear consequente de seu emprego não encontra qualquer explicação sensata pela razão humana. Em outras palavras, a disponibilidade de vários milhares de ogivas nucleares, capazes de extermínio em massa, é irrelevante se o adversário puder revidar.

O fato consumado, de que o controle desses artefatos esteja em mãos de duas únicas potências, afigura para ambas como um fator de muito maior segurança do que se estivesse dividido entre mais potências. É um fator limitativo de seu emprego e assegura o controle de seus satélites, de duas formas: uma, pela necessidade de proteção contra a superpotência inimiga; outra, pela ameaça da nova "última ratio" do século XX, representado pelas armas atômicas.

Se considerar-mos a possibilidade de uma dessas superpotências fraquejar no confronto ou dela simplesmente desistir, o mundo estaria definitivamente à mercê da superpotência dominante, mas o monopólio nuclear por parte

das superpotências também é problemático para os que tiverem que se submeter a uma delas.

As superpotências justificam a não-proliferação nuclear com o direito de proteger sua própria segurança, em face da instabilidade e irresponsabilidade dos outros. Mas o direito inalienável das nações, não armadas nuclearmente, à sua própria segurança, é sistematicamente negado.

Enquanto o desarmamento não for prática de todos, alhear-se ou praticá-lo isoladamente é crime de lesa-pátria. (1)

Poucos países escapam à ameaça de chantagens; no ocidente, a França por uma questão de orgulho e a Inglaterra certamente com a cooperação norte-americana; recentemente, acredita-se que também, Israel e a África do Sul; no Oriente, a China e a Índia, a custo de grandes esforços de seus povos e determinação dos seus dirigentes.

A estas nações ninguém ousa fazer chantagens atômicas. Seus arsenais, aliás, diminutos, mantêm a distância o inimigo ideológico e, em certos casos, os aliados. Vejamos a China x URSS, e pensemos também se haveria a ameaça nuclear britânica, caso a Argentina dispusesse deste meio de dissuasão.

Isto tudo é conhecido. O que não se julgava possível é que uma pequena potência pudesse derrotar militarmente uma grande, ainda que sob a proteção nuclear da superpotência aliada. Assim, concluímos que, contando com a proteção nuclear de uma das su-

perpotências ou com sua própria pequena força nuclear, qualquer potência média pode fazer seu jogo próprio, até mesmo contra uma das grandes.

Geopoliticamente, o que resultaria destes novos dados?

A MULTIPOLARIDADE

Ainda repercutem em nossas lembranças as definições de Mackinder, Haushofer e Ratzel sobre as PAN-REGIÕES. Assim, haveria um pan-germanismo abrangendo a Europa e sua colônia, a África; um pan-eslavismo, ocupando o núcleo eslavo e suas colônias do Leste, e um pan-americano com os Estados Unidos e seus satélites. Em face da recusa japonesa em desempenhar um papel assim subalterno, este conquistaria uma parte do mundo, que eles apelidariam de Esfera de Coo-prosperidade Asiática.

Esta divisão atenderia ao anseio de diversas nações, mas manteria outras como satélites ou mesmo colônias. As nações que desejassem outra coisa, que fizessem como o Japão, se pudesse.

Isto era difícil, mas não impossível. O sonho japonês desfez-se na fumaça do cogumelo atômico. Parecia que a Pan-América e a Pan-Eslávia haviam destroçado a Pan-Germânia e dividido o mundo entre si, tal como novas Roma e Cartago. Entretanto, a defecção chinesa e a resistência vitoriosa do Vietnã demonstraram a possibilidade de independência, ainda que dentro do jogo de confrontação Leste-Oeste.

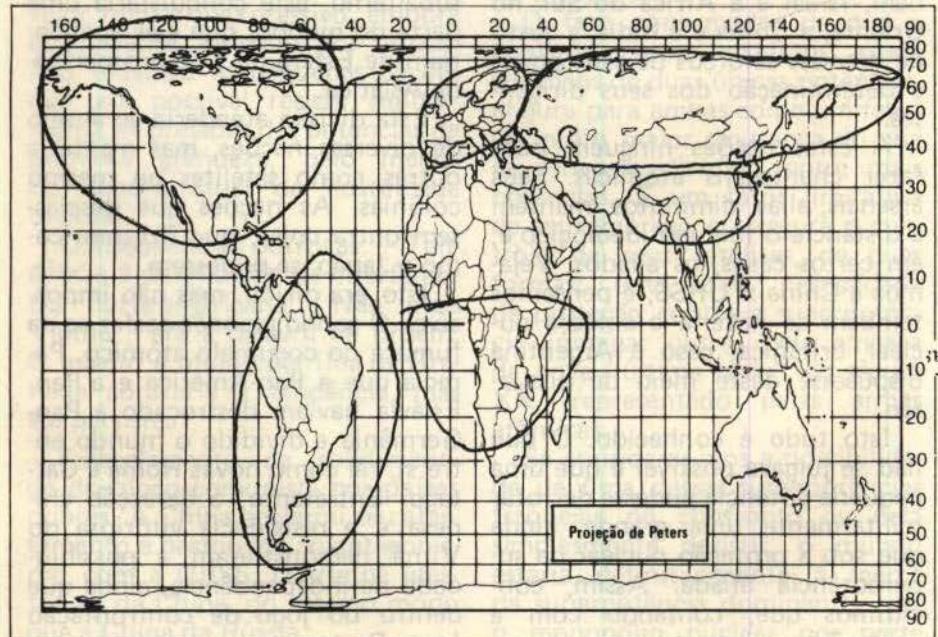
Os próprios japoneses descobriram um caminho alternativo sob circunstâncias especiais. Mas é a China que levanta a verdadeira questão: o confronto não é somente Leste-Oeste, mas também Norte-Sul. Neste confronto, os blocos não são coesos, ou melhor, o Sul é uma colcha de retalhos e o Norte está dividido. A divisão do Norte é a oportunidade que as pequenas potências do Sul têm de jogar o seu jogo. Unir-se o Sul é impossível, mas a integração de certas áreas seria bastante vantajosa.

O apoio norte-americano à Inglaterra nas Malvinas destruiu o mito Pan-americano. Para todos ficou claro que a verdadeira lealdade das democracias ocidentais é uma para com as outras, e não para com suas colônias, satélites ou esferas de influência.

Neste jogo de lealdade, a União Soviética e a América do Norte continuam a ser os grupos hegemônicos, mas não únicos. (2) A China se aproxima do Japão, formando um polo Asiático.

A Europa Ocidental por vezes ensaia constituir-se também em um polo, certamente afinado com os Estados Unidos, mas não satelitizado. O mundo islâmico, motivado pela existência de Israel, esboça também constituir-se em um polo pan-arábico ou pan-islâmico.

A África Negra poderia também aproximar-se tendo apenas em comum a geografia e a cor da pele, mas isto ficará afastado para um futuro remoto pela instabilidade e rivalidade reinantes no continente negro e pela insignificante expressão militar, incapaz de defender seu interesse.



Mundo Multi-polarizado 1987

Quanto a América Latina, as condições lembram as africanas, mas bastante atenuadas. Pode mais facilmente constituir-se em um bloco, e a atual pressão da dívida externa fará acelerar o processo.

A ganância e a cequeira política norte-americanas forçando demasiadamente os juros da dívida, provocam ao sul do Rio Grande o mesmo que o Estado de Israel provoca entre os árabes: a união.

A conceituação atual de multipolarização não pode ignorar a preponderância da América do Norte e da União Soviética, mas também está claro que estas não conseguiram impedir a existência de potências médias nucleares ou não, formadas pelos sentimentos de auto-defesa, e certamente não conseguirão impedir a integração relativa dos demais polos

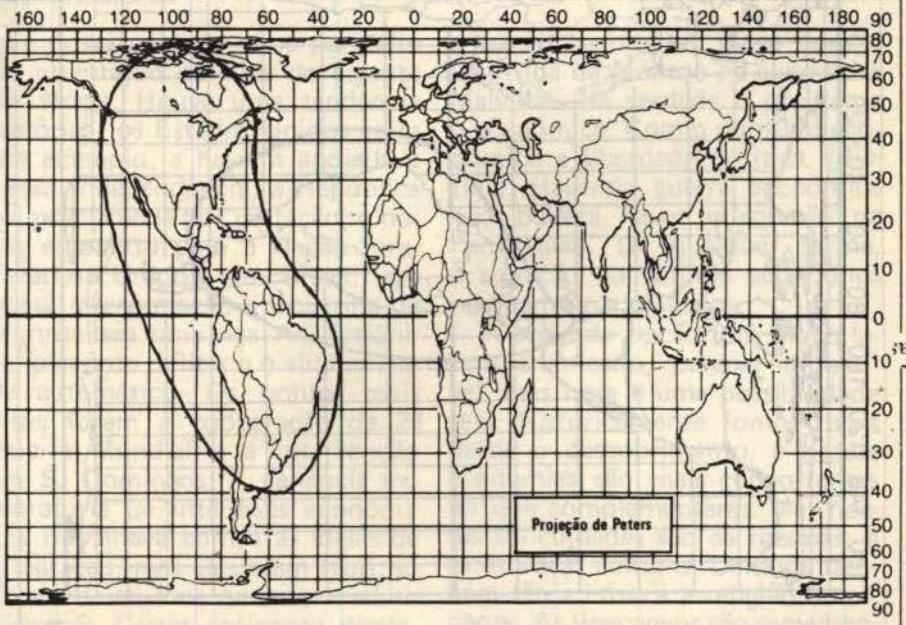
de poder. Com o mundo multipolarizado, uma guerra entre Estados Unidos e União Soviética poderia até não ser uma guerra mundial, e o que é mais importante haveria outras condições de soberania para os demais.

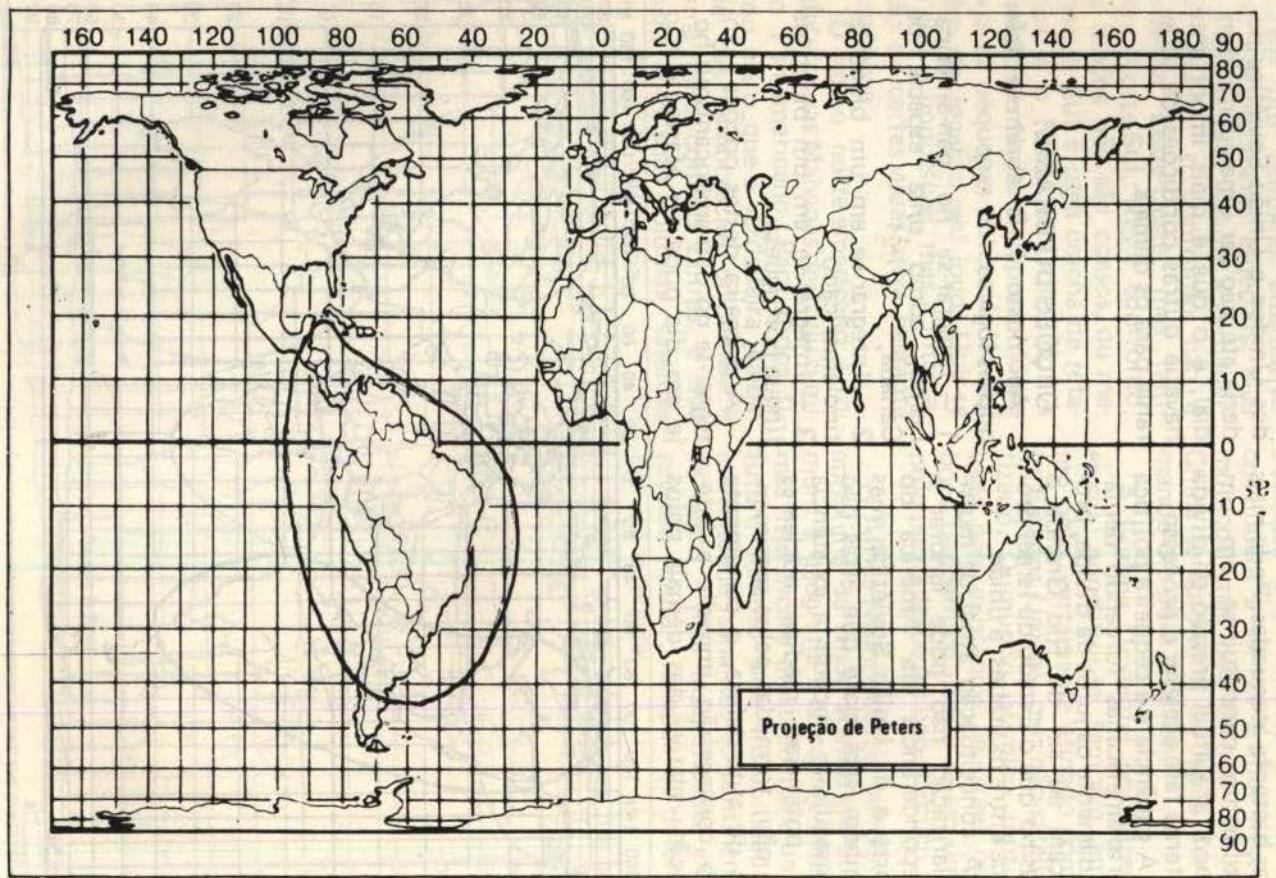
OPÇÕES DO BRASIL:

Ao nosso País abrem-se três opções lógicas:

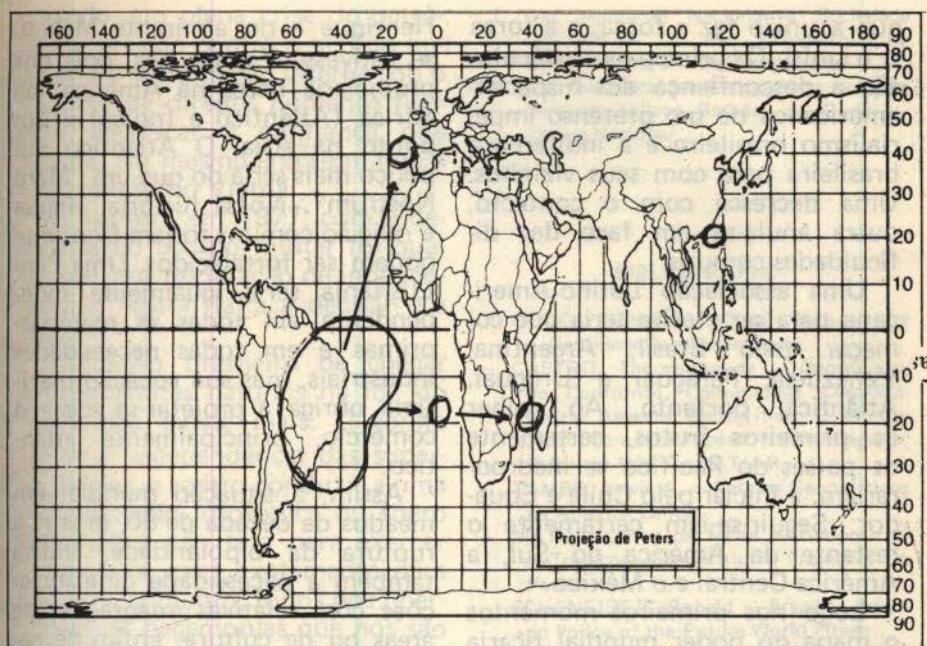
- 1 — Integrar-se no pan-americanismo, como uma espécie de Canadá;
- 2 — Integrar-se em um bloco latino-americano;
- 3 — Integrar-se em um bloco de língua portuguesa.

A primeira destas opções — integrar-se no pan-americanismo hoje em dia pode ser afastada, não





Opção Latino Americana



Opção Pan Luzitânica

por nossa vontade, mas por falta de orientação política do gigante do Norte. Houve uma tendência histórica; os Estados Unidos eram um exemplo, e haviam apoiado a nossa Independência; a República foi proclamada por imitação; o nome escolhido para a Nação fora: Estados Unidos do Brasil; em nossa interpretação a Doutrina de Monroe era uma liga Antifctiônica; o acordo militar e o alinhamento automático. Os pontos mais altos foram a cooperação da 2ª Guerra Mundial e a intervenção em S. Domingos. A ganância exploratória de interesses econômicos trabalhava contra as idéias de integração, mas eles eram reais; só foram destruídos quando a administração Carter espicaçou diretamente os brios dos brasileiros

e foram sepultados junto com a Doutrina de Monroe na guerra das Malvinas. Na verdade o problema é econômico. Com o domínio econômico a liberdade política é fictícia. Havendo guerra econômica não poderá haver integração na Pan-Região. De qualquer forma, a situação da colônia econômica não convém a ninguém.

A segunda opção, um bloco latino americano, parecia impossível, mas hoje é uma possibilidade real. Historicamente fomos rivais desde o descobrimento, e nossas economias são mais concorrentes do que complementares. Mas nossas dificuldades são as mesmas, e as ameaças comuns. Comuns também são a etnia e a religião dominante. As linguagens são semelhantes. A cada dia cresce o conceito

que a união faz a força, e a força o triunfo. Os principais obstáculos são a desconfiança dos hispano-americanos de um pretenso imperialismo brasileiro e a indiferença brasileira para com seus vizinhos. Uma decresce com o contacto, outra anula-se em face das dificuldades comuns.

Uma associação Latino-Americana para ser efetiva teria que começar pelo Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai. Atlântica, portanto. Ao colher os primeiros frutos, certamente os países do Pacífico se incorporariam, a iniciar pelo Chile e Equador. Seguir-se-iam certamente o restante da América do Sul, a América Central e o México.

Logo nos primeiros momentos o mapa do poder mundial ficaria alterado: A nova Pan-Região, independente em todas as matérias-primas, teria também condições de atender a todas suas necessidades industriais. Ainda que sem possibilidades de projetar força em outros continentes, seria bastante forte em seu próprio espaço. Poderia falar de igual para igual com qualquer grupo, e embora alinhado filosoficamente com os Estados Unidos, estaria livre de quaisquer imposições.

A terceira opção, a aproximação em um bloco lusofônico, também tem suas vantagens e desvantagens. Seria uma aliança extremamente marítima, e só parece vantajosa se estivermos dispostos a incentivar extraordinariamente nossas frotas, mercante e armada, pois, do mar dependeria o sucesso. Esta opção seria a proferida do Infante

Henrique e do almirante Mahan, se estivessem entre nós, pois nos propiciaria bases na América, na África (Atlântico e Índico) e um ponto na Ásia. O Atlântico Sul pouco mais seria do que um "Mare Nostrum". Nossa história, língua e religião comuns forjam laços que podem ser fortalecidos. Uma Pan-Lusitânia seria igualmente independente em todas as matérias-primas e em todas necessidades industriais, mas sua vocação marítima obriga a projetar-se sobre o comércio, principalmente atlântico.

Assim, a situação mundial em meados da década de 80, mostra a ruptura da bipolaridade. Indica também a necessidade de associações com relativas integrações de áreas ou de cultura, enfim de nações. Os que primeiro perceberem e agirem neste sentido aproveitarão as oportunidades enquanto elas existem.

Existe uma norma, segundo a qual nenhum país age conscientemente contra seus próprios interesses. É óbvio. A ação de cada país visa servir os interesses nacionais. A história da humanidade já viu o aglutinamento dos grupos humanos, até a formação de nações. Podemos estar na época da relativa integração de nações, mas quando a associação não convém, até os lobos trocam de alcatéia, ou formam a sua própria.

O Brasil, que acompanhara firmemente os Estados Unidos em duas guerras mundiais, e que desde 1964 estivera a seu lado na guerra fria, começou a questionar a atitude norte americana em 1975,

quando, em plena crise do petróleo, a pressão contra o acordo nuclear e a intromissão interna sob o disfarce de direitos humanos fizeram decrescer a confiança que existia. No mesmo ano terminou a intervenção no Vietnã.

A ruptura em 1977, com a denúncia do acordo militar foi quase que uma declaração de independência. Agora, falta a decisão e a ação.

O sonho brasileiro de chegar a seus limites naturais na foz do Prata não existe mais. O sonho agora é independência das superpotências, e se isto conduzir a uma confederação lusofônica ou Ibero Americana não será para exercer hegemonia, mas exatamente para que, em conjunto, todos nos libertemos de hegemonias que nos são prejudiciais. O importante para a convivência e para a integração é a substituição da exploração desenfreada pela cooperação fraterna.

1. Ver segurança Nacional e Sociedade Solidária — Do Maj Brigadeiro Luiz Carlos Aliandro — Defesa Nacional.
2. Ver considerações Geopolíticas do Cmt Vintceas Villaça Barbosa de Godoi — Defesa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

- GODOI, Vintceas Villaça Barbosa de — Considerações Geopolíticas.
- CASTRO, Therezinha de — Geopolítica do Confronto, Comunidade Luso-Brasileira: Aspecto Geopolítico, O Mundo Atlântico e seus imperativos estratégicos, O Ser e o Não Ser do TIAR.
- TAMBE, Lewis A. — Fatores Geopolíticos na América Latina.
- MATOS, Carlos de Meira — Geopolítica e Trópicos, Geopolítica e Projeções do Poder.
- SCHENEIDER, Ronald — Brazil — Foreign Policy of the Future World Power.
- WANDERLEY, Nelson Freire Lavanère — A Paz Nuclear.
- WIEGAND, Robert D. — A Estratégia dos Estados Unidos da América.
- BOER, Nicholas — A Implacável sede de Poder do Império Russo.

O Cel Inf QEMA Gélio Augusto Barbosa Fregapani, possui os cursos de Carreira do Exército, mais os de Ed. Física, Paraquejismo, Comandos, Guerra na Selva, Comunicação Social e o de Ação Cívica do Exército Norte-Americano, além de Planejamento Governamental e o de Mestrado em Ciências Políticas, na área Civil. Prestou serviços no 7º RI, 1º B Fron, Bd Pqdt e DGS onde introduziu inovações no Material de Intendência. Foi coordenador do Curso de Comunicação Social do CEP e comandou o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Atualmente chefia a Assessoria de Pesquisa e Cultura do Departamento de Ensino e Pesquisa.



ESTRATÉGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Luiz Paulo Macedo Carvalho

Mal-aventurados os que não cultuam suas origens, antepassados, costumes e tradições, porque sucumbem à míngua de fontes de energia para formação e preservação da nacionalidade, além de não compreender os anseios e tendências dela.

Mal-aventurados os que carecem dos ensinamentos ofertados pelo tempo, no ambiente dominado pelo homem, porque não têm como entender o relacionamento entre os povos.

Mal-aventurados os que se recusam a ouvir a história da terra e dos homens, porque estão condenados a sofê-la como destino.

Tais mal-aventurados — ontem, hoje e amanhã — proclamam e consagram a importância da Geografia e da História, bem como o relacionamento destas ciências

com a Estratégia, infelizmente nem sempre reconhecidos, até mesmo em nossos estabelecimentos de ensino militar, embora lhes caiba o impostergável dever de transmitir às gerações, que por eles passam sucessivamente, estes indispensáveis conhecimentos. Contradição desconcertante, pois enquanto o Exército vem demonstrando bem menos interesse em ministrar esses assuntos aos seus quadros, do que fazia antes da II Guerra Mundial, cresce a atração dos civis nesse campo, particularmente pela história militar.

Ao curso dos últimos anos, afora quaisquer brilhantes exceções, a Geografia e a História representam disciplinas moribundas. A quase totalidade dos nossos programas escolares e dos manuais de

ensino revelam-se estranhamente discretos acerca destas matérias.

Ameaça-nos uma defasagem crucial entre a velocidade da desenfreada evolução tecnológica em processamento e a da que impele o domínio das ciências sociais. Se o papel impresso libertou o homem ocidental, como disse H. G. Wells, hoje, porém, o mau uso dos meios de comunicação de massa traz o risco de escravizá-lo. E pior do que isso, as conquistas das ciências ditas exatas não ofertaram melhor orientação para a política e a estratégia, nem soluções para resolver os desafios sociais que afigem a humanidade.

Os estudos de Geografia e História limitaram-se, por considerável tempo, a antipáticos e improdutivos exercícios de memorização de nomes e números, com estéreis narrativas de fatos ou acontecimentos julgados relevantes, enquanto aspectos geo-históricos, geo-econômicos, geo-estratégicos e geo-políticos eram prática e sistematicamente ignorados.

O determinismo geográfico, na explicação histórica, empregado pelos nazistas para justificar seu expansionismo materialista, muito contribuiu para que gerasse ponderável confusão da geopolítica com a Geografia e a História e as levassem a serem esquecidas e negligenciadas.

Este não é o menor paradoxo de nossa era que, todavia, se caracteriza por surpreendente e simultânea ampliação dos conhecimentos do meio-ambiente geográfico e histórico, em corolário direto dos progressos científico-tecnoló-

gicos e devido à multiplicação dos generalizados conflitos localizados e limitados no planeta. Por outro lado, a situação estratégica mundial não pode ser analisada sem levar em consideração razoável número de dados geográficos e históricos.

Os fatores geográficos e históricos estão sempre presentes, com notórias influências, de maior ou menor grau, em todos os campos qualificados pela figura do gênero humano. Assim sendo, não há como desvincular a noção de poder nacional — expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente uma nação — das coordenadas de espaço e tempo, isto é, da Geografia e da História.

Assim, é completamente ilusório pretender sondar o passado ou prospectar o futuro sem conhecimentos geográfico e histórico. É inegável, pois, que as grandes linhas da Geo-história e Geopolítica, procurando antever esquemas para o futuro, revistam-se de percepções agudas de grande validade.

Apesar da História não constituir em essência o estudo do manejo da violência em contínua escalada, convém salientar que teve origem na história militar, sua mais antiga forma.

Heródoto, cognominado por Cícero "O Pai da História", surgiu com a avaliação das guerras grecopersas. O iniciador da história pragmática, Tucídides, considerado o primeiro historiador militar por ter escrito a notável "História da Guerra do Peloponeso", afir-

mou a reversibilidade dos fatos históricos, valorizou os aspectos sociais e econômicos, bem como destacou ser a Estratégia um fenômeno da História. Graças ao Cristianismo, por intermédio de Santo Euzébio, Santo Agostinho e dos monges beneditinos, e aos cronistas, tais como Fernão Lopes e João de Barros, deu-se a universalização da história. Do pensamento de Voltaire veio a secularização da História. A História Científica surgiu na Alemanha, no século XIX. Augusto Conte introduziu a idéia de que a busca do fato era da responsabilidade do historiador e o trabalho científico determinante das causas daquele cabia ao sociólogo. A teoria filosófica do Materialismo Dialético vem se aplicar na do histórico do Marxismo, deformando o estudo das relações sociais dado o valor atribuído à *praxis*. Troeltsch ensinou que a causalidade histórica não admite hierarquia. Max Weber contribuiu com a teoria das multiplicidades das conexões causais e ressaltou a importância dos fatores ideais. Spengler, com seu determinismo cíclico das civilizações e sua morfologia cultural, foi o naturalizador da História. Em nossos dias, Toynbee deu fundo espiritualista e religioso à História.

A importância da História, difundida pelo aforismo de que é "a mestra da vida", tem sido reconhecida ao longo dos tempos por grandes vultos da humanidade. Políbio afirmava: "A História é a educação mais autêntica... para a ação política." Napoleão dizia: "Para seres um militar bem sucedi-

do, tens que conhecer a História." Frederico, o grande, declarava: "Estudos toda espécie de História... Desde César, nas Gálias, até Carlos XII, em Poltava." Moltke salientava: "As melhores lições para o futuro as teremos de nossa própria experiência, mas como esta não nos será concedida senão em forma muito limitada, é necessário utilizar, mediante o estudo da História da Guerra, a experiência dos demais." Foch complementava estes conceitos com as seguintes palavras: "A realidade do campo de batalha é que ali não se estuda; simplesmente se faz o que se pode, para aplicar o que se sabe. Logo, para poder um pouco, é necessário saber muito e bem.

Isto explica a inferioridade dos austríacos em 1866, a quem deveu ter instruído a Guerra de 1859 contra o prussianos, que não se haviam batido desde 1815. Os primeiros fizeram a guerra sem compreendê-la; como os franceses em 1870; os segundos a compreenderam sem fazê-la, porque a tinham estudado." Churchill, Charles de Gaulle e Patton possuíam imensos conhecimentos de História. Entretanto, dizem que Roosevelt e Eisenhower pouca coisa dela sabiam.

Embora a História propicie lições do passado para guiar ações no presente, com a mesma facilidade pode desorientar. Deve ser usada para desenvolver a imaginação e não como peças de um quebra-cabeça, para generalizações e se adotar soluções estereotipadas. Precisa-se atentar para que um livro, a despeito de ser muito bom,

é sempre um espelho e quando um ser irracional olha para ele, como já bem aduziu alguém, não será de historiador a imagem refletida.

"Vale uma nação pela consciência que tem do seu passado, de sua missão histórica. . . É o que nos move a mais profundamente conhecer ao Brasil, para melhor o amar e servir" — Nos adverte Pandiá Calógeras.

A conduta da guerra sempre obrigou a se levar em conta as realidades históricas e geográficas dos teatros de operações.

De Alexandre a Giap, todos os grandes estrategistas formalizaram sua reflexão por meio de verdadeiras análises de geografia regional. Frederico, O Grande, Montesquieu ou Bismarck, partidários tenazes do determinismo físico, reforçam os exemplos precedentes. Entre os autores que, de perto ou de longe, têm sido levados a se interrogar sobre esse problema, na esfera de nosso conhecimento, Marx e de Gaulle desconheceram a dimensão espacial do fenômeno.

Na época contemporânea, onde mais do que nunca, "a guerra é a continuação da política por outros meios", no dizer de Clausewitz, duas grandes tendências se apresentam: Admitir que a geografia faz a guerra, isto é, que os elementos geográficos devam ser considerados no campo da reflexão geo-estratégica; ou recusar, daí por diante, qualquer influência a esses fatores, pelo argumento do fato atômico, equalizador de forças, reduzindo as distâncias, neutralizando os acidentes geográficos, ou suprimindo os conflitos naturais.

Entre os maiores geogestragistas da História, o Alemão Friedrich Ratzel, fundador da Geopolítica moderna, desenvolve em sua "Antropogeografia" o conceito de ecumeno — "Espaço é poder". No plano geopolítico, os dois elementos básicos de sua doutrina são o *espaço*, fundamentalmente determinado pelos seus caracteres físicos, e a *posição*, que situa o "espaço sobre o planeta". Nesse contexto, o meio geográfico, no sentido preciso de meio natural influenciado pela ação do homem, é moldado por uma colonização "determinada pelo sentido de espaço". Ratzel escreveu particularmente: "o homem está condicionado por sua atitude inata de, como elemento de um povo, a se integrar no meio natural e a organizá-lo." Compreende-se, pois, facilmente, as tentativas de alguns de seus discípulos e a resultante dos grandes princípios ratzelianos, caricaturados tragicamente pelo general-geógrafo nazista Haushoffer e as teorias do espaço vital.

Vidal de La Blache, sobre esse tema, esforçou-se por jamais proceder a uma análise geográfica, em qualquer escala, sem evocar um conjunto de fatores, geralmente compostos, extraídos tanto dos dados físicos como dos domínios históricos, econômico ou social.

É sem dúvida o inglês Mckinder quem foi mais longe na análise geoestratégica. Para Mckinder, "a capacidade do poder é, de início, caracterizada pela capacidade de levar um conflito a termo." É primordialmente pela situação geográfica que se pode

resolver a maior parte das dificuldades encontradas na análise político-estratégica-militar. A Geografia é a componente principal da diplomacia. Por isso vale lembrar a célebre frase que atesta tal assertiva: "Pobre México, tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos da América do Norte."

No pensamento de Mackinder, a Geopolítica é sua irmã mais moça, a Geoestratégia, definem-se de pronto pela relação que se estabelece entre os fatores do poder, o relacionamento internacional e o meio geográfico. Seu "Leitmotiv", desde a década de vinte, diz respeito à luta potencial entre dois outros maiores — o terrestre e o marítimo.

Na escala do planeta, a Eurásia com a África é vista como a "Ilha do Mundo", situada no centro do globo. Seu coração — o "heartland" — corresponde à Rússia européia. (Quem dominar a Europa do leste está de posse do "coração do mundo"; quem dominar o "coração do mundo" comanda a "ilha do mundo"; quem dominar a "ilha do mundo" controlará o planeta, escreveu Mackinder, em 1919, na hora da assinatura do Tratado de Paz. Esta ilha mundial é cercada a distância apreciável, por uma franja de arquipélagos: o poder marítimo potencial das Américas e da Austrália. O espaço (levado em consideração ao tempo de Mackinder) que separa o "coração do mundo" dessa franja de arquipélagos é ocupado pelas zonas periféricas da Eurásia e da África e seus mares fronteiriços: península indo-chinesa e Indiana, Afeganistão, Oriente

Médio e Próximo, bacias do Mediterrâneo e do Índico, além do nevrálgico Golfo Pérsico.

As relações Leste-Oeste se inscrevem, assim, na perspectiva de um conflito inevitável a longo prazo, entre a potência terrestre do "coração do mundo" — hoje a URSS, e a marítima da atualidade — os EUA. As duas potências enfrentar-se-ão "fisicamente" na periferia. O controle desta, (que compreende os mares ocupados e utilizados) pela potência marítima, não se traduzirá inevitavelmente pelo da "ilha do mundo", mas impedirá essa, em contrapartida, de assegurar sua hegemonia.

A doutrina Mackinder fez sucesso literalmente entre as duas guerras: Haushoffer, já citado, adaptou-a às ambições hitleristas, operando um deslocamento pouco sutil do "coração do mundo" para Oeste; o italiano Nardini, seguidor de Ciano, recuperou-a em suas grandes linhas, identificando o "coração do mundo" com o "mare nostrum".

O japonês Tokisha estabeleceu os princípios geoestratégicos da "esfera da comprosperidade", considerando o arquipélago nipônico como a "ponta-de-lança" de uma periferia predestinada à supremacia mundial, devido à sua posição de charneira; os norte-americanos Spykman e Bowman fizeram o mesmo dos Estados Unidos da América, tendo o último deles acrescentado à análise estritamente geoestratégica considerações ideológicas bastante afirmadas: o poder marítimo será "a frente da civilização face ao barbarismo ou à

vida" — doutrina do almirante Alfredo Thayer Mahan.

Malgrado seus desesperados esforços, os esquemas tradicionais dessa escola alicerçam-se em dois grupos de fatores: os constantes ("fortes tendências" dos especialistas militares) e conjunturais. Entre esses últimos, difíceis de se levar em conta a longo prazo, o contexto demográfico (disparidades de densidades de ocupação, ritmos de crescimento, fluxos migratórios, dados qualitativos), o potencial energético, recursos, estruturas sociológicas, informações ideológicas e políticas nacionais e internacionais, têm exercido e exercem a curto e médio prazos capital função.

Em contraposição, as "fortes tendências" acalmam os geoestrategistas, quaisquer que sejam, em definitivo, as escalas de suas análises. Subsistem o espaço propriamente dito (estrutura física, configuração e organização dos territórios considerados) e a posição.

Esta última noção tem sustentado gerações de geopolíticos. Pelas distâncias, comanda o fator "comunicações" terrestres ou marítimas, em combinação com o fator espaço e seus condicionantes. Neste particular, até o início do século 20, o fator comunicações marítimas (daí a influência sobre todos os países marítimos ou aqueles que, como a Alemanha antes de 1914, desejavam a efetivação da doutrina Mahan acerca da "maestria do mar", expressa em 1980, em sua obra fundamental "da influência do poder marítimo

na História"), tem efetivamente constituído o acesso ao mar em elemento capital, levando-se em conta largamente a expansão das diferentes nações. Meditemos sobre o papel desempenhado pelo antigo Mediterrâneo, o casamento secular do oceano com o poderio britânico, a corrida ao mar de Pedro, o Grande, e de Guilherme II.

É neste contexto histórico que ganham significado histórico os ístmos e estreitos. Os estreitos, pelo duplo interesse estratégico e econômico, pontos de escala e ancoradouros; os ístmos muitas vezes revitalizados pela política de abertura dos grandes canais transoceânicos da segunda metade do último século.

Tais análises não perderam todo seu valor nos dias de hoje, particularmente na escala das realidades regionais. São bastantes válidas, ainda que tenham sofrido o impacto da aparição do maior acontecimento de nossa época — o advento da arma nuclear.

Sendo o terreno ditador no campo de batalha, a despeito de qualquer que seja o avanço da ciência e tecnologia, não pode o chefe militar ou o estudioso das ações estratégicas e táticas ignorar, pois, é importante e imprescindível colaboração que a geografia militar traz à arte da guerra.

Isto posto, fica evidente que a Geografia e a História desempenham valioso papel na conservação e fortalecimento do poder nacional, mormente na crise de uma época como a que vivemos, procurando determinar as causas dos conflitos que desafiam a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, Rui Vieira da — "A História, a Geografia e o Poder Nacional", A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, RJ, nº 624-58-74.
- DIAZ, Alfredo Sebastian — "História e História Militar", ECEME, Rio de Janeiro, RJ.
- SOPPELSA, Jacques — "Géographie et Stratégie", Defense Nationale, Paris França, Jun 1980.
- WEIGLEY, Russel F. — "Novas Dimensões da História", Rio de Janeiro, RJ, Biblioteca do Exército, 1º Volume, 1981, 224 páginas.



O Cel QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), e Superior de Guerra (ESG), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Comandante da EsIE (Escola de Instrução Especializada)



HONG KONG: PORTA COMERCIAL

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

Na entrada da Baía de Cantão situa-se Hong-Kong, integrando desde o século passado o vasto Império Britânico, vizinha de Macau, em poder dos portugueses.

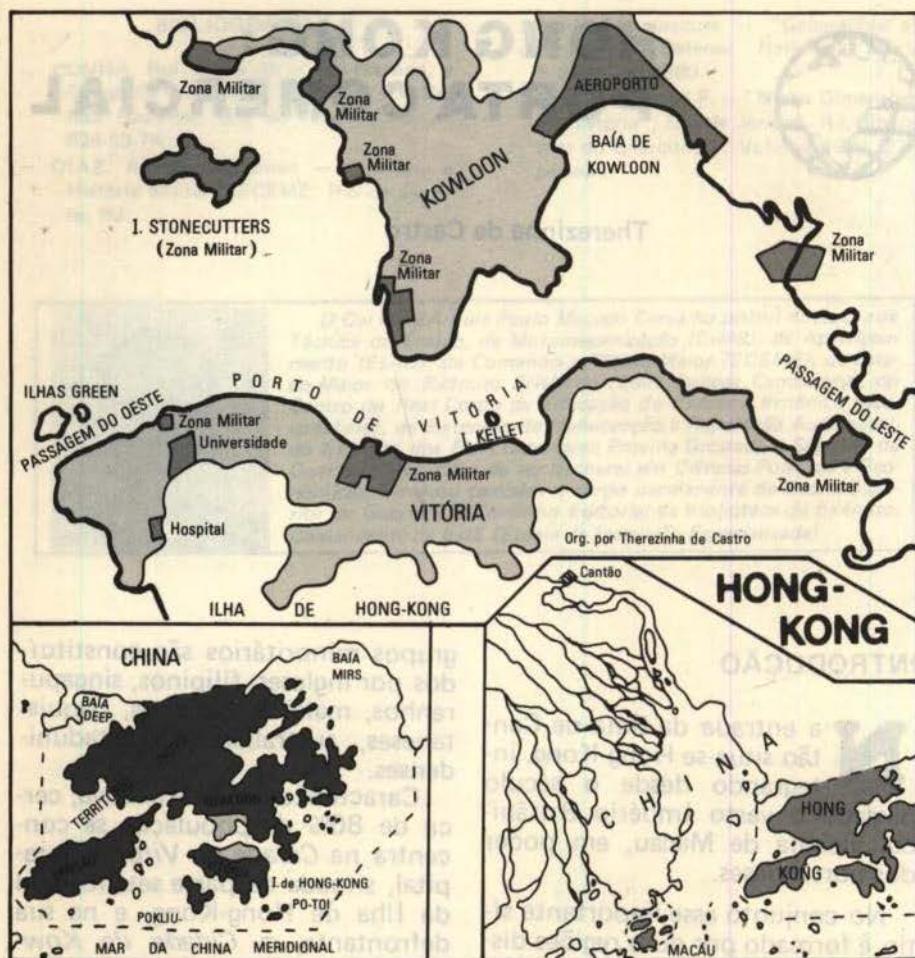
No conjunto esse importante sítio é formado por duas regiões distintas: a Ilha de Hong-Kong (83 km²) e a Península de Kowloon (41 km²) que englobando várias ilhas entre as quais a de Lantau (889 km²) forma o chamado Território Novo; constituindo-se, assim, essa Colônia da Coroa numa área total de 1.013 km³, que é pouco menor que a do nosso Município do Rio de Janeiro. (Mapa).

Sua população estimada em 1981 em 5.154.100 pessoas, conta com 98% de chineses; os demais

grupos minoritários são constituídos por ingleses, filipinos, singapurenhos, malaios, indianos, paquistaneses, australianos e estadunidenses.

Caracterizadamente urbano, cerca de 80% da população se concentra na Cidade de Vitória, a capital, situada na parte setentrional da Ilha de Hong-Kong, e na sua defrontante, a Cidade de Kowloon, ligada a Cantão por 13 km de ferrovias.

O termo *Hong-Kong*, que serve para dar nome à Colônia em geral, deriva do chinês, e entre várias interpretações significa — ricas águas, águas perfumadas ou porto delicioso. De fato, na realidade, aí está o único porto seguro e profundo entre Shanghai na China e o Vietnã, que com os seus 27 km de extensão serve para a entrada de produtos ingleses e do mundo



ocidental capitalista na China Popular.

Hong-Kong se destaca pela natureza montanhosa e o excepcional posicionamento da baía entre a ilha e a terra firme, que lhe garante grande atividade, sendo, sobretudo, a *porta comercial da China*.

Além de centro comercial, a Colônia se destaca nas *atividades in-*

dustriais; com lugar de destaque para as indústrias de tecidos e confecções, seguindo-se pela do cimento, de produtos eletrônicos, turismo, reexportação e sistema bancário. Entre os *produtos minerais* o ferro vem à frente; enquanto seus *principais parceiros comerciais* são, além da Inglaterra, a China, o Japão e os Estados Unidos.

A agricultura é praticada princi-

palmente no Território Novo, onde se planta arroz, alimentação básica da população; a produção é, no entanto, insuficiente, daí Hong-Kong depender da remessa de alimentos da China, de onde lhe chega também a água e a eletricidade.

Gracias ao comércio e à indústria, Hong-Kong tem *uma das maiores rendas per capita e um dos maiores níveis de produto bruto interno da Ásia*. Num contraste, porém, Hong-Kong que tem 80% de sua população vivendo em área urbana, principalmente em favelas, em decorrência da falta de habitações, apresenta *um dos mais altos custos de vida de todo o mundo*. Outro grave problema, ainda não resolvido, é o do *desemprego* que em 1981 atingia cerca de 73.000 pessoas; para enfrentá-lo, o governo decidira, desde 1979, proibir a entrada de imigrantes, sobretudo chineses, sempre em busca de melhores condições de trabalho.

OCUPAÇÃO INGLESA

Antes da chegada dos ingleses, Hong-Kong era apenas uma ilha quase que despovoada, abrigando população de pescadores e servindo de refúgio aos piratas.

No século XIX os ingleses dominavam o comércio europeu em *Cantão*; o ópio proveniente da Pérsia (atual Iran) e da Índia era o principal produto de importação. No entanto, havia uma proibição do governo chinês, desde 1979, para a importação desse produto.

Tal medida tinha duplo objetivo: o de preservar a higiene social e o de evitar a saída de numerários exigida pela intensa importação da erva.

Em 1839 a China resolveu punir os infratores deste comércio ilegal, e sendo esses em sua maioria ingleses, teria que enfrentar a chamada *Guerra do Ópio*. Vencida a China, obtinha a Inglaterra em 1841, pelo *Tratado de Cantão*, ratificado no ano seguinte pelo *Tratado de Nankim*, a posse de Hong-Kong, a ilha a 1,5 km do continente serviria como ponto de apoio para seu comércio; a presença de uma guarnição militar no local daria proteção mais eficaz aos súditos ingleses. A fim de melhor dotar esse estabelecimento, a Inglaterra foi adquirindo os territórios vizinhos: conseguiu anexar a Península de Kowloon (1860); a área contígua à península, as ilhas de Lantau, Pokliú-Cháu, Po-Toi e outras menores foram arrendadas sob o nome de Território Novo em 1898, pelo prazo de 99 anos.

Os ingleses haviam observado, que, embora faltassem recursos à ilha, esta se desenvolver como escala comercial pelo posicionamento em *ponto de grande valor geopolítico no caminho para a China*.

ASPECTO GEOPOLÍTICO

As posições insulares, procuradas no século passado pela Inglaterra, serviram-lhe para controlar as rotas marítimas. Além das ilhas oceânicas, os ingleses procuraram estabelecer uma *rede de empórios*

em ilhotas próximas de continentes, como por exemplo Singapura e Hong-Kong, isoladas do interior e dotadas de bons portos. Estes empórios, no entanto, ficavam na mais estreita dependência geopolítica da potência que ocupava o continente contíguo — no caso de Hong-Kong apresentava-se a China.

Conseqüentemente a posição insular obtida pela Inglaterra em Malta, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, etc é militar e juridicamente mais sólida que o estabelecimento marginal sobre a costa, representado por Gibraltar e Hong-Kong. Nessas últimas posições a Inglaterra passaria a sofrer pressões por parte das potências marginais.

CONCLUSÃO

Há mais de um século estão, pois, os ingleses instalados nessa área do território chinês, que forma em conjunto a *Colônia Real de Hong-Kong*. Esta é administrada por um Governador, auxiliado por um Conselho Executivo. Integra também o poder político um Conselho Legislativo formado por elementos ingleses e chineses.

Em 1941-45 os japoneses ocuparam Hong-Kong, e findo o conflito mundial os ingleses voltaram a governar a Colônia. Em 1949 os comunistas chineses derrotam os nacionalistas, evitando porém invadir Hong-Kong.

É que Hong-Kong já se havia transformado na *porta comercial da China com o mundo exterior*. Cerca de 75% das exportações

chinesas seguiam através desse porto para os países do Sudeste Asiático, em sua maioria pró-ocidentais. Em contrapartida, só os Estados Unidos compravam 28% de todos os produtos manufaturados de Hong-Kong de dava-lhe grande movimento turístico através dos soldados licenciados da então Guerra do Vietnã, que iam até lá para gozo de suas férias. Dentro de tal conjuntura Hong-Kong rendia à China cerca de 500 milhões de dólares estadunidenses anuais. A participação direta do governo chinês na economia lucrativa da colônia explicaria o *aparente descaso de Mao-Tse-Tung pela existência desse enclave inglês em seu território*.

Nesse contexto, André Fontaine, num artigo publicado no "Le Monde" a 9 de maio de 1967, dizia: "a China necessita de uma porta para comerciar com o mundo exterior e Mao fecha os olhos diante das tremendas diferenças sociais que existem em Hong-kong, entre ricos comerciantes e a população chinesa, propriamente dita, que vive em condições miseráveis. Fecha os olhos também ante o fato indiscutível de que Hong-Kong é território chinês".

Para a China, que vivia quase no isolamento no mundo do dólar, havia interesse em que Hong-Kong permanecesse, pelo menos por algum tempo mais, nas mãos dos ingleses. Mas procurava, por outro lado, demonstrar certo interesse pelo destino desse núcleo colonial. Daí, em abril de 1967 os jornais comunistas de Hong-Kong (Tan-

Hung-Pao e Wen-Wei-Pao) terem publicado um edital criticando o governador inglês. No mês seguinte, insuflada pelos comunistas, realizava-se uma série de greves operárias, que culminaram em choque com a polícia inglesa e a prisão de vários participantes. Reclamou então Mao-Tse-Tung contra o que denominou de "repressão selvagem", enquanto mandava fechar um escritório inglês em Shangai.

No entanto, é óbvio que se o governo chinês quisesse realmente prejudicar Hong-Kong, bastaria simplesmente mandar cortar o suprimento de água e energia que lhe fornecia e fornece ainda. Embora preocupasse ao governo chinês a presença da esquadra dos Estados Unidos, em ação na Guerra do Vietnã, reabastecendo-se nesse porto, preferia manter o *status quo*, pelas vantagens econômicas que usufruia. Declarava, na ocasião o Chanceler Chen-Yi que tanto Hong-Kong como Macaú, que já haviam esperado tanto tempo por sua liberdade, poderiam esperar ainda um pouco mais.

Passado o período maoista, com a China dando uma guinada de 180 graus com vistas ao mundo ocidental, fugindo da tutela de Moscou, em 1982 a Primeira Ministra Margaret Thatcher visitava Pekim para que tivesse início as negociações sobre a devolução de Hong-Kong à China.

Foram ao todo dois anos de difíceis negociações entre Pekim e Londres, que culminaram em 26 de setembro de 1984 com a assinatura de um Tratado que irá devol-

ver em 1997 à China a jurisdição sobre o referido território.

A devolução de Hong-Kong, o terceiro maior centro financeiro do mundo, estabelece, no entanto, que o território se transformará numa Zona Administrativa Especial da China, conservando seu atual sistema capitalista, bem como organização social, legal, judicial e educacional.

Pelo tratado de 26 de setembro de 1984 Hong-Kong continuará a ser porto livre, decidindo sobre sua própria política econômica e comercial, ficando autorizado a decretar suas leis. O acordo versa também sobre garantias de trânsito livre e manutenção da liberdade de opinião e de religião, sem que haja alteração do sistema global durante 50 anos.

As cópias do referido documento, chamado na Inglaterra de proposta de acordo, e de declaração conjunta pela China, foram assinadas pelo Embaixador inglês Sir Richard Evans e pelo Chanceler-Adjunto da China, Zhou-Nan, sendo enviadas aos respectivos governos para a aprovação formal.

Na mesma ocasião, nas Nações Unidas, o Chanceler da Espanha, Fernando Morán, afirmava que seu país também aceitaria uma solução como a de Hong-Kong para Gibraltar; desde 1980 que os governos de Madrid e de Londres vêm tentando resolver sobre a disputa do território que domina a entrada no Mediterrâneo, mas a nada de prático se chegou ainda.

Embora Pekim haja considerado o acordo de 26 de setembro de 1984 como uma vitória diplomáti-

ca, na prática, o documento encerra o conceito imaginativo de um país com dois sistemas; daí o Chanceler britânico, Sir Geoffrey Howe, que na ocasião se encontrava em Nova York para participar da Assembleia Geral da ONU, haver declarado que o acordo se constituía numa "proposta revolucionária sem precedentes". Afirmando, ainda, que não poderia haver comparação entre a situação de Hong-Kong e os problemas que envolviam Gibraltar e as Malvinas. A devolução de Hong-Kong se prendia ao fato do território estar em poder da Inglaterra sob contrato; o que já não ocorria com Gibraltar e as Malvinas, territórios sobre os quais o governo de Londres não tinha qualquer dúvida sobre sua soberania.

Assim, Hong-Kong passará ao governo chinês no dia 1º de julho de 1997, quando terminará o contrato de cessão do território à Inglaterra, mas conservará o sistema capitalista até o ano 2047. Consequentemente, o direito à propriedade privada será mantido e o dólar Hong-Kong continuará a ser livremente conversível. No contexto o papel de Hong-Kong poderá ser bem ilustrado pelo fato da Colônia ter sido responsável pelos 40% dos ganhos anuais da China com as exportações. Por outro lado, nos últimos cinco anos, o comércio entre a China e Hong-Kong aumentou em 500%, chegando em 1983 a um valor de 6 bilhões e 800 milhões de dólares estadunidenses.

Responsável por seu próprio comércio externo após voltar a per-

tencer à China, continuará Hong-Kong com suas atividades marítimas de porto livre, conservando suas relações culturais e econômicas com outros países sob o nome de *Hong-Kong-China*, cabendo ao governo do território expedir passaportes.

É forçoso ressaltar que a China, atualmente com vigorosos planos de modernização, está precisando não só da entrada de recursos financeiros como também de tecnologia estrangeira. Dondé se concluir que, na conjuntura imposta pelo acordo de 1984, *Hong-Kong se manterá como lugar ideal para projetos de cooperação industrial tripartites envolvendo know-how do Ocidente*. Por outro lado, seu status de porto livre, as excelentes instalações portuárias e de comunicações, a proximidade de laços empresariais e culturais com a China, tudo virá a favorecer a prosperidade de Hong-Kong na qualidade de 3º maior centro financeiro do mundo.

Conforme o acordo de 1984, Hong-Kong, como Zona Administrativa Especial da China "desfrutará de um alto grau de autonomia, exceto em assuntos de defesa e de política externa". No entanto, seu governo será composto por membros da população local, muito embora o chefe do executivo deva ser aprovado por Pekim após eleições ou consultas no território.

É fato, porém, que o líder chinês, Deng Xiaoping, com 80 anos de idade, continua a refletir os temores de sua geração de comunistas mais idosos, de que não

viverão para completar o que chamam de "libertação da China", ou seja, a plena recuperação de Hong-Kong e de Formosa. Até o momento Formosa permanece indefinivelmente fora do alcance do Pekim, acatando plenamente o acordo de 26 de setembro e concorrendo para a boa administração de Hong-Kong. Deng acredita que será mais fácil trazer de volta os chineses de Formosa acostumados ao sistema capitalista.

Finalmente, o acordo de setembro de 1984, que Londres considerou como "uma proposta surpreendente entre uma potência capitalista e outra comunista",

define para um futuro não muito distante a volta de Hong-Kong para a China, que não esconde o seu desejo de obter *uma transição pacífica para esse território*, utilizando-a, em contrapartida, em sua *campanha de longo prazo para alcançar a reunificação, em seus próprios termos, com Formosa*.

Formosa e também Macau devem ser as próximas metas; daí o Presidente Li Xianian haver assegurado, ainda em julho de 1984, durante a reunião de antigos alunos da Academia Militar de Whampoa de Cantão: "todos nós esperamos ver a reunificação do país nos anos que nos resta viver".



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



LEGISLAÇÃO ELEITORAL, SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL de 1824 a 1967

Vicente de Faria Coelho

Proclamada a Independência do Brasil, tornou-se imprescindível dar contextura política ao novo Estado, surgindo, então, a Constituição do Império, jurada e outorgada no dia 25 de março de 1824.

Como não se poderia deixar de fazê-lo, trouxe em seu bojo dispositivos de ordem político-eleitoral, os quais sucintamente passaremos a referir: determinou, no Título I, capítulo VI, que os senadores e deputados seriam "nomeados" para a Assembléia Geral, assim como os membros dos Conselhos Gerais das Províncias, por via de eleições indiretas; assim, a massa dos cidadãos ativos elegeria, em Assembléias Paroquiais, os eleitos da província e por estes é que seriam escolhidos os representantes da Nação e Províncias.

Nas eleições primárias poderiam votar os cidadãos brasileiros, que

se encontrassem em gozo de seus direitos políticos e, ainda, os estrangeiros naturalizados, mas estavam excluídos: a) os menores de 25 anos, salvo os que já fossem casados, oficiais militares com mais de 21 anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras; b) os filhos-familias, que estivessem na companhia dos pais, a não ser se exercessem ofícios públicos; c) os criados de servir, excluídos, todavia, os guarda-livros e os primeiros caixeiros das casas de comércio, os administradores das fazendas rurais e fábricas e os criados da Casa Imperial que não fossem de galão branco; d) os religiosos e quaisquer que estivessem em comunidade claustral; e) os que tivessem de renda líquida anual em cem milréis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Ficou consignado — art. 93 —

que aqueles que não pudessem votar nas assembléias provisórias de paróquia, não podiam ser membros, nem votar na "nomeação" de alguma autoridade eletiva nacional ou local.

Ainda apareceu expresso, no artigo seguinte, que poderiam ser eleitores, nas eleições de deputados, senadores e membros dos conselhos de província, todos aqueles que pudessem votar nas assembléias paroquiais. Todavia, seria isso defeso: 1º) aos que não tivessem de renda líquida anual duzentos mil-réis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego; 2º) aos libertos; 3º) aos criminosos pronunciados em querela ou devassa. Ainda, segundo essa Constituição, estariam os eleitores habilitados para sua "nomeação" a deputado, naturalmente, com exceções: precisariam ter quatrocentos mil-réis de renda líquida; haviam de ser brasileiros natos; deveriam professar a religião do Estado — a católica, apostólica, romana.

Em cada distrito eleitoral seriam elegíveis, para deputados ou senadores, os cidadãos brasileiros, não se exigindo que lá fossem nascidos, residentes ou domiciliados. O número de deputados e o modo da realização das eleições seria regulamentado por lei específica.

A Câmara dos Deputados era eleitora e temporária. O Senado, composto por membros vitalícios, era organizado por eleição provincial. Os senadores seriam tantos para cada província quantos constituíssem a metade de seus respectivos deputados. Se acontecesse haver um só deputado, haveria,

também, um senador. As eleições para senador eram realizadas em lista tríplice, cabendo ao Imperador a escolha de um terço da totalidade da relação. O senador deveria ter mais de quarenta anos de idade e rendimento líquido anual de oitocentos mil-réis para cima; ser cidadão brasileiro e estar no gozo de seus direitos políticos. Os príncipes da Casa Imperial, atingida a idade de 25 anos, teriam assento no Senado.

O Conselho Geral das Províncias se constituiria, os mais populosos, de 21 membros (entre eles Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e os outros treze membros). Exigia-se a idade mínima de 25 anos, probidade e decente subsistência. As eleições realizar-se-iam no momento e por forma idêntica à dos representantes da Nação, pelo tempo de cada legislatura. Eram inelegíveis o Presidente da Província, o Secretário e o Comandante das Armas.

A Constituição do Império do Brasil é realmente o marco inicial da evolução do direito político-eleitoral do nosso País, conquanto não se desconheçam anteriores disposições eleitorais, quando ainda o Brasil se encontrava incorporado ao Reino de Portugal.

A título de curiosidade vejamos algumas:

Decreto de 7 de março de 1821, que dispõe sobre a nomeação dos deputados às Cortes Portuguesas e as Decisões que se lhe seguiram: nº 13, de 23 de março de 1821, que comunicou a retirada de S.

Majestade para Portugal e determinou se fizessem eleições diretas para deputados às Cortes Nacionais; nº 18, de 11 de abril do mesmo ano, que mencionou a forma do cálculo dos eleitores das comarcas; nº 35, de 2 de julho também de 1821, que instruiu sobre a presidência da Junta para eleição de deputado; nº 43, de 14 de agosto ainda de 1821, que ordenou se procedesse à eleição dos Governos Provisórios das Províncias; nº 60, de 20 de setembro daquele mesmo ano, dando a mesma ordem para a eleição do Governo Provisório de Minas Gerais, e os Decretos de 3 de junho e 3 de agosto de 1822, o primeiro mandando convocar uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa composta de deputados das Províncias do Brasil, a serem sufragados mediante Instruções a serem expedidas, e o segundo aprovando ditas Instruções tornadas públicas a 19 de julho.

Após a Constituição do Império ser posta em vigor e logo no dia imediato — 26 de março de 1824 — surgiram as primeiras instruções eleitorais, baixadas por decreto, que deverá, a rigor, ser considerado como a primeira lei eleitoral do Brasil. Vigorou por mais de 20 anos, com ligeiras modificações. Merece então que dela nos ocupemos, para que possamos transmitir alguns de seus detalhes. Em cada uma das freguesias do Império, ficaria criada uma assembléia eleitoral, presidida pelo juiz de fora ou pelo ordinário da cidade ou vila a que a freguesia pertencesse, ou da principal se mais de

uma existisse, com assistência do pároco ou de seu legítimo representante.

As paróquias dariam tantos eleitores quantas vezes contivessem o número de cem fogos da sua população. Se não chegasse a duzentos fogos, mas ultrapasse de 150, daria dois eleitores; passando de 250, daria três eleitores, etc.

Por *fogo* entendia-se a casa, ou oarre dela, em que habitasse uma pessoa livre ou uma família com economia própria. No Dicionário da Língua Portuguesa, organizado por Eduardo de Faria, fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade e Cavaleiro da Ordem de Cristo, editado em 1852, Lisboa, lê-se: "casas habitadas (esta vila tem três mil fogos) E mais adiante: "Casal de fogo morto, não habitado". (vol. III, p. 148, verbo — *fogo*).

Aos párocos competia a afixação às portas de suas Igrejas de avisos com o número de fogos da freguesia.

Nas eleições primárias poderiam votar os cidadãos que estivessem no gozo de seus direitos políticos e os estrangeiros naturalizados, desde que domiciliados na freguesia. Os eleitores, por essa forma nomeados, reunir-se-iam, dentro de quinze dias, em *Colégios Eleitorais*, no distrito que lhes fosse designado.

O Colégio Eleitoral, depois de verificar a regularidade dos diplomas exibidos pelos eleitos, dirigir-se-ia à Igreja principal para ouvir missa solene do Espírito Santo, com sermão análogo às circunstâncias, retornando, em seguida, ao lugar da reunião para o prosse-

gimento dos trabalhos. De início a eleição para senadores; no dia imediato a eleição para deputados; ao começar o novo dia seriam eleitos os membros dos Conselhos Provinciais.

Recebidos os resultados dessas eleições, a Câmara da capital, nos Paços do Conselho, no primeiro domingo ou feriado, decorridos cinco dias após o recebimento dos ofícios dos Colégios Eleitorais, procedia à última apuração de votos, lavrando-se atas do ocorrido. A tudo, seguir-se-ia um soleine *Te-Deum* às expensas da mesma Câmara.

Esse decreto — a primeira lei eleitoral do Brasil — foi alterado sucessivamente por decretos de 29 de julho e 6 de novembro de 1829 e 28 de junho de 1830.

O decreto de 1824, a que nos referimos com alguns detalhes, não cogitou de eleições municipais, que continuaram regidas pelas Ordenações do Reino de Portugal (Lº I, tít. 66 e 67).

Dessas eleições veio a tratar a lei de 1º de outubro de 1828, consequente ao decreto de 27 de setembro do mesmo ano, que determinou a publicação do regimento das Câmaras municipais e ordenou se procedesse à eleição e posse de seus membros. Foi regulamentada essa lei pelo decreto de 1º de dezembro de 1828.

Por aquela lei e seu regulamento, a eleição seria realizada de 4 em 4 anos, no dia 7 de setembro, podendo nela tomar parte todos os que voltassem na *nomeação* de eleitores da paróquia, podendo ser escolhidos vereadores os que pu-

dessem votar nas assembleias paroquiais e tivessem, pelo menos, dois anos de exercício no termo. A lista de eleitores seria apostada às portas da Igreja Matriz, em domingos que precedessem pelo menos quinze dias ao da eleição.

Além de outras providências relativas à eleição e sua apuração, essa lei merece atenção especial porque as cédulas não só para vereadores, como para juiz de paz e seu suplente, deveriam ser assinadas no verso pelo votante ou por pessoa a seu rogo, o que nos traz à mente algumas reflexões: ausência de voto secreto, a implícita aceitação do voto de analfabeto, a introdução do *voto direto*.

Alterações posteriores à lei:
Decisão nº 47 de 13-3-1829. Ao vereador maior em votos competiria ser o Presidente da Câmara, enquanto menor em idade.

Decisão nº 111, de 27-6-1829 — A duração das Câmaras Municipais, então existentes, seria de 4 anos.

Decisão nº 260, de 14-2-1829 — Será excluído do cargo de vereador o cidadão que for sogro do Presidente da mesma Câmara.

Decreto de 5-9-1832 — A apuração das listas para eleição dos Vereadores será realizada na própria paróquia.

E outras de menor importância (Lei nº 16, de 12-8-1834).

Em 1834 surgiu o *Ato Adicional*, que alterou o nome dos Conselhos Gerais das Províncias para lhes dar o título de *Assembleias Legislativas Provinciais*, fixando o número de seus membros. As Províncias de Pernambuco, Bahia, Rio

de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo teriam 36 membros; as do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul, 28 membros e as demais, 20 membros, sendo esses números alteráveis por lei geral.

Ficou, também, modificada a Constituição, no tocante à *regência*, na menoridade ou impedimento do Imperador. A constituição falava em três pessoas nomeadas pela Assembléia Geral, sendo o mais velho o presidente. O Ato Adicional, todavia, dispôs que, durante a menoridade do Imperador, o Império seria governado por um *regente* eleito e temporário, cujo cargo duraria quatro anos, sendo, após esse prazo, renovado.

Essa escolha seria feira pelos eleitores da respectiva legislatura, reunidos nos seus colégios, que votavam em dois cidadãos brasileiros (excluídos os naturalizados) dos quais um não tivesse nascido na Província a que pertencessem os colégios. Essa eleição realizar-se-ia no mesmo dia em todo o território nacional, por designação do Governo Geral. A lei de 3 de outubro de 1835 explicou a palavra "todos" no art. 28 do Ato Adicional, no que diz respeito à apuração dos votos para Regente do Império.

Como é de conhecimento geral, o primeiro Regente eleito, precisamente em 1835, foi o Padre Diogo Antonio Feijó, Paulista de nascimento. Renunciou ao cargo de 1837. Segundo se relata, era Feijó um membro ríspido, inflexível, que ia direto ao fim alme-

jado e que, para atingí-lo, quebrava mas não dobrava. Foi substituído por Pedro de Araújo Lima, que exerceu a regência de 1837 a 1840.

Antes do advento das novas instruções eleitorais principalmente sobre a maneira de proceder às eleições gerais provinciais, baixadas pelo decreto 157, de 4 de maio de 1842, buscou-se, de certo modo, obviar as falhas das Instruções de 1824, falhas essas que foram assinaladas por Francisco Belisário, em "O sistema eleitoral do Brasil":

"O resultado da eleição paroquial dependia absolutamente da mesa eleitoral, — seu poder e arbítrio não conheciam limites, — sua formação era a mais irregular e filha sempre de inauditas desordens e demais. A essa mesa a lei entregava um poder ilimitado. Não havia nenhuma qualificação anterior de votantes, — aceitava a mesa os votos de quem queria e recusava outros a pretexto da falta de condições legais".

Surgiam, desse modo, decisões, portarias, avisos, decretos etc., sendo de maior interesse mencionarmos um projeto apresentado, em 1831, por Alves Branco, depois Visconde de Caravelas, e José Bonifácio. Essa referência sobreleva, porque, se transformado em lei tal projeto, àquela época, já concedia o direito de voto à mulher.

E como se sabe, esse direito político à mulher somente foi concedido, no Brasil, quando promulgada a Constituição de 1934.

Em 4 de maio de 1842, o Decreto nº 157 baixou instruções eleitorais, seguindo a orientação do relatório do Ministro do Império Cândido José de Araújo Viana.

Em 1846 fincou-se mais um marco na trajetória da legislação eleitoral do Brasil, a primeira lei sobre a matéria oriunda do Poder Legislativo, resultante de projeto apresentado à Câmara, em janeiro do ano anterior, pelos deputados Odorico Mendes e Paulo Barbosa. Trata-se da Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846. Continha 129 artigos, estava dividida em títulos e estes em capítulos.

Em 1851 publicou-se o Decreto nº 842, de 19 de setembro, que instituiu a eleição por distritos ou círculos eleitorais. Por isso, passou a ser conhecida como *Lei dos Círculos*.

Por esse decreto, as Províncias do Império seriam divididas em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados à Assembleia Geral.

A primeira divisão seria realizada pelo governo, levando em conta as três seguintes circunstâncias:

a) as freguesias de que se compusesse cada distrito eleitoral ficariam unidas entre si, sem interrupção;

b) seriam designados por números ordinários e iguais, quanto fosse possível em população de pessoas livres;

c) designar-se-ia para cabeça de distrito eleitoral a cidade ou vila mais central, onde se reuniriam,

num só colégio para eleição de deputados e seu edifício, antecipadamente escolhido, os eleitores do distrito.

Não obstante, na impossibilidade de reunirem-se todos os eleitores em um só Colégio poderiam ser subdivididos os Distritos em mais de um colégio eleitoral. Proclamava-se o eleito que tivesse obtido maioria absoluta. Do contrário, proceder-se-ia a mais dois escrutínios – no segundo tomando parte somente os quatro cidadãos mais votados e no terceiro, votando o eleitor dos dois mais votados. Em caso de empate, decidiria a sorte, sendo o vencido declarado suplente.

A aplicação dessa lei trouxe sérios inconvenientes e, até, abusos, que foram assinalados na *Fala do Trono*, lida na sessão de maio de 1856, vindo, então, a lume o Decreto nº 1.082, de 18 de agosto de 1860.

Apresentaram-se vários projetos de lei, procurando alterar a legislação eleitoral anterior, até que promulgado foi o Decreto nº 2.675, de 1875, conhecido como *Lei do Terço*, proveniente de proposição do deputado João Alfredo, então Ministro do Império. Essa nova lei, além de introduzir forma de votação garantidora da representação das minorias, trouxe inovações dignas de registro: a criação do título eleitoral, impresso e extraído de livro de talões e entregue ao eleitor mediante recibo, e a competência deferida à Justiça, mais especificamente aos Juízes de Direito, para conhecer de reclamações relativas à qua-

lificação de votantes e à validade ou nulidade das eleições de juízes de paz e de vereadores, além de atribuir aos juízes municipais a presidência das Juntas encarregadas da qualificação.

A seguir, pelo Decreto nº 6.097, de 12 de janeiro de 1876, foram mandadas observar as Instruções regulamentares para a execução da chamada *Lei do Terço*. Nele incluíram-se dispositivos das leis anteriores, como as de nºs 387, de 1846, e 842, de 1855, podendo, destarte, asseverar-se o aludido decreto constituía-se em verdadeira consolidação dos dispositivos então vigentes.

Esse decreto já dispunha a respeito de 2ª via do título eleitoral, que seria obtida em caso de perda do anterior, justificada perante a junta paroquial, com recurso para o Juiz de Direito, na hipótese de indeferimento.

Em 1881 surgiu uma nova e importante etapa para o direito eleitoral brasileiro — o advento da Lei nº 3.029 de 9 de janeiro daquele ano, que ganhou notoriedade sob o nome de *Lei Saraiva*. Os seus antecedentes podem assim ser resumidos. Os partidos existentes, tanto o Liberal como o Conservador, passaram a reclamar eleição direta e censitária. E se isso faziam os partidos, a opinião pública, em sua generalidade, também reclamava que se manifestasse por essa forma o voto popular.

Nesse ambiente, em 1878, subiu ao poder o gabinete presidido pelo *Visconde de Sinimbu* (João Luís Vieira Cansação de Sinimbu), que, comparecendo à Câmara dos De-

putados, na sessão de 20 de dezembro do mesmo ano, declarou enfaticamente, em nome do Imperador, ter este reconhecido a oportunidade de elaborar-se a reforma eleitoral direta. Nessa ocasião, acrescentou que as instituições não poderiam marchar com segurança para nosso futuro tranquilizador, se não fosse realizada a reforma eleitoral pelo sistema de eleição direta.

As primeiras dúvidas surgiram: seria possível tal reforma sem alteração da Constituição? Poderia ser validamente feita, através de lei ordinária?

Enquanto ia acesa a discussão em torno do assunto, foi apresentado à Câmara, em fevereiro de 1879, e subscrito por setenta deputados um projeto que dava à legislatura seguinte os poderes para reforma dos arts. 90, 91, 92 e 93 da Constituição, para que fosse possibilitada a nomeação dos deputados, senadores e membros das Assembléias Legislativas Provisórias por meio de eleições diretas e, ainda, do art. 94, para exigir que os eleitores soubessem ler e escrever e tivessem renda líquida anual nunca inferior a quatrocentos mil-réis. Tal projeto, conquanto aprovado pela Câmara, foi rejeitado pelo Senado.

A 28 de março de 1880, demitiu-se o Gabinete *Sinimbu*, sucedendo-o o organizado e presidido por outro liberal — José Antônio Saraiva, que era senador pela Bahia.

Saraiva, já havia, antes, opinado que, para a reforma para a implantação de eleições diretas e a

rejeição do processo então vigente da eleição por dois graus, bastaria uma simples lei ordinária. Nada de interferir na Constituição.

Confiou Saraiva a Rui Barbosa a elaboração e redação do projeto da nova lei e, na sessão de 29 de abril de 1880, foi apresentado à Câmara pelo Ministro do Império Barão Homem de Mello, que, após a tramitação normal pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, foi sancionado, como já ressaltado, a 9 de janeiro de 1881.

Foi o ponto de partida para a adoção no Brasil das eleições diretas, realmente a única forma certa e capaz de demonstrar a manifestação da verdadeira e legítima vontade popular na escolha de seus representantes.

Dizia a nova lei *verbis*: "As nomeações dos senadores e deputados para a Assembléia Geral, membros das Assembléias Legislativas Provinciais e quaisquer autoridades eletivas, serão feitas por eleições diretas, nas quais tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores, de conformidade com esta lei".

O alistamento eleitoral ficou confiado à magistratura; seria preparado, nos Termos, pelos Juízes Municipais e organizado, nas Comarcas pelos Juízes de Direito. Ficaram abolidas as juntas paroquiais de alistamento. Aos eleitores seria entreguê o respectivo título eleitoral, assinado pelo Juiz de Direito.

Pelo Decreto nº 7.981, de 29 de janeiro de 1881, mandou-se observar instruções para o primeiro alistamento, a se proceder em

virtude da Lei nº 3.029, pouco antes sancionada.

Outros decretos se seguiram:

O de nº 8.308, de 17 de novembro de 1881, que fixou a interrupção da Lei nº 3.029, citada.

O de nº 8.308, de 17 de novembro de 1881, que fixou a inteligência do art. 177 do decreto anterior (8.213).

O de nº 3.211, de 7 de outubro de 1882, que alterou algumas disposições da *Lei Saraiva* (3.029).

Cumpre, agora, informar alguma coisa sobre a última lei eleitoral do Império — a Lei nº 3.340, de 14 de outubro de 1887, sancionada pela Princesa Imperial Regente D. Isabel e referendada pelo Barão de Cotelipe.

A sua importância está justamente no fato apontado — o de ser a última lei do Império.

Impõe-se a sua menção, assim como a do Decreto nº 9.790, de 17 do mesmo mês e ano, que baixou instruções para sua execução.

Teve por escopo essa lei a alteração do processo das eleições dos membros das Assembléias Legislativas Provinciais e dos vereadores das Câmaras Municipais. E com essa finalidade, dispunha que cada eleitor votasse em tantos nomes quantos correspondessem a 2/3 dos que cada distrito eleitoral devesse eleger. Considerar-se-iam eleitos os que obtivessem a maioria relativa de votos. Nas eleições para vereador seguir-se-ia o mesmo critério.

Passemos, agora, a legislação da República.

A elaboração legislativa eleitoral, na República, começou de im-

diato, com a expedição pelo Governo Provisório do Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889.

No art. 19 consideravam-se "eleitores para as Câmaras gerais provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros no uso de seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever" e, a seguir, autorizava o Ministério do Interior a expedir as indispensáveis instruções e regulamentos para a qualificação e para o processo eleitoral.

A 8 de fevereiro de 1890, foi publicado o Decreto nº 200-A para tal efeito, elaborado pelo então Ministro Aristides Lobo.

Por esse decreto a qualificação dos eleitores seria preparada, em cada Distrito da República, por uma *Comissão Distrital* e, depois, organizada em definitivo por outra: a *Comissão Municipal*. A primeira presidida pelo Juiz de Paz e a segunda pelo Juiz Municipal. Expedidos títulos eleitorais.

Veio, após, o Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890, mandando observar o regulamento para a eleição do primeiro Congresso Nacional, marcada para 15 de setembro seguinte. Dispunha-se que aqueles que fossem eleitos teriam poderes para manifestar a vontade nacional a respeito da Constituição publicada pelo Decreto 510 do dia anterior, assim como para eleger os primeiros Presidente e Vice-Presidente da República. Em 14 de agosto de 1890 publicou-se o Decreto nº 668, que complementava providências relativas ao processo dessa eleição.

Com o Decreto nº 802, de 4 de outubro de 1890, dispõe-se a

respeito da convocação das Assembleias Legislativas dos Estados, as quais haviam sido dissolvidas pelo Decreto nº 7, de 20-11-1889, cumprindo por ele, aos Governadores respectivos convocarem-nas até abril de 1891. E, logo após, o Decreto nº 1.189, de 20 de dezembro do mesmo ano, ordenou se aplicasse à eleição das Assembleias Legislativas as disposições regulamentares constantes do já citado Decreto nº 571.

Agora, uma nova e importante etapa: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 24 de fevereiro de 1891. Adotou-se como forma de governo o regime representativo, a república federativa; as antigas províncias passaram a formar um Estado e o antigo Município Neutro, o Distrito Federal, até que, fixado no planalto central do País, passaria a constituir-se em Estado.

As eleições seriam diretas, inclusive para Presidente e Vice-Presidente da República. Eleitores, os maiores de 21 anos, alistados na forma da lei, excluídos os mendigos, os analfabetos, as praças de *pret*, salvo os alunos das escolas militares de curso superior, os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto, que importassem na supressão das liberdades individuais.

Os não alistáveis seriam inelegíveis.

Todavia, é preciso explicar, a primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente se fez pelo sistema indireto, pelo próprio

Congresso. E, como sabemos, foram eleitos — presentes “234 constituintes” — o Marechal Deodoro da Fonseca para Presidente da República, 129 votos, havendo sido dados a Prudente de Moraes 97 votos, e o Marechal Floriano Peixoto para Vice-Presidente, com 153 votos, contra 57 que sufragaram o nome de Eduardo Wanden-kolk.

Promulgada a Constituição de 1891, a primeira lei eleitoral brasileira foi a de nº 35, de 26 de janeiro de 1892, sancionada por Floriano Peixoto e referendada por José Higino Duarte Pereira. Compreendia três títulos: Dos eleitores e do alistamento; dos elegíveis e das eleições; disposições penais e disposições gerais.

Havia nessa lei um dispositivo curioso: seriam mantidos, no alistamento eleitoral, os eleitores analfabetos qualificados em virtude da Lei Saraiva (Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881), salvo se tivessem perdido os direitos políticos, ou deles estivessem suspensos pelos casos especificados na Constituição (art. 71).

Essa lei, da qual alguns dispositivos ficaram mantidos em leis posteriores, sofreu, todavia, algumas modificações: assim, pela Lei nº 69, de 1º de agosto de 1892, alterando disposições do seu art. 3º; pelo Decreto nº 1.061, de 20-9-1892, dando instruções para a execução de seus arts. 60 e seguintes; pela Decisão nº 12, de 13-9-1982, declarando que só ao Poder Judiciário cabe executar as atribuições de que tratam os seus arts. 47 e 55.

A 20 de setembro de 1892 surgiu a Lei nº 85, que tratava da organização municipal do Distrito Federal, incumbindo a sua administração a um Conselho Municipal formado de Intendentes eleitos, com mandato por 3 anos, e um Prefeito nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, servindo por quatro anos.

A Lei nº 218, de 15 de dezembro de 1894, alterou a organização do Conselho e regulou o processo das respectivas eleições.

Mais tarde o Decreto legislativo nº 543, de 23 de dezembro de 1898, determinou que a eleição ocorreria por lista incompleta, votando o eleitor de cada distrito em quatro nomes.

Devendo realizar-se a 1º de março de 1894 a primeira eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República, para o quadriênio 1894/1898, conjuntamente com as de deputados e senadores adiadas pelo Decreto nº 1608, de 15 de dezembro de 1893), foi publicado o Decreto nº 1.608, de 7 de fevereiro de 1894, que consolidou as disposições vigentes em matéria eleitoral para tais eleições.

Em 1896 veio a Lei nº 426, de 7 de dezembro, que mandou observar nas eleições federais o que se dispunha na Lei nº 248, de 1894, alusivamente à organização e funcionamento da mesa eleitoral e da votação dos eleitores quando sua seção não se instalasse, tornando-se, em tal hipótese, os votos em separado.

Outros decretos e leis de relativa importância foram aparecendo,

sem que nos obrigue a um tratamento especial até a publicação da Lei nº 939, de 20 de dezembro de 1902, tratando especificamente da eleição de caráter municipal, no Distrito Federal, seguindo-se vários decretos baixando instruções para tais eleições.

A legislação eleitoral foi, posteriormente, enfeixada na Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, com a revogação expressa de toda a legislação anterior. Dividia-se em 16 capítulos, num total de 152 artigos, tratando: 1) Dos eleitores; 2) Do alistamento; 3) Dos recursos; 4) Da revisão do alistamento; 5) Dos títulos dos eleitores; 6) Das eleições; 7) Do processo eleitoral; 8) Da apuração; 9) Da elegibilidade; 10) Da inelegibilidade; 11) Da incompatibilidade; 12) Das nulidades; 13) Das vagas; 14) Das multas; 15) Disposições penais; 16) Disposições gerais.

Passou a ser conhecida como a *Lei Rosa e Silva*, tendo origem na Câmara dos Deputados por proposição do deputado Anizio de Abreu, em 1902. Substancialmente emendada no Senado, voltou à Câmara, grandemente modificada pelo trabalho do Senador Rosa e Silva. Aprovadas as emendas, à exceção da que aumentava o número de representantes da nação, transformou-se em lei, batizada com o nome daquele Senador. Foi completada por Instruções baixadas com o Decreto nº 5.543, de 6 de fevereiro de 1905.

Devo mencionar o Decreto-lei-gislativo nº 1.619-A, de 31 de dezembro de 1906, que adiou para o

último domingo do mês de março de 1907 as eleições que deveriam ocorrer no último domingo de outubro daquele ano, desde que tomou várias providências, dignas de registro, a respeito dos títulos eleitorais: Novos títulos seriam expedidos em substituição aos anteriores, que ficaram sem qualquer valor; seriam assinados pelo Pretor da respectiva Pretoria, ou da que se lhe seguisse em número imediato, e pelo eleitor; a entrega far-se-ia em edifício apropriado, designado pelo Governo, por uma Junta composta de Pretores, trinta dias após a promulgação da lei e até o o último sábado anterior à eleição; o recebimento do título era pessoal, não admitida a procuração.

Sobre os casos de inelegibilidade para o Congresso Nacional e para a Presidência e Vice-Presidência da República, com algumas alterações da lei eleitoral em vigor, publicou-se o Decreto nº 2.419, de 11 de julho de 1911.

Em matéria de inelegibilidades, outros diplomas surgiram até nossos dias. Ainda em 1911: o Decreto nº 8.922, de 23 de agosto de 1922, e a Lei nº 4.546, de 16 de março; em 1933: o Decreto nº 22.364, de 17 de janeiro, e o Decreto nº 22.641, de 13 de abril; em 1965: a Emenda constitucional nº 14, de 3 de junho, a Lei nº 4.738, de 15 de julho, a Resolução nº 7.637, do Tribunal Superior Eleitoral, de 10 de agosto, e o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro.

Voltemos a 1916; nesse ano ocorreu a reforma da legislação

eleitoral, consubstanciada nas Leis nºs 3.129, de 2 de agosto, e 3.208, de 27 de dezembro, sancionadas pelo Presidente Wenceslau Braz e referendadas pelo Ministro Carlos Maximiliano. A primeira tratava do alistamento, depois regulamentada pelo Decreto nº 12.193, de 6 de setembro de 1916, e a segunda referia-se ao processo eleitoral.

A magistratura que, em leis anteriores, já vinha tomando posição para a perfectibilidade do processo eleitoral, teve aumentadas suas atribuições. Defendendo a ingerência da justiça declarou, no Senado, o Senador Bueno de Paiva: "Não se pretende, Senhor Presidente, fazer descer a magistratura da serenidade em que ela paira, arrastando-a para o terror e emaranhado terreno da politicagem. Queremos, ao contrário, elevar e colocar sob a égide protetora da Justiça a segurança do nosso direito político, assim como a ela temos confiado e por ela garantido todos os nossos direitos individuais, que dizem respeito à liberdade, à honra, à propriedade do cidadão. Queremos dignificar o direito eleitoral".

Seguiu-se o Decreto nº 3.424, de 19 de dezembro de 1917, que introduziu algumas alterações à lei anterior.

Depois, o Decreto nº 4.215, de 20 de dezembro de 1920, modificando o processo eleitoral, sancionado pelo Presidente Epitácio Pessoa e referendado pelo Ministro Alfredo Pinto.

Esse decreto, entre outras providências, determinou o número de mesas receptoras em proporção

ao número de eleitores; seriam tantas mesas quantos fossem os grupos de quinhentos eleitores.

Outro decreto – de nº 4.226, de 20 de dezembro de 1920, igualmente alterando o alistamento eleitoral.

E, em 1927, o Decreto nº 5.271, de 4 de outubro, dispondo sobre mesas eleitorais e eleições municipais no Distrito Federal, assinado pelo Presidente Washington Luiz e referendado pelo Ministro Viana do Castelo.

Esse decreto permitia que um eleitor desse a um candidato mais de um voto, até o máximo de oito. É que poderia votar para Constituição do Conselho Municipal em até oito nomes, podendo distribuir os seus votos pelos candidatos que desejasse sufragar, ou acumular os oito votos em um só dos candidatos.

Em 1932 processou-se fundamental reforma eleitoral, justamente para obviar a corrupção política, que vinha minando o regime, o que foi a precípua justificativa da revolução de 1930; veio a lume o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituindo o Código Eleitoral.

Resultou de dois projetos distintos elaborados pela 19ª Subcomissão de reforma legislativa, composta dos Srs. Assis Brasil, João Cabral e Mario Pinto Serra, projetos que foram unificados pela Comissão revisora, sob a presidência do Ministro da Justiça Mauricio Cardoso, sob a denominação de Código, contendo 144 artigos e dividido em cinco partes: I – In-

trodução; II – Da Justiça Eleitoral; III – Do Alistamento; IV – Das Eleições; V – Disposições Gerais.

Esse Código marcou o início da Justiça Eleitoral do Brasil, que, no dizer do Ministro Edgard Costa, "acima dos interesses partidários, se erigiu como a mais lídima garantia da verdade e da legitimidade do voto, isto é, da realidade do sufrágio popular".

A ela se atribui a direção do alistamento, dos pleitos, da apuração eleitoral, com a incumbência de proclamar os eleitos, terminando-se de vez com a fase do reconhecimento, atribuída, até então, aos órgãos legislativos, prática que tanto deturpava a verdade dos sufrágios.

A Justiça eleitoral foi, então, constituída, tendo como órgãos o Tribunal Superior Eleitoral, sediado na capital da República, os Tribunais Regionais Eleitorais, nas capitais dos Estados e os Juízes eleitorais, nas Comarcas, Distritos ou Termos judiciais.

O primeiro Tribunal Superior Eleitoral instalou-se no dia 20 de maio de 1932, sendo seu presidente o Ministro Hermenegildo de Barros.

A qualificação dos eleitores seria realizada *ex-ofício* ou a requerimento do interessado. Na qualificação *ex-ofício* estavam incluídos: 1) os magistrados, militares e os funcionários públicos civis; 2) os professores de estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados pelo Governo; 3) os profissionais liberais, devidamente diplomados; 4) os comerciantes e sócios de fir-

mas comerciais; 5) os reservistas de 1ª categoria das forças armadas.

Em matéria de domicílio eleitoral era permitido que não coincidisse com o domicílio civil. Domicílio eleitoral considerava-se o lugar onde o cidadão comparecia para inscrever-se.

O máximo de eleitores para a constituição das seções eleitorais seria de quatrocentos eleitores.

No governo Provisório, correndo os anos de 1932 a 1934, inúmeros decretos foram baixados trazendo umas inovações, outros alterações ao Código Eleitoral, todavia, sem importância fundamental. Tantos são (cerca de trinta), que enfadonho seria aqui a sua enumeração.

A *Constituição de 1934* decretada e promulgada em 16 de julho de 1934, resultou da apreciação pela Assembléia Nacional Constituinte eleita em 3 de maio, convocada a 19 de agosto e instalada a 15 de novembro de 1933, do projeto remetido por Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório.

Essa Constituição sofreu críticas por ser excessivamente extensa; mas teve o mérito, o grande mérito de pretender expulsar os abusos dos nossos costumes políticos.

Atribuiu a competência privativa da União, a de legislar sobre matéria eleitoral, tanto da União, como dos Estados e dos Municípios "inclusive alistamento, processo das eleições, apuração, recursos, proclamação dos eleitos e expedição de diplomas". A justiça eleitoral ficou assegurada, soberanamente, todas as decisões

pertinentes à matéria. Seriam eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores de 18 anos. O voto obrigatório, inclusive para as mulheres que exercessem função pública remunerada.

Em 1935, pela Lei nº 48, de 4 de maio, foi modificado o Código Eleitoral, para adaptá-lo aos dispositivos constitucionais, com a intromissão de alterações legais. Tem 217 artigos e, a rigor, tomou o caráter de verdadeira consolidação.

No tocante ao *domicílio eleitoral* propugnou que o mesmo coincidisse com o domicílio civil e, se houvesse mais de um domicílio civil, ficaria ao eleitor a escolha de um deles. O voto seria secreto e absolutamente indevassável. As eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais far-se-iam pelo sistema da representação proporcional. Na votação usar-se-ia uma só cédula, contendo apenas um nome ou legenda e qualquer dos nomes da lista registrada sob a respectiva legenda. Estariam eleitos os candidatos que obtivessem o quociente eleitoral e os da mesma legenda mais votados nominalmente, quantos indicasse o quociente partidário.

Sob a égide da Constituição Federal de 1934 mais duas leis sobre a matéria eleitoral foram promulgadas: a Lei nº 230 de 31 de julho de 1936, que tomou providências a respeito dos arquivos eleitorais e registro de óbito dos eleitores e a de nº 374, de 7 de janeiro de 1937, que organizou o quadro

do funcionalismo dos Tribunais Eleitorais.

A 10 de novembro de 1937 foi decretada nova Carta Constitucional, com a justificativa de que estava a "paz política e social profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento de dissídios partidários". Achou o Chefe do Governo que, assim, daria ao Estado os meios necessários para preservar e defender as instituições do país e sua segurança. A competência para legislar sobre assuntos eleitorais ficou atribuída à União. E, coisa curiosa, não manteve a inclusão entre os órgãos do Poder Judiciário, dos juízes e tribunais eleitorais. A Justiça Eleitoral desapareceu do organismo judiciário brasileiro, como estava expresso na Constituição anterior (1934).

A 28 de fevereiro de 1945 foi publicada a Lei Constitucional nº 9, que alterou dispositivos da Constituição de 1937, inclusive determinando a eleição de Presidente da República por sufrágio direto a realizar-se noventa dias antes do término do período presidencial.

Para regulamentar o alistamento e as eleições de que tratou foi baixado o Dec. 7.586, de 28 de maio do mesmo ano. Esse decreto tinha caráter estritamente transitório, mas vigorou, com alguns acréscimos e modificações até o advento do Código Eleitoral de 1950.

Seriam eleitores os maiores de 18 anos de ambos os sexos, que soubessem ler e escrever, não fossem mendigos e não estivessem

privados de seus direitos políticos. Dos militares em serviço ativo só os oficiais poderiam exercer o direito de voto. Sem propriamente restabelecer expressamente a Justiça Eleitoral, fez menção expressa aos "Órgãos dos serviços eleitorais": Tribunal Superior, Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais.

Como é de conhecimento geral, em 1945, eventos políticos sacudiram o país, acabando pelo afastamento do Presidente Getúlio Vargas, a 29 de outubro, sendo substituído pelo Ministro José Linhares, então Presidente do Supremo Tribunal Federal e também do Tribunal Superior Eleitoral. Para bem consignar os poderes constituintes do Parlamento assim como os poderes do Presidente da República, a serem eleitos a 2 de dezembro de 1948, promulgaram-se as Leis Constitucionais nº 13 e 12 de novembro de 1945 e nº 15 e 26 do mesmo mês.

Continuou em 1946 a publicação de novos decretos-leis destacando-se, pela importância da matéria os de nºs 8.566, de 7 de janeiro (reabertura do alistamento eleitoral), 8.831 de 24 do mesmo mês, que alterou dispositivo (art. 42) do Decreto-Lei nº 7.586 de 1945, fixando, ainda, a regra de que o domicílio eleitoral era o de lugar de residência ou morada de eleitos, 9.528 de 14 de maio, referindo-se a assunto condizente com o alistamento e aos partidos políticos.

Ainda, em 1946, a Assembléia Constituinte eleita no dia 2 de dezembro de 1945, promulgou a

18 de setembro mais uma Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Essa Constituição incluiu a Justiça Eleitoral entre os Órgãos do Poder Judiciário: um Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais, um na capital de cada Estado e no Distrito Federal, Juntas Eleitorais e Juízes eleitorais. Deu-se fim, por tal modo, à esdrúxula situação anterior, criada pela Carta Constitucional.

Determinou-se o sufrágio universal direto e o voto secreto, assegurando-se a representação proporcional dos partidos políticos.

A essa Constituição seguiram-se algumas leis que feriam matéria eleitoral, até a instituição do Código Eleitoral de 1950, sancionado pelo então Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 24 de julho daquele ano, perante o Tribunal Superior Eleitoral, em sessão solene, presidida pelo Ministro Lafayete de Andrade.

Foram elas: a Lei nº 5 de 14 de dezembro de 1946, a Lei nº 85 de 6 de setembro de 1947, a Lei nº 211 de 7 de janeiro de 1948 e a Lei nº 648 de 10 de março de 1949.

Esse Código Eleitoral (Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950) foi aplicado às eleições processadas antes de 1955, quando começou a sofrer alterações várias, por diplomas legais, que foram sendo promulgados: Lei nº 2.550 de 25 de julho de 1955 que criou a cédula única de votação para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República; Lei nº 2.982 de 30

de novembro de 1956, que, entre outras modificações, ordenou se aplicasse a cédula única às demais eleições majoritárias; Lei nº 3.338 de 14 de dezembro de 1959, alterando disposições de ambas. Depois, em 1962, as Leis nºs 4.109 de 27 de julho e 4.115 de 22 de agosto ainda dispuseram alusivamente à aplicação da cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional instituído pela primeira delas.

Itemos, ainda, que a Lei nº 1.395 de 13 de julho de 1951, que dispunha sobre a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, pelo Congresso Nacional, ficou revogada pela Lei Complementar ao Ato Adicional de 17 de julho de 1962; mas a Lei nº 4.321 de 7 de abril de 1964 voltou a dispor sobre aquela eleição.

Em 1965, pela Lei nº 4.737, de 15 de julho, foi pelo Presidente Castelo Branco, sancionado, com *referendum* do Ministro da Justiça, Milton Campos, o Código Eleitoral que se encontra em vigor, com as alterações que se consignaram em legislação posterior.

São eleitores — os maiores de 18 anos de ambos os sexos. Excluem-se os analfabetos; os que não saibam expressar-se na língua nacional; os que estejam privados de direitos políticos; são alistáveis os militares desde que oficiais, aspirante a oficiais, guarda-marinhas, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de curso superior para formação de oficiais.

O voto é obrigatório, salvo, no alistamento, quanto aos inválidos,

aos maiores de 70 anos, aos que se encontrem fora do país; na votação, quanto aos enfermos, aos que se encontrem fora do seu domicílio; aos funcionários civis e militares em serviço que os impossibilite de votar.

A eleição será secreta e direta, salvo os casos de eleição indireta previstos na Constituição e leis específicas.

A Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965 estabeleceu novos casos de inelegibilidades.

A Lei nº 4.740 de 15 de julho de 1965 constitui a lei orgânica dos partidos políticos.

Vitoriosa a revolução de 31 de março de 1964, surgiu o Ato Institucional de 9 de abril de 1964, que, determinando a eleição indireta do Presidente e Vice-Presidente da República, alterou a Constituição vigente no tocante aos direitos políticos e garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade e aos poderes do Presidente da República.

A Emenda Constitucional nº 9 de 2 de julho de 1964 trata da eleição do Presidente da República (art. 83); assim, o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965 (arts. 9 e 26).

As Emendas Constitucionais, que se seguiram, como por exemplo, as de nºs 13, 14, 15, 16, 17 contêm disposições inerentes ao direito eleitoral. Igualmente entre outros, com destaque, os Atos Complementares nºs 4, 6 e 7 e o Ato Institucional nº 3 de 5 de fevereiro de 1966.

Finalmente, para ter vigência a partir de 15 de março de 1967 foi

decretada e promulgada pelo Congresso Nacional a Constituição do Brasil. Por ela ficou na competência da União legislar sobre o direito eleitoral. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo as exceções previstas na própria Constituição, assegurada a representação proporcional aos partidos políticos. A eleição do Presidente da República far-se-á pelo sufrágio de um colégio eleitoral, composto de membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados, com mandato por quatro anos. O Vice-Presidente da República considerar-

se-á eleito com o Presidente, registrado em chapa conjunta.

A Justiça Eleitoral continua integrando o Poder Judiciário, e, como órgãos da Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes eleitorais e as Juntas eleitorais.

O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os性os, maiores de 18 anos, salvo as exceções da lei. É esta, em largas pinceladas, a evolução da legislação eleitoral brasileira de 1824 a 1967.

O Desembargador Vicente de Faria Coelho, é diplomado pela Escola Superior de Guerra, Turma Tiradentes, membro da Ordem do Mérito Militar no grau de Comendador, da Ordem do Mérito Naval no grau de Grande Oficial e agraciado com a Medalha de Alta Distinção da Ordem do Mérito Jurídico Militar. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Estado da Guanabara e Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DO PENSAMENTO MILITAR

Sergio Kencis Mold

INTRODUÇÃO

Para um melhor entendimento da evolução da arte da guerra e do pensamento militar, limitados ao período entre as 1^a e 2^a Guerras Mundiais, e os seus reflexos nas forças terrestres brasileiras, carece, primeiramente, uma explanação cuidadosa desses parâmetros que irão nortear todo o nosso trabalho.

Não temos a pretensão de reescrever a História, inovar conceitos filosófico-doutrinários ou buscar originalidade naquilo que, ao longo do século, já foi escrito, analisado, sobejamente explorado por tantas sumidades e que é imutável. Objetivamos tão somente, calçados na alentada obra e conceções de chefes militares, pensadores, filósofos, estadistas e historiadores,

dores, extrair conceitos e evocá-los, deixando os meandros da análise mais profunda e conclusiva, à inteligência e sábia cultura de nossos leitores.

Assim, passemos às definições e breves considerações sobre os parâmetros que buscamos ressaltar.

O vocábulo guerra, visto isoladamente, tem a significação de luta, hostilidade, belicosidade, desinteligência, enfim, sugere a confrontação pura e simples. Todavia, pelo seu conteúdo, amplitude, conseqüências e presença em todo o ciclo evolutivo antropológico, não é, não deve e nem pode ser considerado à parte do seu agregado político-social.

“A guerra é apenas a continuação da política do Estado por outros meios” (Clausewitz).

"A guerra é um conflito prolongado entre grupos políticos rivais através da força das armas" (Montgomery).

Baseados em tais assertivas, vemos que a guerra não é uma questão privativa dos militares e que, ao longo da história, tem afetado a vida civil, a indústria e os governos, nas guerras entre Estados.

A guerra está, pois, intimamente ligada à política, sendo considerada arte, a partir do momento em que os chefes imprimem ao ato bélico a marca de sua genialidade e, guindada à ciência, ao evidenciar-se pela experiência do passado, que tal ato está vinculado a determinadas leis ou princípios que não podem ser violados impunemente.

Portanto, a arte da guerra diz respeito a todos os eventos da guerra encarados como fenômeno social, englobando:

- a concepção geral de guerra, onde são estabelecidos os objetivos políticos;
- a estratégia, que é a arte de distribuir e aplicar os meios, ou seja, a arte de conduzir a guerra;
- a tática, que consiste na disposição e controle das técnicas e forças militares na luta, isto é, a arte de combater;
- os chefes, que exerçerão a ciência e a arte do comando, ou seja, aliando os conhecimentos doutrinários (ciência) à prática inteligente e adequada (arte);
- o combatente, matéria-prima dos exércitos;
- a organização militar;
- o material bélico;
- os processos de combate.

O outro parâmetro — pensamento militar — significa como o chefe vê a guerra. Abrange a Concepção Militar de Guerra, a Concepção das Operações e os Princípios de Guerra estabelecidos que irão gerar uma Estratégia Militar e Operacional em determinado período ou fase, representando a maneira mais característica dos chefes militares encararem a preparação e execução da guerra.

Da abordagem dessas variáveis no período considerado, buscaremos extrair as influências na doutrina militar mundial e seus reflexos nas forças terrestres brasileiras.

DESENVOLVIMENTO

A 1^a Guerra Mundial

Concepção Geral da Guerra

"O mais sangrento conflito da história" (Mar Montgomery) ou "a guerra para acabar com todas as guerras", na concepção dos estadistas da época, a 1^a Guerra Mundial extrapolou as querelas europeias, envolvendo, praticamente, todos os continentes.

Teoricamente, a doutrina militar dos principais contendores — Alemanha e França — era semelhante para a condução da guerra. Concebiam uma guerra de movimento, apoiada em eixos ferroviários que possibilitariam a concentração, deslocamento e reunião dos exércitos para uma batalha decisiva, o complemento do planejamento estratégico. E, sob esse aspecto, os Impérios Centrais leva-

vam uma nítida vantagem face sua posição geo-estratégica, permitindo manobrar em linhas interiores com grande sucesso.

A organização militar dos exércitos europeus também era similar e, em muito pouco, diferia da organização assentada após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, com Corpos de Exército e Divisões, sendo básica a Divisão de Infantaria. Os efetivos, fruto da conscrição militar universal, alcançaram cifras elevadas, empregando e enquadrando a quase totalidade dos homens válidos das nações beligerantes.

A revolução industrial proporcionara extraordinário desenvolvimento econômico¹ e consequente desenvolvimento na indústria bélica.

O material e armamento à disposição dos exércitos era o mais abundante, sofisticada e potente para os padrões da época. Carecia, entretanto, para a sua utilização e emprego, de um treinamento e instrução mais aprimorados. Os oficiais tinham o preparo acurado, em escolas de formação, adquirindo um alto grau de profissionalização.

Os melhores serviços de Estado-Maior eram os da França e Alemanha; o da Áustria, orientado pelo alemão, não tinha a mesma eficiência. De menor expressão eram o da Grã-Bretanha, por não possuir experiência e prática em operações de grande vulto, e o da Rússia, de fraca qualidade, tendo em vista os viciosos métodos de ascensão na hierarquia militar czarista.

A Estratégia Militar e Operacional

A 1^a Guerra Mundial muito deixou a desejar em matéria de brilhantes concepções ou execuções. O genial planejamento napoleônico do século anterior, a ação audaciosa na busca dos flancos inimigos, a prática inteligente e adequada, foram definitivamente abandonadas e só iriam reaparecer quase três décadas após.

Impregnada das idéias do marechal francês Foch, a filosofia dominante era a ofensiva. "Fazer a guerra significa sempre atacar", dizia o marechal. Quaisquer que fossem as circunstâncias, o correto era atacar, sendo esta a única resposta dos generais à grande força dada à defensiva pelas metralhadoras, arame farpado, trincheiras e artilharia. Planos elaborados por escrito não os havia, exceto o do EM alemão — Plano Schlieffen — que primava pela audácia napoleônica de sua concepção, mas anacrônico ante às necessidades logísticas do período em questão.

Dizia o general francês Joffre em 1914: "nunca houve um plano de operações elaborado por escrito... não adotei nenhuma idéia preconcebida que não fosse a firme determinação de tomar a ofensiva com todas as minhas forças".

A ação direta foi uma constante, materializada em cerradas formações de infantaria apoiadas por artilharia, que avançavam pela terra de ninguém trocando um restrito espaço por elevadas perdas humanas. A estabilização das frentes tornou-se quase que permanen-

te, e, salvo alguns sucessos locais sem a exploração conveniente, determinou o imobilismo da grande massa dos exércitos no principal Teatro de Operações, o da Europa Ocidental.

Tornada uma verdadeira guerra de sítio, pela organização do terreno em extensão e profundidade, cobrou pesado tributo em perdas humanas e materiais.

Foi vencido pelos aliados porque os Impérios Centrais não mais acreditavam na vitória. Foi uma guerra perdida no coração dos chefes e não no campo de batalha!

Consequências da 1^a Guerra Mundial para a Doutrina Militar

— O conflito estabeleceu e comprovou um novo conceito, o do caráter total e global das guerras modernas, envolvendo todas as frentes, inclusive econômicas, diplomáticas e de forças morais.

— Aos anteriores Teatros de Operações bi-dimensionais (terrestres e marítimos) é acrescida a dimensão aérea, não mais estática, como a aerostação da guerra Hispano-Americana (1898) e os primeiros ensaios do mais leve que o ar na guerra Italo-Turca (1911-12).

— Confirmou-se a preponderância dos Fatores Econômicos na guerra.²

— Aparecimento dos carros de combate como elemento de decisão e choque para a ruptura.

— Emprego em massa da Guerra Química, particularmente os gases de combate.

— Surgimento dos lança-chamas e da Guerra Bacteriológica.³

— Surgimento da tática de infiltração e consequente ênfase ao emprego de frações menores, o grupo de combate (GC).

— Importância das metralhadoras, granadas de mão e das redes de arame farpado, valorizando sobremaneira o valor defensivo do terreno.

— Afirmação da Aeronáutica, já como Arma combatente, em missões de caça e bombardeio, além da ampliação da tradicional missão de reconhecimento.

Contribuição para a Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar

Ao término da guerra de 1918, profundas e irreversíveis modificações processaram-se no contexto mundial. Vencidos e vencedores, exauridos em perdas humanas e materiais, careceram de grandes esforços e sacrifícios para sua recuperação (Anexos A e B).

A característica de totalidade da conflagração somar-se-ia o aspecto do internacionalismo face à interdependência entre os países, proporcionando os alinhamentos e políticas em bloco ante interesses comuns. Os ressentimentos criados por uma paz estabelecida em bases inconsistentes, o incremento das revoluções sociais, as profundas modificações em todos os campos do poder intra e internacionais, iriam acalentar os germes de novos conflitos, envolvendo direta ou indiretamente diversas potências.

O progresso científico-industrial preexistente, incrementado pelo conflito, alterou sobremaneira a morfologia da guerra.

"Onde quer que eclodisse, interessava o mundo inteiro mais ou menos intensamente enquanto que no âmbito nacional peculiar aos contendores, não se limitava mais ao embate entre forças militares propriamente ditas" (J.B. Magalhães — *Civilização, Guerra e Chefes Militares*).

As ações bélicas eram perpetradas pelos exércitos, porém apoiados numa infra-estrutura baseada na capacidade de produção e no poder criador de novos recursos. Da capacidade de mobilização dessa infra-estrutura e da frente interna iriam depender os fluxos em recursos humanos e materiais necessários para atender e suprir os exércitos em campanha.

Em resumo, a mobilização nacional passou a ser fator primordial para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, surgindo ações bélicas como um corolário natural dos choques de interesses, áreas de influência e políticas conflitantes entre grupos de nações.

A evolução da arte da guerra e do pensamento militar entre beligerantes e neutros foi bastante diversificada, estabelecendo-se, principalmente entre as potências vencedoras, uma postura nitidamente defensiva, cabendo em especial aos derrotados, uma estratégia marcadamente ofensiva.

Esses novos parâmetros, ofensiva X defensiva, deixados à mediação, estudos, ensaios e conclu-

sões de teóricos, práticos, profissionais, políticos, leigos, visionários e opinião pública em geral, iriam nortear as relações internacionais, com profundas consequências no campo militar mundial e trazer reflexos fundamentais às forças terrestres brasileiras.

Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial

Ligado por laços culturais e de amizade à República Francesa, o Brasil que se declarara neutro desde o início do conflito, acompanhava o desenrolar dos acontecimentos com real interesse, sendo a maioria da opinião pública favorável à causa aliada.

A advertência do Senador Rui Barbosa — "É na Europa que estão os campos de batalha, mas o que está em jogo é o destino do mundo" — viria mais uma vez comprovar a globalidade das guerras modernas e que o nosso continente sofreria os reflexos dos conflitos europeus como nos tempos coloniais.

O Brasil, ao declarar-se neutro, olvidara um axioma básico da História Militar, qual seja, de que os neutros devem ter condições de manter sua neutralidade!

Tais condições não as havia e o nosso poder militar, à época, não possuía o menor realce diante das expressões do poder militar dos beligerantes. A Força Terrestre, no primeiro quartel da República, ainda sofria pressão do Legislativo, herdada do Império, sendo mantida em níveis mí nimos de sobrevi-

vência como organização e expressão de poder.⁴

Envolvido indiretamente na conflagração, quando alguns portos dos estados sulinos foram utilizados como bases clandestinas para navios de guerra alemães,⁵ acabou nosso país engolfado nos meandros da guerra, em 1917, quando a indiscriminada campanha submarina germânica afundou diversos mercantes brasileiros navegando em águas internacionais.

O Brasil reconheceu e declarou, em 16 de outubro de 1917, o estado de guerra iniciado pelos Impérios Centrais, em flagrante desrespeito à neutralidade brasileira.

Em decorrência deste ato, os portos nacionais foram abertos aos navios aliados e a Marinha do Brasil participou do patrulhamento do Atlântico Sul através de uma Divisão Naval de Operações de Guerra (D.N.O.G.).

Para o Teatro de Operações da Europa foi enviado um grupo de oito aviadores do Corpo de Aviação Naval e um Tenente da Aviação do Exército, adidos à Real Força Aérea Inglesa, bem como uma numerosa missão médica composta de cirurgiões civis e oficiais de ligação junto ao Exército Francês.

A modesta participação do Brasil embreando com os aliados e em especial, com a França na guerra de 1914-1918, granjeou o reconhecimento gaulês,⁶ solidificou a amizade franco-brasileira e alicerçou as bases para as gestões destinadas ao contrato de uma missão militar destinada a modernizar o nosso

Exército, arrancando-o do arcaísmo da República Velha.

PERÍODO ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS (1919-1939)

Generalidades

O interregno entre as duas Grandes Guerras caracterizou-se por amplas mudanças no quadro político-social internacional, especialmente no europeu, incentivando mudanças fundamentais na esfera de interesses geopolíticos e geestratégicos. As insatisfações e antagonismos decorrentes da 1ª Guerra Mundial criaram um campo fértil a ideologias, idéias e concepções que modificaram de forma irreversível os destinos da Europa e do mundo como um todo.

Em linhas gerais, esse período de duas décadas de paz armada, entremeada de conflitos limitados como a guerra Russo-Polonesa (1920), a Greco-Turca (1922), as ações do Japão na Manchúria (1931) e China (1933), a invasão italiana da Abissínia (1935) e a Guerra Civil Espanhola (1936), serviu de laboratório para testar os modelos e princípios para novos engenhos da arte bélica e teorias preconizadas.

Serviu também para um novo realinhamento no quadro de forças em confronto, permitindo, pela tibieza dos vencedores, que a Alemanha ocupasse, paulatinamente, os espaços necessários à sua estratégia que acabaria por envolver o mundo numa hecatombe de trágicas consequências.

Concepção Geral da Guerra

No mundo ocidental predominaram concepções anteriores a 1ª Guerra Mundial, continuando em foco as idéias de Clausewitz. As guerras seriam uma continuação da política objetivando conquistar fontes de matérias-primas, mercados e zonas geográficas importantes.

Conduzidas pelas Forças Armadas, buscariam a consecução da vitória ao destruir as Forças Armadas inimigas ou sua vontade de lutar. O Estado vencido cederia ao vencedor, mantendo, todavia sua soberania e estrutura do poder.

Outras concepções foram adotadas, especialmente na Alemanha e Rússia. A guerra total e a guerra psicológica foram ensaiadas pelos nazistas durante a Guerra Civil na Espanha, enquanto que a guerra ideológica adotada pelos comunistas, também uma forma de guerra total, visava sobretudo o homem.

Ambas as concepções levavam, naturalmente, à destruição dos vencidos, anexação dos territórios e completa subserviência aos vencedores.

Estratégia Predominante

No mundo ocidental, a estratégia predominante era a direta de Clausewitz, semelhante à dos comunistas. Entre os alemães, a predominância da ação indireta era a constante da sua estratégia, fruto da experiência adquirida na Espanha e técnicas de guerra utilizadas por Gengis-Cã.⁷

Os movimentos frontais seriam apenas um blefe, cabendo a ação

principal aos movimentos desencadeados da retaguarda e flancos.

Organização Militar e Armamento

Enquanto que nos principais países vencedores, França, Grã-Bretanha e EUA, houve uma inversão de idéias quanto à atitude ofensiva adotada na 1ª Guerra Mundial, na Alemanha, Itália, Rússia e Japão, países que necessitavam da guerra para consecução de seus objetivos nacionais imediatos, a tendência predominante foi a ofensiva.

O rearmamento mundial tomou o seu curso de forma acelerada, especialmente em função da produção em massa, alicerçada no parque industrial norte-americano e na prodigiosa recuperação alemã do após-guerra. Nas demais potências, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão, dependendo de matérias-primas, o desenvolvimento foi mais modesto, embora considerável.

O dilema defensiva X ofensiva, condicionando as tendências nacionais, iria influir acentuadamente na organização militar das potências em questão. Desde 1918, o único país além da Alemanha, que adotou as novas idéias sobre a condução da guerra, foi a Rússia, onde os carros de combate e tropas aerotransportadas eram extremamente valorizados.

Os países potencialmente agressores, particularmente a Alemanha, consideraram acertadamente as possibilidades de emprego de formações mais flexíveis e mano-

breiras, à base de formações blindadas, apoiadas pela aviação como artilharia, operando com longo raio de ação à frente do grosso dos exércitos.

Os líderes germânicos haviam interpretado com muita propriedade os ensinamentos do conflito anterior e as potencialidades que a industrialização oferecia à modernização do material bélico. Os testes concretizados no terreno hispânico comprovavam a sua viabilidade.

Francia e Grã-Bretanha pouco evoluíram, e, quando o fizeram, foram devidamente penalizadas pelo despreparo bélico e pacifismo exacerbado que dominava a opinião pública. A França entrincheirou-se por detrás da Linha Maginot (Anexo C), formidável, estática e anacrônica linha de fortificações para uma guerra que se afigurava como dinâmica, baseada na moto-mecanização e maciço emprego da aviação.

A Grã-Bretanha, em seu castelo-ilha, apoiado no fosso da Mancha, ainda acreditava no poderio da esquadra e dava leve ênfase à aviação de caça, em detrimento da modernização de sua relativamente pequena força terrestre.

Os equipamentos e a instrução militar, em ambos os países ainda estavam em níveis muito baixos em 1939, mercê de um exacerbado pacifismo, de uma política conciliatória dos líderes ocidentais, da ótica microscópica dos quadros envelhecidos nas casernas, bem como, de um primoroso trabalho da

diplomacia e propaganda do III Reich.

Evertendo, ameaçando, conciliando e burlando, Hitler, apoiado em eficientes serviços diplomáticos, de espionagem e quinta-coluna,⁸ preparou o terreno para as ações fulminantes, impiedosas e desmoralizantes da "blitzkrieg", que colocaria de joelhos seus adversários nos primórdios da 2^a Guerra Mundial.

O axioma "si vis pacem para bellum" fora esquecido no ocidente e, o preço do despreparo, o pagaram beligerantes e neutros.

Modo de Emprego

Os processos de combate ofensivo, ao término da 1^a Guerra Mundial, sugeriam e indicavam as novas condicionantes a serem observadas:

- surpresa estratégica, obtida através segredo nos preparativos e concentração ameaçando diversos pontos da frente;

- surpresa tática, mediante descrição, rapidez nas ações, preparação de artilharia curta ou surpresa e movimentos noturnos;

- penetração rápida na posição inimiga, profunda, com aproveitamento imediato segundo a linha de menor resistência, emprego de reservas para a exploração do sucesso em vez de remediar insucessos;

- emprego em massa de carros de combate(CC), com penetrações mais independentes da infantaria;

- cooperação da aviação com as forças de terra.

Perduravam, todavia, algumas servidões que somente seriam superadas alguns anos mais tarde, tais como:

- o condicionamento às ferrovias, tornando difícil a surpresa;
- meios de comunicação inadequados, sendo o telégrafo e estafetas, os principais;
- relativa falta de mobilidade tática e estratégica;
- a enorme tonelagem de munições exigidas pelo fogo de artilharia.

A evolução buscada nos processos de combate e adequada utilização dos novos engenhos de guerra, seria testada na Península Ibérica, sedimentando doutrinas e proporcionando aos futuros beligerantes uma ante-visão bastante realista do próximo conflito, especialmente por parte da Alemanha.

Os aspectos mais importantes da moderna forma de emprego foram:

- moto-mecanização generalizada;
- participação ativa e integrada da aviação no campo de batalha;
- otimização do apoio de fogo à infantaria, com o surgimento dos observadores avançados (OA) de artilharia;
- o emprego dos combinados infantaria-carro de combate (Inf-CC), apresentavam uma solução aos problemas para as ações mais independentes;
- transporte da infantaria nos CC, especialmente para ações de aproveitamento do êxito;
- tendência para o emprego de formações emassadas de CC;

— noção de defesa anti-carro (DAC) pelo emprego de armas anti-carro (AC) e aviação;

— ações mais independentes da infantaria, com formações menores e melhores dotadas de armas automáticas e morteiros;

— ressurgimento da cavalaria no campo de batalha, modernizada pela moto-mecanização, cumprindo com maior desenvoltura suas clássicas missões de reconhecimento, exploração e segurança;

— utilização da guerra psicológica, bem estruturada e visando objetivos imediatos, sendo o aspecto de maior destaque as ações de 5^a coluna.⁹

As novas táticas ofensivas e defensivas, cuja preparação os alemães deram ênfase e que comprovaram sua eficácia nos primórdios da 2^a Guerra Mundial, foram:

— o processo do "SCHWERPUNKT", que significava seguir a linha de menor resistência, obtendo a superioridade local no campo de batalha;

— o processo de "AUFROLLEN", que visava obter a ruptura num ponto da frente e o envolvimento interior das alas inimigas nos flancos da ruptura;

— emprego do combinado CC-Aviação, espinha dorsal da "blitzkrieg";

— emprego de armas anti-carro na DAC, facilitado pela versatilidade das novas peças de artilharia;

— largo uso do rádio como arma do comando;

— emprego das localidades como Centros de Resistência ou Pontos Fortes.

EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA

Concepção Geral da Guerra

A arte da guerra, no interregno entre os dois conflitos mundiais, apresentou profundos e irreversíveis alterações no seu processo evolutivo. Os armamentos leves, como o fuzil-metralhador (FM), a metralhadora de mão e granadas, os novos meios de artilharia e comunicações, os engenhos blindados e o redimensionamento da aviação, introduzidos no campo de batalha, iriam induzir a novas organizações, formações e processos de combate.

A adoção dessas novas alternativas seria fortemente condicionada pelos objetivos políticos das principais potências da época, coerente com suas concepções gerais da guerra.

A França, após a "Vitória de Pirro" de 1918, e que sofrera as maiores perdas proporcionais em recursos humanos e materiais no conflito, ficara obcecada pela segurança dentro de suas fronteiras. Os objetivos políticos eram limitados a manutenção da base física e busca do equilíbrio de poder no continente, ante uma Alemanha ressurgente, armada e belicosa.

A Grã-Bretanha, superada em sua posição de liderança mundial após a conflagração, retraiu-se do cenário político europeu, mantendo uma postura isolacionista. Seus objetivos resumiam-se em manter o laurel de primeira potência naval mundial e uma diplomacia pendular, habilmente conduzida, evitan-

do que uma potência terrestre assumisse a liderança na Europa continental.

Os Estados Unidos, guindado a situação de liderança mundial, após 1918, manteve o seu isolacionismo, por aversão histórica à complicada política europeia, buscando manter apenas relações comerciais com o continente. Seus objetivos políticos eram a manutenção de sua situação de grande potência, a paz mundial e a proteção dos grandes interesses econômicos em vários continentes; mantinha uma postura oficialmente neutralista em relação aos antagonismos crescentes no Velho Mundo.

O Japão, industrializado, ocidentalizado e elevado ao papel de potência militar de primeira grandeza, desde os primórdios do Século XX estabeleceu seus objetivos políticos num expansionismo desenfreado, visando a criação de uma "Grande Ásia Oriental", sob sua tutela.

A Rússia, combalida e isolada pelas potências ocidentais após a revolução bolchevista, fixou seus objetivos políticos na manutenção e ampliação da base física, bem como, na disseminação da Revolução Comunista Mundial.

A Alemanha, vencida mas não convencida da derrota em 1918, desorganizada política, econômica e socialmente, iria projetar seus interesses políticos no soerguimento nacional e revanchismo contra as potências ocidentais. Sob a égide do nazismo de Hitler e empunhando as bandeiras do nacionalismo, da reação ao Tra-

tado de Versalhes, da destinação histórica do povo alemão, da teoria racial, do anti-semitismo e anti-comunismo, objetivava colocar o mundo sob o tacão germânico, unificando-o, eliminando as causas das guerras, erradicando o bolchevismo e capitalismo, bem como, garantindo o denominado "espaço vital" para o povo eleito, a raça de super-homens do "Reich de 1.000 anos".¹⁰

A Estratégia

A estratégia anglo-francesa era puramente defensiva, sofrendo uma involução no período considerado. A França baseou sua estratégia na construção da Linha Maginot, uma série de gigantescas fortificações nas fronteiras norte e nordeste, da Basíleia a Montmédy, sendo esta, uma extremidade apoiada no vácuo, e portanto, passível de ser flanqueada. Tecnicamente a obra era quase inexpugnável à época do início da construção, porém mostrou-se antiquada ante a evolução dos armamentos e técnicas da guerra moderna ao fim do período.

A estratégia inglesa ainda permaneceu mais atrasada do que a gaulesa. Insulados por detrás da sua Linha Maginot oceânica, permaneceram em estado de hibernação por duas décadas.

O EM britânico acreditava que, em um novo conflito continental repetir-se-ia a primeira fase da Grande Guerra, e portanto, com tempo suficiente para emprego da esquadra, forças terrestres e aviação estratégica.

A estratégia da Alemanha era essencialmente ofensiva, coerente com sua concepção geral de guerra necessária à política expansionista. Baseava-se numa guerra total, rápida e fulminante, com amplos e profundos movimentos, valendo-se do emprego da aviação, blindados e transportes motorizados.

A concepção estratégica do Japão, essencialmente ofensiva, baseava-se também numa guerra total, assentada no desempenho de sua potente força aero-naval e de um exército fanatizado. Buscava ampliar sua esfera de influência na Ásia Oriental em detrimento dos impérios coloniais da França e Inglaterra, bem como, colidindo com zonas de influência russas e estado-unidenses.

A estratégia dos EUA baseava-se na manutenção de seu "status" de potência mundial, confiante no poderio aero-naval e demais recursos a serem mobilizados pelo seu imenso parque industrial, embora o neutralismo e pacifismo fossem as palavras de ordem para a nação.

A Rússia desenvolvia uma estratégia de tabuleiro de xadrez, digna da tradicional filosofia eslava de paciência e fatalismo. Era defensiva na teoria mas ofensiva na oportunidade que se afigurasse, ante vizinhos mais fracos ou isolados como a Finlândia e, posteriormente, quase todos os territórios e nações que "libertou". Aproveitava algumas experiências alemãs no que se refere a blindados e aviação tática, porém ainda se baseava, principalmente, nos imensos recursos humanos dispo-

níveis e condições de solo-clima-distâncias para desencorajar inimigos em potencial.

Assim, vemos que persistia o dilema OFENSIVA X DEFENSIVA, estabelecendo-se um determinismo das estratégias nacionais, aqui abordadas de forma bastante superficial e suscinta.

A Alemanha foi, praticamente, o único país que evoluiu no período, aproveitando as potencialidades oferecidas pelos novos meios postos à disposição dos exércitos, desenvolvendo uma estratégia agressiva e envolvente que assombraria o mundo na fase inicial da 2^a Guerra Mundial.

A Tática e os Processos de Combate

A tática, ou arte de combater, estagnou-se no período considerado, e, com exceção da concepção germânica, permaneceu dentro dos padrões da 1^a Guerra Mundial. Os alemães, liderados por um ditador megalômano que subordinou os objetivos políticos aos militares, adotaram métodos atualizados e revisaram antigos processos, adaptando-os para as atividades bélicas que seriam o epílogo inarredável à sua marcha expansionista. Assim, deram ênfase a uma tática agressiva e manobreira, baseada na surpresa e fundamentada nos princípios de infiltração.

Era a "Blitzkrieg" (Anexo D), nada mais do que o emprego tático do combinado CC-avião, surpresa quanto a direção e oportunidade do golpe, bem como, penetração e exploração profundas,

executadas por potentes forças blindadas lançadas à frente do grosso dos exércitos e operando independentemente.

Os processos de combate ofensivo, síntese do repertório de idéias que os alemães já haviam testado na Espanha em 1936, baseavam-se nos seguintes pontos:

- táticas de infiltração de LUNDENDORF;
- teoria de "SCHWERPUNKT";
- teoria de "AUFROLLEN";
- realização de penetrações estratégicas profundas a cargo das GU blindadas;
- emprego dos blindados emassados, organizados em Corpos e Divisões Blindadas;
- cooperação da aviação com as forças terrestres, especialmente blindados;
- largo emprego da radiofonia;
- emprego de forças aero-terrestres;
- emprego sistemático da 5^a Coluna e guerra psicológica em escala inédita.

Os Chefes

"Todas as leis e teorias militares que participem da natureza de princípios constituem a experiência de guerras passadas, acumulada pelas pessoas em tempos passados e nos nossos próprios. Devemos estudar seriamente tais lições, pagas com sangue, e que são a herança das guerras passadas. Este é um aspecto. Porém há outro.

Temos de submeter estas conclusões à prova de nossa própria experiência, assimilando o que seja útil, recusando o que seja inútil e

incorporando o que seja especificamente nosso. Este último é muito importante, porque de outro modo não poderemos dirigir uma guerra. Ler é aprender, porém aplicá-lo é também aprender e, definitivamente, a classe mais importante de aprendizagem". (Mao-Tse-Tung).

Os Chefes, à testa das formações militares neste interregno, em sua maioria, esqueceram ou simplesmente ignoraram esses princípios fundamentais da Arte da Guerra. O estudo da guerra (ciência) seguido sempre que possível da aplicação inteligente e adequada no campo de batalha (arte), ou, na pior hipótese, em exercícios no terreno, salvo honrosas exceções, não foram observados.

Em sua quase totalidade, e em especial, o Alto Comando francês, viviam de glórias passadas, desprezando as novas idéias, as modernas técnicas e os comportamentos inovadores.¹¹ Estudosos e teóricos como Liddel Hart, Fuller, De Gaulle, Estienne, Mitchell e outros, tiveram o seu pensamento criativo abafado ou desprezado.

Os alemães pensaram de forma diferente e seu EM, de alta competência e senso profissional soube aproveitar e aplicar as idéias nacionais e estrangeiras, em especial, de Guderian e Von Rundstedt.

A partir da ascensão de Hitler, em 1932, iriam colher os frutos de sua clarividência, transformando o Exército de Quadros numa formidável máquina militar de 1^a ordem.

O Combatente, a Organização Militar e o Material Bélico

Entre as mais expressivas potências prevaleceu a ortodoxia militar, em detrimento da criatividade inteligente. Como decorrência, situação análoga sucedeu-se à organização militar, ao material bélico e preparo dos combatentes, evidenciando-se como exceções o Japão e, principalmente, Alemanha.

A ineficiência dos exércitos, particularmente franco-britânicos, era grande, causada pela deficiência intelectual e recursos humanos de baixo nível. Mais da metade dos soldados tinha idade superior a 25 anos, os índices de saúde e aptidão física eram muito baixos. A faixa etária de coronéis e generais era bastante elevada e o estado físico, deficiente. Praças e oficiais executavam passivamente atividades rotineiras. Os CC, pesados e pouco manobreiros, eram considerados como auxiliares da infantaria e, como tal, previsto o seu emprego.

A artilharia, embora numerosa, ainda era hipo-móvel e, portanto, inapta para as velocidades de deslocamento necessárias para apoio ao moderno combate, a aviação, pouco explorada. Em contrapartida, os exércitos germânicos servem como modelo das transformações necessárias ao produto final, forjado pelas concepções lúcidas de chefes evoluídos, embora as finalidades fossem de moralidade duvidosa.

A conscrição universal, uma instrução para-militar no melhor esti-

lo espartano e uma criteriosa seleção, propiciavam incorporar às fileiras uma elite de guerreiros fanatizados e rigorosamente adestrados às atualizadas e inovadoras táticas de combate.

A organização militar utilizando processos mais evoluídos e variados, necessitava de formações e composições mais aptas ao desempenho veloz e flexível solicitado. Assim, surgirão no período, os grupamentos-táticos (GT), pelo agrupamento de tropas de várias Armas, em escala inferior ao divisionário, contando com adequado apoio logístico para cumprimento de determinada finalidade tática.

A artilharia auto-propulsada ou auto-rebocada, a versatilidade do material de campanha, a par de outras inovações já destacadas, dariam aos tedescos uma vantagem marcante e enfatizar a evolução no período.

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR

Diametralmente opostas, duas linhas do pensamento militar marcaram o processo evolutivo na fase em questão. Apesar de cinco anos de conflagração, de massacres e dissipação da riqueza nacional, não seria lícito esperar que as nações viessem a gastar muito na reformulação do equipamento militar.

Inglaterra, França e Estados Unidos, principais expressões da coligação vitoriosa, fortemente impregnados pro anseios pacifistas, iriam buscar a compatibilização das despesas com as necessidades requeridas à administração e defe-

sa dos seus impérios coloniais. Os EUA, mais voltados ao Pacífico e a Inglaterra enviando suas melhores unidades para as longínquas fronteiras indo-egípcias, iriam deixar o peso do controle europeu à França. Esta, tendo de dividir esforços para policiar as colônias e manter dominância sobre a Alemanha, destinaria maior parcela de seus recursos financeiros aos ministérios militares do que os demais países ocidentais.

A Alemanha derrotada, alimentando idéias revanchistas, iria rever conceitos e doutrinas, buscando, na mobilização de suas potencialidades, alçar-se novamente a condição de potência mundial.

O Japão, potência emergente na Ásia Oriental, tendo os seus interesses expansionistas delimitados pelos anglo-franco-americanos principalmente, seria outra nação a optar pela solução bélica para os seus problemas.

Finalmente a Rússia, às voltas com a consolidação interna da sua revolução, engolfando-se em sangrentos expurgos que dizimaram a cúpula de suas Forças Armadas, buscara sua sobrevivência através de pragmática política exterior e conveniente pacifismo intra-fronteiras.

Assim, em linhas gerais, vemos o intervalo de paz armada dessas duas décadas, nitidamente delimitado pelas correntes antagônicas que irão definir a estratégia militar e operacional em vigor. E, mais uma vez, enfatizamos o dilema proposto aos estrategistas da época: DEFENSIVA X OFENSIVA!

— De um lado, uma concepção

conservadora e imobilista, baseada em operações de guerra estática e princípios defensivos, gerando uma estratégia militar e operacional retrógrada. A vitória obtida no último conflito fora baseada nas ações da infantaria e ela deveria ser o fator predominante nas futuras ações.

Os CC e artilharia serviriam apenas como apoio e a fortificação linear foi eleita como panacéia para o planejamento, olvidando-se os que a adotaram, quão próximos são os limites entre a atitude cautelosa e o derrotismo. Adotaram-na a maioria dos países ocidentais, particularmente a França,¹² com determinantes reflexos na estratégia militar das forças terrestres brasileiras, instruídas e adestradas dentro da doutrina francesa.

Os militares gauleses, exceto pequeno círculo sem força de persuasão, ignoravam o que se passava no mundo, pautando o pensamento militar nos aforismos em voga:

— "... a força viva do ataque inimigo será absorvida pelo cimento e pela rocha das defesas . . .";

— "... com o preço de um CC poderão ser adquiridos vários canhões AC . . .";

— "... o solo nacional jamais será invadido . . .";

— "... uma guerra jamais será vencida pela aviação . . .".

De outro lado, a postura ofensiva adotada especialmente pelos alemães, viria contrapor-se às superadas concepções aliadas, revertendo as teorias institucionalizadas e substituindo-as por revolucionária estratégia militar e operacional.

O pensamento militar alemão, alicerçado no binômio constituído por um EM de grande competência e desenfreada ambição política do Führer, iria enfatizar e, posteriormente, estimular o desenvolvimento de um novo tipo de guerra total, de aceleração e desagregamento. O tríduo aviação-blindados-motorização, perfeitamente explorado pelas legiões arianas, iria constituir a espinha dorsal dessa nova modalidade de guerra que, testada nessa década, iria atingir sua plenitude na seguinte.

REFLEXOS NAS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS

Generalidades

As duas primeiras décadas do Século XX iriam encontrar as nossas forças terrestres em estado similar ao dos últimos anos do Império. Letárgica era a instituição, obsoleto o material e descrentes os quadros. As últimas ações bélicas datavam de 1870, nos campos guaranís, e o total abandono a que fora relegado, derrotara o Exército do seu verdadeiro rumo, mantido e apassivado por políticos e dirigentes à condição de milícia.

O positivismo Comteano e o proselitismo de Benjamin Constant influenciaram a juventude militar, pregando a paz universal e induzindo ao pacifismo que desvirtuou o objetivo fundamental das Forças Armadas.

A tropa estiolava-se em modorrentas guarnições, cumprindo rotinas burocráticas, sem receber instrução e distanciada dos oficiais que, em sua maioria, dedicavam-se

a atividades outras que não as lides castrenses.

O equipamento e armamento eram das mais variadas procedências, importados como quase todos os produtos essenciais em nosso país.

Como bem disse o Gen Octávio Costa em sua obra, "éramos uma nação sem motivação psicológica consistente e duradoura, sem confiança em si mesma . . .", e nós nos permitiríamos acrescer que a nossa Força terrestre apanhada, estagnada e desmotivada, era um Exército sem alma.

O Período Entre-guerras

Côncios da necessidade de mudanças radicais na estrutura e mentalidade da nossa força terrestre, devolvendo-lhe uma operacionalidade compatível com os padrões da época, o lúcido Min Pandiá Calógeras e outros chefes de visão, iriam orientar para o exterior, a busca do auxílio necessário.

Os progressos alcançados por outros exércitos continentais, como Chile e Argentina, valendo-se de instrutores alemães, a evolução dos padrões e modelos bélicos que ensaiavam seus primeiros passos no após-guerra, as necessidades requeridas para a segurança nacional, iriam reforçar esse impulso para a atualização do Exército.

A vitória dos países aliados na Grande Guerra consagrou o prestígio militar da França, e, os fortes laços culturais e de amizade que uniam nossos países,plainaram as gestões para a contratação de uma missão Militar Francesa (MMF) para o Exército Brasileiro (EB).

A Evolução do Exército Brasileiro

A MMF, cujo primeiro chefe foi o Gen Gameli, teve o mérito de iniciar o complexo trabalho de reformar uma força militar, modificando padrões, alterando estruturas, influenciando mentalidades e comportamentos, visando uma atualização para os padrões da época.

Apesar da velada oposição que recebeu dos germanófilos,¹³ dos tibios e imobilistas, a missão estrangeira, alicerçada na experiência de combate vitorioso que trazia, teve grande recepticidade entre os oficiais mais jovens. E, resumidamente, podemos enumerar as áreas de incidência em que a MMF teve ativa participação, trazendo reflexos nos índices de desempenho da força terrestre nacional:

- modificação dos padrões e rotinas de trabalho;
- adoção de novos métodos e processos de ensino e instrução;
- influência na mentalidade do militar brasileiro;
- influência na cultura geral e profissional do militar brasileiro;
- influência no relacionamento entre os militares nas OM, Escolas e Estados-Maiores;
- modificações na organização do ensino militar, na instrução militar, no adestramento da tropa e na estrutura de comando e administrativa em tempo de paz;
- criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- despertar do interesse de militares para o estudo de problemas brasileiros com vistas a ampliação do poder nacional;

— influência no pensamento militar, com concepções nitidamente defensivas.

CONCLUSÃO

O caráter de nação essencialmente agrícola, monocultura, desmotivada, sócio-culturamente atrasada, abrigando uma população de índole pacifista e contemplativa, conferiam ao Brasil uma posição inexpressiva no concerto das nações no período entre as duas guerras mundiais. E, as consequências negativas dessa herança imperial, traduziam-se em todos os campos do Poder Nacional, particularmente, no Militar.

O mundo sofria transformações, de forma acelerada e irreversível; os recursos da Revolução Industrial encurtavam as distâncias, ampliavam interesses e não mais permitiam ao nosso país adotar uma postura de isolamento à evolução em curso.

“Somente o forte tem condições de arbitrar ou manter a neutralidade”, e foi preciso encetar medidas de base para reorganizar e reeducar nosso Exército, conferindo-lhe posição de expressão militar à altura dos interesses e aspirações nacionais.

Desta forma, a evolução da arte da guerra e do pensamento militar no período entre as duas guerras mundiais trariam seus reflexos à força terrestre brasileira, abrindo novos rumos para alicerçar uma doutrina genuinamente nacional e ambientada às Áreas Operacionais do Continente.

A Missão Militar Francesa colaborou, de forma insofismável, para

essa evolução, criando as condições para nivelar o conhecimento dos militares brasileiros com o que de mais moderno havia na doutrina. E o corolário natural desse impulso inovador-doutrinário seriam reflexos nos seguintes aspectos, dentre outros:

— na disciplina militar e coesão do Exército, que readquiria uma consciência profissional;

— no estudo de questões nacionais e pesquisas, levadas a termo pelo EME, CSN e ESG, ante a necessidade de levantamentos para emprego de todas as potencialidades da nação, impositivas à guerra total;

— elaboração de Hipóteses de Guerra, Doutrina de Segurança Nacional, Planos de Mobilização, Transporte, Concentração e Operações;

— no pensamento militar profissional, equidistante dos temas político e partidário, inteiramente voltado à atividade-fim e destinação constitucional do Exército.

Foi um longo e estafante caminho, ainda em descompasso com o rumo empreendido pelos exércitos mais modernos, pois a doutrina gaulesa era fortemente impregnada de conceitos defensivos, incompatíveis com a modernização exigida.

Porém, foi o primeiro passo, firme e decidido na fuga ao obsoletismo, na afirmação de novos valores que, semeados em campo fértil, iriam florescer no âmago das novas gerações, traduzindo-se no fortalecimento do vetor militar da Nação Brasileira.

ANEXO A

PERDAS MATERIAIS DA 1^a GUERRA MUNDIAL

Alemanha	22% da riqueza nacional Perdas territoriais Perda de todas as colônias
Austria-Hungria	87% das reservas de ouro Perdas territoriais Desmembramento do Império
EUA	9% da riqueza nacional
França	30% da riqueza nacional 50% das reservas de ouro
Inglaterra	32% da riqueza nacional
Itália	26% da riqueza nacional 50% das reservas de ouro

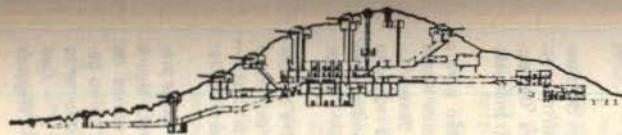
Fonte: 1^a Guerra Mundial — 1977 — Cel Inf QEMA José Edenizar Tavares de Almeida (ECEME).

ANEXO B

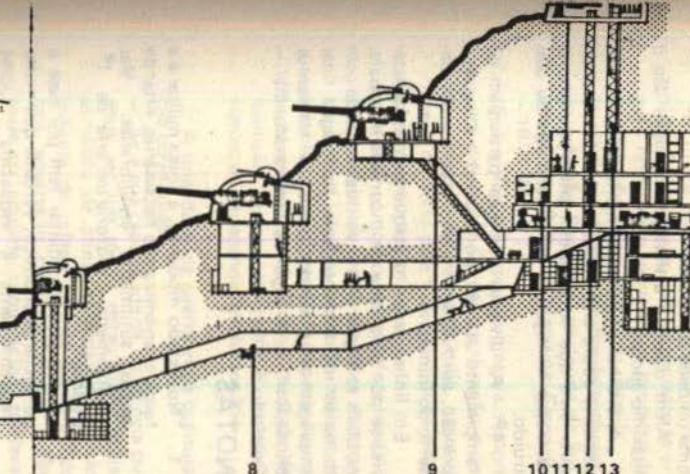
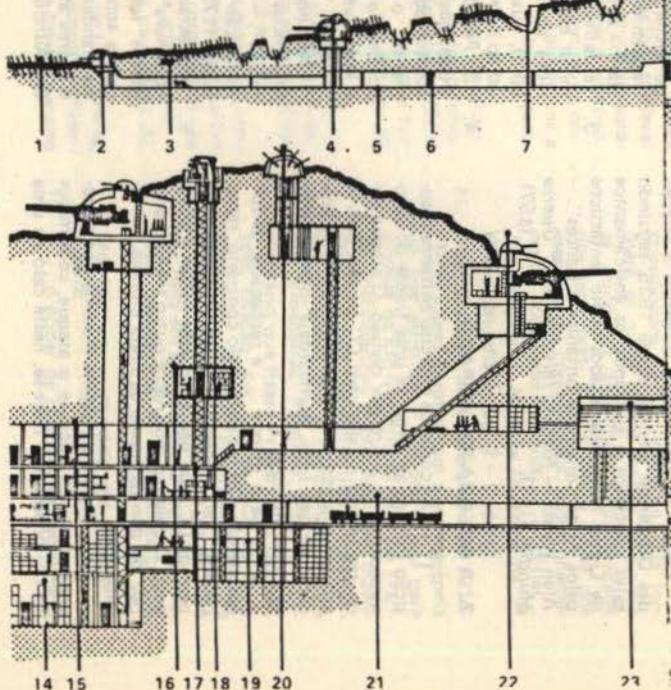
Perdas Humanas Civis e Militares da 1^a Guerra Mundial

	Países	Mortos	Homens entre 15 e 50 anos %
Impérios Centrais	Alemanha	1.900.000	12
	Áustria-Hungria	1.000.000	
	Bulgária	100.000	
	Turquia	400.000	
Aliados	Bélgica	100.000	0,5
	Canadá	52.000	
	EUA	114.000	
	França	1.390.000	
	Grã-Bretanha	780.000	
	Grécia	12.000	
	Índia	100.000	
	Itália	496.000	
	Nova Zelândia	16.000	
	Portugal	8.000	
	Romênia	158.000	
	Rússia	1.700.000	
	Sérvia	400.000	

Fonte: Pequeno Dicionário Encyclopédico Koogan-Larousse 1980 — Rio de Janeiro (Editora Larousse do Brasil Ltda.).



A "Linha Maginot" foi construída na década de 1930 e a obra demorou nove anos. Destinada originalmente a defender apenas a Alsácia e Lorena, eventualmente estendeu-se da Suíça a Longuyon, onde começa a Floresta das Ardenas. Julgava-se que suas fortificações fossem invencíveis contra-ataques frontais, mas davam aos franceses uma falsa sensação de segurança, uma atitude complacente a que os críticos chamaram de "mentalidade Maginot". Defesas móveis, baseadas em divisões blindadas e poderio aéreo, teriam sido mais adequadas às condições modernas



1) Armadilha de tanques. 2) Metralhadora. 3) Mina. 4) Canhões antitanques e metralhadoras. 5) Mina de demolição de emergência. 6) Portas de aço. 7) Armadilha de infantaria. 8) Mina de demolição de emergência. 9) Escadas rolantes. 10) Usina e geradores de ar condicionado. 11) Suprimentos. 12) Guinchos para obuses. 13) Elevador principal. 14) Paiol principal de munições. 15) Alojamentos. 16) Central telefônica. 17) Sala de controle. 18) Posto principal de observação. 19) Armazém. 20) Metralhadoras antiáreas. 21) Ferrovia. 22) Postos de metralhadoras sobre as casamatas de canhões. 23) Reservatório de água. 24) Hospital. 25) Corpo de guarda. 26) Salas de repouso

ANE XU C

ANEXO D

1. BLITZKRIEG

"Blitzkrieg, a Guerra-relâmpago, foi o nome dado pelos alemães à sua nova técnica de campanha. O nome, ao contrário do que se julga, não se devia à rapidez das operações; a velocidade atingida, tanto na Polônia como na França, foi fator que surpreendeu aos próprios alemães. A tese central era a busca de brechas, com penetração profunda e ramificações de tais penetrações para estendê-las e buscar objetivos, como sucede com o relâmpago.

A teoria inicial deve-se ao então Ten Cel Fuller, teórico militar britânico, imaginada em 1917, e por ele chamada — técnica da água que se espalha — e que busca brechas e trajetos de menor resistência. A teoria foi expandida e codificada pelo Cap Liddel Hart, com a aplicação de fortes formações blindadas, como cunhas de penetração e apoio aéreo tático imediato e constante, substituindo a artilharia, tudo sem aguardar a consolidação dos ganhos, explorando ao máximo e surpresa e a penetração, com rompimento de comunicações e linhas de abastecimento em profundidade.

Coube ao Gen Heinz Guderian a criação das DB-Panzer alemãs, desde 1935, seguindo estes conceitos e aplicando os ensinamentos de Liddel Hart, desprezados como fantásticos pelos Altos Comandos britânico e francês". — Alan Wykes — *História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial* (157).

3. DB ou Divisão Ligeira, apoiada por carros ou uma unidade de carros.

Além disso, a artilharia e aviação dão o máximo apoio.

A artilharia, principalmente, dispara não somente sobre alvos importantes, como qualquer alvo que puder afetar psicologicamente as tropas inimigas ao ser incendiado ou destruído.

4º — As divisões que não participam do rompimento atacam, por sua vez e ocupam a posição, aproveitando a confusão e o desconcerto do inimigo.

Em linhas gerais, o ataque alemão caracteriza-se por uma série de incursões de ensaio, às quais se segue uma investida realizada com todos os meios disponíveis. No ataque final empregam-se a fundo todos os elementos blindados." — *A Segunda Guerra Mundial* — Fascículo 1.

NOTAS

1. "No Estado moderno, a força militar e a força econômica são necessárias, estando ambas sutilmente equilibradas." Mar Montgomery — *Historia del arte de 1ª Guerra*.
2. "... O poderio militar tem por base o potencial econômico, verdade que muito frequentemente é esquecida". Liddel Hart — *Estratégia*.
3. Tentativa frustrada dos alemães de disseminar em Paris, o bacilo do mormo, moléstia contagiosa dos solípedes (cavalo, asno), quase sempre mortal e transmissível ao homem. N. do A.
4. "D. Pedro I... voltou-se então para a tropa, que ele amava e com a qual estava acostumado a viver: a partir desse momento, o Exército tornou-se suspeito ao Legislativo, e este tudo envidou para o enfraquecer, a fim de diminuir o poder imperial.
5. Até nossos dias, o Brasil sofre as consequências dessa orientação impolítica e errada". — Samuel Guimarães da Costa — *Formação Democrática do Exército Brasileiro* (173-174).
6. "Nos estados do sul do Brasil, onde predominava a colonização alemã, alguns portos foram usados pelos navios de guerra sob o pavilhão alemão, como bases clandestinas para o aprovisionamento e outros atos de beligerância..." — Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares — *Regards*

2. A GUERRA-RELÂMPAGO

"1º — Um corpo de exército enfrenta a posição inimiga ao largo de uma frente de aproximadamente 3 Km por divisão. O ataque pode de ser levado a cabo com CC ou sem eles. A artilharia nunca oferece grande apoio. A aviação, por seu lado, bombardeia intensamente as linhas inimigas.

2º — Se o ataque... é rechaçado, as forças alemãs não insistem; pelo contrário, retrocedem. Tal procedimento comprehende também os CC, que não procuram forçar a passagem. O objetivo, que não é outro senão descobrir os pontos fracos da linha inimiga, foi alcançado.

3º — Depois de alguns movimentos de reconhecimento, inicia-se o ataque, com meios muito poderosos; trata-se, neste caso de uma

Sur 5 Siecles France-Bresil (82).

- "No início, quando a Alemanha violou a neutralidade belga, um só protesto se ergueu no silêncio universal, o protesto da Câmara dos Deputados do Brasil". — Conferência de Maurice Barrès endereçada à Nação Brasileira, proferida na Sorbonne em 1918 — *Illustration Française* — 1918 (N. do T.)
- "Sua tática de guerra começava sempre com um duplo D: desmoralização e desorganização. E, acima de tudo, a guerra devia ser feita pela sugestão por palavras ao invés de projéteis.

Assim como no passado fora usado o bombardeio de artilharia para esmagar as defesas inimigas antes do ataque da infantaria, no futuro seria empregado um bombardeio moral. Todos os tipos de munição seriam utilizados e, especialmente, a propaganda revolucionária.

A finalidade da guerra era a capitulação do inimigo.

Se a sua capacidade de resistência pudesse ser um modo desagradável e dispendioso de atingir o objetivo. A ação indireta de injetar germes no corpo do país adversário para contaminar a sua desse ser anulada, o morticínio tornava-se inútil, além de ser um modo desagradável e dispendioso de atingir o objetivo. A ação indireta de injetar germes no corpo do país adversário para contaminar a sua vontade apresentava melhores perspectivas de sucesso.

Essa era a teoria de guerra de Hitler, incluindo o emprego de armas psicológicas". — Liddel Hart — *Estratégia* (286).

- A expressão "5^a Coluna" relativa a forças subterrâneas, deriva de evento da Guerra Espanhola (1936).

O General Francisco Franco ao invadir Barcelona, em poder dos republicanos, declarou que cinco colunas nacionalistas convergiam sobre a cidade.

Corrigido por um dos presentes, lembrando que as tropas atacantes estavam enquadradas por quatro comandos e não cinco, o carismático chefe acrescentou:

- A 5^a coluna já está na cidade! (N. do A.)

- "A título de preparação de sua ofensiva, (Hitler) procurou obter adeptos influentes nos outros países, que fossem capazes

de minar a sua resistência, de provocar agitações em seu benefício e de constituir um novo governo que atendesse aos interesses alemães. Não havia necessidade de suborno, pois contava com a ambição pessoal, a inclinação autoritária e o espírito partidário dos homens para recrutar, nas classes dominantes, agentes dóceis e inconscientes.

Em seguida, a fim de abrir caminho para suas tropas, no momento oportuno, planejou a infiltração de elementos de suas tropas de assalto, que deveriam cruzar a fronteira, ainda durante o período de paz, na qualidade de viajantes comerciais ou turistas, e vestir o uniforme do inimigo na ocasião apropriada; sua missão era sabotar as comunicações do adversário, divulgar boatos e, se possível, raptar os homens mais importantes do outro país.

Essa vanguarda disfarçada seria, por sua vez, apoiada por tropas pára-quedistas". — Liddel Hart — *Estratégia* (286).

- "Eu vos direi como será a futura ordem social: haverá uma classe de senhores, das mais diversas origens, recrutada no combate, e assim terá sua justificação histórica. Haverá uma multidão de partidários, classificados hierarquicamente, que formará as novas classes médias. E haverá as multidões anônimas, a coletividade dos servidores. E, por fim, a classe dos estrangeiros conquistados, a que chamaremos modernos escravos. — A Hitler". Alan Wykes — *História Ilustrada da 2^a Guerra Mundial* — Vol 2 — Líderes.
- "Lembro que, durante a guerra de 1914-1918, sugerí a um oficial a conveniência de que assistisse a um dos cursos para oficiais de EM que tinham lugar na França. Ridicularizou minha sugestão, dizendo que o que realmente tinha importância na guerra era a experiência prática nas trincheiras. Falei-lhe então do comentário que fizera Frederico, o Grande, com relação aos oficiais que somente confiavam em sua experiência prática e desdenhavam o estudo, a saber: que ele tinha em seu exército 2 mulos que haviam passado por 40 campanhas, porém continuavam sendo mulos..." — Mar Montgomery — *História del Arte de la Guerra*.
- "... o poder de fogo deu extraordinário

- vigor às fortificações improvisadas; ... o ataque só podia ocorrer em condições favoráveis, após a concentração de poderosos dispositivos materiais, artilharia, tanques, munição etc... quando os tanques tornavam mais fácil para a infantaria avançar, esmagando os obstáculos passivos e a resistência ativa oferecida pelo inimigo. . . . — *Instruções Provisórias Concernentes à Utilização Tática de Unidades Maiores* — EMG francês — 1921. (Pesquisa Histórica para o EME/83 — AMAN).
13. Integrantes da "Missão Indígena", que, adestrados na Alemanha antes da Grande Guerra, difundiram suas idéias sem apoio oficial, não escondendo suas simpatias pela escola germânica. (N. do A.).

BIBLIOGRAFIA

1. ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS — 1979 — *História da Doutrina Militar* — Resende (AMAN).
2. ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS — 1979 — *Pensamentos do Campo de Batalha* — Resende (AMAN).
3. ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS — 1963 — Seção de Ensino A — Pesquisa Histórica para o EME — A Missão Militar Francesa, Seus Reflexos na Doutrina e no Pensamento Militar Brasileiro — Resende (AMAN).
4. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (Fascículo) — 1966 — *Brasil em Guerra* — Rio de Janeiro (Editora Codex Ltda.).
5. BRANCO, Ten Cel Manoel Thomaz Castello — 1960 — *O Brasil na II Grande Guerra* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
6. COSTA, Samuel Guimarães da — 1957 — *Formação Democrática do Exército Brasileiro* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
7. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — 1983 — 10/0102 *A Psicologia Social, O Moral Nacional e O Moral Militar* — Rio de Janeiro (ECEME).
8. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — 1983 — 07/0301 *Método de Pesquisa Histórica* — Rio de Janeiro (ECEME).
9. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — 1983 — 07/0101 *Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar* — Rio de Janeiro (ECEME).
10. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — 1972 — *História do Exército Brasileiro* — Brasília (SGEx).
11. FULLER, John Frederick Charles — 1966 — *A Conduta de Guerra* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
12. HART, Basil Henry Liddel — 1966 — *Estratégia* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
13. MACKSEY, Kenneth — 1974 — *Blindados Aliados — História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial — Armas Vol 15* — Rio de Janeiro — Editora Renes Ltda.).
14. MAGALHÃES, Cel Ex J.B. — 1958 — *Civilização, Guerra e Chefes Militares* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
15. MONTGOMERY, Marechal-de-Campo Sir Bernard Law — 1969 — *História del Arte de la Guerra* — Madrid, Espanha (Aguilar, S.A. de Ediciones).
16. PALHA, Américo — 1962 — *Soldados e Marinheiros do Brasil* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
17. SANTOS, Ten Cel Francisco Ruas — 1960 — *Arte da Guerra* — Resende (AMAN).
18. TAVARES, Gen Ex Aurélio de Lyra — 1973 — *Regards sur 5 Siecles France-Brasil* — Paris (Agence de Communication Internationale).
19. TAVARES, Gen Ex Aurélio de Lyra — 1976 — *O Brasil de Minha Geração* — Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército — Editora).
20. WILLIAMS, John — 1974 — *Francia 1940, a Catástrofe — História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial — Campanhas Vol 1* — Rio de Janeiro (Editora Renes Ltda.).
21. WYKES, Alan — 1974 — *Hitler — História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial — Líderes Vol 2* — Rio de Janeiro (Editora Renes Ltda.).

O Maj. Inf. Sergio Kencis Mold, da Turma de 1964 da AMAN, tem os cursos da EsAQ e de Comando e Estado-Maior da ECEME.



ALDÍLIO SARMENTO XAVIER, MILITAR POR VOCAÇÃO E AMOR

Virgílio da Veiga

No dia 5 de julho de 1985, faleceu o Coronel Aldílio Sarmento Xavier, Diretor da Biblioteca do Exército e Diretor-Secretário de "A Defesa Nacional".

Em "O Globo", dois dias após, notícia de curto espaço.

"Falecimentos . . . Aldílio Sarmento Xavier, 55, de enfarte agudo do miocárdio; capixaba, militar, viúvo de Madalena Souza de Seixas Xavier; morava na Avenida Mendes de Moraes, São Conrado".

Pouco compromissada com a precisão dos dados registrados, era necrológio de homem comum, que ele sempre se julgou ser, mas que não foi.

Fomos contemporâneos no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Não posso dizer que tenhamos sido amigos de infância. Naquela fase da vida, a diferença de três ou

quatro riscos nas divisas dos uniformes de aluno representavam um espaçamento sensível de interesses e afinidades. Mas a vivência comum de um mesmo contexto, aos pés do Morro da Babilônia e à sombra das palmeiras imperiais da Casa de Tomás Coelho, seria a semente de uma amizade que germinaria adulta, muitos anos após, quando as três estrelas gemadas ornassem nossos ombros, a calvície lhe adentrasse a frente e os cabelos brancos abundassem, imperitantes, em mim.

Foi meu aluno na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Mas não foi também aí que a amizade vicejou. Reconheçemos, é bem verdade, identificados pelas fardas cáqui e as calças garance, que ambos usávamos, tantos anos atrás. Vínhamos, porém, de caminhos que jamais se cruzaram.

ram ao longo da profissão. E esse é pormenor que influí, singularmente, embora sem sentido, no relacionamento aluno-instrutor do ambiente escolar, no mundo verde-oliva.

Anos mais tarde, haveria o re-encontro na mesma Escola. Ele chegava, após o exercício de um comando por todos elogiado — o comando do "Onze", como ele dizia, referindo-se ao 11º Regimento de Infantaria, o Regimento Tiradentes, de São João Del Rei, herói da Tomada de Montese, durante a campanha da FEB na Itália. O relacionamento funcional, mesmo pautando-se em sadia e alegre camaradagem, não produziu amizade, no sentido que ambos entendíamos.

Esta chegou tempos depois.

Já investido na direção da Biblioteca do Exército, lembrou-se ele de um discursador que o impressionara na Sociedade Literária do Colégio Militar, ao tempo da sua adolescência, e não lhe regateou prestígio e consideração.

De contactos esparsos, passamos a um convívio quase diário, durante mais de um ano, após eu ter deixado o serviço ativo do Exército.

Em conversas, frente a frente, em sua mesa de trabalho, ou nas caronas que me oferecia em seu carro, percorrendo extravagante itinerário — indo eu para Niterói via Barra da Tijuca ou indo ele para a Barra via Niterói — falavame de seus planos e projetos, dos seus filhos, dos seus sogros, do seu pai, de sua vivência profissional, dos encontros e desencontros

entre a realidade e seus sonhos. Contava estórias sobre o "Onze", o General Silvino — o "velho" Silvino, como ele tratava, carinhosamente, aquele de quem foi ajudante-de-ordens e tantos outros chefes que marcaram sua vida profissional em qualquer sentido.

A identidade de pensamentos, conceitos e juízos foi-se revelando e a amizade chegou, forte e autêntica, junto com a admiração e o reconhecimento de tratar-se ele de pessoa incomum, dos pontos-de-vista humano e profissional.

Eis porque, embora entendendo que o texto desta homenagem merecesse a assinatura de um nome de maior prestígio, entre aqueles de suas relações e amizade, aceitei desvanecido o convite que me fez o Coronel Sady Nunes, seu substituto interino na direção da BIBLIEC, para redigi-lo.

ALDÍLIO SARMENTO XAVIER não abraçou a carreira militar senão por vocação e amor. Tinha condições financeiras, intelectuais e culturais para fazer-se exímoto em qualquer atividade profissional a que se dedicasse. E a ela sempre soube servir leal e devotado.

Cumpriu, com consciência e destaque, todos os cursos exigidos pela profissão, recebeu todas as condecorações com que o Exército distingue, em tempo de paz, suas elites e marcou sua carreira pelo exercício das mais relevantes funções, sem abrir mão de um grau de independência que lhe permitisse manter-se fiel a si mesmo.



Num tempo em que se diplomar em curso civil era considerado desamor à carreira das armas, bacharelou-se em Direito, buscando maior identificação com o pai, jurista renomado, de quem ele sempre falava, com tanto orgulho e carinho, ao justificar os princípios de retidão de conduta de vida que adotava. Jamais utilizou o título e conhecimentos adquiridos, a menos que solicitado e em benefício da instituição a que pertencia.

Esse grau de independência, aliado aos bens de fortuna que herdou e à família que constituiu, de elevado padrão social, criou-lhe de certa forma, no decurso da carreira, a imagem de oficial atípico, ainda que sua conduta não o distinguisse senão pela simplicidade, competência, lealdade, companhierismo e amizade.

O Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER assumiu o cargo de Diretor da Biblioteca do Exército

no dia 10 de dezembro de 1979. Caminhava no seu sexto ano à testa do órgão de divulgação cultural do Exército, quando a morte o colheu traiçoeira e impiedosa.

Tão longa permanência em função de comando, de normal limitada a dois anos, fazia sentido. De um lado, o reconhecimento dos chefes pelo trabalho primoroso que ele vinha realizando. De outro, sua paixão e seu entusiasmo pelo que fazia, sua visão ampla do problema cultural do Exército e sua abdicação ao exercício de outros cargos, convencionalmente de expressão maior para a ascensão hierárquica.

Ex-diretor de "A Aspiração", revista oficial da Sociedade Literária do Colégio Militar, ex-instrutor da Seção de Ensino de Cultura Geral e Extensão Profissional da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ex-subdiretor de Ensino do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, ex-diretor do Departamento Cultural do Clube Militar e diretor de sua revista e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, só não se realizou plenamente no exercício do cargo que ocupava pelas dimensões restritas do apoio recebido, em área de baixa prioridade do Exército, em termos de alocação de recursos humanos, materiais e financeiros.

Nem por isso, porém, produziu obra de homem comum. A imaginação, o entusiasmo, o dinamismo, o tino administrativo, o relacionamento fácil e a capacidade

de arregimentar colaboração permitiram-lhe ir muito além.

A BIBLIEX-Editora ganhou vida nova em sua administração. Por proposta sua o Conselho Editorial completou, de forma definitiva, a integração da cultura militar, ao incorporar, entre seus membros, representantes da Marinha e da Força Aérea. Obras de origem estrangeira de interesse da cultura militar passaram a figurar entre os livros editados por doação conseguida de direitos autorais ou pelo patrocínio de empresas estatais ou privadas. Obras da literatura universal e obras que atendessem, também, ao interesse familiar dos associados da BIBLIEX, passaram a compor, em dosagem apropriada, o Programa Editorial, suavizando a aridez dos temas militares, estimulando o hábito da leitura e a ampliação do quadro social.

Assumindo a responsabilidade de editar "A Defesa Nacional" e a "Revista do Exército" — encargos antes atribuídos à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — e de uma nova revista, a "Revista Militar de Ciência e Tecnologia", passou a administrá-las com espírito empresarial. Angariando fundos publicitários, conseguiu garantir que a programação da periodicidade imposta, antes dependente de recursos colhidos das assinaturas, de comum escassos, se fizesse livre de atropelos.

Percebendo que a extinção da antiga Seção de Geografia e História, do Estado-Maior do Exército, poderia provocar o esvaziamento das preocupações desse órgão com os assuntos tratados por aquela

Seção, criou, em área de sua competência, em "A Defesa Nacional", uma "Comissão de Pesquisa Histórica Básica", que pudesse ocupar o espaço então aberto. E seus frutos não tardaram a vingar.

Entendendo a importância da preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira e a necessidade de colher o testemunho vivo dos seus remanescentes com número cada vez menor, foi ao encontro da Associação Nacional de Veteranos da FEB. E, da mútua cooperação, produziu-se, em livros, artigos e no chamado "Projeto Montese", cuja coordenação me atribuiu, material de pesquisa histórica básica valioso à disposição dos historiadores do futuro. Corrigia, assim, reconhecida injustiça a que estava submetido o evento mais importante da história contemporânea do Exército Brasileiro, livre agora da influência das paixões que o sucederam.

As preocupações com a memória da FEB, juntou ele a dos chefes que exerceram influência importante na evolução do Exército do nosso tempo. E criou o chamado "Projeto Centenário de Chefes Militares", destinado a reverenciar suas obras, por intermédio de livros biográficos, editados ao ensaio da efeméride centenária.

Não restringiu sua ação, porém, à cultura bibliográfica. Com o chamado "Projeto Iconográfico", começou a reproduzir, em tela, a imagem dos principais acontecimentos da nossa Força Terrestre no século atual. Trabalho da maior seriedade, produzido por pintores

de renome e acompanhado de pesquisa honesta e cuidadosa, tinha a preocupação de espelhar o fato com toda a sua grandeza e fidelidade. Concedia, desta forma, ao Exército da República, as mesmas condições de imortalidade visual que foi dada ao Exército do Império.

Lúcido, criterioso, obstinado e vivendo seu tempo, promoveu ele a modernização da BIBLIEC bem além do permitido pelos recursos com que contou. Por intermédio do "Projeto CALCO", em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, do "Projeto Thesaurus" e do "Projeto Aquisição Planificada", vinha realizando a integração da Biblioteca do Exército ao mundo das informações culturais, amplo e dinâmico, ajustado à era da informática. E, com o "Projeto Microfilmagem", planejava a preservação, de forma definitiva, do valioso acervo bibliográfico que lhe cabia cuidar.

A morte o levou preocupado com algumas definições. A de uma política cultural para o Exército era uma delas. No seu entender, a BIBLIEC devia ser a executora dessa política. Constrangia-o a liberdade de ação de que desfrutava, embora sempre a tivesse usado com discernimento e ponderação. Outra era a de uma bibliografia que pudesse ser tida como imprescindível à cultura militar a ser adquirida pelo Exército para compor as bibliotecas das suas organizações. Outra, ainda, a do aproveitamento de inativos do Exército na condução das atividades culturais da Força. Percebia, fruto de

sua vivência, serem eles os mais indicados para esse mister — pelo tempo de que dispunham, pela despreocupação com plano de carreira, pela liberação que poderiam ter das rotinas administrativas, inibidoras da capacidade de criação, e pela possibilidade de durem na ação, preservando a continuidade de programas traçados.

Morreu cedo demais. Tal como o "Projeto Livro Infanto-Juvenil", com que pensava motivar as novas gerações no conhecimento da nossa História Militar, por meio de

edições "tipo revista em quadrinhos", quantos planos e idéias levou consigo? A produção de filmes, "vídeo-tapes", áudio-visuais divulgando as obras bibliográficas mais significativas da literatura militar. . . Quanta coisa ficou para ser um dia repensada?

Morreu cedo demais. Para sua mãe, para seus filhos e seus amigos. Para o Exército, não sei. Seria transferido, compulsoriamente, para a Reserva no corrente ano, sem queixas nem mágoas, mas com a incompreensão de todos que o conheciam.



O Cel Eng R/1 Virgílio da Veiga, promovido ao posto atual por merecimento em 30.04.75, tem os seguintes cursos militares: Engenharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Instrutor de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército; Técnica de Ensino, do Centro de Estudos do Pessoal; Operacionalização dos Objetos Educacionais, do CEP; Ensino Programado, do CEP; Engenharia, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA (Fort Leavenworth); Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra. Entre suas comissões mais recentes destacam-se: Instrutor da ECUME, Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia de Construção; Comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Combate; e Participante da 8ª Conferência dos Exércitos Americanos.



INFORMAÇÕES

OSÓRIO" APROVA NA ARÁBIA SAUDITA

A indústria brasileira de armamentos venceu outra concorrência internacional com o tanque pesado "Osório", da Engesa, que testado no deserto do Saara suplantou equipamentos similares fabricados nos Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra. Cada tanque, dependendo dos armamentos que possuir, deverá custar cerca de 2 milhões de dólares.

Os testes com os tanques pesados foram realizados durante mais de dois meses no deserto do Saara, coordenados pelas forças militares da Arábia Saudita, não se verificando qualquer problema mecânico ou eletrônico (o "Osório" tem um microcomputador a bordo). Os tanques começarão a ser entregues à Arábia Saudita no próximo ano.

Testes forçados

Com 36 toneladas, o tanque "Osório" foi testado durante dias seguidos em diversas situações no deserto do Saara, onde à noite a

temperatura é negativa enquanto durante o dia ela alcança até 60 graus centígrados. Foram feitos, também testes de tiro, com os canhões de 120 e 105 milímetros que, mesmo com o balanço do tanque, têm o seu tiro direcionado com auxílio de computador, o que permite acertar sempre o alvo.

Enquanto um dos protótipos do "Osório" esteve em testes na Arábia, outro era testado também no Brasil.

Os dois protótipos custaram à Engesa cerca de 50 milhões de dólares em investimentos. O "Osório" será produzido em série a partir do próximo ano, e o país comprador poderá equipá-lo dentro de uma série de alternativas, com canhões de 105 ou 120 milímetros e metralhadora 762.

O "Osório" está sendo desenvolvido pelo setor de pesquisa e desenvolvimento da Engesa há três anos. Seu motor tem 1040 cavalos e é turbinado, com velocidade acima de 100 quilômetros horários. Sua autonomia é para 600 quilômetros. Sua cabine tem isolamento especial contra radiação nuclear e contaminações química e biológica.



O T-1, Osório, um carro de combate médio, será o lançamento da Engesa para 1985. Segundo as características previstas, o seu peso deve situar-se em torno de 35 toneladas. Terá 7 metros de comprimento (10,03 incluindo a arma externa), 2,40 de altura, velocidade de 70 km/h e autonomia de 550 km. A potência motriz enunciada é da ordem de 900 HP (diesel). Terá como arma principal um canhão de 120 mm., além de duas metralhadoras, uma de 7,62 (coaxial) e a outra de 12,7 mm., colocada ao lado da torre.

EMBRAER VENDE CINCO BRASÍLIA PARA ALEMANHA

A DLT Deutsche Luftverhrgesellschaft – a principal linha aérea regional da Alemanha, assinou com a Embraer um contrato de compra para cinco EMB-120 Brasília, no valor aproximado de 30 milhões de dólares, incluindo peças de reposição e serviços, além de opções para mais cinco unidades desse turboélice pressurizado de nova geração.

A decisão da DLT foi baseada numa completa avaliação de todos os modelos da mesma categoria que estão sendo apresentados ao mercado, na qual o Brasília conseguiu sobressair-se em relação aos competidores em termos de velocidade, custos operacionais, carga paga e alcance, preenchendo ou excedendo os requisitos da empresa.

A Empresa

O capital atual da DLT é de 40 milhões de marcos, dividido entre a AGIV – Aktien-

gesellschaft für Industrie und Verkehrswesen, um conglomerado de empresas alemãs e a Lufthansa, transportadora oficial alemã, que possuem, respectivamente, participações de 60 e 40% na empresa aérea.

A DLT é baseada no Aeroporto Internacional de Frankfurt e opera uma frota de 15 aeronaves que são utilizadas para fornecer serviços a 14 localidades na Alemanha e a outras 13 cidades em oito países europeus.

Em 1984 a DLT transportou 342.370 passageiros, resultado esse 33,4% superior ao do ano anterior.

Com a introdução do EMB-120 Brasília em sua frota no início de 1986, espera-se um aumento considerável no número de passageiros transportados, assim como uma expansão em suas rotas.

A assinatura desse contrato com a DLT garante ao EMB-120 Brasília um forte posicionamento no mercado europeu, abrindo novas oportunidades de vendas para a Embraer. As vendas concretizadas do Brasília no mercado internacional totalizam no momento 45 aeronaves, enquanto que as opções firmes somam 111 aviões.

SISTEMA ANTIAÉREO BOFI DE 40 MM PARA O BRASIL

O Brasil assinou contrato com a AB Bofors, da Suécia, para a aquisição do sistema antiaéreo BOFI de 40 MM, com controle de tiro multi-sensor para qualquer condição de tempo. A encomenda inclui também uma central radar de vigilância da L.M. Ericsson, e será entregue nos próximos dois anos.

O sistema BOFI constitui uma unidade autônoma de tiro que pode operar sob qualquer condição de tempo. Ao contrário da maioria dos outros sistemas antiaéreos, o sis-

tema BOFI comprova-se eficaz tanto contra aviões como contra as novas armas que hoje fazem parte da ameaça aérea, como mísseis, helicópteros e engenhos teleguiados (RPV), e também contra alvos terrestres.

O sistema de defesa aérea BOFI apresenta um grande número de vantagens táticas. A principal é que, em comparação com um conceito antiaéreo convencional, o sistema consta de um número maior de unidades autônomas, e cada unidade pode combater simultaneamente contra seu próprio alvo. Como cada BOFI é uma unidade autônoma de tiro, há maior liberdade de escolha para o disparo.



LIVROS



TERCEIRO BATALHÃO – O LAPA AZUL
— Agostinho José Rodrigues, BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1985, 205 págs.



ca, pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, imediatamente após a sua chegada ao Brasil, com o encerramento da Campanha Militar.

A importância singular desse livro decorre da autoridade do autor, não só porque organizou e comandou a FEB, desde o primeiro ao último dia de existência dessa Força, como pela personalidade do Marechal, avesso a exageros e apegado apenas à verdade do que relata.

Ele mesmo, durante a preparação da obra, declarava aos seus auxiliares mais diretos que o livro precisava ser imediatamente editado para que a FEB fosse apresentada nos seus reais limites.

É, indiscutivelmente, a publicação básica sobre o que foi a Força Expedicionária Brasileira na Itália e os quase irremovíveis percalços enfrentados durante a dificílima fase de sua organização. Nela estão descritas as imensas dificuldades vencidas ainda no Brasil e, relatada, quase que no dia-a-dia, a gloriosa passagem da FEB pela Itália.

Outros livros, também de grande valor, contam as histórias de várias Unidades ou apenas relembram alguns feitos mais destacados, quase todos valorizados pela condição de testemunhas ou mesmo participantes, dos fatos que seus autores ostentam.

Quarenta anos após o término da II Guerra Mundial, podemos dizer que a nossa Força Expedicionária Brasileira já conta com abundante bibliografia, onde sua História está amplamente divulgada.

Seus grandes Comandantes; os feitos mais destacados; os combates mais sangrentos ou decisivos; enfim, os grandes vultos e momentos estão assinalados, comentados e discutidos.

Poucos, no entanto, são os livros como o "Terceiro Batalhão – o Lapa Azul", onde encontramos um dos valores fundamentais de uma tropa; o pracinha de Infantaria, principalmente o integrante das pequenas frações. O próprio título já nos leva às atividades na Itália – O Lapa Azul – designativo do Terceiro Batalhão do 11º RI. As Instruções de Comunicações da FEB, utilizadas pelo então denominado Serviço de Transmissões,

previa que o nome código de todas as suas Unidades se iniciasse com a letra L. Assim, por exemplo, o Quartel-General do Marechal Mascarenhas de Moraes recebeu o designativo de LUGAR. Quando as ligações eram internas, não havia problema nenhum. Mas, para falar de fora — como era o caso dos Oficiais de Ligação nas Divisões vizinhas, portanto passando por centrais telefônicas operadas por americanos, tinham que pedir LUGAR, com a acentuação na primeira sílaba, caso desejassem ser entendidos.

O 11º RI era o LAPA. Cinco cores definiam os três Batalhões e as duas Companhias de apoio de fogo: I/11º RI — LAPA VERMELHA; II/11º RI — LAPA BRANCA; — lapá preta e Cia Anticarro — LAPA VERDE.

A ação do pracinha em combate é envolvida pelo perigo. Desde a base de partida, face aos bombardeios de artilharia ou de morteiros, até colimar, longas e dolorosas horas após, o objetivo que cabe alcançar, o pracinha da pequena tração vive permanentemente realizando atos de heroísmo: a progressão sob os fogos certeiros do inimigo; os lances rápidos e decididos no caminhar para a frente; os campos minados traiçoeiros e mortíferos. Difícil imaginarse o ambiente em que combate, sob o silêncio dos tiros de infantaria; o arrebentamento inesperado de morteiro ou o longo e assustador sibilar dos obuses de artilharia, vivendo seu drama pessoal, pensando apenas no cumprimento do dever e no apoio que tem de dar aos companheiros que, com ele, cumprem o mesmo destino.

Neste livro, apesar do título nos levar à ação de um Batalhão — o Terceiro do 11º Regimento de Infantaria — ou, ao menos a de um Pelotão, segundo a apresentação do autor — "Comandai dois pelotões em campanha; esta é a História do segundo deles" — na realidade é a história, no quadro amplo do Batalhão, dos seus pracinhas, com seus nomes, suas lutas tremendas para cumprir as missões recebidas, suas conversas, sua simplicidade e quase singeleza no desempenho de atos heróicos que significavam caminhar pelo campo de luta levando o remuniciamento para que, os mais à frente, mediante o fogo exterminador contra o fogo inimigo, garantissem a vitória à sua tropa.

O autor é simples ao escrever. Não se perde em outras considerações. Fica apenas com o seu pelotão de remuniciamento. Fala

de seus auxiliares, dentre eles, o Sargento João Vicente de Castro, com carinho e respeito, valorizando não só o trabalho admirável que cabe aos Sargentos na máquina de guerra, como caracterizando o relacionamento entre os que combatem: a coesão, a fidelidade, o respeito recíproco, a camaradagem amalgamada pelo perigo permanente.

É com sabor especial que acompanhamos a vida do pelotão; lemos os diálogos, as conversas e brincadeiras que se sucedem; sentimos a disciplina paternal e amiga entre o Tenente e seus comandados. No entanto, a emoção não pode ser evitada quando somos surpreendidos com a morte de jovens que combatem: o preço doloroso da guerra, e podemos imaginar o drama dos integrantes do pelotão para vencer o sofrimento pelo irmão de armas que tombou pela Pátria.

Contudo, o livro vai mais longe, com a descrição que o autor faz das várias ações da FEB, como a tomada de Monte Castello e, de maneira particular, porque a ação principal é realizada pelo seu Regimento, o 11º de São João Del Rei, do árduo combate, ao longo de alguns dias, para a conquista de Montese e das elevações que o cercam.

De um Posto de Observação, nas proximidades do PC de seu pelotão, ele acompanha o combate e, como conhece bem seu ofício e o terreno, vai aos poucos, nos levando ao longo da ação, conquistando os vários objetivos, descrevendo com simplicidade e clareza essa memorável e difícil conquista.

É um livro agradável de ler.

Mais do que isto, é um livro importante para a História da FEB, por que fala com autoridade e clareza do soldado de Infantaria, seja ele fuzileiro ou remuniciador, o senhor do campo de combate, o tecedor das vitórias, o conquistador, palmo a palmo, heroísmo a heroísmo, do terreno em mãos do inimigo, superando-se a si mesmo para conquistar a vitória final, que é de todos, mas que não seria possível sem a sua ação desassombrada e decisiva.

Livro bom de se ler. Indispensável para quem desejar analisar a ação em combate do soldado brasileiro: o nosso pracinha, o mesmo insuperável combatente desde os Guararapes até a gloriosa Campanha da Itália.

Gen Celso de Azevedo Daltro Santos

NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA, A. de Lyra Tavares, Biblioteca do Exército Editora, 1985, Rio de Janeiro, 219 págs.



Exército à cultura nacional e à valorização do homem brasileiro.

Ele nos mostra que, desde a instalação, por D. João VI, da Academia Real Militar, aqui no Largo de São Francisco, o Exército passou a ser, no quadro social do Brasil, o caminho procurado, na falta de qualquer outro, pelos jovens deserdados da fortuna, sobretudo os que viviam muito longe dos centros da civilização, por encontrarem no aprendizado do quartel e no seu apoio material e moral as condições propícias para vencer na vida pelo esforço próprio e o campo aberto para ascender na escala social, através da carreira militar, submetendo-se às exigências dos seus sucessivos cursos, que englobam, também, a cultura geral.

E foi assim que se realizaram, tomando novos rumos, grandes valores exponenciais dos quadros da sociedade civil, como engenheiros, professores, parlamentares e, até mesmo, homens de Estado.

Este livro deixa bem claro o que tem representado o quartel, como cadiño em que se mesclarão, na convivência diária e pela força da estreita camaradagem que nele se cultiva, os diversos tipos raciais que se cruzam no processo da formação do povo brasileiro.

Eu próprio pude testemunhar, na condição de gaúcho de São Leopoldo, uma cidade surgida sob a influência da imigração alemã, o que tem realizado o Exército, como centro catalisador do espírito e da cultura nacionais, onde os colonos aprendiam a falar português, identificando-se, nos hábi-

tos, com os companheiros de caserna, um fenômeno que sempre ocorreu através dos tempos.

Por todas essas razões, pude bem apreciar a importância deste livro do General Lyra Tavares, do qual consta a conferência por ele proferida perante um grande e seletivo auditório, inaugurado pela Empresa Atlântica Boa Vista para comemorar o Centenário da Biblioteca do Exército, o órgão mais representativo da sua cultura, fundado pelo Conselheiro Franklin Dória, Ministro da Guerra do Império e, por sinal, um dos fundadores da nossa Academia Brasileira, como titular da Cadeira 25.

Estive presente à referida conferência e pude prestar, então, durante os debates, o meu depoimento sobre essa benemérita e secular contribuição do Exército à valorização do homem brasileiro.

Nós, acadêmicos, bem sabemos que vários escritores, formados nas escolas militares, foram eleitos pela Casa de Machado de Assis, entre os quais, além de Taunay, Urbano Duarte e Dantas Barreto, o General Lyra que estuda, neste livro, as figuras de Euclides da Cunha, o consagrado autor de "Os Sertões", e Lauro Müller, que foi chanceler da República, observando que ambos se iniciaram, ao tempo de cadetes, publicando sonecos e crônicas literárias na "Revista da Família Acadêmica", da Escola Militar da Praia Vermelha. Ele cita, igualmente, Gregório da Fonseca, um admirável ensaísta gaúcho, da minha predileção, tanto que dele ainda sei de cor, e costume declamar, vários trechos cintilantes de seu livro "A Estética das Batalhas".

Este livro do General Lyra Tavares, meu ilustre amigo e confrade na Academia Brasileira, onde tanto honra as tradições culturais do Exército, é uma publicação em que ele condensa os seus estudos e os seus pensamentos, com a autoridade que lhe é própria, de chefe militar e historiador, sobre o trabalho pioneiro e benemérito que a Nação deve ao nosso Exército, nas suas atividades de tempo de paz, em todos os tempos e todos os quadrantes do território nacional, onde tem criado núcleos de vida nos seus mais longínquos e inóspitos recônditos.

Vianna Moog

REGISTROS



Ten Brig NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY

Ao encerrar os trabalhos desta edição, A DEFESA NACIONAL foi colhida pela notícia do falecimento, a 30-8-1985, do seu emérito colaborador Tenente Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY.

Um dos pioneiros do Correio Aéreo Nacional, ex-integrante do Grupo de Caça Brasileiro que realizou missões de guerra na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ex-Ministro da Aeronáutica, o Brigadeiro Lavenère-Wanderley destacou-se na Reserva como um doutrinador em assuntos de Estratégia e como pesquisador no campo da História Militar. A evocação de sua extraordinária figura de Cidadão, Soldado e Chefe foi feita, à beira de seu túmulo, pelo Major Brigadeiro OSWALDO TERRA DE FARIA na oração a seguir reproduzida:



Por honrosa delegação do Exmo Sr Ministro, Ten Brig Octávio Julio Moreira Lima, sou neste instante pensamento e voz do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea, nas despedidas a um dos seus grandes chefes.

A vida que hoje se extingue deixa-nos um legado de fecundas realizações, todas ou quase todas intimamente associadas a verdadeiros marcos de evolução de nossa Aeronáutica.

Ao lado de Casimiro Montenegro Filho, no primeiro voo do então Correio Aéreo Militar, o jovem Ten Wanderley e seu companheiro concretizaram o sonho de Eduardo Gomes de

expansão da Aeronáutica Militar, quebrando definitivamente as amarras que, praticamente, prendiam os aviadores à limitada periferia do legendário Campos dos Afonsos.

Na histórica decisão de enviar um contingente para o Teatro de Operações da Itália onde, em curto prazo, teria que enfrentar condições de combate ainda completamente desconhecidas de nossa gente, o Major Wanderley foi chamado a integrar a Comissão de Aviadores que, na qualidade de observadores, avalia as condições operacionais, administrativas e logísticas dentro das quais o Grupo de Caça Brasileiro teria que se enquadrar. No desempenho dessa missão foi não só o lúcido oficial de Estado-Maior da Força Aérea Brasileira, como também o combatente operacional, realizando 13 missões de guerra com seus companheiros do Grupo de Caça. Mais ainda, foi o observador astuto de toda a evolução que a guerra

imprimiu ao papel da Força Aérea nos conflitos modernos.

Os ensinamentos que avidamente recolheu, os fatos que meticulosamente registrou, as análises que realizou e as sínteses que elaborou ampliaram o arcabouço de um processo intelectual no qual desde cedo mergulhara, em busca dos melhores caminhos que, a seu ver, seriam úteis e adequados à jovem Força Aérea que ele vira nascer e à qual dedicaria o melhor de si próprio, em termos culturais e profissionais.

Não foi assim por acaso que, chefiando um grupo de brilhantes oficiais de Estado-Maior, o Cel Wanderley brindou a nossa Força, na década de 50, com um documento de maior relevância, no qual codificou de forma sistemática a Doutrina do Emprego do Poder Aéreo, com suficiente flexibilidade para receber os impactos da dinâmica evolutiva.

O pensador militar apontou rumos e caminhos ao profissional militar. Política e Estratégia aéreas se definiram mais nitidamente. Homem de cultura e profissional de escol, um dos atributos do Brig Wanderley foi sempre a dimensão estratégica do seu pensamento militar. Oficial-Subalterno, Oficial-Superior, Oficial-General, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sempre pensou grande. Seus escritos o revelaram de forma inequívoca. A tal ponto impregnou nossa Instituição com suas idéias, que é hoje impossível falar dela sem citá-lo.

O Brig Wanderley, sendo dos muitos que viveram e vivem intensamente a nossa Aeronáutica, foi dos poucos que sobre ela pensaram e pensam prospectivamente, com visão estratégica, e dos únicos que sobre ela escreveram, fazendo História.

Deixa-nos precioso acervo bibliográfico, com enfoque predominantemente aeronáutico. Sua obra, entretanto, vai mais longe, fruto de suas próprias especulações estratégicas.

Encerrada sua permanência na ativa, certo de que continuaria prestando serviços ao seu País, liderou o Brig Wanderley um grupo de brasileiros das mais variadas profissões e fundou o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, para aí realizar, a nível estratégico, estudos e pesquisas sobre temas prioritários nacionais, em todos os campos do poder.

Mais uma vez e sempre a postura estratégica, uma constante em sua vida. Vida plena de realizações que os seus contemporâneos conheciam de perto e rica de ensinamentos que os seus pósteros absorveram e aperfeiçoaram, a cada novo degrau de atualização do nosso complexo militar.

Sua voz, que agora se cala, renasce e se multiplica nas mil vozes dos homens da Aeronáutica, quando defendem hoje uma evoluída doutrina Aeroespacial, cujas vigas-mestras revelam ainda a inspiração do seu pensamento criador.

Extingue-se a matéria. Permanecem indeléveis para a Aeronáutica Brasileira as idéias do grande Chefe e pensador militar Ten Brig Nelson Freire Lavenère-Wanderley. Tão fecundo foi seu tributo à cultura militar brasileira, no seu amplo aspecto estratégico-doutrinário, que o seu nome merece ser considerado como digno de participar da Galeria de Patronos de nossa Instituição.

Siga em paz, prezado Chefe e amigo, na certeza de que engrandeceu, e muito, as instituições militares brasileiras, particularmente a nossa Força Aérea, deixando aos seus pósteros o exemplo vivo do mais puro profissionalismo militar.

(Alocução proferida nas homenagens prestadas ao ilustre Chefe Militar, no Cemitério São João Batista, por ocasião de suas exéquias).

OSWALDO TERRA DE FARIA



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

40º ANIVERSÁRIO DO REGRESSO DA FEB

No dia 9 de abril último, o *Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* comemorou, no auditório nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o 40º aniversário do regresso da Força Expedicionária ao Brasil.

Grande número de convidados compareceu e dezenove estandartes de guerra de Unidades das nossas Forças Armadas estiveram presentes. Foi uma bela, expressiva e emocionante cerimônia realizada à proporção em que suas diversas fases eram anunciadas pelo locutor; e a Mesa que presidiu a solenidade foi constituída pelas seguintes personalidades, convidadas pelo Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, General de Divisão Francisco de Paula e Azevedo Pôndé:

- Comandante do 1º Exército, General de exército Heraldo Tavares Alves;
- Acadêmico Américo Jacobina Lacombe, Presidente em exercício do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro;
- Acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras;

— Almirante Augusto Rademaker, ex-Ministro da Marinha;

— General de Exército Aurélio de Lyra Tavares, ex-ministro do Exército;

— Coronel Adhemar Rivermar de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

A sessão foi aberta pelo Presidente do Instituto com a seguinte explicação significativa da solenidade:

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no ano em que se comemora o 40º aniversário do regresso da Força Expedicionária ao Brasil, não poderia deixar de associar-se às homenagens a que fazem juiz os contingentes do Exército e da Força Aérea, que se bateram pela Democracia no Teatro de Operações da Itália, e da Marinha de Guerra, que garantiram o tráfego marítimo de pessoal, alimentos e meios de defesa para o Norte e o Nordeste.

Enquanto, na Itália, a Força Expedicionária Brasileira, do Marechal Mascarenhas de Moraes, e a Força Aérea, do Coronel Nero Moura, combatiam o bom combate e sofriam

perdas e colecionavam vitórias, ombreando-se com os mais aguerridos combatentes do mundo, a Marinha mantinha o elo de ligação necessário para que o País não entrasse em colapso, em face da precariedade das vias de transporte terrestre, entre seu centro vital e suas regiões mais distantes.

E por isso que estamos aqui, neste belo salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, gentilmente cedido por seu ilustre Presidente, o Acadêmico Pedro Calmon! para homenagear os que voltaram dos campos de luta, cobertos de glórias, e reverenciar os que dormem o sono da paz no Monumento dos Mortos da 2ª Guerra Mundial e os que descansam eternamente em seus navios, no fundo profundo do oceano.

O brilhantismo desta solenidade muito perderia, porém, não tivesse o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil obtido o apoio do Exm Sr. General-de-Exército Heraldo Tavares Alves, Comandante do 1º Exército, do Exmo Sr. Vice-Almirante Walter Faria Maciel, Comandante do 1º Distrito Naval, e do Exmo Sr. Major Brigadeiro Fernando de Assis Martins Costa, Comandante do 1º Comando Aerotático o assessoramento do Coronel Adhemar Rívermar de Almeida, Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, e a aquiescência entusiasmada do Acadêmico Austregésilo de Athayde ao convite que lhe foi feito para que fosse ele nosso Orador Oficial.

A todos, testemunho, neste instante, os mais profundos e sinceros agradecimentos pessoais e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Está aberta a Sessão.

Em seguida, o Locutor anunciou a entrada no auditório da *Bandeira Nacional* com seu exório executado pela Banda de Música do Regimento Sampaio, levando-a o porta-bandeira para ocupar o lugar que lhe estava destinado ao lado direito da Mesa.

O *Toque de Comandante-em-chefe* foi executado pela Banda de Clarins do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, para simbolizar a presença, no recinto, do General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira, falecido a 17 de setembro de 1968, no posto de marechal.

Estandarte de Guerra. De acordo com a chamada do Locutor, entraram no audi-

tório, para ocuparem os lugares previamente determinados, nas alas laterais, os seguintes Estandartes de Guerra: -

Marinha:

- Contratorpedeiro Mariz e Barros,
- Contratorpedeiro Marcílio Dias,
- Contratorpedeiro Maranhão,
- Submarino Humaitá,
- Navio Museu Bauru.

Exército:

- 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, hoje, Divisão de Exército "Divisão Marenhas de Moraes".

- 1º Regimento de Infantaria, 1º Batalhão de Infantaria Motorizada Escola "Regimento Sampaio".

- 2º Grupo de Obuses, hoje, 1º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado "Regimento Floriano".

- 2º Grupo de Obuses, hoje, 21º Grupo de Artilharia de Campanha, "Grupo Monte Bastião",

- 4º Grupo de Obuses, hoje, 11º Grupo de Artilharia de Montanha, hoje, "Grupo de Montese",

- 1ª Companhia de Transmissões, hoje, 1º Batalhão de Comunicações de Exército, "Barão de Caoanema".

- Pelotão de Polícia, hoje, 19º Batalhão de Polícia do Exército, "Batalhão Zenóbio da Costa",

Força Aérea Brasileira

- 1º Grupo de Caça, hoje, 1º Grupo de Aviação de Caça,

- Esquadrilha de Ligação e Observação, hoje, 1º Esquadrão do 13º Grupo de Aviação.

Terminada essa fase, foi executada a *Canção do Expedicionário* pela Banda de Música do Regimento Sampaio e cantada por toda a assistência, com a música do maestro Spartaco Rossi e letra do poeta Guilherme de Almeida, composta durante a organização da FEB, para servir-lhe de inspiração e estímulo e que hoje é um dos seus símbolos mais expressivos.

O *Toque de Silêncio* foi executado pela Banda de Clarins do 29º Regimento de cavalaria de Guardas, reverenciando os combatentes mortos em combate ou em consequência dos ferimentos nele recebidos; e as inocentes vítimas dos ataques dos submarinos à nossa Marinha Mercante.



Estandartes de Guerra da Força Aérea Brasileira

A ORAÇÃO DO PROF. AUSTREGÉSILIO DE ATHAIDE

É grande a nossa emoção nesta hora em que recordamos aqui os sacrifícios dos nossos heróis, a glória dos vencedores, grandes estímulos para as gerações de hoje e de amanhã. É pena que não estejam presentes os jovens das nossas escolas, os estudantes, aqueles a quem caberá no futuro próximo a responsabilidade de conduzir o destino desta Nação. É aos jovens que eu gosto de falar, e não aqueles que já realizaram, em grande parte, o seu destino na vida. Já conscientes, já amadurecidos, já seguros de si mesmos, já havendo cumprido seus deveres fundamentais, e olhando para o futuro com a segurança de quem conta os que vêm com os nossos herdeiros honrar, pela sua devação à Pátria, tudo aquilo que a nossa História registra, desde os seus começos, desde os primórdios da nacionalidade, até os dias de hoje, encontrando em tudo motivo de orgulho justo, e de nobre enaltecimento.

Lembro-me aqui de duas definições da Guerra: por um advogado que foi, no entanto

um dos grandes conhecedores da estratégia bélica, Jomini, que dizia que a guerra não é uma ciência, mas, um simples impulso da paixão. E Clausewitz que declarava que a guerra é a política feita por outros meios. Sem paixão, os homens não se lançam aos grandes embates das guerras, que formam o núcleo da história humana, o mais fértil de todos, porque é através delas, desde os começos mais distantes da história dos homens, é através das guerras, dos conflitos, dos choques, que vem o progresso humano. O progresso moral, o progresso institucional, o progresso físico, o progresso científico. Parece um absurdo, parece um paradoxo, que nos momentos em que os homens se lançam à destruição, concomitantemente estejam preparando uma nova ordem para a vida, uma nova construção para o futuro, novas conquistas para o desenvolvimento do seu espírito. Sem dúvida, a guerra é uma paixão; ninguém se lança a ela sem levar dentro de si um impulso condutor, impulso sempre, posso dizer, irresistível. Mas a guerra não é, como Clausewitz definiu, a política feita por outros meios. Não. A política é uma ordem lógica e resulta do diálogo, da confrontação das idéias. A política não se faz senão pelo meio, exatamente, da palavra, do contato direto entre os homens, da capacidade de diálogo entre todos. A política não se define senão por esse meio, e quando os homens recorrem à força, é porque os meios da política realmente faliram e eles tiveram que lançar mão de outros recursos para realizar os seus objetivos de defesa ou de conquista.

Nós, brasileiros, temos a nossa história e eu gosto de voltar-me sempre para os Guararapes para a expulsão dos holandeses, quando pela primeira vez a Nação se uniu.

Domingos Jorge Velho, indo de São Paulo para o Norte. As três raças conjugando as suas energias. Para que, senhores? Para defender a unidade idiomática e religiosa deste país, para defender também a unidade territorial, que tem sido no curso do desenvolvimento da vida brasileira, a preocupação maior dos seus dirigentes, dos seus sociólogos, dos apóstolos de seus ideais.

Nós não fomos à guerra, na Europa, no grande confronto das potências e super-potências do tempo, por uma opção gratuita dos homens que nos dirigiam no tempo. Fomos lá levados pela força compulsiva da nossa his-

tória, do nosso povo. Fomos defender na Itália num clima tão diverso, em lugares tão diferentes daqueles que formavam os hábitos do povo brasileiro, levados pelos nossos chefes, cheios de coragem. Não fomos ali inspirados por nenhuma ambição, por nenhum interesse que não fosse digno, por nenhuma combinação de conveniências políticas do momento internacional. Fomos como Nação, conduzidos por uma paixão nobre. Não poderíamos deixar de ir lá, uma vez que os acontecimentos ameaçavam a ordem espiritual da vida brasileira. Havia o risco da vitória de uma ideologia tão contrária à nossa vocação liberal. Desde esse momento, estava definida a posição do Brasil. Não se definiu em 1944 ou 45 quando partimos para a Europa. Definiu-se desde os Guararapes, no curso de toda nossa História, das revoluções e das guerras em que estivemos envolvidos.

Dentro da lógica, da História, se comprehende a posição do Brasil na Itália. Compreende-se o esforço que ali desenvolvemos, a corajosa decisão dos nossos homens, aqueles soldados impolutos que se lançaram sabendo, conscientes, de que estavam numa experiência da mais alta responsabilidade, com a representação do povo brasileiro, da sua dignidade, dos merecimentos da nossa raça, da glória dos nossos ideais. Encontramos nos chefes militares desta batalha que hoje se comemora, mas que se estirou por vários dias, a ofensiva arriscada, a última que lançavam aos aliados antes da vitória definitiva. Ali se encontravam firmes e decididos. Cada um dos seus homens, dos seus generais, dos seus chefes e dos seus soldados, tinha a consciência da alta responsabilidade.

Os primeiros momentos foram difíceis, e como poderiam deixar de ser? Difíceis porque eram momentos de adaptação. Nós precisávamos apresentar aos nossos aliados, aqueles homens que tinham confiança no Exército Brasileiro, nas forças brasileiras, e que naquele momento aceitavam, como fez Mascarenhas de Moraes, numa hora de alta inspiração quando lhe foi perguntado se tomava essa responsabilidade da defesa e da conquista daqueles planaltos, de Montese, sem titubear, disse ao general que aceitava essa responsabilidade. Naquele tempo, estava na sua palavra, na sua dignidade, na força do seu espírito, nada mais, nada menos, do que a glória histórica do povo brasileiro.

o que mostra a autenticidade da nossa posição não foi, como disse e quero repetir, uma decisão tomada pelos homens em 1944 ou 45, ou de 42 quando já começavam os primeiros sinais de que o Brasil teria que aceitar uma situação criada no mundo, uma situação que correspondia, condizia com o seu próprio destino. Não foram esses homens que tomaram tamanha decisão por si mesmos, espontaneamente eles foram instrumentos da nossa História. Representavam na sua energia tudo aquilo que vem no curso evolutivo da formação do povo brasileiro, tudo que tem a sua expressão maior em Caxias, nas guerras que sustentamos, não para conquistar, mas para assegurar a continuidade da vida serena do Império, do seu desenvolvimento, da sua posição, das suas conquistas, da sua unidade, e mais do que a sua unidade, da sua união. Porque não basta a unidade; a unidade dos povos pode acontecer do ponto de vista puramente institucional e político, mas união é coisa que vem do coração e da alma. O que existe no povo brasileiro é a união de um povo, é o fato de que, de norte a sul, de leste a oeste, nós todos brasileiros possuímos, às vezes de uma maneira rudimentar, uma consciência firme do que é o Brasil, do que ele representa para cada um de nós individualmente, e para a coletividade do nosso povo, dos deveres que nos cumprem, a nós outros executar, com firmeza e dignidade, sejam quais forem as circunstâncias que se apresentem, no curso da nossa evolução histórica.

O exército que combateu na Itália era o mesmo exército de Caxias, que muitas vezes Mascarenhas de Moraes nas suas memórias costumava referir, ao comentar alguns dos textos, aquilo que passou na guerra contra Lopez, ou na guerra que sustentávamos, na Cisplatina e outras, exatamente levados por este desejo firme do povo brasileiro. Em primeiro lugar, de manter a sua unidade; em segundo lugar, de sustentar os seus ideais, a sua religião, as suas convicções políticas, o seu liberalismo, a sua propensão para o diálogo, para o entendimento, para a boa vontade comum.

Foi isso que nos levou à Itália, e é nessa compreensão que nós podemos entender estes ousados feitos que ali praticávamos, e que estão inscritos não apenas nos nossos anais, mas nos fatos da história mundial. Eu pessoalmente ouvi de Eisenhower, em

1951, quando tive a honra de me encontrar com o Presidente da República dos Estados Unidos, elogios feitos à FEB. Repetiu aquelas palavras que são tão sabidas, de que o Brasil não entrou numa aventura já vitoriosa, o Brasil entrou na guerra num momento ainda de indefinição. Não fomos lá pela segurança de uma vitória já conquistada pelas armas de outrem, e sob o amparo deles.

Nós fomos lá levados por uma consciência puramente brasileira, evidentemente em aliança, com os soldados de outros países experimentados historicamente, experimentados milenarmente nas lutas da Europa. Mas ali fomos levados por uma convicção puramente brasileira, individual do nosso país. Nós sabíamos que, naquela contingência, a posição assumida e tomada era exatamente aquela, e não uma outra de interesse casual, não uma outra de interesse secundário inspirado numa situação puramente advinda de ideologia em que muitos chegavam a acreditar.

Nas profundezas da nossa consciência nacional, sabíamos que tínhamos de repelir essas ideologias, essas ideologias constrangedoras da nossa liberdade. Porque sem essa liberdade o Brasil não poderia jamais realizar o seu grande destino, chegar a ser, como era nossa inspiração, e já é agora, uma das potências respeitáveis do mundo. O que nós consolidamos, em Montese, quando nossos soldados subiram aquelas montanhas, quando os nossos generais tomaram a responsabilidade de proteger a marcha da X Divisão de Montanha, dos americanos, aquela decisão fundamental, naquela hora e naquele momento exato, representava uma decisão histórica do povo brasileiro. Mascarenhas representou, naquele instante supremo, a consciência do nosso povo. E aí está a sua grandeza, aí está a grandeza da FEB, o papel que representou, a dignidade que ela encarnou e que hoje é um estímulo para as nossas gerações. Se amanhã voltarmos a ter as mesmas circunstâncias, as mesmas dificuldades e os mesmos perigos da II Guerra Mundial, estamos certos de que voltaremos ao campo de batalha, e não voltaremos, mais uma vez repito e é preciso acentuar, não voltaremos porque os homens do momento assim o resolveram, mas por uma força interior e histórica que nos impulsionada para que possamos resolver nosso próprio destino.

A guerra tem isso de extraordinário. Pare-

ce paradoxal, repito, mas é no entanto desse entrechoque terrível de sacrifícios e de sangue, que nascem os ideais. Não haveria o Direito Internacional moderno, se não tivesse havido ao mesmo tempo, de longa data na vida histórica dos povos mais antigos, as lutas materiais, os choques de sangue que inspiraram os homens, depois do Renascimento, a uma concepção de vida internacional, dirigida para o Direito, para o entendimento que se passa acima do choque das armas. Isso é que é extraordinário. É que nas guerras antigas, nas guerras contadas e recontadas na Bíblia, nas guerras descritas por Heródoto e pelos grandes historiadores da Antigüidade, viâmos como os vencedores escravizavam os vencidos, ou faziam passar a fio de espada.

Mas isso, no curso dos tempos se modificou. A pouco e pouco, nós chegamos a uma concepção nova de que mesmo dentro da guerra há princípios fundamentais a serem respeitados. E é extraordinário o episódio, depois de verificada a vitória em Montese, daquele batalhão arrojado que aceitou e pediu a Mascarenhas de Moraes que lhe fosse dada a honra e a glória de ir à frente na conquista daquela montanha. É extraordinário que Mascarenhas de Moraes, naquele momento, naquele instante e naquela decisão, tenha representado tudo aquilo que é a aspiração máxima do povo brasileiro: o respeito à lei, o ideal democrático, o convívio com a liberdade: o homem livre em todos os seus sentidos, sentido espiritual e sentido material. Então, quando foi pedido a Mascarenhas de Moraes, por um dos chefes da rendição, que um dos generais italianos fosse tratado com dignidade, ele respondeu: a lei internacional, a ética da guerra, a moral estabelecida serão respeitadas pela força brasileira. Aqui não estamos para dar à nossa posição o sentido de selvageria. Aqui nos encontramos exatamente para viver, provar, diante dos povos poderosos e civilizados do mundo, tão longes e distantes do Brasil, ainda ignorado, que de lá vinham homens, soldados, chefes, imbuidos do sentido do Direito Internacional, do sentido de que guerra não é uma brutalidade selvagem sem uma ética a limitar os impulsos e incentivo das nações.

Eis aí o que deve ser realmente lembrado no dia de hoje. É que nós, brasileiros, estivemos na Itália levados por um impulso histórico, que vem da distância da nossa vida,

da nossa evolução, da nossa formação política e social. Mais tarde, comprovamos também esse impulso com a presença do Brasil, em 1948, na Assembléia que elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ali, fomos conduzidos e levados a exercer, como declarou o Presidente Jimmy Carter, uma influência vital. Fomos levados por que? Por acaso, pelo conhecimento particular de um jurista? Não. Eu, que era o representante do Brasil, não sou um jurista. Apenas, estava ali traduzindo o pensamento da nossa pátria. O que eu transpus para a Declaração Universal dos Direitos Humanos não foi mais do que os princípios da nossa vida comum, tudo aquilo em que nós acreditamos, na liberdade, no diálogo, no entendimento das nossas palavras, no poder da persuasão. Foi tudo isso que me inspirou. A inspiração dos velhos soldados de Montese, soldados da Itália. Onde o Brasil se encontra, encontra-se sobretudo uma capacidade extraordinária de compreensão política do destino humano. Nós acreditamos na força, é certo, e preparamos essa força, mas antes de mais nada acreditamos no poder do espírito, aquilo que Napoleão Bonaparte já dizia: "Na luta entre o sábio e o espírito, o espírito acaba vencendo". O espírito brasileiro é este: o espírito da liberdade, a consciência do direito. É por essa liberdade e por esse direito, pelo valor do convívio democrático, que temos lutado sempre.

Soldados e civis, não há divisão a ser feita, nem a apresentar. Somos todos brasileiros, e todos brasileiros aprendidos nas mesmas memoráveis lições da nossa História. Nas horas de dificuldades, como a que atravessamos neste momento, a Nação sabe unir-se, sabe encontrar o seu símbolo e sabe permanecer invicta. Sejam quais forem as circunstâncias que se apresentarem, creiam, o Brasil se classificará sempre, impávido, na sua capacidade de entrentar as horas de amargura com serenidade, sobranceiro, seguro de si mesmo, e certo de que acabará cumprindo no mundo o seu grande destino.

Eis o que se deve, nesta hora de comemoração de Montese, da FEB, dos feitos que ali consagraram a nossa primeira grande presença no cenário do mundo europeu. Eis o que representa esta nossa posição corajosa, às vezes até, pensamos, numa posição atrevida. Nós fomos tímidos nessa hora da luta, e não fomos tímidos porque tínhamos a ins-

piração de gerações e gerações. Representávamos ali o povo brasileiro desde o seu primeiro século. Ali, pode-se dizer, houve uma conjunção de todas as forças, que nos lançaram no curso da história a sermos hoje a oitava potência do mundo, e somos a oitava potência do mundo não por força de um milagre. Isso não caiu do céu. Isso foi obra dos homens brasileiros, dos seus dirigentes, em comunhão com o seu povo. É certo que fazemos, e isso é necessário, a crítica. A crítica é uma expressão da liberdade, e não pode haver liberdade onde não possa haver ao mesmo tempo a crítica. Nem sempre a crítica é justa, mas é uma das forças impulsivas. É pela crítica que podemos tomar consciência dos nossos próprios atos, individual e coletivamente.

Eis aí, meus Senhores, o que eu deseja dizer, nesta hora: que devemos ter confiança em nós mesmos, que nosso futuro está garantido, não por forças estranhas a nós mesmos, mas, pela força brasileira. Somos homens brasileiros que têm o seu destino nas mãos. Não podemos confiá-lo a terceiros. Há uma passagem de Goethe, no "Fausto", em que uma das altas personalidades do drama sádico dizia que não é possível pensar numa Nação e confiar os seus direitos a outrem. Não, os nossos direitos são defendidos por nós mesmos, e são defendidos por nós mesmos não apenas pela força material que venha a construir-se para guardar a paz, preparando a guerra. Não. Pensamos em guardar a paz, preparando a paz. E preparamos a paz, primeiro pela força moral de que estejamos possuídos. Nessa força moral e sobre ela é que repousa o nosso destino. As armas decidem, mas as armas são o último recurso, o último recurso do Direito. Só lançamos mão destas armas, que soubemos honrar no curso da nossa História, quando verificamos a impossibilidade de qualquer outro caminho, para chegar à manutenção do que é o nosso ideal, o convívio pacífico entre os homens.

Isso está no nosso Hino Brasileiro. É preciso que nós tenhamos essa consciência de que só erguendo a clava da Justiça, a clava forte da Justiça, quando ela é seguida, é que o Brasil pode sentir-se impulsionado para entregar a sua, porque a Justiça é nosso móvel supremo. Eis aí o que parece deva ser dito hoje nesta comemoração. Eu gostaria que fosse ouvida pela juventude, na qual



Estandartes de Guerra da Marinha de Guerra

deposito a maior confiança. Porque se não tivesse confiança nos jovens, não teria também confiança no destino do Brasil. Porque como conceber que fôssemos entregar esta herança imensa e maravilhosa, acrisolada pelo sacrifício de gerações, a meninos, a moços que não possuíssem na sua formação moral, no seu comportamento ético, desde logo, uma consciência bem nítida, bem clara, de saberem comportar-se no futuro segundo os exemplos do nosso passado, do nosso glorioso passado?

Após a oração oficial, foi executado o *Toque de Vitória*, pela Banda de Clarins, exaltando os triunfos conquistados por nossas Forças Armadas, de Terra, Mar e Ar nas ações empreendidas no correr da II Guerra Mundial.

A solenidade terminou com o *Hino Nacional* pela Banda do Regimento Sampaio e cantado por todos os presentes.

Rio 9 de abril de 1985

Gen. Div. Francisco de Paula e Azevedo
Pondé – Presidente do IGHMB



Estandartes de Guerra da Força Expedicionária Brasileira



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

A BIBLIEC OBTEVE EM 1984 MUITO SUCESSO EM SUA PROGRAMAÇÃO EDITORIAL, PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:



"OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI"

Vol. 2 - Tomo III
General Paulo de Queiroz Duarte



"UMA VISÃO DA ANTÁRTICA"

Coronel Elber de Mello Henriques



"GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS"

General Carlos de Meira Mattos



"A ARTE DE SER CHEFE"

Gaston Courtois



"BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS?"

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama



"J. B. MASCARENHAS DE MORAES MEMÓRIAS"

Vol. 1 e Vol. 2
Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes



"JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL"

Therezinha de Castro



"O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA"

Ernani Fornari



"TEORIAS GEOPOLÍTICAS"

Coronel Octávio Tosta

PREVENDO O SUCESSO DESTA PROGRAMAÇÃO, A BIBLIEC IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO À DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES E AS COLOCA À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO.

PARA ADQUIRI-LAS BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETÊ-LO PARA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

BIBLIOTECA do EXÉRCITO EDITORA

SEGUINDO A NOSSA LINHA DE SUCESSOS EDITORIAIS,
APRESENTAMOS A PROGRAMAÇÃO 85.

**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 - Tomo IV
General Paulo de Queiroz Duarte



O PEQUENO PRÍNCIPE
Antoine de Saint-Exupéry



**TERCEIRO BATALHÃO
O Lapa Azul**
Agostinho José Rodrigues

**HIPÓLITO DA COSTA,
Idéias e Ideais**
Professora Therezinha de Castro



**EXPEDIÇÕES MILITARES
CONTRA CANUDOS**
Seu Aspecto Marcial
General Tristão de Alencar Araripe



MARECHAL JOSÉ PESSOA
A Força de um Ideal
Cel Hiram de Freitas Câmara

**A EVOLUÇÃO
DO PENSAMENTO
ESTRÉTICO NAVAL
BRASILEIRO**

Vice-Almirante Armando Amorim
Ferreira Vidigal



**NOSSO EXÉRCITO,
ESSA GRANDE ESCOLA**
A. de Lyra Tavares



**MEMÓRIAS
DE UM SOLDADO**
Ernani Ayrosa da Silva

MONTESE
Marco Glorioso de
uma Trajetória
Cel Adhemar Rivermar de Almeida

**Valor da Programação
Cr\$ 43.800
a partir de 1º julho
de 1985**

(No primeiro semestre de 85,
este valor era de Cr\$ 24.300)



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORIA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marcella Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Teis: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

**PROGRAMAÇÃO 84
VALOR — Cr\$ 40.000**

**PROGRAMAÇÃO 85
VALOR — Cr\$ 43.800
(VALOR EM VIGOR
A PARTIR DE 01/JUL/85)**

PEDIDO DE ASSINATURA

NOOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro	Cidade	Est.	CEP
Data	Assinatura		

- VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex
 — CHEQUE NOMINAL N.º _____ BANCO _____
 — ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL
AG. TIRADENTES/RJ — CONTA 396000-5



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 253-4628



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal. O NE será remetido diariamente.

POR QUE ANUNCIAR EM “A DEFESA NACIONAL”?

A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

- Ela circula em todos os Estados do Brasil e no Exterior;
- Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais leitores que o número regular de seus assinantes;
- Depois de lida, ela constitui fonte permanente de informações. Sendo uma revista de estudo de problemas brasileiros e que também focaliza os mais palpitantes temas militares, políticos, econômicos e sociais da atualidade internacional, ela é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas simplesmente noticiosas.
- Circula num meio ponderável de capacidade aquisitiva e de poder decisório.

Anuncie em A DEFESA NACIONAL. São 72 anos de serviços prestados ao Brasil, às Forças Armadas e ao progresso nacional.



**A DEFESA
NACIONAL**

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias - térreo, Praça Duque de Caxias, 25
Tel.: 253-4628 - CEP 20.455 - Rio de Janeiro - RJ